FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro
Tomo Terceiro.

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1931.

N.º 1

FEIRA DA LADRA

Fêz-se uma tiragem especial
de oito exemplares
em papel de linho azul.

FEIRA DA LADRA.

Revista mensal ilustrada;
Dirige-a Cardoso Martha e edita-a Gusmaõ Navarro

Tomo Terceiro.

LISBOA,

Com todas as licenças necessarias. Anno 1931.

OS CAZEBRES DO LORETO

UM leilão de livros há alguns meses realizado em Lisboa, acertou de ficar nas minhas mãos uma comédia manuscrita que tem por assunto uma crítica ao arrazamento dos Cazebres do Loreto e á demolição do forte de S. Paulo, em Lisboa.

Esta peça foi feita por Francisco Leite Bastos, autor de vários romances históricos, mas a censura teatral não a deixou exibir-se ao público. O manuscrito tem a seguinte informação: *Não se pode representar. Lisboa, 2 de Novembro de 1859.* (a) *A Lopes de Mendonça.* E o despacho: *Não se pode representar. Inspecção Geral dos Theatros, em 3 de Novembro de 1859.* (a) *M. Meneses.* Os motivos proïbitivos da representação não constam; porém é facil presumir que seriam as referências contidas num dos últimos monólogos, a alguem que tinha interêsse na demolição do mencionado Forte.

Como a comédia se conservou inédita até ao presente, aqui a damos para os amadores dêste género de literatura.

A. V. S.

O MOÇO DE FRETES

COMMENTARIO A' DEMOLIÇÃO DOS CAZEBRES DO LORETO

SCENA COMICA ORIGINAL, POR
FRANCISCO LEITE BASTOS

PARA SER REPRESENTADA NO THEATRO DE VARIEDADES DE LISBOA

* * *

O senhor Domingos; vestuario de moço de fretes; ao entrar em scena, todo empoeirado, sente-se suffocado e tosse repetidas vezes.

Ora á vista deste meu todo, todos dirão que sou moço de algum padeiro, mas enganam-se, como gerálmente acontece a quem julga pela apparencia; nunca pertenci aquella *classia* de gente; o meu commercio é o de pao e corda, e... Mas vamos ao que interessa; para merecer a compaixão de vossas *inselencias* basta dizer que sou uma das victimas da demolição dos cazebres do Loreto; eu não sei se chóco os melindres d'alguem ... mas é como lhe chama o amigo das iscas, que é tambem um dos queixosos. Escusado é dizer que era ali a minha estação commercial, d'onde fui despedido, dizem os versados nas *historias*, que é á franceza, mas eu acrescentarei que é á portuguesa, e em bom portuguez. Foi n'estes termos.... termos.... nada de

termos lhe achei eu. Oh *sô* gallego!... psttt... eh!... tire-se d'ahi, não vê que desaba? Palavras não eram ditas, catrapuz. Confesso que fiquei admirado, e o caso não era para menos. Vossas *inselencias* não imaginam o bonito effeito que produz duas aguas-furtadas dansarem, ao som de picareta e martello. Não era feio, mas o que eu achei mais engraçado foi o desabamento de toda aquella *california*; tudo ficou empoeirado, assim mesmo como está este seu creado. No meio d'este barulho appareceu o meu compadre, o Zé do Quintalinho, que é caixeiro do commercio n'uma carvoaria da Boa Vista; então é que foram ellas; não lhes digo nada senão por musica. *(canta:)*

Apparece junto de mim,
N'esta triste situação,
O compadre, que é caixeiro
D'uma casa de *cravão*,
Naõ direi ser figurão,
A *berdade* heide dizer,
E' homem bem sabido,
Sabe contas e bem lêr,

O meu compadre é um d'estes homens que teem pilhas de graça, como de tojo as pode ter o patrão, de sorte que aquillo é um gosto ouvil-o; é homem de lettras gordas, e, como diz lá o amigo das iscas, sabe onde tem a cara. E elle tem razão, pois que sem mais *tira-te nem mais guarda-te,...* zás, larga-me um *berso* d'esta sorte *(canta):*

O compadre por aqui,
Todo envolvido em caliça,
Não lhe gabo muito o gosto,
Não é digno de cobiça.

A este improviso não lhe fico a traz, puxo cá pela *cachimonia*, e largo-lhe esta pela prôa *(canta):*

Está tudo embasbacado
Na galeria fronteira,

E caindo alguma pedra
Tu verás a pasmaceira.

E foi tal qual. Deitam uma corda a uma velha chaminé, e zás, em terra. A este heroico feito dos nossos soldados a populaça não se poude suster, começa tudo a bramar, era um barulho infernal, ha mil opiniões, milhares de *arquitectos,* um sem numero de falladores; finalmente, um enthusiasmo que nem a expedição de Marrocos. *(canta):*

No meio da confusão,
E para tudo concordar,
Emprazadores tagarelas
Todos começam a gritar.
E esta bella frescata
Chegou a tal influencia,
Que gritavam altas vozes,
Sem olharem pr'a decencia,
Nem pr'as suas posições,
Pois de casaca e *paltó*
Tudo estava desenfriado.
Até os velhos de chinó.

Mas a cousa não fica aqui; como eram muitos os emprazadores entenderam que se deviam dividir em dois partidos.... Se bem o pensaram melhor o fizeram; então é que a discussão esteve perigosa. Uns diziam que os empregados da Camara trabalhavam mais; outros teimavam pelos valentes sapadores; eu cá a minha opinião é que *(canta):*

Trabalham por vapor
Os soldados sapadores,
E por isso cá, pr' a nós,
Saõ mui dignos de louvores;
E acrescenta o compadre,
Como homem entendido,
Que os soldados sapadores
Teem de certo mais partido.

Mas a respeito de partidos.... *pschiu*.... isto é cousa mais seria; para negocios de gabinete não ha como o meu compadre. Eu sempre direi que d'esta vez os donos dos casebres levaram um páo por os olhos, que os impossilitam até de verem a demolição. Eu *osservei* que todos á uma queriam que as casas que lhes haviam pertencido não fossem abaixo nem em seis mezes; mas por fatalidade nem esta vontade lhes fizeram; tudo desapparece diante das picaretas. *(canta):*

Por causa d'uma parede
Ouvi grande questão;
Um dizia que desaba,
Outro teimava que não.
A parede é muito forte,
Dizia o dono da propriedade,
Ali estive dez annos,
E nunca houve novidade.
Palavras não eram ditas
Eis que desaba o pedregulho;
Foge logo o senhorio,
Pois não gosta de barulho.

Quem se está rindo com tudo isto são os vizinhos dos cazebres, e elles teem razão; tiram-lhes d'ali aquelle cortiço d'abelhas, estão como querem, mas se o meu olho me não mente, e certo *zumzum* se verifica, hão-de amargar o ar que respiram *(canta):*

Logo por fatalidade,
Certo velho uzurario
Tem ali umas casas,
De que é proprietario.
Escusado é pois dizer
Que tem venda augmentada,
E se pega a modinha
Ha de certo muita pancada.

E' verdade, meus senhores, isto de senhorios é uma perfeita calamidade; máo é um dar o exemplo, logo

tem quem os imite, e então n'aquelles sitios chega a tal a influencia, que mesmo nos vãos das escadas se põem casas de cambio!... e alguns estabelecimentos de commercio, e isto ainda era no tempo em que os cazebres

Mal dirião, pobres velhos,
No seu tempo de opulencia,
Que seriam assim tratados
Sem a menor complacencia.
E ainda pr'a mais vergonha,
E em carroça encaixados
São rojados ás praias,
Depois de bem enforcados,
E a titulo de aterro
Assim la vão enterrados
Na praia, como os cães,
Depois de bem enforcados.

Agora por aterro.... diz-me lá o compadre, que tambem estão, vae não vae, a darem igual sorte ao velho forte de S. Paulo; mas este é por velho e inhabil; e se é verdade o que diz o compadre, não deixam de ter razão; até me parece incrivel que havendo ali uma fortaleza cheia de boas peças, entrassem á sucapa, e debaixo de muito bom panno, peças não de bronze, mas de boas fazendas, lá das *Europias*, e isto palmadas aos direitos, que, conforme diz o compadre, é um crime de mil diabos. Pelos geitos a cousa chegou aos ouvidos d'alguem que tem cabello na venta, e logo jurou ir tudo a baixo!.... e a cousa péga; e elle era de tal natureza que até do mar quer fazer terra, e para ali vae enterrando quantos cazebres pode encontrar, estancando o pobre Tejo, dizem que por dar couto a taes infamias; e se a cousa vae ávante temos que vêr, não castellos no ar, mas casas no mar, com previlegio de barcas de banhos, e havia de ter sua graça deitar-se a gente em Lisboa, e ir acordar em Porto Brandão!

não havia de ser má viagem!. O que me resta ver é andarmos no inverno de botas de cortiça e boias debaixo dos braços para podermos ir ao tal aterro. Eu confesso que nos meus tempos nunca vi d'estas diabruras, mas o compadre temia que *(canta):*

Nãa se deve duvidar
Da nossa illustração;
Ao menos já não ha
Monopolio de sabão.
Temos telegraphos electricos,
Estradas por vapor,
O Passeio illuminado
Com elegancia e primor.
E acrescenta o compadre,
Que, por ser obra de brio,
Vae em breve começar
A estatua do Rocio.

Vossas *inselencias* já hão de ter *osservado* que o tal meu compadre é homem de cabeça e menino da quinta essencia, e sabe bem o nome aos bois, de sorte que me explicou toda a sorte de illustração, tim-tim por tim-tim. Ora eu excuso de explicar a Vossas *inselencias* a tal historia, mesmo porque já me não lembro; o que direi a Vossas *inselencias* (canta):

N'este enxame de litteratos,
E esfaimados tagarellas,
Apesar de tantas luzes
Inda andam ás palpadellas.
E alegres dizem, cantando,
Já la vae a chuchadeira.
Porém eu sempre direi:
Inda opéra a maroteira.

E para prova do que digo é eu atrever-me, depois de tão grande massada, a pedir a Vossas *Inselencias:*

Com ser o verso mal medido,
E a chuva mui descarada,

Muito medo inda tenho
Da tal senhora pateada.
E por isso humilde peço
Que tenham de mim compaixão;
Não me dêem, como mereço
Alguns applausos de mão.
Animae o pobre velho
Pr'a algum tempo viver,
Pois de certo morrerá
Se boas palmas não colher.

FIM

CASEBRES DO LORETO

Segundo um desenho de Júlio de Castilho, publ. na "Lisboa Antiga"

(O 1.º plano é o actual Largo das Duas-Egrejas)

UMA CONSPIRAÇÃO EM 1847

Em 1847, o Ministro do Reino de então, Francisco Tavares de Almeida Proença, oficiava ao seu colega da Justiça dando-lhe parte de uma importante comunicação do Governador Civil de Lisboa sôbre os atentados que alguns súbditos estrangeiros projectavam levar a efeito contra a Rainha D. Maria 2.ª e seu govêrno.

Eis as informações prestadas pelo Governador Civil:

«*Copia confidencial.*

«Ill.mo e Ex.mo Snr. — Satisfazendo ao que V. Ex.ª me indicou em carta datada de 30 de Abril ultimo acêrca do comportamento politico de certos estrangeiros residentes na capital, tenho a honra de dizer a V. Ex.ª, que infelizmente é um facto, que muitos delles em vez de corresponderem á generosidade, com que são tolerados, e á hospitalidade, que se lhes concede no paiz, se

tem declarado inimigos capitaes e acerrimos do Governo legitimo de S. M. A Rainha, e das Instituições, que nos regem, e abusão da maneira a mais torpe e escandalosa das garantias e privilegios, que os tractados existentes com as suas respectivas nações lhes concedem.

«Entre os mesmos estrangeiros porem, os que mais avultam e se tem feito notaveis pela sua tenacidade, arrojo, e imprudencia, com que machinão contra a causa do Throno da Rainha, prestando o mais decidido apoio e protecção aos anarchistas, são os Ingleses Croft, e Fletcher Junior e o Francez Martin.

«Repetidas veses eu tenho levado ao conhecimento do Governo os factos por elles praticados em favor dos rebeldes, assim como a impossibilidade, ou antes a inutilidade de se empregarem procedimentos com algum fructo contra elles nos termos formulados pelos referidos tratados; — e é por isso que tem sido infructuosas as diligencias feitas frequentes vezes para se colherem as provas das suas machinacões, das quaes aliáz havia aquella certeza moral, que humanamente se podia obter.

«E' em casa do Inglez Croft, que se tem feito reuniões dos principaes chefes dos agitadores para concertarem seus planos, é ahi que se refugiaram alguns dos membros da Commissão Central directora e delegada da junta rebelde do Porto, — é o mesmo Croft, que se acha em correspondencia com o ex-Conde das Antas, e quem o informa de todas as circunstancias, que nos são relativas; e bem assim o que agenceia emprestimo e recursos para a aliciação dos soldados, e paisanos, que devem engrossar as fileiras inimigas.

«E' na casa Fletcher, que igualmente se tem dado refugio a muitos dos mais timiveis e notaveis conspiradores; — e é aquelle inglez, o mais activo e arrojado agente da facção progressista, aliciador de soldados,

angariador de malvados para as desordens e motins, e distribuidor de papeis anarchicos e subversivos da ordem publica.

«Emfim é em casa de Martin, que se conspira igualmente com o maior descaramento contra o Governo estabelecido, já aliciando-se as praças dos corpos de linha e dos voluntarios, já distribuindo-se dinheiro para se praticarem os motins, e já espalhando-se os impressos, cujas doutrinas mais tem contribuido para exaltar os animos, levar a plebe á desordem e á rebelião.

«São tambem agentes muito distinctos, e perigosos os cabelleireiros franceses Huguet, e Henri; — e a respeito destes, tem a policia descuberto que elles são igualmente agitadores, e fautores dos motins e connniventes nas aliciações para a emigração.

«Porem o que os torna agora a todos elles ainda mais dignos de recommendação, para se haver com os mesmos alguma providencia extraordinaria, afim de se evitar que levem por diante os seus malvados e tenebrosos projectos, é o que a respeito delles descubrio a policia secreta, e que consta da nota que por copia tenho a honra de levar á presença de V. Ex.ª — Desta nota V. Ex.ª verá quaes são os attentados horrorosos, que se premeditão: — não tenho na verdade as provas de taes intentos, mas acredito-os pelo conhecimento, que hei obtido do caracter destes estrangeiros; e pelo seu anterior procedimento: — Eu estou tomando as medidas necessarias para estorvar o complemento de tão infames, como atroses e infernaes projectos; porem permita-me V. Ex.ª que eu lhe diga, que intendo que é da maior urgencia empregar com similhantes individuos alguma medida prompta e extraordinaria, a qual pelo menos julgo dever ser a de se mandarem sahir para fóra do Reino. V. Ex.ª com tudo resolverá o que melhor fôr.

«Cumpre porem que eu previna a V. Ex.ª de que o Inglez Croft, e o Francez Martin, sendo pronunciados pelo juiz Criminal do segundo Districto de Policia correccional como auxiliadores e agentes da junta do Porto, aggravárão para a Relação, onde não obtiveram provimento, sendo-lhes todavia, em virtude dos tractados aceite fiança depois de haverem sido presos. — Deus Guarde a V. Ex.ª. Lisboa 2 de Maio de 1847. — Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Snr. Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino. — O Governador Civil — *Marquez da Fronteira.*

«Os conspiradores empenhão-se mais de que nunca em levar a efeito uma revolução n'esta capital; estão decisamente dispostos a jogar o seu resto, como unico meio de salvação para o partido revolucionario. — Querem frustar os effeitos da intervenção, e n'este ponto tem o auxilio dos Miguelistas (que se julgão perdidos para sempre) com uma decisão e arrojo incrivel. — Teem em vista lançar fogo em quatro pontos da capital — Cordoaria e Cardaes de Jesus — Fundição etc. Atacar o Paço para obrigar a Rainha a fugir. Ha assassinos designados para as principaes Authoridades, assim civis como militares. — O Francez Martin, e os Inglezes Croft e Fletcher filho, são os que trabalhão mais activamente n'este infernal plano. São coadjuvados pelos Francezes Huguet e Henri cabelleireiros, e tem agentes entre a canalha, tudo homens ordinarios, e obscuros, porem temiveis pelo seu arrojo. Muitos d'estes agentes estão notados. Lisboa 2 de Maio de 1847.»

(Feitos Findos — *Documentos*)

DUAS FIGURINHAS DE PRESÉPIO

sabido que a escultura do barro, com alforria artística do Renascimento àvante, criou predomínio no século XVIII. Era êste o século mais propício à expansão da escultura do barro, que teve nos *presépios* a oportunidade maior da sua razão de ser. Que é, pois, o presépio, ou, melhor, que é o presépio do século XVIII?

O do século XVIII não é, nem na simplicidade nem na unção mística e doce, o que provém directamente do eremitério de Greccio ,no vale de Rieti, de saüdade franciscana, em essa Úmbria guerreira e sagrada, onde em figuração singela S. Francisco de Assis procurou reviver o nascimento de Jesus. Êsse amor maior em presença do Menino, dentro do ambiente bíblico patenteado ao sentimento cristão iluminado, criou o presépio, que a cruzada franciscana levou à pintura, à escultura, ao aito, ao folclore.

As *crèches* provençais com seus *santoun* (1), os presépios dos nossos barristas, são marcos da passagem da adoração da Natividade, como o são os paineis que representam o mesmo scenário.

O século XVIII veio dar, pelo seu espírito pueril, o meio necessário à superabundância da arte do barro. O presépio, de aristocrático que era no seu porte e imponência, passou por isso a democratizar-se, a pôr-se ao alcance de todos e a representar todos entre as multidões de adoradores da gruta de Belém.

O presépio setecentista reflectia o meio social. Já o afirmei em *Os barristas portugueses*, e repito-o:

«A aparência era tudo que se pedia. Dentro das consciências estava o vácuo. A religião dera a moda da descrença, com um scepticismo elegante, que transformava a fé em espectáculo, e impunha à religião a vistosidade brilhante da ópera. Vivia a sociedade um um permanente serão de Versalhes. Em volta, era tudo frágil, superficial, sem duração como no scenário de um palco em récita de grande espectáculo. O barro, com a sua fragilidade, a rapidez do seu trabalho, era a espuma da arte, coadunável com a espuma da vida de então. O presépio com a sua pompa, o luxo de o ter, o brilho de composições ricas de côr e de movimento, cheio de figuras que não podiam ser grandes e deviam de ser muitas, aproveitando o espaço e a fantasia, seria reclamado como necessidade própria do tempo de religião luxuosa» (2).

A paganização do espectáculo formoso, perdida a singeleza primitiva, consentia as mais extravagantes scenas dentro do presépio. Se êste admitia a maior

---

(1) Ch. de Dalinowicz, *Art provençal*, Nancy, cap. XIV; Elzéard Rougier, *Petite histoire des santoun*, Marselha, 1912.

(2) Obra cit. págs. 6 e 7.

diversidade, sob a sugestão das romarias e outras festas de aparato e preparo profanos, nada por mais disparatado podia deixar de fazer parte dêle, desde que contribuisse com pitoresco para a animação do conjunto.

Desta forma, além de objecto de arte, é o presépio ensinamento histórico e social; além de espécime de função religiosa, é elemento etnográfico.

Ente as muitas scenas miúdas e parceladas, que compõem a romaria do presépio, há figuras avulsas e grupos àparte, cuja intervenção é especìficamente adequada. Estão neste caso os mendigos e incluídos neles os cegos músicos.

O instrumento musical, que hoje ilustra o folclore das romarias é o harmonium. Não há muitos anos ainda, era a *sanfonha* (1), ou *sanfona*, que aparece nos presépios, como o pastor tocador de flauta e o folião tamborileiro, sem esquecer a gaita-de-foles (2).

São tocadores de sanfonha as duas figuras de presépio, que provocam esta nota etnográfica.

Na primeira, o cego é acompanhado de um rapaz. Êste bate a pandeireta, enquanto aquêle dá à manivela do instrumento, e canta. E' mendigo esfarrapado, em contraste com o outro que se vê na grav. 2, mendigo de calção de folhos e polainas de figurino de aristocrático

---

(1) Do italiano *zampogna*. Do alto vale do Liri (prov. de Caserta) descem ainda hoje aos Abruzzos tocadores de sanfona, que andam de casa em casa a trôco de esmolas, durante as novenas de N. S. da Conceição e do Natal. C. Merlo, Introd. a *L' Abruzzo* de R. di Vestea, pág. 24.

(2) No Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos há uma figura de barro de gaiteiro, pastor vestido de peles, que foi de presépio antigo. A esta gaita-de-fole, ou foles, referiu-se o Dr. Leite de Vasconcelos em *De Campolide a Melrose*, Lisboa, 1915. pág. 83, n. 2, e publicou estampas comparativas a págs. 147.

porte. O garoto que acompanha êste, bebe da cabaca o gole de água bemfazeja para a sêde do caminho, e o cego canta. A forma da sanfonha é idêntica nas duas figuras: viola de braço curto, a caixa oval ou trapezoidal encerra o realejo, que a manivela a meio da base da caixa faz tocar.

A primeira figura procede do presépio do Coração--de-Jesus (Estrêla, Lisboa). Descreve-a Alberto Sousa em *O Trajo Popular em Portugal nos séculos XVIII e XIX* (1): "Chapeirão negro, capa da mesma côr forrada de vermelho, casaco azul pombinho, calções côr de castanha, botas de cano voltado". No chapeirão, na capa e nas pontas do casaco, podem observar-se os rasgões e pedaços a menos. Rapaz: "carapuça azul celeste de volta amarela, casaco vermelho, calções brancos, pandeireta e sacola negra." Está descalço.

A outra figura, que dir-se hia um nobre decaído ou disfarçado de mendigo, tanta é a imponência do gesto, da atitude e do trajo, pertenceu ao presépio da Madre-de-Deus e descreve-a também A. Sousa: "Capa côr de pinhão forrada de amarelo, casaco da mesma côr, forrado de verde; calções vermelhos de folhos brancos caindo sôbre as polainas. Rapaz: barrete côr de rosmaninho com volta branca, gibão azul, calções vermelhos" (2).

São dois exemplares curiosos. Só por si denotam a variedade, dispersão e multiplicidade nas personagens figuradas no presépio; a resenha descritiva evidencia o policromismo e dêle se conclue o colorido variegado e o esmalte sinfónico das côres conjuntas; a sua aparição no presépio prova a sugestão das romarias e ajuntamentos festivos.

---

(1) Lisboa, 1924, pág. 19.
(2) No mesmo log.

Fig. 1

Fig. 2

CEGOS A TOCAR SANFONHA

Figuras de barro, respectivamente, dos presépios da Basílica da Estrêla e do Convento da Madre-de-Deus (Lisboa) (POR ANTÓNIO FERREIRA)

Lembro aqui os versos de Augusto Gil, tão evocativos:

> Êste Natal de Jesus
> Ha dois séculos que o fêz,
> Com barro mole, um oleiro.
> Verdade não a traduz;
> Mas, por ser tão português,
> E' para nós verdadeiro. (1).

A quem são devidas estas duas esculturas? O presépio do Convento do Coração-de-Jesus é o mais grandioso e opulento de quantos até nós chegaram; tem cêrca de quinhentas figuras e é atribuido a António Ferreira, que, na impossibilidade de o fazer todo, dirigi-lo hia, plasmando também o barro, ordenando, retocando as figurinhas. José Queirós atribue ao mesmo escultor insigne de Setecentos o presépio da Madre-de-Deus, com suas figuras de tipo flamengo. (2)

António Ferreira e Machado de Castro competiram activamente na composição de presépios, cada um com os discípulos que formou e o auxiliaram. De António Ferreira diz Cirilo Volkmar Machado: "artista raro, não parece possivel ver modeladas em barro melhores figuras campestres que as que conhecemos deste artista raro do ultimo século (3)".

Luís Chaves

---

(1) *Alba Plena*, 2.ª ed. pág. 75.
(2) *Ceramica Portuguesa*, pág. 290 e ss.
(3) *Collecção de Memorias*, ed. da Imp. da Universidade de Coimbra, 1922, pág. 205. Cfr. Patriarca, *Lista dos Artistas*, "Escultores", s. v. Antonio Ferreira e Raczynski, *Lettres*... págs. 224 438 e 441 e *Dictionnaire*, pág. 96 e 97.

HIGIENE LUSITANA

Não é preciso estar hidrófobo para se ter horror à água. O portuguezinho nunca lhe teve grande apêgo. Por fora, não a usava — que «desgastava» a péle; por dentro, preferia-lhe o vinho. «Faz criar rãs na barriga», sentenceia um velho rifão nosso. Limitavam-lhe o papel às regas, à indispensavel lavagem das casas, à decocção dos alimentos e pouco mais.

Olhem as velhas habitações, até 70 ou 80 anos atraz. Que é delas as retretes? Havia o sordidíssimo calhandro, que ao fechar da noite as criadas iam emborcar no rio, ou fora-portas dos povoados. E os quartos de banho, onde estão êles? Ora, ora! Para que é isso bom? Quando muito lavam-se a cara e as mãos, que é o que anda ao léu, o que tôda a gente vê.

O romantismo e a emigração trouxeram-nos o hábito das lavagens. Ainda durante anos, bem se cançou o pobre Ramalho a gritar aos portuguêses que se

lavassem, êle, que tôdas as manhãs, fôsse verão ou inverno, saltava dentre os lençois para uma tina de água fria. Pois sim! Ainda hoje há por aí muito quem se não lave, — mais, quem estranhe que os outros se lavem. Referia-me há tempos um amigo esta exclamação espantada duma criada de dentro a uma outra colega, a respeito dêle e da família: — «O' visinha, muito porcos hão de êles andar p'ra se verem precisados de tomar banho, dia sim, dia não!»

Mas, até nas classes altas. Não sei de que médico notável — Bento de Souza, Carlos Tavares, ou outro assim — me contaram esta anedocta: Foi chamado a casa dum fidalgote, cuja filha andava apreensiva com umas manchas escuras, a modos de herpes, que lhe tinham surgido nas pernas. Chega o doutor, vê a donzela, e da doença póde o leitor fazer o diagnóstico pela receita verbal que êle deu à saída, nas barbas do papá assombrado:

— Aquilo não tem importância. A'gua e sabão, e pronto!

*

Mas dantes? Dantes era muito pior. As damas ensopavam-se em cheiros para disfarçar a pitada pouco agradável que deviam de baforar. E a Igreja? Apezar de se dizer que *a limpeza Deus a amou*, ela favorecia os hábitos, condenando a higiene hídrica como preito à mundanal vaidade e empecilho ás aspirações do ceu. E se alguns papas e césares dos primeiros séculos cristãos, ainda constroem balneários, é que o grande e recente exemplo de Roma ainda não caducara de todo...

A idade média, de costumes violentos, mal teve tempo para se lavar do sangue das suas carnificinas. A gente do Renascimento, apezar de se reclamar dos Gregos e dos Romanos, tambem não primou pelo uso

da água. E o livro *Casa de Campo Poética y Pastoril*, obra dum frade espanhol do século 17.°, severamente proscreve o hábito de tomar banho — excepto em obediência a preceito médico. Banhos, — só por doença. Essa era, afinal, a opinião quase comum.

Numa festividade qualquer, na Conceição Velha, um frade contava do alto do púlpito que um seu correligioso, falecido em fedor de santidade e... de imundície, entre outras penitências, lavava o rôsto com urina e até a bebia, em desagravo dos mundanos e mundanas que encharcavam o vestuário com pivetes, e o cabelo com banhas olorosas. Caiu um assistente em comentar a meia voz a um visinho, que tal proceder lhe parecia, não penitência, senão grandíssima porcaria. Não foi preciso mais para ser delatado ao Santo-Ofício como hereje e cristão-novo e conduzido no seguinte dia aos cárceres inquisitoriais. Aconteceu isto em fins do século 17.° Em depoïmentos de testemunhas, constantes de processos da Inquisição, encontra-se muitas vezes com caracter criminal e como princípio de prova, a denúncia de que o argùido... tomava banhos!

E José Labre, beatificado pela Igreja, que morreu comido de vermes?

Mas lá fora — alegrem-se os que tanto se confrangem a copiar o estrangeiro! — as coisas não diferiam. Henrique 4.° de França procurava um dia Sully em sua própria casa para assunto de suma importância: disseram-lhe que o ministro estava tomando um banho, mas que iam já preveni-lo da presença de S. M. O vencedor de Arques proïbiu terminantemente que tal fizessem, interrompendo um acto de tamanha gravidade como era aquêle e recolheu logo à sua carroça, voltando mais tarde. Do Rei-Sol não sei onde li, que tomou um único banho na sua longa vida de septuagenário. Sirva-nos isto de atenuante à porcaria nacional...

Como se estava longe (e ainda estamos, talvez), no tempo e nos costumes, dos bons hábitos romanos! Esta raça de semi-deuses fartou-se de encher de termas não só a Itália, mas todos os países onde levou as suas armas e as suas leis. Os balneários eram os pontos de reünião locais. Verdadeiros colossos arquitectónicos, ainda hoje a sua vasta ossatura alastra, imponente, nas terras que foram Hispânia e Gália, e por tôda a peninsula itálica. Os artistas e os arqueólogos admiram-lhes os largos vestíbulos, os amplos corredores, os tanques de banhos frios, quentes e tépidos; os estádios para jogos de fôrça e destreza; as salas de maçagens e fricções, com anexos para os escravos que esperam os seus senhores; o elegante hemiciclo das exedras, providas de assentos onde os filósofos e os artistas descançavam ou praticavam. No andar superior instalava-se em geral uma biblioteca, galeria de quadros e estátuas de herois, filósofos e poetas; e havia sempre provisão de estiletes e taboínhas enceradas para quem quisesse escrever, passar um recibo ou firmar um contrato. Quási sempre um jardim rodeava o edifício, com bosquetes de rosas e mirtos, piscinas onde as mureias se enroscavam e volários, que a diversidade das plumagens pincelava duma nota alacre de vida e colorido.

Esta descrição poderá figurar-se excessiva ao leitor menos lido em antigualhas; mas os que se teem debruçado sôbre êsse passado extinto, que a história e a arqueologia moderna tratam de ressuscitar, sabem que isto era assim.

Agripina, para ganhar popularidade, ofereceu ao povo de Roma umas termas. Era o melhor presente que se lhe podia dar.

C. M.

RETRATOS EQÜESTRES DE D. JOÃO VI

ARA todos os amadores de arte foi prazer, e para o maior número novidade, o retrato eqüestre mostrado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses na interessantíssima Exposição Iconográfica de D. João VI e a sua época, em Março de 1929.

No catálogo, organizado pela investigadora competência dos snrs. Henrique de Campos Ferreira Lima e Ernesto Soares, o belo quadro, pertencente ao snr. Dr. Alberto Mac-Bride, figurava com o N.º 39 e as seguintes indicacões: "D. João VI a cavalo, fardado de Marechal, em menção de passar revista a uma formatura de tropas de cavalaria e infantaria (Atribuído a Domingos António de Sequeira)"

Não há dúvida que o primeiro nome de pintor que vinha à idéia era o do grande Sequeira: atribüição creio que sancionada pela muita autoridade dos Snrs. Drs. Xavier da Costa e José de Figueiredo.

Guardei como sendo de um Sequeira a lembrança dêsse retrato inesperadamente eqüestre de um rei pouco dado a cavalarias altas, e no qual se sentia o mesmo ar de contemporaneidade com o pintor da *Maja desnuda* que o Snr. Dr. Reinaldo dos Santos já apontou entre Goya e Sequeira.

Atribuído, portanto, a Sequeira mais êsse quadro, em que a cabeça do cavalo é dada com o maior cuidado, fiquei muito surpreendido quando, lendo há dias o raro Tomo XIV do *Teatro de Manuel de Figueiredo* (Lisboa, 1815), deparei com algumas linhas onde se dá preferência a um outro retrato também eqüestre do mesmo rei.

A páginas 658-659, diz Francisco Coelho de Figueiredo: "Bem diversa — da de Peregrino Parodi, que fazia o parecer triste a todas as pessoas que retratava — é a ventura do bom Patriota José da Cunha Taborda no original retrato que nos deixa do nosso Soberano Rei o Senhor D. João VI, a cavalo, não só pela fisionomia de Sua Magestade tão bem expressada com o perfeito colorido, mas natural figura de Cavaleiro no conhecimento da Arte, mandando o sizudo e elegante cavalo, sem mais outra vontade que a dócil obediência, conhecendo-se bem a educação que se lhe deu no modo de se apresentar. Que merecimento não têm os ornatos dêste quadro!"

Em notas, informa mais o "Português teimoso" que a cabeça do animal é "cópia do cavalo Relógio" e que o mesmo fôra ensinado pelos "Cuidados de Aranda."

Suponho que, não se trata do retrato da colecção Mac-Bride, da autoria indubitável de Domingos António de Sequeira. Onde parará êsse outro retrato de José da Cunha Taborda, "Pintor ao serviço de S. A. R. o Príncipe Regente Nosso Senhor," como se lê no frontispício da sua tradução das *Regras da Arte da Pintura* de Prunetti, cuja primeira edição é de 1815, precisa-

mente o mesmo ano do curioso volume de Francisco Coelho de Figueiredo?

De Cunha Taborda só são apontadas pinturas decorativas. Desde Raczynski, apoiado em Fonseca, cita-se como sua obra primacial *A Proclamação de D. João IV*, da Ajuda. Agora, conhecido o depoïmento de Francisco Coelho de Figueiredo, resta apurar o paradeiro do seu quadro, que talvez ainda não saisse Ajuda.

Situado como está quasi paralelamente a Sequeira (1768-1837), quanto á cronologia, José da Cunha Taborda (1766-1836), com êsse retrato, é mais um pintor de D. João VI a cavalo, e parece que houve um terceiro, Máximo Paulino dos Reis.

MANOEL DE SOUSA PINTO

(DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS)

RETRATO EQÜESTRE DE D. JOÃO VI

Atribuído a Domingos A. de Sequeira

COLECÇÃO A. MAC-BRIDE.

"O DEMONIO DO OURO"

Acabo de ler pela quinta vez o romance de Camilo, *O Demonio do Ouro*. Perante esta declaração, muita gente hade estranhar a minha preferência por êste romance, quando tantos outros têm merecido a consagração da crítica ou a predilecção do público.

Dizia Camilo que a sua melhor obra era o *Romance de um homem rico*. A crítica exalta o *Amor de Salvação* e o público, sempre ávido do redemoinho das paixões, consome em edições sucessivas *O Amor de Perdição*.

E no entanto, encanta-me toda aquela fantasia do *Demonio do Ouro*. Releio com prazer a prosa clássica em que êle está escrito, comovem-me os conceitos morais que nêle abundam e interesso-me tanto pela vida do heroe, que me sensibilizo nos transes angustiosos pelos quais êle passa, até encontrar a paz da sua consciência no cumprimento dos deveres que lhe impunham a gratidão para quem lhe fizera bem e a bondade para com os desgraçados como êle. Quem não tiver lido *O Demonio do Ouro*, fica sabendo que o

heroi do romance, é um *super-homem* em questões de dignidade e de honra, como não há outro que se lhe possa comparar em toda a vasta galeria masculina dos romances de Camilo.

Manuel Vieira era um pobre engeitado ignorante de seu pai, vagueando pelos campos em busca do pão cotidiano. Foi recolhido por caridade em casa de um professor primário, João Veríssimo Vieira, de quem êle adoptou o apelido, apezar de ser filho do Padre Bento da Mó. Manuel Vieira, tendo entrado mais tarde na casa comercial de um rico inglês do Pôrto, aprendeu o bastante, para subir pelos seus méritos financeiros, pela sua honradez impoluta e pela sua dedicação à família Bearsley, aos mais altos cargos dessa casa. E, quando morreu, sócio dela, a sua fortuna representava o melhor de mil e duzentos contos de reis!

A páginas 199 do 1.º vol. do romance (edição Pereira), diz Camilo: «Referem umas *Memorias* que tenho á vista que Manuel Vieira»... A acreditarmos nesta passagem, pode talvez concluir-se que Manuel Vieira existiu. Ora em 1789, morreu efectivamente em Londres um português chamado Manuel Vieira, deixando uma fortuna considerável. No *Arquivo dos Feitos Findos*, sob o n.º 280, existe um processo, organizado em virtude de várias portarias emanadas dos ministérios da Justiça e da Fazenda de 24 de Novembro de 1837, de 31 de Outubro de 1840 e 30 de Dezembro de 1850.

Já antes da publicação dessas portarias o govêrno, em 31 de Outubro de 1836, havia remetido ao Procurador Geral da Coroa, a cópia de uma carta em que João Pereira Baptista Vieira Soares (um dos herdeiros) dizia que tôda a herança devia pertencer ao Estado, porque faltava o assento do baptismo de Manuel Vieira. O Procurador Geral remeteu a denúncia ao Procurador Régio junto da Relação do Pôrto e êste examinou o processo do inventário. Viu que alguns herdeiros se

tinham já habilitado; e sôbre o direito da Fazenda Pública convocára uma reunião de pessoas sensatas e jurisperitas que declararam *urbi et orbi*, que a Fazenda não tinha direito à herança. Viu também que dois irmãos do testador haviam recebido a herança sem se terem habilitado nem provado a sua identidade.

Vieram então aquelas portarias tendentes a reivindicar o direito da Fazenda, mas nada puderam conseguir porque o inventário correu, apezar de se ter querelado a maneira como êle se fazia, conforme a *Allegação feita contra o juiz de direito de Cedofeita Antonio Ferreira Sarmento e respectivo delegado Luiz Alves de Sousa, por occasião da querella contra elles dada em razão dos erros commettidos com o alevantamento da herança de 185:800.000 do Portuguez Manuel Vieira fallecido em Londres* (Braga, 1840.) A Relação pronunciou-se a favor dos argùidos e a herança foi distribuida.

É mais que certo que aquela enorme fortuna deu para todos—herdeiros, juizes, beleguins, autoridades, denunciantes e pescadores de águas turvas, porque tudo ficou contente e em paz e sossêgo, segundo se conclui dos documentos dêsse processo.

Abro neste momento o vol. 1.º do *Demonio do Ouro*, e leio o conselho que o pai adoptivo de Manuel Vieira lhe dava á hora da morte:

«—Não os faças ricos: obriga-os a procurar a virtude pelo caminho da pobreza..... Meu filho, o Anjo do Infortunio faz muito menos victimas, que o demonio do ouro...».

João Jardim de Vilhena

1931, Janeiro.

ASSUNTO DIFÍCIL DE RESOLVER

senhor Pedro de Alcântara Pereira Rolim exercia em 1812 o lugar de porteiro e guarda-livros da Secretaria da Justiça.

Era homem de muitos merecimentos e da grande confiança dos Senhores Governadores do Reino, a ponto tal que o Marquês de Borba quando lhe mandava recados escritos, nunca se esquecia de lhe fazer os seus cumprimentos, antes de dar as suas ordens.

Pelos seus merecimentos e mais partes que nele concorriam foi feito cavaleiro professo da Ordem de Cristo, o que naquele tempo era alguma cousa invejável e só a raros de boa qualidade era concedido.

Uma bela manhã, ao abrir a *Gazeta de Lisboa*, leu que a Senhora Infanta D. Mariana, filha de D. João 6.º e de D. Carlota Joaquina, havia falecido no Rio-de-Janeiro.

Imediatamente pediu ordens ao senhor Desembargador Alexandre José Ferreira Castelo, que era um dos funcionários mais altos da Secretaria de Justiça (visto assinar diplomas e outras ordens régias).

Castelo respondeu nos seguintes termos: — «Parece-me que será conveniente e he mesmo necessario que o sr. Principal Souza ou algum dos outros Senhores Governadores do Reino decidão esta questão, como as pessoas para isso proprias e competentes.»

E datando a carta de Cacilhas, subscreve-se *amigo venerador e creado.*

A questão a que Castelo se referia era *o cobrirem-se de panno preto as mezas das Secretarias de Estado.*

Como funcionário superior, Castelo dirigindo-se ao Principal Sousa expunha-lhe a *questão* e êste escrevia a Pedro Rolim, dizendo:

«Snr. Pedro de Alcantara Pereira Rollim.

«Eu disse ao Senhor Desembargador Castello, que me parecia que se fizesse o mesmo que se praticou quando faleceu a Senhora D. Maria Dorotea, filha do Senhor Rey D. José, e mandei a sua carta ao Senhor Marquez de Borba, para que combinando a minha lembrança, escrevesse ao Senhor Castello para dar as devidas ordens.

«O cobrir de luto as Mezas todas, não sei a pratica, mas creio bastará que seja a do Governo, ouvi que no Erario se cobrira só a Meza Grande; Vossa Mercê pelos arrestos da Secretaria he que poderá partecipar qual he o costume ao Senhor Castello.

Eu sou De Vossa Mercê
Muito Seu Venerador e
maior Amizade.
Principal Sousa

São 10 de Setembro
de 1812

Pedro Rolim dava contas a Castelo da resposta do Principal nestes termos:

«Ill.mo Senhor Alexandre José Ferreira Castello.

«Passo ao conhecimento de Vossa Senhoria o que me diz o Senhor Principal na carta incluza.

«Em cumprimento do que nela se contem a final, devo dizer a Vossa Senhoria: Que as Mezas da Secretaria de Estado só se cobrem de preto nos lutos geraes, que são pelos falecimentos dos Imperantes, das Rainhas, e dos immediatos Successores da Corôa. Nenhum destes cazos regulão para o prezente, em que se trata, se as Mezas que estão nas sallas Publicas do Governo, devem, ou não ser cobertas de preto, huma vez que se cobrem as dos Tribunaes, como se determinou. Aresto, que possa regular a decizão desta questão, não o ha, nem pode haver; pois que seria precizo ver-se o que se praticára em cazo semelhante, estando o Reino entregue a hum Governo Provizional. Huma deliberação pozitiva dos Senhores Governadores he a que deve decidir prezentemente: cumpria-me o pedi-la; e por isso me dirigi ao Senhor Principal, e a Vossa Senhoria.

«Vejo agora que não ha Ordem definitiva e que estamos na vespera da primeira Conferencia do Governo: Pelo que peço a Vossa Senhoria queira soltar-me de toda, e qualquer responsabilidade a este respeito.

«Eu tenho a honra de ser com a devida consideração e respeito

De Vossa Senhoria
Muito attento creado
Pedro de Alcantara Pereira Rollim

Em 11 de Setembro de 1812

E por ultimo diz Castelo: «Cumpra-se a vontade do Senhor Principal, porque não sou eu que devo assumir a responsabilidade da resolução de hum tão grave assumpto.»

O que se fêz quando foi do falecimento da Senhora D. Maria Dorotea, filha de El-Rei D. José, não chegou até nós e não sabemos como êles resolveram tão magna questão.

A única cousa que ressalta de tudo isto, é a delicadeza com que se tratavam uns aos outros, superiores e inferiores.

Hoje é um perfeito contraste. Há alguns anos, o chefe do pessoal menor de uma Secretaria contou-nos que se dirigira ao Director Geral e verbalmente lhe preguntara:

— Põem-se luminárias nas janelas?

— Eu cá, por mim, não se deviam pôr, mas *êle* é que manda.

(Intervalo. Provavelmente o Director Geral consultou o Ministro e êste, que talvez tivesse acordado estremunhado nessa manhã, zangou-se com aquêle).

Quando o Director Geral reatou o diálogo com o chefe do pessoal menor, disse-lhe:

— Olhe lá, o Ministro disse que fôsse .... quem fazia tal pregunta.

E como nós lhe tivessemos dito que talvez o Director Geral estivesse a mangar com êle, porque nos parecia que o ministro era pessoa educada, êle disse-nos:

— Pelo sim, pelo não, fui-os mandando .... aos dois!!!

João de Coimbra

JUNQUEIRIANA

RA voz corrente que Junqueiro preparava frases, provocando o seu a-propósito por uma conduta oportuna e hábil da conversa. E' possivel. A sua imaginação inquieta, a sua visão pitoresca e profunda das coisas e dos factos, o seu feitio sintético, fruto natural da sua organização poética, levavam-no a resumir em conceitos lapidares e mesmo quando a sós, o exercício crítico do seu espírito. De resto, a espontaneidade podia brotar, nos momentos raciocinantes da meditação, com a mesma facilidade com que brotava de uma situação inesperada. Quem com êle viveu, sabe como a sua palavra se irizava ao primeiro estímulo, como as chispas saltavam ao primeiro choque, em maravilhoso esplendor, com uma fantasia que ia do extremo trágico ao extremo cómico. A apreensão mental era fulminante como o súbito clarão de um relâmpago de onde a imagem surgia com uma nitidez de modelação genial.

Convivi com Junqueiro vários anos, desde o meu tempo de estudante e, como já contei na *Feira da Ladra*, era na Praça Nova, no Pôrto, que deambulávamos durante horas, eu nesse período moço de febre literária em que cada sonho se transforma logo numa teogonia, êle enveredando já para a docura do *Simples*, que nos recitava com grave unção panteísta. O Poeta gostava dos novos, era para com êles de um afecto cheio de incitamentos, adivinhando-lhes as aptidões nas bulbuciantes estreias, ouvindo-os com curiosidade e estimulando-os com simpatia. Júlio Brandão (a quem êle então prefaciara o *Livro de Aglaïs*) já deu nos *Serões* algumas amostras do espírito de Junqueiro, tendo sido um dos mais assíduos do grupo tripeiro que nessa época temperava as suas primeiras armas literárias. Isto há 40 anos...

Aqui vão mais algumas, como fôlhas destacadas da memória saudosa e volitando com agridôce sorriso.

Junqueiro era muito friorento; dormia com um par de camisolas e com uma carapuça de lã enterrada até às orelhas. Êle assim o confessava, carregando a hipérbole. Ora uma noite apareceu na Praça Nova com um sobretudo onde o seu corpo franzino se sumia como numa guarita, em cima de cuja gola erguida pousava o seu chapelinho redondo, saindo-lhe apenas pela frente dêsse invólucro abotoado, o nariz adunco. Ante a minha admiração silenciosa, explicou:

— Mandei-o fazer na minha terra. E' forrado de peles de carneiro.

— Mas V. arde aí dentro por combustão espontânea; isso não é um casaco, é a zona tórrida!

Junqueiro nada respondeu. Demos calados meia dúzia de voltas; o frio era tolerável apezar do inverno, e êle então começou a suar.

— V. tem razão, isto é o Equador com mangas.
E tomou o americano da Boa-Vista.

No dia seguinte, apareceu com um casaco mais leve. Preguntei-lhe pelo Equador e êle respondeu logo:

— Não podia agüentá-lo. Precisava de um Cirineu!

Perto, à porta do Suisso, encontrámos Júlio de Matos; e como nos detivessemos a conversar, chegou-se a nós um pedinte, tipo mixto de operário e de empregado público, que lamuriando uma história complicada, nos pediu esmola. Júlio de Matos teve um movimento de impaciência e voltou as costas, mas Junqueiro deu ao homem uma moeda, olhando para o alienista com surpreza pelo seu gesto de mau humor. Júlio de Matos explicou:

— Embirro com êste sugeito. Imaginem vocês que tem a faculdade de chorar quando quere. Não sei como consegue apertar as glândulas lacrimais, que estas começam a distilar, a gente que não sabe apieda-se e dá-lhe esmola.

— Então, diz Junqueiro, isso não são glândulas lacrimais, são fontes de receita!

Foi por esta época que Júlio de Matos, respondendo às fantasias dietéticas de Junqueiro sempre a queixar-se do estomago, fez a blague, com ar sério, de que no futuro os alimentos seriam ministrados sob a forma de extractos, em pílulas e grânulos dosimétricos. Junqueiro acudiu logo, irónico:

— Nesse tempo, traz-se uma mercearia no bôlso do colete.

Um dia fez-me presente dum velho candieiro de latão. Mandei-o encher de azeite nessa mesma noite, acendi-o com prazer arcaico, mas a luz, mortiça apezar dos três bicos, não permitia ler com segurança aos olhos que já se haviam dilatado com o hábito do petróleo. Era fúnebre. Junqueiro foi a minha casa no dia seguinte e eu queixei-me de que o candieiro, apesar de

todo iluminado, não valia uma véla de estearina.

—Pois é claro, diz êle a sorrir, bem se vê que não é do século das luzes.

Uma noite, no Suisso, um amigo mandou vir uma cerveja. O criado trouxe a garrafa, meteu-lhe o saca-rôlhas, puxou, tornou a puxar, mas não conseguiu abri-la. A garrafa correu várias mãos, todos lhe pegavam sorrindo com superioridade, mas a rôlha mantinha-se inabalável. Nisto entra um rapaz, alto e corpulento, conhecido no Pôrto pelas suas fôrças. Pegou silenciosamente na garrafa, puxou com serenidade e abriu-a, pousando-a gravemente sôbre a mesa.

—Homem, diz-lhe Junqueiro, V. arrancou um dente ao antípoda!

Passados tempos, vivendo eu já em Lisbôa, encontrei Junqueiro, que me convidou para almoçar no Hotel Central, onde costumava hospedar-se. Era eu então médico em Caparica e não sei por que questiúnculas de terras ínfimas, recebi um ofício dos edís de Almada, pedindo-me, ainda que em termos muito cortezes, me apresentasse na Câmara para dar umas explicações. No fim do almôço contei o caso a Junqueiro, dizendo-lhe que tinha de tomar o vapor para ir à incrível edilidade almadense e depois seguir para o Monte em giro clínico. Quando desciamos as escadas do hotel, cruzou-se comnosco o engenheiro João Burnay que, sabendo da nossa estada ali, nos ia procurar.

—Deixe passar, diz-lhe Junqueiro com solenidade, o J.B. vai responder à barra da Convenção de Almada.

O Poeta acompanhou-me à ponte dos vapores, que era então um longo corredor de tábuas, desaprumado e corcovado, com vidraças às três-pancadas, lembrando a carcassa de um velho barco que ali tivesse dado à costa. Quando chegámos ao cais, apontei a Junqueiro a linha dos montes da Outra-Banda e disse-lhe mostrando-lhe um moínho desarmado que ficava para

os lados da barra, sobranceiro ao almaraz:

— Vê V. aquêle moinho? Pois é ali perto que eu moro. Muitas vezes venho dali contemplar o Tejo.

— V. mora ali? acode êle abrindo muito os olhos vivos. Mas V. qualquer dia é anjo! Naquelas alturas nascem-lhe asas. V. qualquer dia sente aqui uns pequenos tubérculos (e palpava-me as espáduas), pregunta: Que será isto? São azas! V. sabe lá o que é a Barca-d'-Alva, o formidando daquelas serranias dantescas e como o inverno é duro naquelas paragens! Depois, os jornaleiros que veem trabalhar na minha propriedade lembram trogloditas; chegam do Mogadouro, de Terras de Miranda, de mais longe ainda e surribam as encostas com paus-ferros ciclópicos, esboroando-as de sol a sol. E' um trabalho trágico! E sabe V. o que é que êsses homens fazem aos domingos, o santo dia do descanço? Jogam a barra com os paus-ferros! Divertem-se com o instrumento do suplício! Imagine V. o Cristo, que ao chegar ao cimo do Calvário, se pusesse a jogar a bilharda com a Cruz...

Dava-se nessa época ares ascéticos, fumava charutos ordinários e falava da nudez da casa da sua quinta como de um convento trapista.

— A mesa, dizia, é feita de tábuas tôscas, às vezes ainda com casca, sôbre as quais se estende a toalha de bragal, grosseiro como estamenha. Quando se quere um palito, pega-se na faca e corta-se da própria mesa.

Contou-me então que naquêle isolamento do alto-Douro, tinha conseguido completar a sua filosofia, havia realizado a sua síntese da vida, experimentando com isso uma grande paz e uma suprema felicidade intelectual. E rematou com uma seriedade que se tingiu de laivos cómicos:

— Puz o Universo em ordem. Está tudo arrumado. Ponto é que se não desarranje...

João Barreira

NEVE, SORVETES E CARAMELO

irso de Molina, no *Burlador de Sevilha*, diz, na scena XIV do acto 1.º pondo os versos na bôca de «D. Gonçalo» e referindo-se a Lisboa:

> Nieve da Serra da Estrella
> que por las calles à pitos
> puesta sobre las cabezas
> la vendem..............

Pois é verdade. A neve vendia-se, então, nas ruas da capital, à cabeça dos vendedores, homens ou mulheres. «Apitos» ou «assobios» (talvez *nêsperas* de barro como as de S. António), anunciavam aos encalmados a refrescante mercadoria. Era assim no final do seculo dezasseis; mas só entrada a centúria de seiscentos é que o gôsto de tomar neve se fêz moda e a venda se começou a oficializar, digamos assim. Os Felipes, que tanto nos levaram, deixaram cá pelo menos, três modas: a dos trajos negros, a dos coches e a da neve. Não se pode dizer que perdêssemos tudo.

A água gelada, chiando nos pucarinhos de barro, era uma golodice cortesã das tendas dos doceiros da

Rua Nova, da Confeitaria, da rua do Saco, das antecâmaras do Paço e dos salões fidalgos.

Quando em 1619 o segundo Felipe veio a Lisboa, entre as múltiplas recomendações que foram feitas ao Senado da Câmara, o secretário de Estado, António Soares, em carta de 5 de Abril, instava muito particularmente sôbre êste momentoso ponto: — que não faltasse a neve emquanto cá estivesse o soberano. Diligentemente, os edis seiscentistas lançaram-se à resolução do problema e acabaram por tratar com um «neveiro» — Paulo Domingues — morador às «Fangas da Farinha», o qual se obrigou a trazer a neve a Lisboa — quatro cargas diárias de 24 arrobas. A Câmara, na ânsia de que o contrato se cumprisse, sem falta que incomodasse o rei e o seu séquito, adiantou 500 cruzados ao «neveiro» e cedeu-lhe por aluguer duas casas para venda, uma no Terreiro do Paço e outra às «Portas de Sta. Catarina». A tradição do «Martinho da Neve» vem, pois, de longa data.

Parece que tudo correu bem e a neve não faltou a refrescar a régia goela Demoníaca. Em 1623, o «neveiro» da Câmara era um italiano, morador em Madrid e refrescador da côrte de Castella. Chamava-se Marco António Cacilano. Estava obrigado a fornecer neve a 10 reis o arrátel e a trazer de fóra, «excepto de paizes rebeldes», o «Caramelo». O perigo da rebeldia do Caramelo era, como se vê, iminente.

O fornecimento fazia-se de Maio a Setembro, mas os contratadores faltavam a miúde às obrigações tomadas. Em 1671, o «neveiro» António Correia deixou de a vender. Era tanta a gente que lhe assaltava a loja, que teve de vir um soldado guardar-lhe a porta para manter os compradores em respeito.

Cada um alegava as suas preferências, embora muito bem se soubesse que só o Paço, certos ministros e os frègueses certos as tinham. Desconfio que foi a ne-

ve que iniciou em Portugal a instituïção da «bicha».

Em Agôsto de 1683 faltou, também, o gêlo. Nicolau Vaz, que era então o «neveiro», viu o seu contrato rescindido, tendo a Câmara que entender-se com um castelhano de Badajoz para fornecer Lisboa no resto do verão. Em 1699, um tal João Baptista Rossati, italiano, pediu que se lhe concedesse privilégio por vinte anos, desde o primeiro de Janeiro do ano seguinte, passando depois aos seus herdeiros, sendo 50 % do rendimento para êle e os outros 50 % para o Senado. Os preços que oferecia eram, nos primeiros cinco anos, três vintens o arrátel, ou 50 reis comprando-a por junto, e nos 15 anos restantes, 50 reis e 40 reis,obrigando-se a conservar o Caramelo e o gêlo, que mandaria vir da Serra da Estrêla durante todo o verão. No fim entregaria a «fábrica» (o artifício de conservar o gêlo) à Fazenda.

Já nesse tempo o gêlo se usava para tratamento de doentes. Rossati exara na sua proposta a obrigação de fornecê-lo para o Hospital de Todos-os-Santos.

O sorvete, que foi uma glória do velho Martinho, já se apreciava igualmente. Em 1712 vendia-os um tal Eugénio da Cunha (que em 1717 foi neveiro da Casa Real) numa loja que não sei onde fôsse; por sinal que se via a perros com o contratador. Faltava-lhe com a neve e quando aparecia era a tostão o arrátel. O Cunha protestou perante o Senado e a vereação resolveu permitir-lhe o mandá-la vir por sua conta (duas ou três cargas por dia), obrigando-se a vendê-la, pelo mesmo tostão, a *cavalheiros* (sic) *e enfermos*.

O Sargento-mór Manuel de Abreu Henriques, que era então o contratador, ficou furioso e tanto barafustou que a licença foi recolhida. O fantasma do monopólio começa a aterrar os vereadores em 1714, mas as dificuldades no transporte da neve eram tremendas. Apezar dos auxílios que a Câmara dava, a liberdade de

tal comércio era arriscada e os encalmados e os febricitantes ficariam em perigo com o faltar-lhes êsse refrigério.

Os sorvetes vendiam-se, não em copos ou taças de vidro, como hoje, mas em chícaras. Os preços variavam. O de limão era barato; o de almíscar era caro, o de coral devia de ser caríssimo. Oscilavam entre um vintém e quatro vintens. Esta carestia faz-nos saudades. Coral gelado com leite por oitenta reis — imagine-se! O sargento-mór, para disputar ao Cunha o lucro, propunha abrir em Lisboa oito lojas de sorvetes, mas o Senado não se deixou embalar com a prosa vingativa do contratador.

Em 1729, outros episódios se deram dignos de contar-se. A Câmara, para o concurso, mandou afixar editais em Lisboa e em Seia, S. Romão e Torrozelo, na região da Serra. Estava a terminar o contrato com o fornecedor privilegiado da Casa Real, Antonio de Almeida Lebrão, que o era desde 1724. Concorreram vários: um Domingos de Meireles, que se propunha baixar o preço, um António da Fonseca Brandão, da cidade da Guarda e outros indivíduos serranos, alguns dos quais vieram até Lisboa, hospedando-se nas Estalagens do Rossio, do Campolide, do Cachimbo e do Bêco da Comédia, principalmente nesta, que era o prazo-dado dos beirões na capital. A Câmara prorogara o contrato com o Lebrão, contra o parecer dos mesteres, que era o de optar pelo concurso, exigindo-se uma fiança. O caso estava, pois, embrulhado.

Para que coisa alguma faltasse, até bruxarias vieram à balha, ao descobrir-se que o Brandão alegava ao Senado ter inventado um sistema de avisos nocturnos entre Lisboa e a Serra da Estrêla para se saber quantas cargas de neve deviam de ser remetidas diàriamente!! Este inventor da telegrafia luminosa propunha-se a vender a neve a 40 e a 30 reis, e tanto alar-

de fêz da mirífica invenção dos tais avisos, que começaram a chamar-lhe *mágico* como ao «Padre Voador». As coisas foram a ponto dos beirões das estalagens, logrados no negócio, lhe agenciarem uma arruaça que o obrigou a ir junto do Senado pedir que o livrassem de ser preso e espancado. O Lebrão foi, afinal, quem ficou com o contrato, continuando a abarbatar-se com a *merenda* de 25.000 reis, que a Câmara dava, como brinde, em cada ano, aos arrematantes da neve.

A mecânica do negócio, não se visiona hoje facilmente. Como se conservava a neve na Serra? Como se trazia à capital? Os contratadores guardavam-na em covões, abertos nos fraguedos serranos e cobertos de palha. Para a cidade, vinha em cavalgaduras e barcos, diàriamente, tendo os transportadores prerrogativas várias nas portagens e preferências nas travessias fluviais. Em Lisboa guardava-se em poços. Um dêles era ao pé do convento da graça; outro (em 1733) foi na tôrre norte do castelo de S. Jorge, que ficava sôbre a calçada de S^to^. André. A Câmara, em 1732, mandou fazer uma vistoria aos covões da Serra. Foi lá o engenheiro João Baptista Livre, e o arquitecto engenheiro João Baptista Barros foi ao Castelo, no ano seguinte, a ver se poderia fazer o poço na tôrre-norte. Já Manuel de Azevedo Fortes lá fôra e achara a tôrre em condições de servir de geleira.

Quem consumia a quási totalidade da neve, era o Paço. Para o público, que pagava mais dez reis do que os cortesãos, ficava o que sobrava, e para se regalarem os magnates da Ribeira e do Côrte-Real, os febricitantes do Hospital Real padeciam da falta de remédio. Em 1741, o francês Trofimo Paillete pediu o privilégio, por vinte anos, para êle e para os seus descendentes, pelos preços de 40 reis e 30 reis, com isenção de impostos, sizas e portagens e com direito às multas que se impusessem aos que, contra a lei, mandassem vir a

neve. O contratador era então, e desde 1833, Marcos A'lvares da Costa e ainda recebia a *merenda*, que estava já aumentada para 40.000 reis.

Nos poços da Graça tinham-se gasto dois contos sem resultado prático. Foi a Câmara quem os dispendeu porque o Rossati, depois de construí-los, fugira para Castela. Estas fugas eram freqùentes. Outro contratador, Lourenço Falcão, dera também às de Vila-Diogo, deixando com o encargo do fornecimento o seu fiador Fernão Pereira Teles.

A pretenção do Paillete foi deferida, fazendo-se o contrato por dez anos com fiscalização da Câmara nos poços da Serra, e abatendo-se de dez reis o preço da neve nos segundos cinco anos. Era mais um lôgro em que a Câmara caía. Os dois sócios do francês, João Rosa e Pedro Facalanza, foram burlados e o Paillete fugia no princípio de 1744, deixando-lhes o pagamento de 40.000 cruzados, gastos nos poços da Serra de Montejunto. A Câmara viu-se obrigada a consentir que êles o substituíssem, tendo de permitir, também, que Marcos A'lvares da Costa fornecesse para o Paço a neve que êles mandavam vir para o público. Êste, como agora ainda, é que ficava sempre prejudicado. Êstes poços de Montejunto, ficavam junto ao convento dos dominicos da Serra. Carlos Mardel, comissionado pela Câmara, foi lá vê-los e passou certidão do que vira, em 14 de Dezembro de 1748. Alem dos poços, examinou os tanques, a casa e outras obras que se estavam fazendo, dispendiosas e importantes, as quais êle orçou em 45.000 cruzados. Delas já não devem hoje existir vestígios.

Em 1750, o contrato da neve foi requerido por uma mulher, Catarina Picart, que a prometia vender a 30 reis. Esta Picart morava no alto do Chiado. A loja donde saía a neve para a côrte era a do Terreiro do Paço. A francesa — devia de ser francesa — queria ficar com

os poços de Montejunto e ainda que se proïbisse a venda da «água nevada» pelas ruas, que custava, por sinal, a 10 reis o quartilho. Nomeada contratadora, tudo correu bem até 1753. Neste ano, a vinda da neve parou. Porquê? Por êste caso de fôrça maior: — a neve acabara na Serra da Estrêla, depois de umas violêntas trovoadas que tinham assolado a região. A vereação ainda a intimou a trazer a neve de fora. A Picart aceitou, oferecendo o prêço de 290 reis e Marcos A'lvares da Costa apareceu a oferecer o de 200 reis, trazendo-a de Castela. A Câmara, atendendo ao caso de fôrça maior, foi justa, não tirando a concessão à neveira do Chiado e renovando-lha até o ano seguinte, com a condição de vender a neve nas ruas, e de fornecê-la para os doentes. O que eu não entendo é o facto de, em 1753, ter sido feito contrato semelhante com o neveiro Julião Pereira de Castro.

Param as notícias neste ano no tocante a tão refrigerante matéria. E' de crer que, após os lisboetas terem saboreado o gêlo do Guadarrama, outra vez o gôsto da neve da Serra da Estrêla os consolasse nas ardências dos verãos, e é de crêr também, se continuassem a fazer contratos entre o município e os neveiros; como, porém, nada mais sei, nem posso elucidar os leitores quanto à arqueologia dos sorvetes de leite e de morango, e quanto à antiguidade da Carapinhada, ponho aqui ponto final.

E já não é sem tempo.

MATOS SEQUEIRA.

(DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS)

QUEM CRIOU "O ZÉ POVINHO"?

(CARTA)

Em resposta ao artigo da Ex.^{ma} Senhora D. Julieta Ferrão (n.º 5 do 2.º vol.) enviou-nos o nosso prezado colaborador Sr. Gomes Monteiro uma carta, que não publicâmos na íntegra por demasiado extensa.

Nela, em suma, insistindo no seu ponto-de-vista, mantém aquêle Snr. a convicção de que não é de Rafael Bordalo a primitiva ideia do popularíssimo *Zé Povinho*, visto que essa típica figura, de chapeu braguês e barba à passa-piolho, simbolizadora do nosso povo, já muitos anos antes do aparecimento de Bordalo na vida artística portuguesa (quando êle «andava ainda ao colo da ama», no exprimir pitoresco do nosso correspondente), constava das páginas do *Supplemento Burlesco ao Patriota* (ano de 1846).

Cremos que ficam desta forma satisfeitos os desejos do amigo Gomes Monteiro.

PAPEIS POLÍTICOS

III

LADAINHA

Kirie, eleison.
Christe, eleison.
Kirie, eleison.
Senhora ouvinos.

Senhor Rei de Portugal
Principe Real, filho do nosso Rei que nos has de governar.
— COMPADECEIVOS DE NÓS

Espirito Santo Patriotico.

Olhae para nós com Piedade. — PORTEGEINOS SENHOR
Olhae para nós com Piedade. — AJUDAINOS SENHOR
De tantos erros dos vossos Ministros, e Secretarios d'Estado. — LIVRAINOS SENHOR

De toda a sua ignorancia, e ambição.

Da sua fiducia.
Das leis feitas, e desfeitas sem conhecimento de causa.
Da comichão de legislar.
Dos esforços que se fazem, e grande empenho de desmembrar Portugal dos Brazis.
Da venalidade nas repartições do Estado.
Dos Avizos que derrogam as leis.
Da ma influencia das grandes patentes officiaes sem principios, ou experiencia.
— LIVRAINOS SENHOR

Da pessima direcção com que são regulados os Negocios Estrangeiros.
Do ultimo tratado de Commercio e Navegação com Inglaterra.
Dos ministros, e officiaes de marinha que só se occupam em legislar sobre as polegadas d'agua, que deve fazer hum navio para se entregar ao inimigo; e que nunca viram o serviço maritimo, e nem d'elle tiveram noticia.
De lages que nas secretarias se poem sobre requerimentos dos pretendentes desgraçados, e não se levantam sem grande somma de dinheiro.
Da vilissima Raça dos Bruscos.
De Carneiros que com os cornos confundem, e consomem os papeis, e despachos de ministros e só apparecem por grandes quantias de dinheiro.
Dos criados particulares do Paço, que passaram por acesso das cavallariças.
Dos ministros de fazenda, que nunca viram um livro de economia, nem praticaram este ramo.
Dos ladrões da hucharia, compradores, cozinheiros, officiaes, ajudantes, moços, e adjuntos. Segurae Senhor vossa fazenda.
Dos ministros de fazenda que mandam rematar os contractos das rendas do Estado, aos seus Validos, por muito menos do seu valor, e abandonam os que dão mais.
De ministros de Estado despoticos, e sem responsabilidade, dizem elles.
Dos ministros de Estado, e seus officiaes ignorantes com titulo de maiores, e outros ministros de justiça, com ordenanças militares a cavallo.
Dos horrendos capitães governadores crueis, governadores de provincias que aceitam presentes dos povos, e se locupletam com as suas dadivas, em todas as occasiões, e machinam desordens para fazer o seu maior interesse.
Do total abandono, e desprezo, em que está a nossa marinha de guerra.
Da perda total do nosso commercio, e absoluta ruina da nossa navegação nacional.
Dos arsenaes vasios.
De hum exercito de generaes sem soldados.
De huma Casa de Bichos, inutil com o titulo de Estado Maior.
De hum Erario sem dinheiro, e sem credito
De hum Ministro de Estado de Portugal, compendio de vicios, e maldades, com capa de hypocrita, e ignorante por natureza.
Do pessimo e horrivel tenente coronel, o padre Goes, deser-

LIVRAINOS SENHOR

tor da igreja, flagello dos milicianos, dizimeiro dos dinheiros dos negociantes do Rio, e protector á franceza dos pernambucanos no tempo da revolução.

De hum Ministro de Guerra, que nunca foi militar, e tem negação para o ser.

De hum Ministro de Estado, que só cuida de passeios, chapeo redondo, robiço, e chibatinha, que desgraça, e que representa aquelles distintos estrangeiros que appareciam em Portugal na Praça do Commercio.

Dos Ministros de Estado que se envergonham de prezedir nas suas respectivas secretarias e nas mesmas darem audiencias.

Da demora dos correios, enganos do Estado a este respeito, abrimento de cartas, motivo de indignação, e má fé publica, de hoje em diante.

De conselheiros ignorantes, e pobres que nada tem a perder no naufragio da monarchia, e alteração das antigas Instituições.

Dos confessores de El-Rei, Rainha e Principes.

De suas molheres, filhos e enteados.

De hum cura pregador régio Antonio José Maciel que foi despachado mestre de Escola de Coimbra, pelo sermão que pregou na capella real em 20 de Janeiro de 1821, e de suas pessimas doutrinas.

De hum padre que pregou na mesma capella constando o sermão de sonhos, que vira no ceo 14 cadeiras magestosas, 4 eram de espaldar, e d'estas huma era da Rainha D. Maria I, e outra da Infanta, e que por isso foi despachado conego da Patriarchal de Lisboa.

Da multiplicidade de empregos, officios, e beneficios sobre hum só individuo, e outros sem nenhum.

Do Intendente Geral da Policia, com privilegio de Harpía, que até vende os açoites para os pretos a 24 reis cada cento, para o que se passava bilhete.

Dos famintos, e insaciaveis dezembargadores.

Dos grandes ladroens da policia, e seu chefe que roubou, e matou, e ferem de noite, e dia, e pervertem a mocidade com seus pessimos procedimentos.

Das leis sem força ou vigor.

Da impunidade dos crimes.

Dos enxames de empregados inuteis, e privilegiados da mesma natureza, e ignorantes.

Da total relaxação de costumes.

Do comboi do Porto ex amiga do Monsenhor Miranda, sua successora ex amiga de Napoleão aquem a Coroa da a an-

nual pensão de 600$00 reis pelos serviços feitos a S. Ill.ma Beato António etc.
De trez raparigas que o dito trouxe escolhidas da nova Friburgo, para sucessoras das ditas.
Dos ridiculos planos do dito Monsenhor Miranda.
Das transações do morro queimado, e outras d'esta natureza, para lograr o publico, e o Estado.
Do importante e recomendavel Bispo, e seu insanciavel secretario o padre José Luis.
Da eternidade do papel moeda em Portugal.
Do descredito total dos bilhetes do Banco do Brazil.
Dos traficantes, e usurarios, que minam, e diminuem as forças e credito do Erario Regio.
De hum Targine insaciavel usurpador do Erario.
Do Visconde de Rio Seco devorador do patrimonio real.
Da prepotencia, orgulho, e soberba dos Lobatinhos, Lobatos, e Lobatoens.
Da má moeda metalica, que circula no Brazil.
Da falta de cumprimento, e boa fé nos contractos da real fazenda.
De espias que poem todo o publico em desconfiança, denunciando, para adquirirem graças, com grande prejuizo, e desgraças de muitos.
Dos ignorantes insaciaveis Harpías que cercam o throno do Rei, e que o enganam com as suas perfidas adulações.
Dos vicios torpes que tem abastardado os nobres, e varonis, antigos costumes da Nação Portugueza.
Da pessima administração da alfandega do Rio de Janeiro, e dos roubos que n'ella se fazem.
Do excessivo luxo que nos devora as entranhas.
Dos abusos do Banco a favor da uzura contra todos os principios do seu estabelecimento.
Do espirito de intrigas contra todos os homens de conhecimentos.
Dos innumeraveis escuzados em requerimentos por ignorancia e falta de conhecimento da causa.
Da entrada ruinosa dos francezes, e mais estrangeiros em todos os ramos da nossa industria nacional.
Dos Suiços, Napolitanos no Brazil, e de toda a Espuma da Europa.
De hum folheto em francez dado ao publico por ordem regia, e mandado recolher pela mesma, contra os vassalos de Portugal, a favor dos portugueses brasileiros.
De huma becharia que devora todas as rendas do Estado.
Da irregularidade dos pagamentos.

Da terrivel influencia dos validos, (mas traidores contra a Patria) que vão ao Brazil obter prompto perdão, e postos, huns chaves douradas, grandes postos, e placares

Da grande Bolonia e Egoismo, e imcomparavel ignorancia do Inspector da Capela Real o Conego por erro, Venceslau.

Dos dispotismos que se praticam com os infelizes que são remitidos (com o titulo de doidos, por terem justiça e não dinheiro para a comprarem) a Santa Casa da Misericordia, ou casinhas da mesma.

Dos hypocritas politicos que vão á Capela Real, e mudam com todos os ventos.

De inuteis, e ruinosas contendas com os nossos visinhos.

Dos parochos, e vigarios que negligem a lei, e moralidades dos rebenhos que lhe são confiados.

De hum Clero supersticioso, ignorante, e viciosissimo da guerra civil, e por isso mais acolhido do Rei e Bispo.

Dos restauradores da Patria, Monarquia, e Legitimo Governo.

De hum Camera com privilegio de Secretario.

De lages e ecclesiasticos nas Secretarias.

Das muitas merces de habitos feitas a sacristas, criminosos, mulatos, cabocos, e officiaes de todos os officios.

Dos despachos feitos com toda a justiça, e depois sonegados para se obter dinheiro.

Dos frades empregados em secretarias, e logares que lhe são improprios.

De hum Marcelino, medico Mariano, e Enfermeiro Mór empregados no Hospital Real d'esta Corte, que matam gente por devoção.

Das patentes, e avisos, e mais despachos que se abafam para renderem, e que se somem

Dos despachos que não se lançam nos Livros da Porta para conhecimento das partes, e por reixas particulares.

Dos contratadores e traveçadores de carnes, e mais comestiveis, que vem de Campas e Minas.

Dos Juizes, Almotaceis, e sua quadrilha desmascarada em furtar.

De hum horrivel Camera, que tendo tributado os moradores da corte com demaziadas faltas para a limpeza, e calçadas da cidade de que recebe immenso dinheiro, e que quando se acha alguma falha na rua são obrigados os da competente testada ao concerto, precedendo condenação.

De tantos flagellos e tormentos em que se ve a Nação.

De guerra civil.

Pela vossa Grandeza.

Pela nossa fidelidade.
Pela gratidão que deveis aos portugueses por porem a Vossa Familia no throno em 1640.
Pela constancia, e valor, com que sustentaram vossos Avós contra Castella.
Pela constancia, valor, heroismo com que se levantaram contra os indignos projectos de Bonparte, e o confundiram.
Pelos immensos sacrificios que fizeram para vos restituir a Vosso Throno desemparado e perdido.
Pelas Vossas promessas que estão por cumprir.
Pelos prejuizos que a Nação tem padecido nos Congressos e tratados pela Vossa auzencia da Europa.
Pela inutilidade de Vossos immensos esforços, e heroicos feitos na falta de huma competente, e justa representação Nacional e executiva na Europa para os fazer valer.
Nós pobres portuguezes vos rogamos vir occupar o Throno de vossos Avós no coração da monarquia
Que vos afasteis e guardeis de quem vos quer afastar d'elle para vos perder.
Que venhais assistir á organização do Codigo, por fim de salvar a Nação.
Que chameis hum conselho de Estado digno pelas suas luzes, pela alta graduação, e posse de seus membros, e da confiança da Nação.
Que chameis Secretarios de Estado subordinados a este Conselho, inteligentes nos negocios da sua repartição, unido entre si.
Que formeis d'estes homens hum Conselho particular com hum ministro prezidente, recommendado pelo seu nascimento illustre pela sua independencia, pelas suas dignidades, e talentos pessoaes.
Que os que mandam e os que são mandados saibam a justa extensão da sua auctoridade e direitos.
Que as leis sejam feitas com audiencia da vontade da Nação que as hade cumprir e he parte interessada, e Vos as façais observar inviolavelmente.
Que a Vossa clemencia tenha justos limites, para que o justo temor das leis não perca a saudavel influencia e Vos a honra de justiceiro.
Que a divida do Estado se pague e seu credito se zelle.
Que os salarios dos ministros de Justiça sejam taes que os livre da dependencia total da Coroa e dos Particulares.
Que a administração da justiça seja concertada em poucas mãos, mas puras e veneradas.
Que os tratados sejam revistos.

Que se de ás Camaras municipaes toda a authoridade de politica que lhes tem sido usurpada.
Que o Estado seja purgado do Enxame de dezembargadores pobres e mizeraveis e das sanguexugas que o oprimem.
Que a administração da politica seja privativa competencia das camaras Municipais, e hum objecto puramente civil e não militar.
Que o systema das Alfandegas seja simplificado, e livre da influencia estrangeira.
Que se criem homens para os officios e não officios para os homens.
Que o Estado occupe os seus braços, que forem precisos para que os mais se dediquem á industria.
Que as honras do Estado não sejam prostituidas, e só se tornem em premio de relevantes serviços.
Que o exercito seja propocionado em tempo de paz, e a necessidade do Estado, e não excessivo.
Que se favoreça a verdadeira força nacional que são as milicias e estas sejam bem disciplinadas e reguladas.
Que a bandeira nacional mercante seja favorecida sobre todas as estrangeiras, e protegida executivamente seja grande ou pequena, e suas pescarias da costa, e alto mar, e o commercio das suas colonias.
Que os estrangeiros não tenham no paiz privilegios superiores aos nacionaes.
Que os officios e corporações mechanicas sejam protegidas e favorecidas como colunnas do Estado.
Que hajam leis sumptuarias emquanto não tivermos fabricas nacionaes suficientes.
Que a lavoura seja isenta dos vexames que padece por embargos, e os mineiros de recrumento.
Que a Nação seja aliviada do pezo dos enormes tributos, que se opoem ao seu augmento e prosperidade.
Que o clero seja instruido, exemplar, limitado, e bem provido.
Que o culto seja hum objecto do coração, e não hum aparato de Theatro e de ostentação farizaica.
Que a liberdade de imprensa sirva de annunciar as obras, desmascarar os crimes, e provar a sua correcção.
Que a intruducção dos jurados sirva a evitar a delonga dos processos.
Que a monarquia portuguesa, e todas as suas partes remotas sejam ligadas por instituiçoens sabias, e permanentes e não por hum privado direito.
Que a fidalguia seja mandada para os seus solares em logar de serem occiosos cortezãos e intrigantes abusadores na corte.

ATTENDEINOS SENHOR

Que o Rei seja como o Sol, que visite todas as provincias do seu imperio, para que todas com igualdade participem dos beneficios da sua presença.
Que o throno resplandeça no centro da nação, supportado pela sua justiça, e pelo amor dos povos, como depositario do poder, conservador supremo das leis e de tratados, e a fonte das graças e merces.
Que a educação dos herdeiros do trhono, de que de pendecomercialmente a fortuna ou desgraça da nação, escolhade Aios e Mestres seja hum objecto da maior importancia e cuidado nacional, independente da aprovação dos povos sobre que hão-de vir algum dia a reinar.
Que o infame commercio da escravatura, que desmoralisa a nação acabe de todo para sempre.
Que o direito de liberdade individual, de propriedade e da consciencia seja formado sobre leis inviolaveis.
Que todos os individuos que nascerem em terra de liberdade, nasçam livres, e que desapareça o prejuizo das cores.
Que sejão abolidos todos os vestigios de feudalismo, e todos os encargos oppostos á industria e agricultura.

} ATTENDEINOS SENHOR

Senhor Rei de Portugal } COMPADECEIVOS DE NÓS

Ó veneraveis anciaens e benemeritos da Patria que pela vossa probidade, experiencia e serviços. } LIVRAINOS DE TANTOS MALES

Ó brilhante e valoroza mocidade que sois a esperança futura da nação, e hoje o seu vigor e força } VALEINOS

Senhor Rei de Portugal.
Ó Principe Real. } OUVINOS NAS NOSSAS SUPLICAS

Kirie leison, Chrispte leison Kirieleison.
Omnipotente Deus não nos trateis segundo nossas culpas.
E não nos castigueis segundo as nossas maldades. } OUVI NOSSOS ROGOS

ORAÇÃO

Senhor Rei muito Alto e Poderozo, que não desprezais as supplicas e gemidos do vosso povo, nem a tristeza dos seus fieis coraçoens, attendei pois benignamente a esta oraçam que vos dirigimos do centro dos nossos coraçôens, no auge das nossas necessidades, e concedeinos o vosso auxilio, para que tudo quanto o Diabo e sua maldade suscitar contra nós, seja destruido pelos effeitos da

vossa Bondade, para que unidos debaixo de tão poderosa Egide, nos façamos respeitar de todas as naçoens da terra, e sejamos felizes, sobre o local que Deus nos concedeu na mais bella parte do mundo para nossa felicidade, por intercepção do Principe Real Vosso filho, que hade reinar sobre nós. Amen.

A SENHORA DA ROCHA NA SÉ

Há muitos anos que coleccionamos tudo quanto se refere à Senhora da Rocha, aparecida, em 31 de Maio de 1822, numa gruta em Carnaxide, com a intenção de, um dia, publicarmos um trabalho desenvolvido sôbre esta imagem, tão ligada à política do tempo. (1)

Foi por isso que, com o maior interêsse, lêmos o artigo do sr. Alvaro Maia, *Um voto de D. Miguel*, em que se trata do agradecimento que aquêle monarca foi apresentar à mesma Senhora, depois do acidente de que resultou partir uma das pernas.

Vimos, porém, fazer e comprovar uma ligeira observação sôbre o local onde D. Miguel foi, com suas irmãs, cumprir aquela devoção.

---

(1) Na revista *O Tripeiro*, de 1927, publicámos já um artigo intitulado *A Senhora da Rocha no Pôrto*.

No mencionado artigo, depois das referências às diversas solenidades efectuadas em seguida ao seu restabelecimento, lê-se: «E D. Miguel I, que se apegara com a Senhora Aparecida, ou da Rocha, foi lá a 29 de Janeiro de 1829 na companhia de suas irmãs e de vários áulicos dar-lhe graças pelo seu restabelecimento e, segundo se diz, oferecer-lhe as muletas a que durante alguns dias se arrimara.»

Dêste período conclue-se que o rei se dirigiu naquêle dia à Rocha, isto é, à gruta onde aparecera e existia a imagem milagrosa.

Não é porém assim, como vamos vêr.

Informa um jornal do tempo, *O Censor*, de 3 de Janeiro de 1823: «Inutilizado este estratagema, appareceo a Senhora da Rocha, para salvar, diziāo os sismaticos, a Nação das garras dos pedreiros livres. Logo a Ribeira de Jamor foi o Club dos tolos e tolas, o governo, porem, respeitando o que havia de Religioso no invento, e prevenindo o que a malicia podia fazer, tirou d'aquelle lugar a Imagem e a depositou na Sé de Lisboa, aonde os Clubistas podiam ser melhor vigiados, e mais conhecida a sua preversidade, mesmo estando elles misturados com o povo sincero e devoto:...»

Efectivamente, o governo liberal de então, temendo quaisquer manifestações políticas a que podiam dar lugar aquêles conciliábulos, expedia ao Colégio Patriarcal a seguinte portaria, em que se determina a mudança da imagem:

«Manda El-Rei, pela Secretaria de Estado dos Negocios da justiça, participar ao Collegio Patriarchal da Santa Igreja de Lisboa, que sendo-lhe presente a sua Carta, datada em 16 do corrente mez, e que acompanhava a informação a que mandou proceder pelo Desembargador que serve de Provisor, e Vigario Geral do Patriarchado, á cerca da apparição de huma Imagem de Nossa Senhora em huma lapa junto ao rio Jamor,

nos limites de S. Romão de Carnachide: E attendendo Sua Magestade a que o lugar onde foi achada a dita Imagem, não he proprio para ella continuar a existir,

S. M. O SENHOR D. MIGUEL I.º
acompanhado de suas Augustas Irmans, dando graças a Snrª da Conceição da Rocha pella feliz melhora da sua perna; A respeitavel prezença do nosso Inclito Monarcha, o brilhante concurso de muitas, e destinctas personagens desta Corte que ali se achava, tornou assás pompozo este Solene e Religiozo Acto Que foi praticado na Bazilica de Sta Maria no dia 29 de Janeiro de 1829

e muito menos para se lhe dar hum culto publico e tão solemne: Ha por bem, conformando-se com o parecer do referido Vigario Geral ordenar que o Collegio Patriarchal logo, e sem perda alguma de tempo fa a re-

colher aquella Imagem à Basilica de Santa Maria Maior, onde depois de benta poderá ser venerada, nomeando o mesmo Collegio huma administração para tratar das oblações, e esmolas, se as houver, as quaes serão empregadas em objectos pios, e pondo em practica as mais providencias que lembre o mencionado desembargador, e o Collegio julgar conveniente: Manda outro sim Sua Magestade declarar-lhe que na data desta se expede ordem ao Intendente Geral da Policia, e ao Juiz de Fóra da Villa de Oeiras, para que prestem todo o auxilio que lhes for requerido, afim de que a sobredita Imagem seja transportada com aquella decencia, e respeito que lhe são devidos, e a que de nenhum modo se deve faltar. Palacio de Queluz, 27 de Julho de 1822. *José da Silva Carvalho.*»

Também os absolutistas acusaram o govêrno de querer dispor das avultadas esmolas e presentes com que a devoção dos fieis ia já concorrendo para o culto daquela Imagem, e que, em 29 de Janeiro de 1823, eram computadas, as primeiras, em mais de cinco contos. Como se viu, aquela portaria já providencia sôbre a sua administração.

O decreto de 9 de Janeiro e a portaria de 11 de Janeiro de 1823 encerram determinações sôbre êste assunto, proïbindo-se, nesta última, a venda dos registos da santa à porta da Sé, que considera como um «escandaloso trafico». O produto das esmolas, deduzindo-se as despezas próprias do culto, seria destinado à reedificação, fábrica e ornato das Igrejas Paroquiais de Lisboa, arruïnadas pelo terremoto de 1755.

Parece, porém, que êle não teria, integralmente, tido tal aplicação.

Assim, José da Silva Carvalho, então Ministro da Justiça, era acusado de desviar êsses fundos para outro destino.

Num folheto da época, *Carta que no memoravel*

dia 4 de Junho dirigio certo figurão a José da Silva Carvalho, Porto, 1823, lê-se a seguinte décima, em que há alusões a êsse facto:

Não te esqueças no barulho
D'ir á Senhora da Rocha,
A quem sem temer carocha
Já bifas-te hum bom embrulho
Leva-lhe todo o resulho
Com o pretexto de então,
Trase á balha a espedição; (1)
E naõ recêes mentir,
Visto estares a expedir
Para o ditoso London.

Voltando atraz, verificamos que fôra determinado superiormente, que a imagem fôsse transportada para a Sé, fixando-se para êsse acto a data de 5 de Agôsto de 1822, dia de Nossa Senhora das Neves.

No Arquivo Histórico Militar existe um ofício, datado da véspera e dirigido ao Intendente das Obras Militares, do qual constam vários preparativos que se efectuaram para tal cerimónia.

Aqui o transcrevemos:

Ill.^mo Snr.^e

«Exigindo o Rev.^do Vigario Geral do Patriarchado, que se aprompte huma Barraca no Terreiro do Paco ás 7 da manhãa do dia 5 do corrente, para alli se recolherem a Cruz, Ceriaes, e mais Utencilios pertencentes á Bazilica de Santa Maria Mayor que deve hir bus-

(1) Alude á Expedição da Bahia a cujo pretexto se tirárão avultadas esmolas da Senhora da Conceição. *(Nota do folheto).*

car em Procissão a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, que hade vir de Carnaxide: rogo a V. S.ª queira dar as suas Ordens para que aquella hora se ache alli armada huma Barraca decente; e se com isto se fizer qualquer despeza, V. S.ª terá a bondade de me indicar a pessoa a quem deva ser satisfeita, para o ser immediatamente.

Deos guarde a V. S.ª. Lisboa em 4 de Agosto de 1823.

Ill.mo Snr. Duarte Joze Fava

Manuel Marinho Falcão de Castro.

Com grande concurso de gente da nobreza, clero e povo se fêz, finalmente, a trasladação da imagem da Senhora da Rocha da sua gruta de Carnaxide para a Sé, onde ficou patente à devoção dos fieis no altar de N. Sr.ª de Bettencourt.

Fr. Cláudio da Conceição, na *Memoria de huma lapa descoberta no dia 28 de maio de 1822 na ribeira de Jamor, freguezia de Carnaxide, e os mais acontecimentos que depois se lhe seguirão*, Lisboa, 1822 e depois no vol. IX do *Gabinete historico*, dá circunstanciada notícia de tudo quanto se praticou neste dia.

Prègou na mesma cerimónia o prior da egreja matriz de S. Lourenço da Vila de Alhos Vedros, Marcos Pinto Soares Vaz Preto, o célebre Padre Marcos, mais tarde *amigo e confessor de D. Pedro IV*, como se declara na sua inscrição tumular, no cemitério dos Prazeres. (1)

---

(1) Imprimiu-se êste sermão em 1822. Publicámos esta inscrição no jornal *O Cezimbrense*, de 30 de Junho de 1929, na biografia que ali dedicámos ao Padre Marcos, — *Uma glória cezimbrense*, com o seu retrato e o seu túmulo.

Os papeis da época chamaram-lhe a *Senhora do Buraco*, ou *da Buraca*, a *Primeira Revolucionária* e a *Saloia da Sé*.

Ali se conservou a referida Imagem até 1883, tendo apenas ido uma vez de visita ao logar da aparição, em 1830, ficando exposta na egreja paroquial de Carnaxide.

Naquêle ano, durante o ministério presidido por Fontes e de que faziam parte Júlio de Vilhena, Hintze Ribeiro, Andrade Corvo, Barbosa du Bocage e Tomás Ribeiro, foi, pelos esforços dêste últimc, que ficou sendo conhecido pelo «Tomás da Aparecida,» trasladada em 30 de Setembro, a imagem para o lugar onde hoje se encontra na sua egreja de Carnaxide.

Quanto àquêle título observa o ilustre poeta do *D Jaime*, no *Mensageiro de Fez*: «Aproveito o ensejo para agradecer a graça que não podia acceitar. Em primeiro lugar por indigno d'ella; depois por não reconhecer, — que m'o perdôem! — auctoridade, nos outhorgantes ou conferentes do titulo.»

Os jornais da época criticaram muito êste acontecimento e o conhecido jornalista António de Menezes (Argus) publicou alguns versos satíricos alusivos, que se podem lêr no seu livro *Tam-tans*, publicado póstumo em 1885.

Quanto aos versos satíricos, feitos por motivo da queda de D. Miguel, vieram pela primeira vez, crêmos, no jornal de Garrett e Paulo Midosi, intitulado *O Chaveco*, de Londres, 1829 e, depois, no livro do Dr. Xavier da Cunha *Riscos e ligações*. Quanto ao desastre, deu-se êle em 9 e não 4 de Novembro de 1828.

O jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro publicou a propósito em Londres, nêste mesmo ano, o seu *Dithyrambo por o santo dia 9 de Novembro de 1828, quando aconteceo a fatal catastrophe ao rey de theatro, Miguel Primeiro*.

Há outra gravura de Fontes representando a mes-

ma scena figurada na que veio reproduzida com o artigo do sr. Alvaro Maia.

Aqui se reproduz também pelo exemplar, muito raro, que da sua preciosa colecção, o Dr. Fernando Ferreira Cardoso gentilmente pôs à disposição da „Feira".

Uma conhecida papelaria de Lisboa, do Verol, publicou uma reprodução zincográfica desta estampa com os seguintes dizeres: «Vera Effigie da Milagrosa Imagem, de N. S. da Conceição da Rocha, descoberta na sua Gruta em 31 (aliás 28) de Maio de 1822, nas margens do Rio Jamor, Casal da Rocha, Freguezia de S. Romão de Carnaxide, Termo de Oeiras. Trasladada em 5 deAgosto do mesmo anno para a Capella de Santa Maria Maior da Sé de Lisboa, e daqui transportada para a freguezia de S. Romão de Carnaxide, em 30 de Setembro de 1883, e festejada nos anniversarios do seu apparecimento e do seu regresso a Carnaxide em 30 de Setembro e 31 de Maio de cada anno» e «S. M. o Senhor D. Miguel I.º acompanhado de suas Augustas Irmans, dando graças a Snr.ª da Conceição da Rocha pella feliz melhora da sua perna; A respeitavel prezença do nosso Inclito Monarcha, o brilhante concurso de muitas, e destinctas personagens desta Corte que ali se achava, tornou assás pompozo este Solene e Relegioso Acto. Que foi praticado na Bazilica de S.ta Maria no dia 29 de Janeiro de 1829.» (1)

E aqui terminam as nossas notas sôbre êste curioso assunto, ficando ainda muito para dizer.

Henrique de Campos Ferreira Lima

da Academia das Ciências de Lisboa

(1) Pormenor curioso da gravura: uma das tábuas votivas pendentes da parede do templo (a primeira a contar da esquerda), reproduz o desastre da estrada de Queluz. Lá se distingue o rei, prostrado por terra e o rodado trazeiro da sege passando-lhe sôbre a perna. Caido junto dum lampião, o chapeu. Ao alto a Virgem aparece e acode à invocação de D. Miguel, que ergue para ela o braço direito.

MONTE-PIO ORIGINAL

EM 1811, o Marechal General Lord Wellington tinha o quartel general em Freineda, nesse tempo na jurisdição do Bispo de Pinhel.

Como êle costumava beneficiar a gente do campo com avultadas esmolas, observou-lhe o Bispo que podiam essas esmolas ser permanentes e duradouras, o que faria com que todos abençoassem e glorificassem o seu nome, já de si afamado como o de um grande cabo de guerra.

Ora a ideia episcopal consistia no seguinte: as esmolas, em vez de serem entregues em dinheiro (que em pouco tempo se dispendia) seriam empregadas na compra de bois de lavoura e êstes entregues aos lavradores mais precisados, sob certas condições.

Lord Wellington aceitou a ideia e, de acôrdo com o Bispo, organizou uma comissão administrativa, aprovou um Regulamento arranjado *ad hoc*, conseguiu reünir uma grande quantia, comprou 276 bois e distribuiu-

-os pelos lavradores mais necessitados do Bispado de-Pinhel. Foi assim instituido *um monte de Piedade com o fundo de 276 bois* na frase de Lord Wellington.

O Monte-Pio começou a funcionar em 1812 e parece ter acabado em 1821. O capital inicial foi de 276 bois, mas em 1822 tinha 273. Durante êsse período de tempo a receita foi de 14:708.375 reis, resultante da venda de animais incapazes, do aluguel das rezes e da venda das crias.

Nesse ano de 1822, os sócios faziam o que lhes dava na real gana: vendiam os animais, carregavam--nos de trabalho, não pagavam a gabela marcada e não havia quem tomasse contas nem quem desse ordens.

Chegou a um ponto tal, que o Bispo de Pinhel representou a D. João 6º. Foi mandado ouvir o Corregedor da comarca, que informou o melhor que poude. Mas o que é certo é que D. João 6º. nada providenciou.

É que em 1822 a política andava tão assanhada com as conseqüências da Revolução de 1820, com a Constituïção de 1822, com a perda do Brazil e quejandas questões de desharmonia interna, que o Monte-Pio Wellington faliu e dêle só resta um maço de documentos arquivado nos «Feitos Findos».

João Jardim de Vilhena

MANIFESTAÇÃO ESPONTÂNEA... PRÈVIAMENTE ORDENADA

PROVEITANDO uns dias de férias da nossa vida profissional, estivemos vasculhando os papeis do arquivo da Câmara Municipal da vila de Alenquer, que por amável deferência da respectiva comissão administrativa nos foi facultado. Dentre bastos documentos que vamos dar à estampa, com consentimento da mesma comissão, julgando assim prestar um serviço útil aos estudiosos e contribuir para o conhecimento da história, encontramos um que a seguir reproduzimos e que é, nem mais nem menos, do que a participação feita ao Juiz, Vereadores e Procurador da Câmara daquela vila do nascimento do futuro Rei D. José, subscrita por seu pai, o Rei D. João V.

Segue o documento :

«Juiz, Vereadores, e Procurador da Camara da Villa de Alemquer. Eu El-Rey vos invio muito saudar. Hoje foy Deos servido, por sua divina bondade dar a estes Reynos hum Infante, e por que esta noticia sera de grande contentam[to] para todos meos vassallos vola partecipo, para que a festejeis com aquellas costumadas demonstrações de alegria, com que sempre se celebrou similhante felicidade, no que estou certo naõ faltareis como espero de taõ fieis e Leaes vassallos.

Escrita em Lx.ª a 6 de junho de 1714.

REY

P.ª a Cam.ra da V.ª de Alemquer.

Podemos supôr o que terão sido as festas do nascimento dum filho do faustoso Rei D. João V!

LUCIANO RIBEIRO

AINDA O BARÃO DE CARIA

(CARTA)

Prezado consócio Senhor Cardoso Martha

Vem publicado no último volume da «Feira da Ladra» — a páginas 216 — um interessante documento intitulado *O Primeiro Barão de Caria* àcêrca dada concessão de um título de que não chegou a ser feita mercê.

O senhor João Jardim de Vilhena diz, em comentário, que «a morte veio surpreendê-lo (a José Guedes) antes que a omnipotência régia lhe concedesse o título ambicionado. Mais tarde, em 1864, El-Rei D. Luís concedeu aquêle título a José Homem Machado de Figueiredo Leitão, que nada tinha com aquêle José Guedes, e a nobreza de Caria derivou para outra família ilustre, mas que não tinha tantos serviços na sua progénie como o comandante da Legião Nacional do Taboado».

O comentador escreveu «que nada tinha com aquêle José Guedes», por não haver descoberto traço de ligação entre os dois, mas ainda supondo que existia o da conterraneïdade; porém, nem essa, mesmo, os aproximava.

José Guedes, que pretendeu ser 1.º barão de Caria, se tivesse recebido mercê, sê-lo-ia da vila de Caria, cabeça do concelho de Caria e Rua, a trinta quilómetros de Lamego; enquanto que José Homem Machado o foi da freguesia do mesmo nome, no concelho de Belmonte, a trinta quilómetros da Guarda.

Nenhum valor tem a minha observação; mas, se Você quiser rectificar o êrro corográfico, disporá desta como lhe aprouvér.

S. C., aos 24 de Março de 1931.

De Você,

consócio, atento e obrigado

António Machado de Faria

D. JOÃO VI A CAVALO

CARTA

Lisboa, 13 de Abril

Meu caro Navarro

Recebi ontem o número 1 do III volume da *Feira da Ladra* e aí encontro um artigo sôbre "Retratos eqüestres de D. João VI", que não posso deixar passar sem reparo.

O autor, sr. dr. Sousa Pinto, ficou um pouco surpreendido ao ver um retrato eqüestre de D. João VI na exposição da Associação dos Arqueólogos; mas o seu espanto cresceu ao ter notícia de um outro retrato em que o mesmo rei é também representado a cavalo. Tudo porque o considera como sendo "pouco dado a cavalarias altas".

Não vem para o caso discutir a afirmação em sentido figurado e é mesmo possível que, depois de rei, D. João VI já não fôsse um notável equitador. O mesmo parece que lhe não sucedia quando príncipe. Pelo menos assim o afirma por mais de uma vez Manoel Carlos de Andrade, picador da Picaria Real de Sua Magestade Fidelíssima, no bem conhecido livro *Luz da Liberal e Nobre Arte da Cavallaria*, que veio a público em 1790.

Tem-se afirmado que o verdadeiro autor do livro foi o célebre Marquês de Marialva, que deixou o seu nome a um método de equitação; mas, ou um ou outro, eram sem dúvida autoridades no assunto[1] e o livro é

não sò apreciado pela beleza das suas gravuras, como tambem pela sua aproveitável doutrina.

Ora nesta obra se encontram nada menos de seis retratos eqüestres do príncipe D. João, que efectivamente ostenta em todos êles uma correctíssima posição de cavaleiro. Êsses retratos são os das estampas seguintes:

XXI — *Do Serenissimo Principe D. João, formando qualquer Cavallo na lição, e acção do galope, fazendo-o trabalhar com o freio, e cabeção dobrado para a esquerda sobre linhas parallelas á largura do Picadeiro.* Desenho de Silva.
XXIX — *Do Serenissimo Principe D. João, formando hum Cavallo na lição, e acção de suspender, dobrando-o para a direita.* Desenho de Silva e gravura de Frois.
XXXIII — *Do Serenissimo Principe D. João, formando qualquer Cavallo na lição , e acção da garupa ao Pilão, obrigando-o com o freio, e cabeção a marchar de passo, e trote para a esquerda.* Desenho de Silva.
XLIII — *Do Serenissimo Principe D. João, ensinando hum Cavallo a formar-se na lição do terra a terra, dobrando-o para a esquerda.* Desenho de Silva.
XLIX — *O Serenissimo Principe D. João ensinando hum Cavallo a galopar, dobrando-o para a esquerda com o freio só.* Desenho e gravura de Silva.
LVIII — *Do Serenissimo Principe D. João, ensinando hum Cavallo na lição do meio ar, dobrando-o para a direita com o freio só.* Desenho de Silva e gravura de Frois.

Não escasseiam, portanto, os retratos eqüestres de D. João VI, enquanto príncipe, o que não deve admirar, se

êle possuia a cavalo a "bella" e "symetriada" figura que Andrade (ou o Marquês de Marialva) lhe atribue a pgs. 270 e 357. Bem natural era que se fizesse retratar a cavalo o príncipe de quem o mesmo livro afirma que "todos sabem que S. A. he muito aplicado a esta bella Arte (a equitação) e que insignemente faz manejar os Cavallos com tanto primor em todas as lições. . . ."

Não devia, pois, ser *inesperado* um retrato em que o Rei luzia os seus conhecimentos de cavaleiro, a julgar pela descrição de Francisco Coelho de Figueiredo. Bem mais inesperado era o tratamento de rei dado a D. João VI num livro datado de 1815, anterior portanto à morte de D. Maria I, se pela leitura dêle se não concluisse que é indubitàvelmente mais recente, não devendo ter sido terminado senão nos fins de 1819 ou princípios de 1820 (pg. 650).

¿E não lhe parece bom publicar êste esclarecimento, não vá alguem julgar que entre os leitores da *Feira da Ladra* é desconhecido um livro relativamente tão vulgar como é a *Luz da Liberal e Nobre Arte?*

Creia-me sempre seu
am.° obg.°

Gastão de Melo de Mattos

UMA GRAVURA QUINHENTISTA DE LISBOA

ÃO é, pròpriamente, uma vista da cidade, mas um trecho da porção ribeirinha, representado a propósito do desembarque em Lisboa, nos meados do século XVI, do matemático João Stadius, quando da sua viajem à America e Indias Orientais.

A legenda da gravura é suficientemente esclarecedora: *Primum iter Navale Joannis Stadii, factum est Vlyssippone Portugalliae in Brasiliam, Indiae Orientalis, sive Americae Provinciam.*

A gravura pertence a uma obra vulgarmente conhecida por *Colecção das grandes e das pequenas viajens*, mas cujo verdadeiro título é: *Collectiones Peregrinationum in Indiam orientalem & Indiam Occidentalem XXV partibus comprehensae; opus illustratum figuris aeneis fratrum de Bry, & Meriani.* Francofurti ad Maenum, 1590. & ann. seqq. ad ann. 1634.

Um exemplar completo desta colecção, que consta de 7 volumes *in-folio*, é considerado raríssimo por Guillaume François de Bure, le Jeune, na sua *Bibliographie instructive*, Paris, 1768.

João Stadius, que a estampa representa no momento do desembarque em Lisboa, teve uma certa celebridade, agora delida a ponto de o seu nome não figurar nos dicionários mais modernos.

As suas notas biográficas, segundo o *Nouveau Dictionnaire Historique* (1789), cifram-se nisto:

"*Stadius*, (Jean) né á Loënhout dans le Brabant, en 1527 & mort á Paris en 1579, a composé des *Ephémérides*, Cologne, 1660 in-4°; les *Fastes des Romains*; & plusieurs ouvrages sur l' Astrologie judiciaire, vaine science dont il étoit infatué.„

João Stadius escreveu uma relação acêrca do Brasil, inserta na obra indicada, precedida de "un Discours en forme d'Epitre Dédicatoire adressée á Philippe Landgrave de Hesse„ datado de 1556.

A sua passagem por Lisboa foi no reinado de D. João III. No casario da margem do Tejo que a gravura nos apresenta, vislumbram-se os antigos paços da Ribeira, construídos nos primeiros anos do século XVI, bastante próximos, na sua linha geral, do aspecto conhecido pelos desenhos de Jorge Braunio. Os torreões da cintura defensiva da cidade, nos primeiros planos, e as tôrres dos templos que ao longe emergem, estreitas e elevadas, não correspondem bem aos tipos portugueses. Nos navios fundeados no Tejo, duas naus de guerra, e alguns barcos menores, vê-se a bandeira tricolor dos Países-Baixos.

A João Stadius, ao desembarcar, aguardam-no algumas pessoas, trocando-se cumprimentos. O grupo é de uma composição agradável e muito sugestivo sob o ponto de vista do trajo dos personagens.

Não pode negar-se a autoria de Teodoro Bry, fale-

DESEMBARQUE EM LISBOA DO ASTRÓLOGO BRABANTÊS STADIUS

(Grav. em cobre de Teodoro Bry)

cido em Francfort em 1598, desenhador e gravador neerlandês dos mais notáveis, que ilustrou no comêço *Collectiones Peregrinationum*, tarefa depois continuada por seu genro Mateus Merian.

A gravura mede 195 X 144.

PEDRO VITORINO

UMA CÓPIA DO S. PEDRO DA SÉ DE VISEU EFECTUADA PROVAVELMENTE NO SÉCULO XVII

A larga bibliografia relativa à pintura primitiva portuguesa e, particularmente, ao pintor Vasco Fernandes, que encheu de maravilhas a Catedral de Viseu e largamente espalhou o seu génio artístico por grande número de casas religiosas da Beira, conta-se um excelente ensaio do antigo professor universitário Dr. *Felipe Simões*, cheio de bom senso e de observações justíssimas.

Intitula-se *Grão Vasco, Ensaio histórico e crítico*, e faz parte do volume que em 1888, após o seu falecimento, três dos seus amigos reuniram com o título de *Escritos diversos*.

Considerada a época em que foi publicado e os processos de crítica então em uso, pode mesmo classificar-se de notável o referido artigo.

Abordando o problema da existência duma escola de pintura saída de Vasco Fernandes, pondera as razões que o levam a concluir pela impossibilidade de tal escola se ter chegado a formar, e escreve: *A influência do seu génio apenas se patentea na geração que se lhe segue por algumas obras defeituosas e enfesadas, e desde logo se extingue tão inteiramente que não deixa vestígios nenhuns dentro ou fora de Viseu.*

Não vimos de maneira alguma reanimar o delicado debate da decantada escola portuguesa de pintura, neste momento de novo reivindicada pela crítica viseense, mas apenas trazer a público a reprodução fotográfica duma cópia do *S. Pedro* da Sé de Viseu que supomos atribuível ao século XVII, e efectuada, sem dúvida alguma, dentro da própria Sé, em presença do original de Grão Vasco.

Não lhe encontrámos referências escritas nem tão pouco reproduções impressas; pareceu-nos contudo curiosa a sobrevivência local daquele tipo de Apóstolo de que se conhecem as variantes Tarouca e Viseu; essa observação, mais do que o reduzido valor artístico da cópia, determinaram a publicação que lhe damos.

*

* *

Encontra-se o quadro na pequena igreja de Carvalhal de Mouraz, povoação de comprovada antiguidade, e outrora florescente, tendo chegado a receber o seu foral na reforma manuelina, em 1514, mas hoje incorporada no concelho de Tondela donde dista poucos quilómetros.

Estamos, portanto, nos arredores de Viseu e absolutamente dentro da sua zona de influência; a freguezia é da invocação de S. Pedro e assim se explica a encomenda que algum mestre pintor viseense terá recebido presumivelmente já no século XVII, para executar retábulo

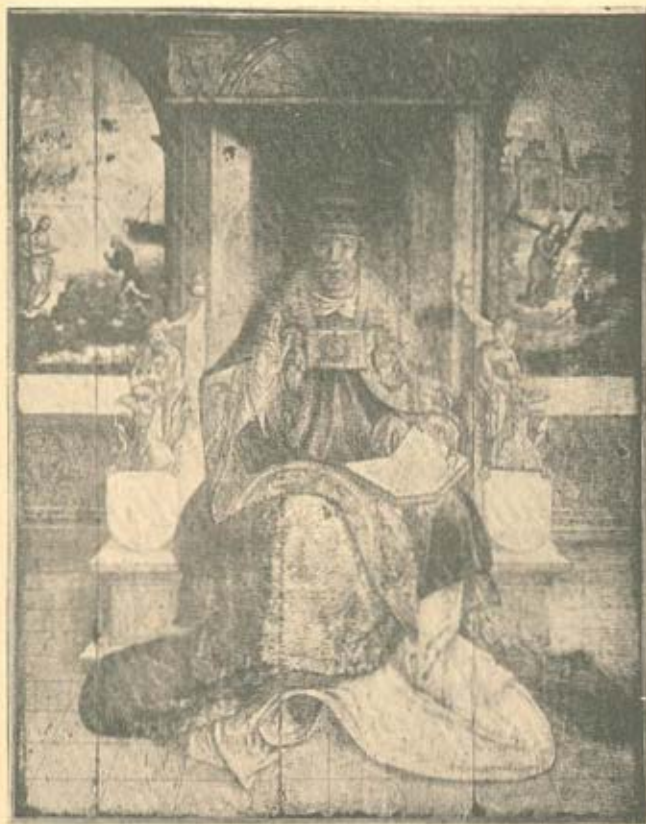
digno da grandeza do orago e do brio dos paroquianos.

O artista, *de certa maneira* era consciencioso; e não tendo ilusões àcêrca da sua paleta, entendeu que um único caminho lhe restava e copiou o Grão Vasco...

Perdoa-se-lhe o atrevimento se pensarmos no que êle teria realizado entregue só aos recursos da própria fantazia...

De resto, não havia lugar para escrúpulos especiais; também não era original de Vasco Fernandes a ideia principal do seu Apóstolo; e desde a miniatura do breviário Grimani, do século XV, hoje em Veneza, na Biblioteca de S. Marcos, até às tábuas de Tarouca e de Viseu, não faltam pontos de referência para chegarmos à concepção velascense.

As grandes realizações do espírito humano deram sempre lugar a avultado número de réplicas, decalques, adaptações e arranjos de tôda a espécie em que a ideia nuclear permanece intacta; a observação não tem nada de inédito, e o facto é de todos os tempos; nele consiste, mesmo, a consagração e o reconhecimento de verdadeiro génio que, como é sabido, atinge as cumieiras máximas quando as ideias chegam a perder a individualidade originária e se convertem em património comum, assimiladas pela humanidade inteira.

O copista do painel de Mouraz acomodou-se, em primeiro lugar, às dimensões das tábuas que lhe destinaram e que eram fundamentalmente diferentes do formato do quadro de Viseu. O facto tem importância porque daí provém o aspecto alongado de tôda a sua composição, que teve de ser realizada com o predomínio da altura, como sucedera também em Tarouca embora em menor escala; daí o aspecto particularíssimo de *aflição*, digamos assim, que a fisionomia do apóstolo de Mouraz apresenta e que o artista não soube evitar, podendo aliás ter aproveitado êsse predomínio da verticalidade, como no caso de Tarouca, para espiritualizar a composição;

CÓPIA DO "SÃO PEDRO" DE GRÃO-VASCO

(IGREJA DE MOURAZ)

"SÃO PEDRO," DE VASCO FERNANDES (GRÃO-VASCO)

(CATEDRAL DE VISEU)

bastava-lhe para isso descentrá-la um pouco e encher o primeiro plano com roupagens.

Os profissionais da crítica chegam por vezes a atribuir especiais qualidades de super-visão aos pintores que teem a desgraça de cair sob a sua apreciação, para a obtenção de determinados efeitos artísticos; na verdade, porém, são bem mais comesinhas as razões que de ordinário justificam o procedimento do artista; estabelecidas prèviamente determinadas dimensões aos quadros encomendados, o necessário era enchê-los com pintura e isto é que é fundamental; a intenção da espiritualidade ou da materialidade que a crítica pretende encontrar nas tábuas onde se observa respectivamente o predomínio da altura ou o da largura, foi pensamento que raramente terá acudido ao pintor; as mais das vezes, como aqui, é função e conseqüência apenas das dimensões marcadas aos retábulos por quem os encomendava.

O nosso artista, cingindo-se bastante ao modêlo, permitiu-se contudo, num ou noutro pormenor, modificar a composição de Vasco Fernandes; é de crer, para socêgo de sua consciência, que tenha morrido convencido de que melhorou consideràvelmente o conjunto...

A comparação do quadro de Mouraz com o de Viseu, possível mesmo em fotografia, dispensa mais comentários; há pormenores que suportam o confronto; a grande maioria, porém, não lhe resiste.

E o que acontece ao desenho observa-se igualmente no colorido; o copista não estava de forma alguma à altura do modêlo.

*

* *

A actual igrejinha de Mouraz não é, evidentemente, a mesma para a qual o copista viseense recebeu a encomenda do painel de S. Pedro; na visita que lhe fizemos,

rápida, verificámos, ainda assim, que tinha sido reconstruida; a colocação do retábulo não é portanto a primitiva.

Está actualmente retirado do altar mór, a meio da igreja, do lado do Evangelho, entre outras tábuas pintadas.

Tem à sua direita uma *Anunciação*, de grandes dimensões também, com pormenores de certa correcção, e à esquerda um *S. Sebastião* atlético, péssimo em tudo; colocada sob o quadro de *S. Pedro* há uma *Adoração*, interessante, pelo menos na expressão de certas figuras, resto talvez de composição maior.

Pareceu-nos ter sido cortada.

Concluindo, observamos apenas que um *mamarracho* nem sempre é desprezivel; conquanto de valor artístico secundário, tôdas estas pinturas, e outras ainda que lhes são análogas e que na região de Viseu conhecemos, documentam a observação de *Felipe Simões* acima invocada; a atribuição que lhes fazemos do século XVII pode, talvez, ter de sofrer correcção; traduz apenas, sem nenhuma espécie de imposição, as impressões que nos ficaram da visita que fizemos a Mouraz e que contamos repetir com maior demora.

A. G. da Rocha Madahil.

CAMILO E ZOLA

AMILO não foi daqueles que, com uma irreverência que arrepiaria Eça de Queiroz, — cousa difícil — consideraram Zola apenas «um gros talent mais pas un grand talent», na expressão de Anatole France. Não, o autor do *Esqueleto* admirou-o um pouco mais.

A sua estima condicionada pelo épico genial da *Oeuvre* e do *Germinal* era, todavia, talvez nascida unicamente duma afinidade sensível, que os fazia serem ambos, numa gradação diferente, humanos e violentos.

A convicção do que acabamos de afirmar poderá ser constatada «se o benévolo leitor» na frase clássica, quiser ter a paciência de terminar a leitura destas linhas.

Num exemplar de *Mes Haines*, edição de 1880, de que é autor Zola, existente na minha biblioteca, e que foi pertença de Camilo, encontrei algumas anotações dêste último, que provam de forma concludente o aprêço relativo em que o romântico do *Amor de Salvação* tinha o realista do *Assomoir*.

Embora se possa dizer e com razão, que o espirito crítico de Camilo não era das qualidades que mais o distinguiam, a verdade é que não é admissível conceber a possibilidade de que uma tão completa mentalidade como a dêle fôsse totalmente desprovida daquêle claro atributo, que faz a glória de um escritor e a raiva dos grafómanos amadores.

É discutível a legitimidade da publicação de certas opiniões, quando o escritor as confia à discrição, da margem dum livro, que, quási certo é, se manterá fechado por largos anos. Entretanto, faço-o. Estou certo de que alguem me ficará grato.

Postas estas considerações preliminares, é interessante salientar um caso curioso que, antes de mais nada, queremos pôr diante dos olhos e da inteligência de quem nos lê.

Não respeitamos a ordem das anotações na obra citada. Porisso desde já transcrevemos uma delas, que dá perfeitamente o perfil moral de Camilo, se nos recordarmos que ninguem como êle denegriu e esfrangalhou os adversários, a quem jàmais reconhecia talento. Pode citar-se o seu caso célebre com o bispo de Betsaida.

Na nota que a seguir publicâmos, Camilo sangra-se em saúde, como soe dizer-se. Está assim:

«Como se reconhece n'este trecho o espirito mesquinho do escriptor! Gustavo Doré, um artista incompleto!»

Comentava o escritor uma passagem do estudo crítico de Zola a propósito do ilustrador do *Inferno* de Dante.

*

Apreciando o aparecimento de um livro de Eugénio Pelletan, *La Mère*, Zola lança-se em considerações de natureza filosófica, que sugerem a Camilo as duas notas seguintes:

«Para garantir a egualdade ante a lei foi que o legislador estabeleceu a indissolubilidade do matrimonio. O divorcio é a negação da liberdade». Teoria esta que Camilo se empenhou no entanto em desmentir cabalmente, pelo menos na vida... privada. E esta outra:

«A theoria de Michelet reproduz a suavidade da doutrina de Christo. A theoria de Pelletan reporta-nos aos primitivos tempos de Sparta. E comtudo Zola condena a mulher homem (duas palavras ininteligíveis)».

Num outro estudo do mesmo autor, referente à história de Julio César, de Michelet, aparece-nos, considerando uma passagem respeitante à estrutura íntima do livro e à missão providencial que incumbiu ao fundador do império romano, Júlio César, uma nota de Camilo, a propósito do Marquês de Pombal; circunstância que a valoriza por se tratar, por assim dizer, de um breve aditamento ao seu *Perfil* do mesmo Marquês: «Se a providencia o matou á hora competente, o marquez de Pombal como instrumento de civilização, essa providencia depois deitou-se a dormir, nos cincoenta annos decorridos desde o marquez até ao conde de Basto. Os supplicios dos proceres em Belem davam uma nota progressiva de melhoria social nas forcas do Campo de S^ta^ Anna e da praça Nova. D. Miguel I em resultado d'uma benefica elaboração providencial sahiu mais estupidamente cruel que seu bisavô D. João V. A hypothese generalisadora produz estes absurdos historicos: anniquila as precauções individuaes dos homens da historia, e obriga a providencia a representar paradoxos atrozes». Por último, ainda a propósito do método ou sistema histórico empregado por Michelet, Camilo classifica-o de sintético. Vale a pena, contudo, salientar que bastas vezes o autor da *Corja* usou e abusou dêle.

F. Alves de Azevedo

UM PRESÉPIO PORTUGUÊS DO SÉCULO XVIII

O VELHO hábito de procurar vèlharias, levou-me um dia a casa do sacristão de Runa, pequena aldeia que o famoso Asilo nobilita, junto à estrada Tôrres-Lisboa, por Cabeço de Montachique e a uma légua bem medida da histórica vila de Tôrres-Vedras.

Guardava o sacristão no sótão de sua casa—quem tal diria!—uma obra de arte: o velho presépio que a gravura junta representa. E tamanha impressão me deixou de beleza, de movimento e de unção religiosa, na sua estatuária preciosa, que já não saí de Runa sem o ter adquirido, conduzindo-o com o maior disvêlo para o pequeno armazém de antigualhas que é a minha casa; e com o maior cuidado em que se não partisse ainda mais, pois estava deterioradissimo e no mais extraordinário estado de imundície.

Sôbre uma forte táboa de pinho, alinha-se a ado-

ração dos pastores, no comprimento de um metro, com figuras de cêrca de 30 centímetros, junto a uma arcaria romana de quarenta de alto.

A pintura conserva-se ainda magnífica; e alinhadas ao pé do grupo, póde o leitor ver na gravura as cabeças dos figurantes decepados.

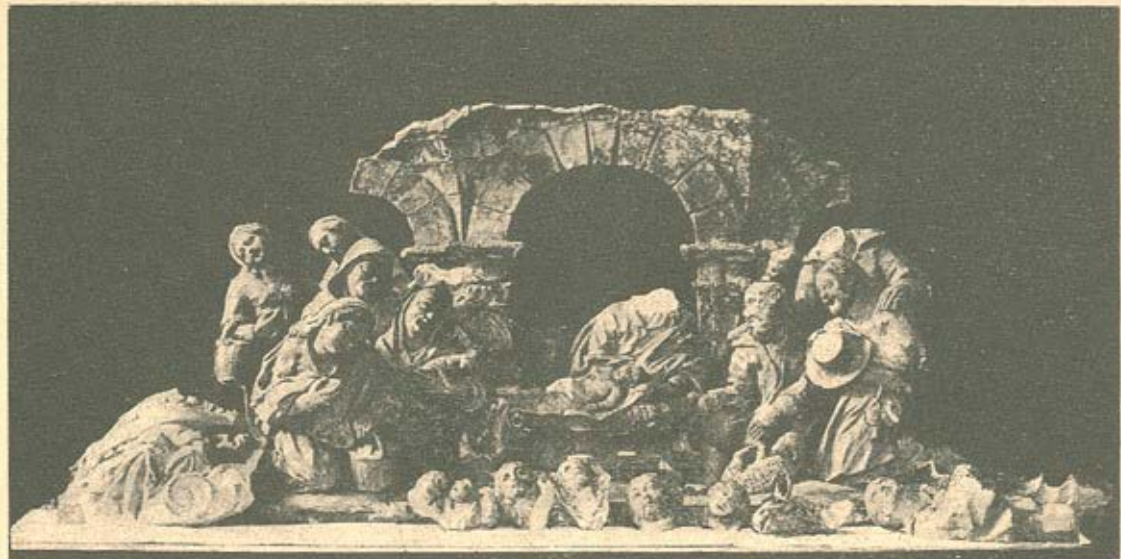
Do lado direito, o primeiro pastor ajoelha junto da mangedoura de palha dourada ao lado de S. José, depondo no chão um anho, de pés amarrados com uma corda; o que lhe segue traz à cinta duas perdizes e por detrás dêle espreita um terceiro, ao lado dum garoto, que se encarrapita na muralha para ver melhor. A personagem máxima, porém, é a de um mendigo, de velha casaca rôta, bem como o calção e as meias azuis, deixando a carne à mostra. Embrulha-se numa manta mendrica de riscas, tôda esburacada. Esta figura está arrancada do seu lugar e deitada ao lado direito, como se observa na gravura que ilustra êste artigo.

Do lado esquerdo, as mulheres, mais velhas as que estão junto da Senhora e mais jovens as afastadas, enroupadas no modesto trajar do povo, tôdas apresentam as suas oferendas, como é de velha usança em presépios, trazendo em cêstos, galinhas, peixe, pão e ovos.

Nos *Presépios de Évora*, de João Rosa, a pgs. 17, vem a gravura dum presépio, atribuído a Machado de Castro, que pertencera ao convento do Salvador de Évora; e conquanto no meu presépio as figuras estejam alinhadas e não concentradas como naquele — a arcaria do fundo, a atitude de N. Senhora e de São José, o feitio da mangedoura e a posição do Menino-Deus, a riqueza, o movimento e religioso de tôdas as figuras, fazem-me supôr que esta pequena obra-prima, tão deteriorada hoje, teria saído outr'ora das mãos poderosas dum grande artista, que poderia — porque

não? — ter sido Machado de Castro. E eu lamento não poder obter o mais pequeno indício seguro para vir a saber da sua proveniência e do modo como chegou uma tão preciosa peça até ao sótão do velho sacristão.

Torres Vedras, Fevereiro.

R. Salinas Calado.

PRESÉPIO PORTUGUÊS SETECENTISTA
(Colecção do Dr. Rafael Calado — Tôrres Vedras)

«O RANCHO DA CARQUEJA»

(DOCUMENTO NOVO)

No primeiro quartel do século 18.°, aí à volta de 1720 ou 1721, existiu em Coimbra uma púrria de estudantes que, desbaratando-se de começo em voltas e arruaças, mais tarde, durante longos mêses, trouxe a cidade apavorada por suas violências e banditismos. Puseram-lhe — ou os seus mesmos afiliados lho puseram — o nome de *Rancho da Carqueja*, pelo motivo que adiante constará.

Presa a maior parte do bando, (cêrca de 60 cabeças) foi remetida para Lisboa, sendo os *carqueijeiros* julgados e condenados a diversas penas, segundo a gravidade dos delitos de que foram convencidos. Em 20 de Junho de 1722 e por sentença da Relação de Lisboa, foi o chefe, Francisco Jorge Aires, natural de Faiões, termo de Vila da Feira, degolado na praça do Pelourinho da capital. A sua cabeça, remetida para Coimbra, esteve cravada num alto poste, no largo de

Sansão, desde o 1.º dia de Julho, para escarmento de futuros turbulentos.

Êste Aires, de quem só o processo me poderia dar alguma novidade biográfica, não passava por boa firma (1) e era, ao tempo da liquidação do rancho, já bacharel em Cânones. (2)

Camilo Castelo Branco tinha do caso uma luz indecisa, segundo se depreende duma carta escrita ao fundador de *O Conimbricense* e trazida a público pelo filho dêste último, o meu saudoso amigo, general Francisco Augusto Martins de Carvalho. Nessa carta supõe chamar-se a tal cambada «*sociedade* academica» da «Manta ou da *Carqueja*, ou não sei quê.» Lêra tambem, não lhe acudia onde, que os membros dela haviam sido justiçados em 1804.

---

(1) Contava já no seu activo, pelo menos, a morte dum homem no caminho de Coimbra para a sua terra, por via duma discussão de pouca monta.

(2) Vid. *O Conimbricense*, n.ºs 2234 e 2235 de 22 e 26 de dezembro de 1868.

O *Diario de Noticias*, de Lisboa, publicou há tempo uma notícia do rancho, assinada C. A., onde dá conta da seguinte tradição, que põe uma nota romântica em tôda esta tragédia:

«Anda ligada á existência dêste grupo temível uma história de amores entre Francisco Aires e uma linda rapariga que vendia no mercado e morava com sua mãi numa casa do largo do Romal onde se vê uma cruz de azulejo.

«Chamava-se a bonita rapariga Maria da Pureza e era requestada por vários admiradores.

«Quando o Aires soube que tinha de seguir preso para Lisboa, para ali ser julgado, apressou o seu casamento com a Maria da Pureza, tal era o amor que lhe tinha.

«Não tardou que ela seguisse tambem para Lisboa, usando de todos os meios para poder ir ao Aljube visitar o seu marido, o que conseguiu, disfarçando-se com as vestes de um padre da prisão.

«Pouco mais dum ano decorrido depois da morte do Aires, casava a Maria da Pureza com um caixeiro que tinha sido o seu primeiro namorado e que fôra para o Brasil, onde arranjara fortuna.»

Retorquiu-lhe Joaquim Martins de Carvalho repondo as coisas no seu devido pé. A tal «sociedade» existira, é certo, mas oitenta e tantos anos antes daquela data; e comquanto Camilo escrevesse noutra carta que, a-pezar-de tudo, sempre escreveria o romance onde havia de aproveitar o sangüento episódio, não participa tal livro da vastíssima bibliografia camiliana.

Em 1875, porém, no 1.° número das *Noites de Insomnia*, Camilo retomava o assunto, mas desta vez atribuindo o nome do rancho a um cotado facínora de Vizeu chamado o «Carqueja»; e que por isso seria preferível chamar-lhe rancho *do* e não *da Carqueja*.

Contestou-lhe o velho jornalista, justificando que devia chamar-se-lhe *da Carqueja* e, em defeza da sua obstinação, produziu êste trecho, que se me figura decisivo, da sentença da Relação de Lisboa, em data de 18 de Junho de 1722:

«Mostra se mais, que comettendo se nos annos de 1720 a 1721 varios insultos, e escandalosos excessos na Universidade de Coimbra, por varios estudantes, de que se compunha hum — *Rancho*, que denominaram *da Carqueja* — originando este nome *de haverem queimado com ella huma porta das casas em que vivia hum Joaõ de Sequeira*, em que entraram com estas e outras violencias...»

Reconheceu Camilo a razão que assistia ao seu contraditor, e disso fez *amende honorable* no 2.° numero das *Noites*.

A impressão causada por aquêle acontecimento e deploráveis subsequências, persistiu em Portugal durante muitos anos. Num folheto de cordel, anónimo, não localizado nem datado, mas que podemos adscrever aos meiados do século 18.° — *Carta a hum amigo descrevendo a velhice de huma sege... Romance*, — lê-se que a carripana descrita é

Do tempo dos Afonsinhos,
Da Mantuana se lembra,
Andou nas guerras passadas
Foy do Rancho da Carqueja.

Igualmente um ms. setecentista que examinei, me forneceu substância para a história do Rancho, quando informa:

«Muito tempo andou disfarçada em Coimbra (a boa feição) com a sordida larva da vallentia, de tal sorte que naõ tinha feiçaõ quem naõ matava ou feria, ou que fazia outros insultos, q. saõ efeitos da tirania. Atreveuse a tanto esta cruel feiçaõ, que pôs editaes, congregou exercito a que chamaram rancho da Carqueja. Naõ me detenho em vos contar o fim, que teve esta diabolica feiçaõ; porque asás he sabido no nosso Reyno.» (1)

Modernamente, o episódio inspirou ao antiquário António Francisco Barata um romance que imprimiu em 1860 com o título *O Rancho da Carqueja*, romance de que Camilo não tinha por certo conhecimento ao dirigir-se a Martins de Carvalho em 1873.

Ora há anos, tive ensejo de folhear 10 volumes dum cancioneiro manuscrito, que foi pertença do autor das *Novellas do Minho*.

Do 6.º volume dêsse cancioneiro exumei um romance de estilo gongórico — o jeito literário que ainda perdurava nos gôstos derrancados do primeiro quarto de Setecentos — romance em redondilhas de insípida rima toante, dirigido a um Marquês de Marialva, onde o autor descreve a prisão dos facinorosos e pede

---

(1) *Instruçaõ breve, e proveitosos ditames que deu hum tratante de Lx.ª a seu filho querendo-o mandar para Coimbra*, etc. Anda impresso com a falsa localização de Madrid. É curioso êste folheto pelos subsídios que traz ao estudo dos costumes académicos da época.

a intercessão do influente fidalgo em favor dos culpados, já então em ferros de el-rei Dom João 5.º

O romance é coevo dos sucessos; ainda os reus não eram julgados; só um ano depois, ou mais, outro punho acrescentou aos versos a lista dos comprometidos.

O calor com que o anónimo vate perora pró ranchistas (supôsto que não tivesse ilusões àcêrca da sorte que os esperava) atribuindo-lhes as proezas à verdura da mocidade, e a indignação com que açoita as violências cometidas pela soldadesca sôbre os infelizes no momento da prisão, acrescentando que não era só com êles que as tropas assim usavam, mas com todos os académicos, (*nós*, diz o poeta) — faz crer que também fôsse escolar da Universidade, quiçá condiscípulo de alguns dos réus.

Depreende-se por igual da versalhada, que alguns dos estudantes inculpados haviam pouco antes tomado parte nas manifestações de simpatia feitas ao marquês a-quando da sua estada e partida de Coimbra, e dessa circunstância aproveita o poeta para os declarar beneméritos da influência do ilustre prócere.

Segue o *romance*, ao qual entendi dever amputar algumas quadras encomiásticas do marquês de Marialva, intrincadamente estilizadas, ou de considerandos banais, umas e outras de mínima importância para o entendimento da narrativa.

AO MARQUÊS DE MARIALVA

rellatandoselhe o sucesso das prizões na Universidade de Coimbra, feitas aos Estudantes do rancho da Carqueja.

ROMANSE

Graõ Marquês de Marialva
cuja piadade Augusta
repetido esse epiteto
as vossas prendas vincula

Grande naõ so pello sangue
porque com virtudes duas,
grande soes por natureza
grande tambem por fortunas

. . . .

Que agora q tudo he susto
de ver que assim se confunda
o Campo em q se pelleja
com o Geral em q se estuda,

Que agora q se naõ sabe
em mil dezordens confuzas
se se folheaõ espingardas
se se disparaõ institutas

Que agora q. naõ se alcansa
entre vozes, entre bulhas
se estaõ na Campanha as pennas
se estaõ na Cadeira as plumas,

Que agora, q. naõ se entende
em confuzaõ taõ injusta
se vibra armas Justiniano
se ensina decizões Numa

. . . .

Era, Senhor, quando vos
todo negado as ternuras
daveis costas ao Mondego
q inda chora, inda soluça

. . . .

Era emfim de madrugada
a ora menos escura
em que o dia irrezoluto
nem se esconde, nem se oculta

Quando com belicas vozes
pella destra maõ avulsas
poes a eloquencia de Marte
naõ tem Lingoa, e naõ he muda

Se ouvem de hua, e outra parte
gemer as portas, e ruas
em o concavo dos montes
o ar ferido retumba

Todos as janellas chegaõ
com dezordenada chusma,
quem nas janellas naõ cabe
talves aos telhados suba

Quando vem de Infantaria
hua bem formada turba
forte como Portugueza;
mas tirana como Turca.

Vem tambem destros ginetes
cujos penachos, e trunfas
se tocavaõ das janellas
ao movimento das upas.

Por outra parte a justissa
entre os soldados vem junta
q o ser a justiça armada
naõ he só para a pintura

Das cazas as portas tomaõ,
naõ de todas; mas de alguas,
poes so se emprega a vingansa
onde se suspeita a culpa

Logo de vista taõ nova
com diversas conjecturas
todo o prudente se admira
todo o culpado se asusta.

Que será, q naõ será
todo o innocente pregunta,
naõ pregunta o culpado
q a mesma consiencia acuza

Quando para o dezengano
de tudo o que se mormura
a esquadra passa da porta
a guarniçaô q as ocupa

E levando a bayoneta
metida, calsada a buxa,
muito vallor, pouco termo,
pouca atensaô, muita furia

Asim entraô os soldados
pellas cazas mais occultas,
— dem-se á prizão — repetindo
ainda quando nada escuta.

Pois como vinhaô temendo
os do rancho, cada hum cuida,
q cada taboa pregada
mil criminozos ocupa

Naô ha cazinha nem armario
nem ha cheminé, nem telha
que logo naô se despegue
logo naô se dezentupa.

Porem era muito cedo
sem que nenhum tal prezuma
poes a culpa obrase sempre,
e a pena esperase nunca

Nas camas os achaô todos:
mao he q o culpado durma,
porem quem se deita tarde,
claro está q naô madruga.

Ali sem trabalho os prendem,
porque ali ninguem repugna
poes naô tinham como os corpos
ali as espadas nuas.

Querem fugir; mas naô podem;
poes por militar industria,
como estaô guardas ás porta
naô ha por onde se fuja.

Alguns lograraô o intento;
mas foy por oras mui curtas
poes mais dia, menos dia
naô falta quem os discubra

Outros foraô mais discretos
porque com cautella justa,
antes do cazo oito dias
ocuparaô as garupas.

Que he feito destes naô sei;
mas anda hua vós defuza
de que agora qualquer delles
estranhos Reynos procura.

Emfim aquelles q em caza
se achavaô, todos em summa
na cadea estaô mui tristes,
seu semblante o testemunha.

Naô digo, Senhor, naô digo
as atrevidas injurias;
arrojadas groçarias
as dezaforadas chufas

Com que os soldados trataraô
os prezos: oh acçaô bruta!
q a politica da guerra
se disprese, e senão cumpra;

Porque se digo que saô
soldados será loucura
dizer baixezas de quem
armas, e bastões empunha

Porem quem saô naô o digo,
q será mayor calumnia:
poes q no todo nos honra
quem na parte nos dislustra

Mas naô só com prezos passa
esta confiansa comua
se tem feito esta ouzadia
poes com todos nós se apura

Qualquer soldado se atreve
á bayeta mais sezuda,
elles todos saõ soberbos
nos todos somos mezuras.

Nós descobertos; mas elles,
mais que groseira injuria,
entendo que tem por ordem
q nenhum cá se discubra.

Emfim Excelso Monarca
com grossaria préjura
porque nos vem a batina
nos pertendem por a curta (1).

Inda mal q ham de fazello
sem rezistencia algua
poes com as vozes de ElRey
o mais abatido pulla.

Prezos emfim como digo
saõ levados as preguntas
que o nosso Conservador
nem hum ponto se descuida.

Mas de tantas confições
naõ se sabe o q rezulta
mais que ser restituidos
outra vez ás prizões suas.

Amiudaõse as devassas.
multiplicaõse as preguntas
augmentaõse as diligensias,
preguntaõse as testemunhas.

E por fim de tudo agora
me dizem que se consulta
sobre hirem para lá (2)
porq o cazo se conclua

Se assim for la meu Senhor
vereis entre prizoes cruas,
aquellas lingoas q foraõ
de vosso aplauzo pinturas.

Oh quanto muda a disgraça,
q pouco pode a ventura!
Visteas cá conseptuozas,
porem lá as vereis mudas

Lá vereis aquelles olhos
que a vista logravaõ turva
se do vosso corpo alegre
se lhe ocultou a luz pura.

Agora como se fossem
porem nas tristes sezuras
por onde o sangue das veas
distilando em agoa fuma

La vereis aquellas maõns
q com diligensia culta
davaõ sinal com as palmas
de vos louvarem as Muzas.

Agora ja taõ atadas
que infames ligaduras
he a algema que as aperta
do avos q nella pulsa (3).

---

(1) Esta quadra afigura-se-me ininteligível, tanto mais que o poeta, dirigindo-se em toda a poesia ao Marquês de Marialva, invoca neste passo o monarca. Camilo, a quem como, disse, pertenceu este Cancioneiro, marcou esta quadra com dois traços ao lado provàvelmente porque tambem a não percebeu.

(2) Para Lisboa.

(3) Verso ininteligível.

La vereis aquelles pés
cujas diligensias, cujas
passadas para buscarvos
foraõ dignamente muitas.

Agora ja estaõ fora
daquella livre soltura,
q se naõ he com prizoes
nenhum da prizaõ se muda

La vereis emfim os corpos
de quem as vivas figuras
eraõ vossa sombra sempre
por vos naõ deichar na rua.

Agora com huas formas,
que paressem por defuntas
corpos mortos a quem serve
a prizaõ de sepultura.

Oh como se o mal deichara
de compaixaõ lus algua,
ou ouvesse mizericordia
para taõ julgadas culpas.

Eu agora Marquês Excelso
vos rogara com ternuras,
q quem vos deu tantos vivas
lhe tireis tantas angustias.

Porem ay q de piedade
naõ se encontra lus algua
e ás portas da compaixaõ
se acrescentaõ fechaduras.

A Magestade os ouvidos
aos rogos deficulta
no eternizado das iras
desprezo fas das branduras.

. . . .

Mas se ainda, Senhor meu,
neste mal, nesta injuria
se deviza algua sombra
sombra será por oculta

De piadade em vos somente
esta esperansa se funda
poes de Alva soes, junto da Alva
o Sol menos estimulla.

. . . .

Perdoemse os dezacertos
q a mocidade insinua
porque tanto mais se offende
quanto menos se discursa

Mas ay como estou ja vendo
q a ira este logro frustra
poes vendo q naõ se move
a Magestade iracunda

Ja naõ rogo que rogueis
poes se o danno naõ se escuza
naõ quero fique frustrada
vossa compassiva ajuda

Se está do Céo q padessaõ,
este Decreto se cumpra
que em vaõ lida quem mudar
hum Deos, ou hum Rey procura

Sinta o Pay, lamente a May
chorem todas as criaturas
que he universal a magoa
e he a lastima comua

— Oh disgraçados estudos,
diraõ com vozes confuzas,
quem hade querer buscarvos
se asim se vê quem vos busca!

O Pay com tanto trabalho
gotas de sangue q sua
para q os gastos do filho
generozamente supra

E por premio deste excesso
este sentimento lucra;
q coraçaõ pode haver
q de tal senaõ compunja?

Ver o seu amado filho
exposto a tantas injurias,
e ver na flor dos seus annos
tantas esperanças murchas!

Porem callay meu Marquês
poes faço ja conjecturas
de que vosso brando peito
piadozamente solussa.

. . . .

Estudantes q foraõ prezos na cadea publica da Cidade de Coimbra pellos soldados; e vieraõ remetidos para o Limoeiro de Lx.a. Saõ os seguintes:

Franc.o Jorge Ayres natural da Terra da Feira. Morreu degollado no Pellourinho desta Cidade.

O Padre Vicente Gomes Alvares Lobbo, natural do Rn.o do Algarve.

Joaõ Pedro Ludovice natural de Lx.a

Manoel Antonio Ramos natural de Lx.a

Joze Roiz Esteves natural de Lx.a

Joze Antonio de Azevedo natural de Lx.a

Antonio da Costa Silva o Pescada q morreu no Limoeiro, natural de Lx.a

O P.e Joze da S.a Couto natural de Lx.a

Miguel Pr.a Coelho o Manco natural de Lx.a

Roque Montr.o Paim natural de Lx.a

Jacinto de Figueiredo natural de Almeida.

Joze de Horta natural de Lx.a morreu no Limoeiro.

Joze Pr.a Manojo natural do Brazil.

O P.e Franc.o Pr.a Goes natural de Pereira.

Joze da Cunha Borges natural de Alemtejo.

D. Manoel Alexandre da Costa natural de Lx.a

Antonio Maceiro, Moxilla em Coimbra.

Pedro Gomes Barboza, natural de Salvaterra.

Lourenso Pimenta natural de Coimbra.

Thomas da S.a natural de Coimbra.

Joaõ dos Santos f.o de Manuel Joaõ, Portr.o da Cid.e de Coimbra.

Franc.o de Sá natural de Evora; este passou a Castella, e a sua prizaõ foy cometida ao Juis dos Orfaõns, e como a naõ executou veyo o d.o Juis por ordem de El Rey carregado de ferros para o Limoeiro.

Nesta Cid.e de Lx se prendeo por cauza do mesmo rancho da Carqueja hum filho do Confeiteiro de Loures.

Foy mais prezo hum Estudante de Aveiro cujo nome se naõ sabe.

C. M.

O BARÃO DE CATÂNIA

NA curiosa galeria de tipos populares que compõem o interessante livro de Luis Augusto Palmeirim, *Os excentricos do meu tempo,* aparece-nos, em primeiro lugar, o célebre Barão de Catânia. Palmeirim deu-nos, ali, alguns traços da figura e particularidades da vida dêste titular curandeiro, mas não chegou a apurar nem as datas do seu nascimento e morte, nem a sua naturalidade, nem mesmo o seu verdadeiro nome.

Fômos, porém, mais felizes nas nossas investigacões, pois conseguimos encontrar, nos jornais da época, (1) mais alguns factos da sua existência, embora

---

(1) *Periodico dos Pobres,* n.os 35, 61, 73, 120, 123, 126, 129, 148, 164, 166, 176, 206, 208, 209, 210, 211, 230, 232, 233, 234, 238, 244, 247 e 308, de 1838 e n.os 71 e 75 de 1839, onde vêm documentos encimados pela sua habitual divisa: *Soli Deo, honor et gloria.*

O sr. Dr. Silva, Carvalho, no seu curioso livro *Medicos e curandeiros,* Lisboa, 1917, repete o que vem no livro de Palmeirim acêrca dêste personagem.

fiquem, ainda, ignorados os dias em que nasceu e se extinguiu aquêle grande filantropo.

Trata-se, pois, do Dr. José Benetti, súbdito italiano, que veiu exercitar entre nós as suas maravilhosas e prodigiosas curas, não se sabe quando, nem porque motivo.

Leia-se, a propósito, o seguinte elucidativo atestado, passado por um compatriota, que o conheceu perfeitamente:

«Attesto e juro, se preciso fôr, nos santos evangelhos, eu Osualdo Luiz Gorgoni, capitão de cavallaria do regimento de S. Thiago, n.º 11, ao serviço de S. M. Catholica, e subdito de S. M. Siciliana, que conheço perfeitamente o sr. doutor D. José Benetti, barão de Catânia, que no anno de 1814 na cidade de Palermo, capital da Sicilia, tem feito muitas curas difficultosas, e principalmente curou de huma grave molestia lord William Bentik, que naquelle tempo era general da armada britanica em Sicilia, e de outra grave molestia, que curou na pessoa da ex.ma sr.ª princeza do Leão Forte, a qual não tinha esperança de vida, desenganada pelos facultivos, e o mesmo snr. barão foi sempre hum cavalheiro amigo dos pobres, que chegou a consumir todos os seus bens para sustentar a pobreza, cujos bens lhe deu S. M. o rei de Napoles: e por ser verdade me assigno. Lisboa 12 de Maio de 1830.

Capitão Osualdo Luiz Gorgoni, embaixador estrangeiro.»

Por onde era formado este doutor? Não o sabemos.

Porém, por uma sua atestação, datada de 19 de Março de 1838, temos conhecimento de que «apresentou seu titulo legal que o justifica ser medico e cirurgião, não somente affirmado pelo governo italiano, como pelo governo inglez, e pelos consules» e que, além disso, mostrou «a licença que tem do muito alto e poderoso Rei o Senhor D. João 6.º, que descança em gloria e

BARÃO DE CATÂNIA

do seu fysico-mor o barão de Alveiazere, e do seu cirurgião-mór Aguiar [1] e bem assim de seu augusto filho o Senhor D. Pedro, de gloriosa memoria e ultímamente dos ministros da Senhora Rainha.»

Finalmente declara que também apresentou os seus títulos «à ill.ma junta de saude do arsenal real de marinha.»

Para fazer vêr como, pelos seus merecimentos, havia sido honrado em várias côrtes confessa muito ingènuamente, que «anda vestido em Portugal com fato com que fôra brindado por todas as pessoas reaes»...

Morava na rua direita das Janelas Verdes n.º 37, no palácio do físico-mór do reino, uma casa quási em ruinas, com poucos vidros inteiros e um páteo onde havia animais de tôdas as espécies, entre os quais predominavam os macacos e papagaios, tendo inscrita, na porta de entrada, a divisa de que usava nos seus escritos: *Soli Deo, honor et gloria.*

Nessa casa, em que recolhia muitos pobres desvalidos, tinha ao seu serviço vários pretos e pretas.

Para comprovar como êle estimava e tratava bem todos êsses seus hospedes e serviçais, sem atender às suas côres, trancrevemos, apesar de extenso, êste curioso documento:

«Os pobres recolhidos em casa do sr. barão de Catânia, de muitos annos, juramos aos santos evangelhos, em como o mesmo senhor nos tem tratado como carinhoso pai, dando-nos o sustento diario. e curando-nos das nossas molestias, sendo incomparavel a sua caridade, e humildade tanto para os brancos como para os pretos, pois tendo em casa tres pretas que o ajudárão no tempo da colera a curar tantas pessoas que Deus foi servido se recolhessem em sua casa, parindo as ditas tres pretas tres pretinhos o sr. barão os

---

(1) Noutro documento lê-se Jacinto José Vieira.

reconheceu como se fossem seus filhos, e dois por nomes José e Ezequiel, os conserva e quiz que sejão seus herdeiros como tem declarado em papeis publicos, e tambem para que por seu fallecimento se lhes faça todo o bem como se fossem seus proprios filhos, e hum dos ditos pretinhos que falleceu, o dito senhor lhe mandou fazer hum enterro que nem que fosse hum filho de hum fidalgo, indo o mesmo senhor de farda acompanhallo em huma sege, com tochas acesas, e todos os pobres que tinha em casa tanto homens, como mulheres, tambem o acompanhárão vestidos de luto, pois a humildade do senhor barão nunca consentiria que aquelles trez pretinhos fossem postos na roda, fazendo tanto bem á pobreza como nós experimentamos, sendo o mesmo senhor estrangeiro, e nós todos portuguezes, e o Ente Supremo conserve por muitos anos a vida e saude á ex.ma sr.ª Marqueza de Pombal, e a toda a sua familia que nos tem consentido na habitação aonde temos estado na frente do seu palacio, tanto nesta, como na outra propriedade, e isto por espaço de muitos annos.»

O seu amor pelos pobres tambem se manifestou por outros actos de benemerência.

Assim, para que os pobres mendicantes não morressem de frio com os rigores do inverno, alugou, em fevereiro de 1838, casinhas em diversos sítios, a dezaseis e dezoito tostões, para ali se recolherem e agasasalharem com algumas coberturas.

Fazia isto, declarava, por se lembrar de que podia vir tempo em que êle também precisasse de que os pobres o recolhessem, e lhe dessem casa para habitar.

Outro rasgo do seu bom coração. Tendo desaparecido uma velha de noventa e tantos anos, que perdera o tino da sua casa, logo anunciou que daria quarenta cruzados novos a quem lha fôsse levar.

E indicava os respectivos sinais: «vestida com hu-

ma saia branca, com a marca *B. C.* com um chaile de côr esverdinhada na cabeça, em mangas de camisa, descalça, com hum paosinho na mão, tem os cabellos brancos e os beiços e nariz grandes, he muito corcovada e falta de tino.»

O dinheiro que, assim, dispendia com os seus pobres, cujas curas e tratamentos eram sempre *gratis*, vinha-lhe dos tratamentos que fazia aos estrangeiros, a quem por recomendação dos consules, ia visitar a bordo dos navios, onde era preferido a outros facultativos em vista das prodigiosas curas que operava.

Gozava da especial protecção da parte dos ingleses, sendo até, segundo parece, médico do hospital da marinha inglesa.

Numa ocasião, para lhes testemunhar a sua gratidão e reconhecimento, convidou os pobres daquela nação, residentes em Lisboa, para que, no dia da coroação da Rainha, comparecessem em sua casa afim de lhes dar um fato e lhes fazer todo o bem que pudesse.

Deu-lhe fama, talvez, entre os subditos britânicos, o facto, apontado por Palmeirim, de ter curado o almirante duma esquadra britânica dando-lhe a beber sangue de um boi morto em plena praça pública.

Era também um pouco festeiro, como o célebre José Pedro das Luminárias, o *nobre* barão de Catânia.

Assim festejava, todos os anos, os aniversários da Rainha D. Maria 2.ª e de seu esposo, o Rei D. Fernando, convidando para sua casa os pobres que, com êle, haviam estado em Queluz, durante uma época tormentosa da sua vida, de que não temos outros pormenores, para lhes distribuir fatos.

Também mandava celebrar missas, nas datas próprias, pelo P.e João dos Santos da Mata, por alma dos reis D. João 6.º e D. Pedro 4.º e do duque de Leuchtemberg, primeiro marido da Rainha D. Maria 2.ª

Quando faleceu o Rei Soldado, mandou pintar de

preto, tanto por dentro como por fora, a casa da sua habitação e vestir de luto todos os pobres que nela tinha recolhido.

Os numerosos anúncios que mandava pôr nos jornais, que fazem lembrar alguns do nosso tempo, terminavam, sempre, com a explicação do fim da sua benemerência: «para que o Omnipotente se dignasse dar huma paz e união entre todos os portuguezes, para bem do barão, e de todos os pobres».

Vamos apresentar agora algumas das curas que efectuou e que, sem dúvida, o tornaram afamado entre as classes populares, que corriam a procurá-lo.

Com «maquinas fisicas de vidro e de folha e por ultimo de madeira» (tudo inventado por êle), restituiu a vida a José Antonio Coelho que, por causa dê um estupor, perdera o vigor de todo o seu corpo.

Muitos soldados do Batalhão de Voluntários Franceses, aquartelado em S. João de Deus, foram por êle curados da cólera morbus, como atestou o seu comandante, o tenente-coronel Clarange Lucotte, em 1833.

Domingos Pereira dos Reis Lima, quási a perder a vida por causa duma *hemorragia de sangue* pela boca, ficou bom, no fim de meia hora, pela aplicação dos seus remédios. O doente estava tão mal que viu uma maca buscá-lo, mas, quando o barão a viu, deu-lhe um pontapé, rompendo o povo, que assistia, em vivas e o doente de joelhos e de mãos postas, agradecia-lhe dizendo que «o anjo do barão o tinha salvado.»

A um soldado do batalhão de caçadores n.º 5, António Joaquim Afonso, com moléstia incurável, curou-o dela depois de a seu pedido ter prestado o juramento de defender os direitos da Rainha e da Patria.

Outro soldado, o João Antonio Gonçalves da Guarda Municipal, cego e cheio de dôres pelo corpo, foi por êle curado em dois meses, ficando são da vista.

Ainda mais dois cégos recuperaram a vista por seu

intermédio: Manuel Castelo, soldado do regimento de cavalaria n.º 2, obteve em três meses a cura radical, cura que «nunca foi recordada nos seculos da medecina» e José Maria, curado em dezassete meses.

Parece que era muito procurado pelos soldados. Efectivamente tratou, com êxito, de moléstias incuráveis, entre elas a cegueira, a soldados do 2.º Regimento de Infantaria Ligeira da Rainha e do Regimento de Infantaria n.º 17 e até forneceu alimentos aos soldados da guarda do comissariado, em 6 de Março de 1838, que ali permaneceram alguns dias, sem ser rendidos.

Como curiosidade copiamos, dum pequeno impresso que possuímos, o agradecimento de uma das suas clientes:

«*Soli Deo honor et gloria.*

«Preenchida da maior gratidão partecipa ao publico Fortunata da Silva moradora na rua da Santissima Trindade N.º 18, que depois de Deos a quem dá Graças, ao scientifico Barão de Catânia, e as suas pordigiosas (sic) curas deve o vêr-se restituida á sua vista perfeita, da qual se via privada e desenganada de muitos Facultativos, que nunca averia (sic) a ter mais: porém milagrosamente o dito Barão ao primeiro remedio que lhe applicara lha restituiu como observarão grande numero de pessoas que se achavão em sua casa em uso de suas curas, e que virão apparentemente tão milagroso acontecimento: os quaes conjuntamente com a agraciada trespassados da maior alegria soltarão copiosas lagrimas, e a agraciada e sua mãi Maria das Neves, que alli a tinha conduzido cega, de joelhos beijando a mão ao dito Barão por lhe haver restituido a vista. Este milagre se torna digno de chegar ao conhecimento de *Sua Magestade*, e mais Authoridades deste Reino, e de todas as mais potencias (!), pelo que Deos haja em gloria o *Senhor D. João 6.º*, de soudosa (sic) memoria que deu licença ao mesmo Barão para fazer

uso das suas curas, que outros não são capazes de fazer.»

Quando do aparecimento da cólera-morbus e da febre amarela em 1833, não só publicou alguns folhetos, que nunca vimos, com indicações profiláticas, mas até organizou, na sua própria casa, uma espécie de hospital, onde tratou de muitos doentes pobres, nenhum dos quais morreu.

O Padre Gonçalo de Lagos, prior da freguezia de Santos-o-Velho, atesta que o vira «praticar as maiores acções de caridade para com os infelizes acommettidos da colera.»

Não correu sempre em paz a vida do nosso barão. Parece que, por inveja dos seus colegas ou por quaisquer outros motivos, fôra impedido de continuar a exercer a *sua clínica.*

É o que parece depreender-se dêste seu anúncio, de 1838:

«O barão de Catânia annuncia a todos os pobres que estiverão com elle nos seus trabalhos 40 dias em Queluz, para que compareção em sua casa no faustissimo dia dos annos de Sua Magestade o Senhor D. Fernando 2.º, para o fim de os vestir, e fazer-lhes todo o bem que couber em suas forças, do mesmo modo que costuma praticar nos anniversarios de todas as Pessoas Reaes, e pratica este acto de benemerencia, em acção de graças ao Omnipotente, para que se digne dar hum bom successo a Sua Magestade a Senhora Rainha, e será talvez esta a ultima vez, que possa festejar dias de tanto jubilo, e ao mesmo tempo beneficiar os pobres dos quaes nunca poderá esquecer-se, lembrado de que lhe tem accudido em seus trabalhos, por quanto alguns portuguezes pretendem oppor-se a que o barão não continue no exercicio das suas funcções da sua arte de medicina e cirurgia que he donde tirava algum interêsse para fazer aquellas despezas, hindo a

bordo das embarcações estrangeiras, para o que lhe tem dado conhecimentos os seus consules, pelas grandes curas que tem feito, sendo preferido a outros facultivos, e sendo privado dêstes interêsses, não poderá mais fazer semelhantes despezas, nem beneficiar as pessoas necessitadas, o que diariamente está praticando como he notorio nesta capital, tendo o mesmo barão licença para fazer as suas curas do muito alto e poderoso Rei o Senhor D. João 6.º, e de seu fisico-mor o barão de Alveiazere, e seu cirurgião mór Jacinto José Vieira, e para que o Ente Supremo se digne dar huma paz, e união entre todos os portuguezes e não haja mais odio entre elles.»

Também esteve preso na cadeia de Belém, mas ignoramos os motivos dêsse facto. Durante a sua prisão, o Duque da Terceira protegeu os pobres que êle tinha recolhido, pelo que lhe patenteou, nos jornais, o seu reconhecimento.

Na rua montava uma pileca, que fôra branca, levando o seguinte trajo: casaca preta, calça de ganga, chapeu alto e grande guarda chuva, com que fazia andar o lazarento animal.

Assim o retratou um anónimo artista, talvez Nogueira da Silva, numa gravura em madeira, que vem no *Almanach popular para o anno de 1849*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1848. (1)

Parece, segundo refere Palmeirim, que Camilo tratou dêste sujeito num dos seus livros, o que não conseguimos descobrir.

Finalmente, num belo dia. . . , falecia o filantropo-curandeiro Barão de Catânia, e aquela sua desmante-

---

(1) Do raríssimo exemplar pertencente ao sr. Dr. Xavier da Costa, a quem aqui patenteamos o nosso profundo reconhecimento pelo seu empréstimo, se fêz a reprodução que vai com estas notas.

lada casa deixou de ser freqüentada pelos numerosos e exóticos clientes da sua magra sciência galénica e, mais ainda, pelos exploradores da sua bôlsa liberal. . .

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

DA ACADEMIA DAS CIENCIAS DE LISBOA.

DOIS ANTIFONÁRIOS ASSINADOS

ENTRE OS livros que pude examinar na minha rápida visita à biblioteca do Colégio das Missões Ultramarinas em Sernache do Bom-Jardim, dois me chamaram particularmeute a atenção. São volumosos antifonários que pertenceram ao convento das freiras agostinhas de Chelas, no termo de Lisboa.

Devo aclarar que desta antiga casa monástica se pode dizer que só as paredes e o arcaboiço aqui não vieram parar; porque afinal de contas, além dos livros (1), tanto os corredores como as paredes claustrais do Colégio estão vestidos de azulejos seicentistas de vários padrões, de lá carreados — e até algum do mobiliário sacro e mundano lhe veio fazer companhia.

Mas, reatando o tema destas linhas: tirante uma

---

(1) Lá estão, entre outros, os livros de escrituração de receitas e despezas conventuais, alguns suntuosamente encadernados, que espero poder examinar noutra visita

ou outra nota fugaz, não me consta que tenham sido atenciosamente estudados entre nós os livros de côro caligrafados e iluminados; e é pena, porque há por êsse país fora exemplares formosos no género.

Ambos êstes teem a notável particularidade de serem assinados, o que também não é muito comum e foi ela, designadamente, que me sugeriu a ideia de levar aos que se ocupam destas coisas uma sumária notícia do achado.

*

O primeiro e mais antigo dos dois hinários, data do século XVII. Contém sessenta e nove fólios de $0^{m},44$ x $0^{m},635$, em pergaminho espesso e está encadernado em papelão forte forrado a coiro, trabalhado a ferros sêcos e pregueado com cinco pregos de bronze em cada pasta, com fechos do mesmo metal (1). A lombada encontra-se um pouco deteriorada.

IN FESTO
OMNIUM SANCTORUM AD VESPERAS, ET LAVDES ANTIPHONA
DONA MARIA DE (2) OLIVEIRA MĀDOV FAZER ESTE LIURO A SUA CUSTA
PATER FR. JOANNES DE NIUIBUS
Ordinis Sancti Avgvstini fecit totu (3)
ANNO DOMINI
1650

---

(1) Faltam dois pregos na pasta anterior e falta o fecho superior.

(2) O E está incluso no D.

(3) O *u* da palavra *totu* é tilado, para poder dar o som *um*. Faltando na tipografia algumas letras de acentuação antiga, não se pode reproduzir rigorosamente o texto.

PORTADA
do antifonário de 1734.

As fôlhas são escritas em ambas as faces numa bela caligrafia imitativa do corpo 20 tipográfico (letras de 0,m007 de alt.), rubricas miniadas, com quarenta letras iniciais pequenas iluminadas, duas letras intermédias e uma grande, um D, que vai reproduzido e representa a Natividade. Encerra ainda oitenta e sete letras iniciais de traços entrelaçados, tão característicos da grafia artística daquele século e do seguinte.

Vem o livro que descrevo revelar-nos o nome do Padre Fr. João das Neves, monge de S. Agostinho, iluminador de bom pulso e mantenedor feliz das tradições dêste ramo de arte. Pena é que a reprodução não possa deixar vêr mais do que o desenho; porque a frescura do colorido, a leveza do toque e o gracioso agrupamento das figuras, fazem daquêle suave episódio cristão um pequenino quadro, que enleia os olhos e delicia o espírito.

Revela-se idêntica mestria nas outras letras iluminadas, onde a influência da pintura ornamental do Renascimento se faz ainda sentir na decoração, tendo-se o frade artista aproveitado, para a composição das letras, de motivos vegetais e animais habilmente estilizados.

*

Resta-me descrever o outro códice.

É de feitura setecentista e tem por título:

DO CONVENTO DE CHELAS
SVPLEMENTO
De alguas missas q. faltaõ
Nos mais livros do choro,
&.
E OVTRAS NOVAS, GLORIAS, KY-

RIOS, & CREDOS, O QVAL
A M. R. M.e MARIA
DO BOM SVSCESSO
SÊDO CÃTORA M.r (1)
MANDOU FAZER
ANNO
1734

E numa fita, que se desenrola na base:

ESTE LIVRO $\frac{1734}{\text{FEZ O R.}}$ P. F. FR.co DAS CHAGAS

Tal frontispício vem incluído numa exuberante composição ornamental em várias tintas. Reproduzo-o também no texto.

Compõe-se o antifonário de cento e quarenta e nove fólios, sendo os últimos dezanove inumerados e medem 0m,45 x 0m,60. Pergaminho grosso, excepto as últimas 16 fôlhas, que são de preparo mais fino. A encadernação é de madeira forrada de coiro trabalhado a ferros sêcos, com cinco pregos em cada pasta, cantos e fechos de bronze. A lombada, como no cartapácio anterior,bastante maltratada

As fôlhas são escritas em ambas as páginas numa letra correspondente ao corpo 24 dos caixotins (0m,008 de alto), rubricas a vermelhão, como no livro precedente, com 222 capitulares iluminadas, de tamanhos variáveis entre 0m,05 e 0m,13, uma letra grande, também iluminada e noventa e oito desenhadas à pena.

O pincel que iluminou êste livro coral é mui sensivelmente inferior ao precedente. A arte graciosa, que os miniaturistas medievos e notadamente os da Renascença levantaram a extrema perfeição, arte que ainda luz no pincel de Fr. João das Neves, descera nos dias

(1) Abreviatura de *mór*.

PÁGINAS INICIAIS DO ANTIFONÁRIO DE 1734

A NATIVIDADE
Letra inicial do antifonário de 1650

de Fr. Francisco das Chagas à amostra de pintorrilhas amador que o leitor paciente está vendo.

*

Felicito-me por não ter perdido o meu tempo, quando me escapei, nesta vila pitoresca, ao entrudo alfacinha, inoportuno, estúpido e semsabor.

E, para concluir, daqui endereço os meus cumprimentos de profunda gratidão ao reitor ilustre do Colégio das Missões e ao culto professor-bibliotecário da mesma casa, Sr. Craveiro da Cruz, pelas facilidades concedidas, que tornaram possível esta nota.

Sernache do Bom-Jardim
1931, Fevereiro.

C. M.

RIFA DE SOLA E VIRA

JOÃO Maria, lisboeta de nascimento e sapateiro de seu ofício, via com grande desgôsto que ninguém comprava calçado na sua loja e que, se não tomasse uma heroica resolução, dentro em pouco teria de liquidar a sua fazenda com graves danos. Tanto pensou, que resolveu fazer uma rifa calcada sôbre o plano da lotaria da Real Casa Pia, de Lisboa que nesse tempo gozava dêsse beneficente privilégio.

E como a lotaria tinha um prémio de 12 contos, outro de 6, outro de 3, outro de 2, três de 1, quatro de 800 mil reis, quatro de 600, cinco de 400, sete de 200, oito de 100, doze de 80 mil reis, quinze de 60, vinte e seis de 40, quarenta e sete de 20 e ainda um prémio ao número em que saísse 8 contos, João Maria adoptou êste plano e a cada um dêstes prémios dava êle, por exemplo: ao de 12 contos, 60 pares de botas de bezerro, 80 pares de botins de bezerro, 72 pares de sa-

patos de bezerro para homem e 120 pares de sapatos de cordovão para mulher; ao de 6 contos, 30 pares de botas de bezerro, 40 pares de botins de bezerro, 36 pares de sapatos de bezerro para homem e 60 pares de sapatos de cordovão para mulher. E assim por diante, cabendo a cada um dos prémios um certo número de pares de calçado, tudo constante de um mapa por êle apresentado e que mereceu a aprovação do Govêrno que regia os destinos de Portugal no ano de 1825.

Era, portanto, uma bela ideia, que faria sair da sua loja os 2.006 pares de calçado que havia fabricado manualmente.

O plano da rifa foi aprovado, mas para ter efeito faltava a vistoria, pela qual as autoridades, — louvados do Senado da Câmara e Juizes do ofício, provassem *que o calçado era bem* confeccionado *e bem conservado, de maneira a que jamais se pudesse considerar avariado*. A vistoria devia provar também que *a rifa nenhum dano causaria á Corporação dos Sapateiros*.

Inquiriram-se testemunhas: Manuel de Freitas, com loja no bêco do Forno, diz que o cabedal é de bezerro e do melhor; que êle trabalhou para João Maria à razão de 750 reis cada par de botas, 700 reis cada par de botins e a 300 reis cada par de sapatos.

Luís Francisco, da calçada de Agostinho Carvalho, José da Cunha, da rua da Conceição, Joaquim Pedro, do campo das Olarias, Feliciano António, da travessa de Santo Amaro (a Santa Izabel) Izidoro Rodrigues, da travessa do Monte do Carmo, todos *una voce* juraram, que o calçado era do melhor e que o João Maria não devia nada a ninguém.

E o Juiz encarregado da instrução do processo julgou a favor do impetrante sapateiro.

E nada mais sabemos sôbre esta originalíssima rifa, assim como desconhecemos a morada do dito João Maria. E se não fôsse o processo e os termos do rôsto

dos autos da vistoria, nem saberiamos o ano em que isto se passou, porque naquele tempo, era muito corrente as partes não datarem os seus requerimentos e os juizes os seus despachos.

Esperamos ainda encontrar entre os 900 mil processos do *Arquivo dos Feitos Findos* o plano da rifa que o feliz premiado da de João Maria com certeza fêz, pase ver livre dos 60 pares de botas de bezerro, dos 80 pares de botins de bezerro, dos 72 pares de sapatos de bezerro para homem e dos 120 pares de sapatos de cordovão para mulher!!!

João Jardim de Vilhena.

UM TESTAMENTO NOTAVEL

Como é geralmente sabido, o inglês Guilherme Stephens fundou na Marinha Grande, em 1769, uma fábrica de vidros. Parece que já havia no local tradição vidreira, o que determinou Stephens a construir ali os seus fornos.

Empenhado na criação e fomento das indústrias nacionais, Pombal protegeu a iniciativa, concedendo àquele estabelecimento sucessivos privilégios, mantidos e acrescentados nos reinados seguintes.

Os soldados franceses não pouparam a Marinha Grande, destruindo quási inteiramente fornos, armazens e outros anexos; mas logo após a convenção de Sintra, a fábrica renasceu das cinzas com privilégios novos do principe Regente e a laboração recomeçou.

Por morte do fundador, que deixou o seu nome a um largo da capital, onde morou, tomou seu irmão e sócio João Diogo Stephens conta detudo, levantando

a empreza da Marinha Grande a um alto grau de prosderidade e conseguindo amealhar em dinheiro, papeis e terras uma grande fortuna.

Faleceu em 1826. No ano anterior, lavrara o seu testamento, deixando ao govêrno Português, em sinal de gratidão, tôdos as instalações da sua fábrica. E' um notabilíssimo documento que o leitor vai apreciar em toda a magnitude da intenção que o inspirou e que ficará sendo um subsídio de alto valor para a história da época e da indústria portuguesa. Tudo previu, tudo acautelou neste papel testamentário o nobilíssimo João Diogo Stephens!

Recebido o legado, o govêrno português pôs em praça o arrendamento da fábrica da Marinha, que de então para cá tem andado sempre em mão de particulares.

J. J. V.

TESTAMENTO

«Saíba todo o genero humano em como eu João Diogo Stephens, filho de Oliver Stephens, e de Joanna Smith, sua mulher, nascida na Cidade de Exiter, em o Dia 29 de Janeiro (estilo velho) do Anno de Nosso Senhor, de 1748, baptisado na Igreja Cathedral de Sam Pedro, no Dia 28 do seguinte mez de Fevereiro. Tendo pela Graça de Deus, chegado a ser hum Negociante opulento, Membro da ex-Feitoria Britanica em Lisboa; Proprietario da Fabrica de Vidros na Marinha Grande, no Reino de Portugal, hum dos Interessados na Companhia dos Negociantes de Inglaterra, que commerceão para as Indias Orientáes, Accionista dos Fundos de Tres por Cento, *Consolidated and reduced Annuities New four p Cents Bank London Dock Globe Insurance & C.º* Achando-me perfeitamente são de

Corpo e entendimento, porem convencido daquella grande verdade, que a Saude he precaria, e a morte certa, faço neste Dia 24 de Maio de 1825, este meu testamento, escrito, e composto por mim.

«*Inprimis*, Quando a Alma se aparta, quão detestavel he o Corpo; em consideração porem a elle ser o formoso receptaculo e alojamento de hum suave e placido Espirito, recommendo aos meus Successores, que o meu Cadaver seja decentemente enterrado na Sepultura, junto com o de meu muito veneravel Irmão, e Socio Guilherme Stephens, fazendo conhecer por esta união na morte, a nossa intellectual harmonia durante a Vida. Ao Pastor que officiar no meu Funeral, deixo-lhe 200:000 reis para si, e alem desta quantia, 100:000 reis mais, para elle os destribuir em esmolas como bem lhe parecer. Os Edificios, Casa de habitação, e mais Casas, Herdades, Terras, Pomares, Vinhas, Jardins, Engenhos d'agoa & c.ª na Marinha Grande, e ao que se possa dar o nome de fixo Capital de meu Trafego de Vidros, Tendo sido tratado e convencionado entre mim, e meu muito lamentado Socio, e Irmão Guilherme Stephens, que o mesmo passaria indivisive para os Representantes ou Successores do sobrevivente Socio, a beneficio deste Reino, e da Gente ou Familias empregadas neste Estabelecimento, assim como foi approvado, e ratificado por Sua Magestade Fidelissima no Paragrafo 1º. do Alvará de 11 de Dezembro de 1780. Agora para inteiramente se cumprir aquelle tratado ou convenção, e servir como hum monumento de meu alto apreço, e gratidão pelos favores e protecção, que neste Paiz me tem sido concedido. Dou e deixo á Nação Portugueza, todos os mencionados Bens, e Estabelecimento, supplicando o Governo que haja de eleger e nomear huma Authoridade constituida, para esta os reger, e administrar, rogando tãobem mais, que não deixe de haver contemplação para com o actual Admi-

nistrador José de Sousa e Oliveira, e conceder-se-lhe aquella dignidade e remuneração que tão devido he ao seu merecimento; e desta sorte espero fixamente bem como assim o desejo, que, prosperidade, estabelidade, e permanencia, acompanhem esta util e bella Fabrica, a beneficio da Marinha Grande em particular, e utilidade deste Reino em geral,e assim para sempre.

«Minha parte do residuo dos Bens de meu Irmão Luiz Stephens, que ainda estiverem por apurar, e indevisos ao tempo do meu fallecimento eu os dou e deixo ao sobrevivente Legatario, Carlos Lyne Esq., por ser minha intenção excluir e não admittir Parente algum collateral, nem novo pretendente a esta Administração.

«Ao Presidente, Thezoureiro, e Directores do Hospital de Christo em Londres, deixo em Deposito, as 3:000 Libras de Acçõens que tenho nos Fundos de *East India Stock*, que ao presente estão vencendo annoalmente o juro de 10 e meio por Cento, para este ser pago ás filhas do Defunto meu bom amigo James Palmer Esq. ex-Thezoureiro daquelle Seminario, a saber, Philadelphia, Anna, Maria, Hannah Smith Palmers, todas ellas Solteiras, e moradoras em Streatham no Condado de Surrey em iguaes porções durante as suas Vidas, com o beneficio de sobrevivencia, e por morte da ultima, passará o mesmo a proveito da sobredita Instituição, aqual sou devedor da minha Civil, e moral Educação ficando Orfão n'huma tenra idade, e despido da lizongeira perspectiva, que prometia a de meu Irmão mais velho Guilherme, malograda com a fatal Catastrofe de 1755, quando então todos os seus Bens, e o seu Socio ficárão consumidos debaixo das chamas e ruinas do horrendo Terremoto, que esta desgraçada Cidade de Lisboa soffreo no Dia 1º. de Novembro daquelle dito Anno; estando elle então estabellecido em Commercio, debaixo dos auspicios de Jorge

Midley Esq., Successor da antiga e respeitavel Casa de Francisco Burdett Lockwood e Jonas Hanway.

«A Maria do Carmo da Cunha Alcafforado e sua May, 50 Libras entre ambas, com o beneficio de sobrevivencia; esta e a sua fallecida filha Innocencia, nascidas em Napoles, e dotadas pela natureza com o mais raro talento para Musica e Pintura, acompanhado das prendas as mais amaveis, maneiras, e virtude, de todo o tempo merecerão a minha estimação e patrocinio, fazendo-se dignas da minha benevolencia.

«Reservando porem por fallecimento de French e Bernard, as respectivas quantias para serem todos os Annos repartidas a razão de 5 Libras a cada hum, a 2 homens, e 2 mulheres Portuguezes, ou Hespanhoes que tiverem servido nas Familias de Subditos Inglezes, por mais de 10 annos com reconhecida probidade, tendo os competidores de fazer seus Requerimentos ao Consul, e a destribuição, ser determinada pela mayoria dos Votantes em publica Assembléa.

«Dou e deixo à Camara de Exiter, em Deposito, para maior ajuda, e pôr em execução o Testamento de meu Tio Luiz Stephens D. D. *quandum* Canon, de Exiter Arcediago de Chester, e Reitor de Droxford, Condado de Southampton, datado de 14 de Novembro de 1745, respectivo a nomeação de *Exhibitioners* para as Universidades &cª, como por elle foi declarado no dito Testamento, 1000 Libras, o juro das quaes será applicado ao alvedrio do Presidente e Vereador da Camara.

«A José Diogo Mascarenhas Neto, hum 1:000$000 pela sua actividade em formar huma Estrada publica, para Coimbra.

«A Thomas Moore Musgrave, 300 Libras, como hum sinal de apreço que delle faço, por aquellas bellas maneiras, benevolencia, e talentos, que logo nelle conheci assim que chegou a Lisboa, o que agora acabo de vereficar com a sua traducção da Tragedia de Dona Ignês

de Castro, composta por Antonio Ferreira, aqual elle me dedicou como huma demonstração de querer perpetuar a minha memoria.

«A Horatia Nelson, filha adoptiva, e Legada á Nação Britanica, pelo seu mais afamado Commandante Naval, 500 Libras. Ao Marechal General Lord Beresford, Marquez de Campo Mayor, em consideração aos seus relevantes Serviços, feitos a bem deste Paiz, com perda de Sangue nas Campanhas para o defender, seu grande valor e profundo saber assim no Gabinete como no Campo da Batalha merecendo por isto alto louvor e minha admiração, Dou e deixo a Sua Excellencia como hum sinal de minha lembrança, 500 *Sovereigns*.

«A José de Souza e Oliveira, pela sua assiduidade, constancia, fidelidade, e boa administração, 2.000$000 reis. Ao dito Administrador, Caixeiros, Mestres, Operarios, Trabalhadores, e Serventes de qualquer especie que sejão, empregados na Marinha, a cada hum delles, tres mezes de ganho, regulando este por aquelles que vencião anteriormente á minha morte, como ha-de constar do Livro dos Assentos.

«A todos os meus Caixeiros em Lisboa, 2 Annos de Salarios, e a todos os meus Criados, hum Anno de ordenado.

«A Stephens Lyne, filho de Guilhermina Augusta (cuja memoria reverenceo) para elle possuir, e conservar como Reliquias de familia, o seguinte, a saber. Meus 2 Tomos das Obras de Walter Moyle, Esq., de Bake no Condado de Cornwall, Amigo de meu Avô Luiz, como se acha declarado nas ditas obras, publicadas no Anno de 1726. Tãobem o antigo Anel de minha Avó, com as suas Armas dos Naylors abertas ao buril sobre huma Cornelina. Humas armas com 2 Leões de mãos levantadas, representando em Chão côr de ouro e que ainda existem n'hum quarto antiquario de hum Edificio em Exiter, para demonstração do

grande nome que adquirio aquella familia. Tãobem o Bilhete de Prata que me foi votado no Anno de 1785, pelos Proprietarios da Casa da Assembléa Ingleza por eu ter alcançado do Marquez de Marialva, edificala na-Rua do Alecrim. Tãobem, meu Bule de prata, que tem o meu nome gravado, por ser hum presente que me fez a Senhora Juliana Towers, e mais seu filho William Colborne Towers, Alferes do *Coldstriam* Regimento de Guardas, no Anno de 1810. Tãobem a minha Cadêa de ouro de Relogio, e Sinete de familia, aberto ao buril sobre hum Chaveirão, com 3 meios Corpos de Liões representados com as mãos levantadas, cercados de muitas cruzetas côr de prata e hum timbre por cima da grinalda das Bandeiras, com huma Cabeça de Corvo guarnecida de arminho no meio de 2 azas. Minha Cunhada Senhora Mary Bryana Stephens, que se acha abastada de Bens, deixados pelo meu Irmão Luiz sem contar os da sua herança Paterna, peço somente, que queira acceitar 100 moedas de ouro, para as empregar n'algum adorno que bem lhe parecer; e isto como hum sinal de minha reverencia e amizade, rogando-lhe, que queira cultivar aquella cordialidade até aqui mantida entre as nossas 2 Familias, e supplicando, que hajão de sustentar huma reciprocidade de bem querença, e benevolencia de huma para outra.

«As 2 grandes Propriedades de Casas, que tenho na rua das Flores, esquina de Sam Paulo, e Beco dos Apostolos, que formão as duas frentes para hum largo chamado o Largo do Stephens ambas ellas, com os moveis que contem e aquelles que se achão na Marinha, assim como os materiaes em bruto, e vidros em ser, tudo dou e deixo especialmente ao meu muito prezado e respeitavel Primo Carlos Lyne, Esq. o qual depois de pagar as minhas Dividas, e satisfazer todos estes meus Legados, constituo e estabeleço por meu herdeiro Universal do remanescente afim de lhe facilitar a liqui-

dação dos meus Negocios, e alliviar de trabalho e inquietações os meus sobreviventes, para que não tenhão responsabilidades, que venhão perturbar o resto de seus Dias, bem persoadido de que, elle se ha de prestar com gosto em prehencher religiozamente as disposições de meus Legados; e ordeno, que o usual acolhimento desta Casa, seja continuado durante hum Anno depois de minha morte; e nomeo a elle Carlos Lyne, Diogo Bowness, e Timotheo Tool, meus Testamenteiros, para a execução desta minha ultima vontade e Testamento, de que receberão pelo seu trabalho, em lugar de Commissão, 2.000$000 reis cada hum; e rendo minhas Graças ao Creador, por me ter concedido Vida, Saude, e riqueza, esperando do mesmo poderozo Senhor, a sua benefica misericordia, para dispôr da minha Alma, quando a sua presença para isso fôr chamada, entregando-me com Coração contrito, á intervenção de nosso muito amado Redemptor Jesus Christo. Feito em Lisboa no Dia 24 de Maio do Anno de Nosso Senhor de 1825.

Arquivo dos Feitos Findos
(Pasta "Testamentos".)

MARAVILHAS DE HÁ 90 ANOS

USENTE de Lisboa, não tenho à mão a «ferramenta» de trabalho necessária para falar com mais amplo conhecimento do *Jornal de Experiencias Physicas*, de que, por dádiva penhorante do meu amigo e cultíssimo colaborador desta Revista, Dr. Pedro Vitorino, tenho presente o 2.º n.º, datado de Lisboa, 1842. Ficou por aqui? Foi mais além? Não sei.

O que sei é que (pelo menos êste número) era uma fôlha volante, duas páginas em oitavo, encimada a primeira pelo título e a curiosa xilogravura que acompanha estas linhas. Para melhor elucidação, dou aqui todo o texto do número, reproduzindo-lhe pela zincografia a cabeça e as primeiras linhas e seguindo com o resto do texto em composição tipográfica, na mesma disposição do original.

Jornal de Experiencias Physicas.

Huma gota de agua. | Huma pulga. | Outra gota de agua.

A PULGA APRESENTARÁ O TAMANHO DE HUM CAVALLO.

GABINETE DE OBSERVAÇÃO NO MICROSCOPIO SOLAR Acromatico, e do Pronopiografo.

Situado no Largo do Pelourinho n.º 24, 1.º andar.

Por meio do dito instrumento podem ver cincoenta pessoas juntas o mesmo objecto augmentado seis milhões de vezes, com tanto que o Sol brilhe sem nuvens.

Se segundo a opinião do célebre Physico Inglez BAKER, he o Microscopio Solar de todas as invenções, que se tem feito no mundo a mais propria para conjunctamente divertir, instruir, e satisfazer o espirito humano, vendo com a maior perfeição alguma das occultas combinações da natureza; quem poderá duvidar dos bons desejos que terão todas as pessoas instruidas de assistir a tão interessante espectaculo?

O gráu sublime de perfeição deste instrumento apreciado ha annos pelos sabios, lhes grangeárão bem merecidos elogios.

Varios Insectos pequenos,

apparecerão de hum tamanho prodigioso deixando ver através do corpo o movimento dos intestinos.

O PO' DO QUEIJO

apresentará milhares de animaes perfeitos em todos os seus membros, e executando as funcções vitaes com tanta regularidade, como os animaes milhões de vezes maiores do que elles.

As aguas estagnadas são máres cheios de incalculaveis animaes differentes, das quaes

HUMA GOTA

do tamanho da cabeça de hum alfinete contém:

MILHARES DE COBRAS

do tamanho de huma vara, e outros animaes de diversas fórmas.

Debuxos Magicos de Bordados

produzidos pela cristalização de differentes sáes.

NA CIRCULAÇÃO DO SANGUE

ver-se-hão girar os globulos de sangue com rapidez, tanto nas veias, como nas arterias mais delicadas

OUTROS MUITOS OBJECTOS DIFFERENTES.

As experiencias terão lugar todos os dias, excepto ás Quintas-feiras, desde o meio dia até ás 3 da tarde, isto quando o Sol o permitta, por se tornarem seus raios directos indispensaveis; de modo que a primeira experiencia principiará ao meio dia, a segunda á huma hora, e a terceira ás duas.

Preço dos bilhetes da entrada o que não se altera durante todo o tempo da exposição 240 réis por cada pessoa.

N. B. Caso que o horizonte escureça, se restituirão os bilhetes para que sirvão no primeiro dia que se possão effectuar.

NOTA.—O tempo limitado de huma hora para as Experiencias, não permittindo de apresentar de huma só vez os muitos objectos susceptiveis dessas Experiencias Microscopias, adverte-se, que alternadamente para os dias de data par, e de data impar, haverão alguns objectos diversos, como estará especificado na Lista patente á porta da entrada do *Gabinete de Observações.*

AVISO RELATIVO AO PRONOPIOGRAFO. — Em huma sala da mesma localidade, acha-se tambem exposta a

CAMARA OBSCURA VERTICAL,

que representa huma parte do Largo do Pelourinho em toda a sua natureza, com o respectivo movimento das pessoas, carruagens, e cavallos que passão; de maneira, que este quadro pelo motivo da contínua renovação dos objectos, sempre, e em todo o momento se apresenta differente.

O preço d'entrada na *Camara Obscura* he de 60 réis por cada pessoa sem destincção de idades; porém os Senhores que visitarem o *Microscopio Solar*, e que por força devem passar pela sala onde se acha exposta a *Camara Obscura*, não pagarão nada por esta ultima, depois de terem já correspondido o preço de entrada para o *Microscopio Solar*.

A *Camara Obscura* estará aberta todos os dias, desde as 11 horas da manhãa, até ás 3 da tarde.

TYP. DE J. B. MORANDO. — 1842.

O micróscópio devia ser petisco fino para o portuguezinho daquêles tempos, que talvez nem de nome o conhecesse; e, naturalmente, as multidões acorriam como formigas ao açúcar, a ver a maravilha — ou seja a prometida bicharia miúda transmudada em abantesmas, que o dono do tal «gabinete de observação» impingia aos basbaques a doze vintens (vamos que já não era barato para o tempo) a inspecção das lentes ampliadoras e a 60 reis a entrada na «camara obscura».

Mas que muito seria que o público de há 90 anos ignorasse o aparelho se êste, inventado século e meio antes, era na opinião do anunciante, «instrumento apreciado ha annos (apenas!) pelos sabios»? Em Portugal, talvez... E, mesmo assim, parece-me que já no século XVIII os anatomistas portugueses trabalhavam com o microscópio.

Já não falo da prosa pitoresca do papel, misto de sciência barata, de ingenuïdade e charlatanismo, a

lembrar os antigos *tira-dentes* e os actuais calistas e capilaristas da actualidade e os apresentadores de câmaras opticas, que durante anos e anos infestaram as feiras e romarias do país.

Pôrto, — Páscoa de 1931.

C. M.

DOM TOMAZ DE NORONHA

PRESENTO aos leitores um filho ilustre de Alenquer, poeta do século XVII, da escola espanhola ou seiscentista, o distinto fidalgo D. Tomaz de Noronha. Era da família nobilíssima dos Noronhas, senhores donatários de Vila Verde dos Francos, hoje representados pela casa dos Marqueses de Angeja.

Pela sua veia fortemente satírica, abundante e graciosa, mereceu dos seus contemporâneos o epíteto de *Marcial de Alenquer*. Vários autores com bastante documentação, noticiam que D. Tomaz de Noronha era natural desta vila.

Uma décima, que escreveu sôbre o episódio dum letrado de Alenquer, casado com uma torta, que a seguir publicamos, tambem nos indica que o poeta tinha bom conhecimento dos casos locais e ridículos, que êle tratava com a mais graciosa ironia, própria do seu belo talento, mas de boémio incorrigível que sempre foi.

Ora vamos lá a ouvi-lo nalguns inéditos.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa, (Mss. *Fundo Antigo*, vol. 589, fls. 13) encontrâmos esta décima:

A hum letrado q julgava em
Alemquer, sabendo pouco e
era casado com huma
torta:

Mata o s.or Licenceado
Com o direito, q naõ sabe
E a mulher (naõ porq o gabe)
He torta, e mata de olhado,
Pelo q tenho alcançado
Que se matam deste geito,
Se pode, ao q sospeyto,
Com mta razaõ dizer,
Que este marido, e mulher
Matam a torto, e a direyto.

A hum Medico, q mentia
em tudo q pronosticava

Naõ o vi desconfiar
De doente q morresse,
Nem vi nenhu q vivesse
Dos q lhe vi segurar,
E mandar alevantar.
Mandou elle ungir alguem?
Pois adivinha tambem!
Oh, praza a D.s q este tal
Diga de mim q estou mal
Para eu cuydar q estou bem.

A hum Bebado
sepultado junto a huma pia de
agoa benta

Aqui neste posto escuro
Jaz hum bebado, q tinha
De beber sobre sardinha
Officio de beber puro;
Mas, cahindo de maduro,
Sua sepultura inventa
Junto á pia da agoa benta
Porque assim quer desta sorte
Ter por regalo na morte
Quem vivo lhe descontenta.

Pergunta
duma linda freyra do Convento
de Santa Clara de Alemquer,
feita a D. Thomaz,
e a resposta deste

Pergunta.

Dizey-me ca huma verdade
Qual he mais do vosso gosto
Estando vos numa grade:
Discriçaõ, ou hum bom rosto?

Resposta.

Respondendo a esta questaõ,
E ás cousas do meu gosto,

Pede-me a inclinacaõ,
Para a grade, a discricaõ.
E para a cama hum bom rosto.

A huma Freyra
do m.mo convento, preguntando ao autor: Quais eram os beijos tristes?

Resposta.

Se vos algum dia viste
Hum homem despido, e nú,
E o beijastes no . . . ú,
Esses saõ os *beijos tristes.*

Cançam de D. Thomaz
feita a huma negra muyto presumida q queria á viva força namorar o poeta. Esta negra chamava-se Ignez e era creada grave dos Noronhas, Senhores de Villa Verde dos Francos.

Tomo a pena, snr.ª, e eu concedo,
Que naõ na tomei nunca a tanto medo
Como nesta ocasiaõ
Temo de errar, e temo-o com razaõ,
Que he impossivel cousa o acertar,
E donde alvo naõ ha a que apontar
A quem hei de pedir q me alumie,
A q.m Senhora minha, que me guie
Que ainda q de dia,
Senhora hei mister luz, hei mister guia
Que vou entrando em cousa m.to escura
Pois entro a tratar vossa formosura,

Ainda q snr.ª quanto a mim
Será tratar daquillo que naõ vi,
Porq ainda senhora,
Que mil vezes vos veja cada hora
Nunca vos mostraes distinctam.^{te}
Nunca vos vi que fosse claram.^{te}
Querervos eu he força, que he estrella,
Ainda q eu naõ sei qual seja ella,
Comtudo hey de dizer,
Que estrella que me obriga a vos querer,
E perdoar, que isto he tomar salva,
Que naõ deve de ser a estrella de alva.
Naõ me queixo de amor, bem sei snr.ª:
Que fora sem razaõ queixar-me agora,
Que quanto desta vez
Em me deixar convosco, minha Ignes
Amor consigo quiz mostrar-se franco
Porque isto naõ foi deixarme em branco.
Cançaõ, se te culparem
Confessa a culpa, e pede a penitencia
De cahir em taõ grande negligencia.

Vê-se que a pretinha presumida foi muito meiga e pródiga para o maganão do poeta, que, nos seus ócios de Vila Verde dos Francos, se entretinha com as criadas dos parentes. Ou êle não fôsse Noronha e poeta boémio.

Á mesma preta

Outra trova.

Namorouse Thomaz de Ignez
Nunca em mal vos empeca.
Ella amou q.^{m} naõ tem péz
Elle q.^{m} naõ tem cabeça.

A huma freyra de S.ta Clara
quo tendo sido bonita, estava já muy
acabada quando huns romeyros
preguntaram por ella ao author

Fez o tempo tal estrago
Em Filippa, moça bella,
Que vem romeyros a vêlla
Naõ por ver a Santiago,
Mas por dar Santiago nella.

Em matéria de freiras, como mostraremos noutro artigo, também o nosso vate podia falar de cadeira.

Frei Luís da Soledade.

INSCRIÇÃO LATINA NO FUNCHAL

o frontespício duma antiga capela, que teve a invocação de S.to António, existente no edifício onde actualmente funcionam as várias repartições da Alfândega do Funchal (em tempos remotos um forte), lavrado em pedra de cantaria, vêmos o seguinte dístico trilinear em latim:

AD
SALEM
SOL

Esta inscrição foi sempre considerada um problema epigráfico e como tal alvo de inúmeras discussões, tendo sido diversamente explicada.

No *Elucidário Madeirense* lê-se que «junto ao Edifício (Alfândega) havia e existe ainda uma pequena capela, destinada hoje a usos diversos dos fins para que foi edificada. Tinha a invocação de Sto. António

ÁGUA-FORTE ANÓNIMA,
atribuida a Vieira Lusitano.
(Colecção C. M.)

e foi construida por 1714 pelo provedor e juiz daquela casa, o dr. João de Aguiar. Sôbre o pórtico desta capela lê-se a inscrição latina AD SALEM SOL, que tem dado lugar a diversas traduções e que tem sido vàriamente interpretada».

Ultimamente, o poliglota e mestre da língua,[1] Snr. Dr. Artur Bivar, respondendo a uma nossa consulta, diz-nos que se ela (a capela) *foi sempre* dedicada a *Santo António* e a lápide foi composta *para ali*, é evidente que quem a compôs pensou em aliar *Santo António ao sal e ao sol*» e continua que «por outras palavras, êle quis dizer: para se obter o sal é preciso o sol — e para alcançarmos o sal das virtudes, que nos conserve imunes da corrupção, recorramos a êste grande Santo que foi um Sol esplendoroso de virtudes: *ad salem sol*».

Esta capela é actualmente utilizada como piquete para verificação de bagagens, sendo êste dístico traduzido brincalhonamente, pelos empregados que ali moirejam em serviço, do nascer ao pôr do sol, pela frase «de sol a sol».

Com a construção recente dum grande telheiro para acondicionamento de mercadorias, a inscrição ficou um pouco oculta.

Aproveitamos a ocasião do Centenário de Santo António para oferecer aos leitores da «Feira da Ladra» estas simples e breves linhas.

FERNANDO DE AGUIAR.

---

(1) Veja o artigo do Snr. Dr. Xavier Fernandes a págs. 149 do 2º vol. de *A Lingua Portuguesa*, 1930-31.

(2) In *Dominus Tecum*, pág. 367.

FESTA DIPLOMÁTICA

O príncipe D. João, herdeiro do trono português, completava 17 anos em 22 de Outubro de 1706. Por êste motivo o conde de Assumar, embaixador de D. Pedro II junto do arquiduque Carlos, que Portugal reconhecera como rei de Espanha, pensava em celebrar aquela data com uma festa que desse brado na côrte de Valência.

Exactamente, porém, nesse dia, empenhou-se Carlos III em ir caçar à albufeira de Valência, acompanhado pelo conde. Pelas seis da manhã seguiram os convidados para Cataroja, onde os aguardavam 80 ou 100 pequenos barcos capazes cada um apenas para duas pessoas, que os transportaram pela extensa lagoa, onde mataram mais de 600 peças de caça, as quais foram distribuidas pelos remeiros e pelos camponeses.

O embaixador não desistiu de dar a sua festa, limitando-se a transferi-la para 31 de Outubro; convidou para ela todos os «Caualheros, Grandes, Generaes e

ministros q se acham na Corte». Como a condessa de Assumar ficara em Lisboa, não havia uma senhora para fazer as honras da recepção; mas o conde remediou essa falta, pedindo «a Condeça de Cardona q he a V. Reyna de Valença q quizesse fazerme fauor de vir a minha caza pª honrarme a festa e convidar a todas as Damas e Senhoras, q hauia na terra».

No dia designado, o embaixador vestiu-se de gala com tôda a sua família, fez «compor e aderessar» a embaixada com tôda a magnificência e iluminá-la com um grande numero de luzes «postas emplacas plas paredes», e aguardou a chegada da vice-rainha, que apareceu por volta das quatro horas da tarde. Seguidamente vieram os restantes convidados, que sem dúvida compreendiam a fina flôr da facção austríaca, onde só designa nominalmente as primeiras senhoras que chegaram: as condessas de Oropesa e de Haro e a marqueza de Jarandilla. Estas damas eram muito particularmente interessadas na política: fôra a condessa de Oropesa quem decidira seu marido, antigo presidente do Conselho de Castela, a seguir o partido de Carlos III. Sua filha, D. Maria Petronilha de Atocha, condessa de Haro, tinha obtido também a adesão do respectivo esposo, sendo para notar que o conde era filho do condestável de Castela, fiel partidário de Felipe V, de quem era mordomo-mor; depois de acabada a guerra, o conde de Haro reconciliou-se com o ramo borbónico e sucedeu no cargo a seu pai. A marquesa de Jarandilla era nora do conde de Oropesa e manifestara-se já acérrima partidária dos invasores: segundo uma relação portuguesa, o seu filho mais velho, nascido em Guadalajara quando da estada ali do exército aliado, recebera o nome de Pedro em honra do rei de Portugal, de quem não será descabido notar que ainda era parente, porque a casa de Oropesa, a esta data, descendia dos Braganças por varonia; o conde D.

Manuel Joaquim de Toledo era neto de D. Duarte, filho segundo do duque D. João I.

Quanto á condessa de Cardona, era casada com o iniciador da revolução que em Valência proclamara a realeza de Carlos III, revolução que fôra principalmente devida ao grande prestígio do conde, segundo a confissão de um seu inimigo político, o marquês de S. Felipe, auctor duns interessantes *Comentarios* àcêrca da guerra da Sucessão.

Quando estiveram na embaixada todas as senhoras «e os Caualheros, os levei — diz o conde — p.ª outra Caza q sobre ser muy grande e capas estava muy bem paramentada e com m.tas luzes e nella cinco mezas cheyas de todas aquellas couzas mais esquizitas q se puderaõ descubrir com admiraveis dosces, frutas e fiambres, postos em Piramides q naõ só eraõ agradaueis ao Sabor, mas taõ bem avista, chegando as senhoras as mezas as serviram todos os Caualheros q aly se achavaõ e depoes vieraõ diferentes bebidas como Limonadas, Leite, e chocolatte elado, agoas de Canella e ginjas e todas as maes deversidades, e vltimam.te chocolatte o mesmo se fes a todos os Caualheros e pessoas q estauaõ na Caza e nas maes de fora q eraõ em g.de n.º semq ficasse ninguem q deixasse de participar de tudo».

O embaixador, porém, não queria apenas dar aos seus convidados o prazer de uma boa refeição; era também seu intuito proporcionar-lhes diversões artísticas; por isso «acabãdo de comer, sahiraõ p.ª a Caza donde se hauia de fazer o festim o qual se compos de huã Serenatta de m.tos e diferentes instrum.tos, de diferentes bailes, e dansas, e de varias muzicas com que se passou o tempo muy agradavelm.te athe m.to depoes da meya noite.»

Por esta descrição ficar-nos hia a suspeita de que os convidados achassem a recepção um tanto longa

demais, se o conde não afirmasse que «todos se recolheraõ muy contentes e satisfeitos da festa e da magnificencia della».

Ora, como era êle o principal interessado e parece ter ficado inteiramente convencido do êxito da sua festa, seria difícil pô-lo em dúvida a mais de duzentos anos de distância, embora seja talvez exagêro supor que ainda hoje Valência recorde os explendedores da recepção do embaixador português de que nos ficou notícia no diário do próprio conde de Assumar, autógrafo existente na B. N. L., *F.G*, 747. Não se julgue, porém, que êsse diário se limita a dar as pequenas notícias da vida social do embaixador, como aquelas que acima se transcrevem. Pelo contrário, inclue copiosas informações sôbre a direcção política do partido austríaco, que o conde acompanhava com interêsse e inteligência.

É muito de lamentar que se tenham perdido os restantes volumes dêsse diário, que eram provavelmente três, dos quais apenas sobrevivem dois pequenos fragmentos por cópias existentes, uma na B. N. L., outra em uma biblioteca particular.

Gastão de Melo Matos.

PROCISSÃO DE ELVAS
A
SANTO ANTÓNIO

o códice n.º 152 — F. G. da Biblioteca Nacional de Lisbôa, coligido por D. António Caetano de Sousa, entre muitos documentos que podem interessar a história eclesiástica de Portugal, encontrei uma descrição curiosa dos festejos antoninos que se realizavam em Elvas em pleno século XVII, logo apoz a Guerra da Restauração, em honra do taumaturgo português cujo apostolado longe da Pátria tão notável foi.

Parece-me que não será desinteressante reproduzir êste programa para os coleccionadores de bibliografia antonina.

Era tradicional naquela época a devoção dos militares por Santo António, sobretudo nas unidades do sul, que muitas vezes o elegiam seu patrono e protector, concedendo-lhe até honrosos postos militares.

Explica-se assim as suntuosas procissões que a

cidade de Elvas, essencialmente militar, pela sua situação sôbre a fronteira espanhola, lhe tributava quando ainda não estavam de todo apagados na memória dos Elvenses os sucessos das armas portuguesas nas Campanhas da Restauração.

Aí vai a parte do documento que mais merece reprodução:

«Exordio das Figuras que vaõ na prosiçaõ, que o affecto mais pio e os animos taõ devotos, como Liberais detriminaõ fazer, na tarde *13* de Junho deste prezente anno de *696* á Lus mayor de Italia, ao credito de Espanha, á honra, e gloria, de Portugal, ao milhor filho de Lix.ª; asombro da santidade, e mayor prodigio de virtude, o Taumaturgo Portugues, o G.e Sto Antonio de Lix.ª, taõ insigne nos milagres, que cabendo na admiraçaõ, naõ os pode comprehender a mayor eloquencia; e p.ª que se conheça a devoçaõ affectuoza de quem o festeja, será forssozo, fazer do seu intento (ainda que com rude pena) hum breve rascunho.

«Publico e manifesto he nesta Cidade, o fervorozo zelo, com q ha des annos, os animos mais Liberaes e e devotos se empenhaõ em celebrar a este Divino Portugues..

«E sendo esta guerreira cidade, a porta e chave do Reino de Portugal em cuja defensa sempre ficou o dominio, e sigurou o imperio a ella incumbe mais que todas as do Reino ser mais pontual a festejar a um santo debaixo de cujo patrosinio nos seos campos alcançou as mais gloriosas victorias dos inimigos, que sendo em tudo as mais prodigiosas se devem ao santo mais portugues.

«...... e tanto he o seu empenho, q' no mesmo tempo em duas partes, lhe tributa adorações e festeios

na See Cathedral e Pontificia e neste Real, e Religiozo Convento de S. Domingos naõ contente com a singularidade dos festeios senaõ com multiplicar os Jubileos, onde seja mayor o empenho, naõ desido, poṙq' em ambas as partes sou sospeito,(1) só deixo a diferença ao exame dos olhos..............................

«E vindo a traça da prosiçaõ deixando p.ª o exame dos olhos, o lindo e exquesito da armaçaõ e mais festejo da Igr.ª se reparte em quatro fileiras, aque daõ principio tres Cidades, a de Elvas, que o festeja. Lix.ª q lhe deu a patria, e o nascimento. Padua q' lhe deu o sepulcro ....»

«Presedem a este triumpho dous trombetas a cavallo como pregoeiros deste festeio excitando nos animos de todos com as vozes dos clarins os maiores Jubilos, vaõ vestidos de casacas de primaveras, chapeos brancos com plumas, nos arsões da sela; nos estandartes dos trombetas, levaõ as armas do Reino pintadas de hua e outra parte com esta letra; *Gloria Regni tui disent et potentiam tuam loquentur*: *ex Psal.144*. Segueçe logo duas figuras a cavallo, em parelha, ricamente vestidos com turbantes de plumas na cabeça, os pés calsados de azas, a primeira da maõ direita he a fama dos prodigios de Santo Antonio leva na maõ direita hua palma no braço esquerdo o escudo, e nelle pintada a empreza do S. q he hua cruz, dandolha dentro de hua nuvem o minino Jesus com esta letra — *fama virtutis crux ubiq, defundetur. Lib. 2 Machab. C. 8.*

---

(1) Êste manuscrito de 9 fôlhas in-fólio, não tem a assinatura do autor. Em nota à margem, possivelmente escrita por D. António Caetano de Sousa, encontra-se uma pequena indicação para os investigadores :« tinha sido mestre escola da Sé e estava ja com o habito de S. Domingos».

ESTAMPA, ou REGISTO, datado de 1765. Na base, as armas dos Bulhões (erradas). Colecção C. M.

«A Segunda figura q em tudo vem vestida como a pr.ª he ecco da fama dos milagres do S.to q por todo o mundo soaraõ leva na maõ hú globo cor de terra co' este distico — *undique resonat* (1). No braço Esquerdo hum Escudo, nelle pintados sete Montes sobre que está fundada a famoza Lix.ª patria do nosso Sancto com esta letra: — *Resonans de altissimis montibus: cap. 17.*

1.ª FILEIRA

«Presede a esta pr.ª fileira a sempre Noblisima, e Guerreira Cidade de Elvas, verdadeira Belona em cujos campos exercitou Marte as mayores proezas sempre vensedoras as lusitanas armas. Tributa homenagem a Lix.ª no guiaõ q leva a letra: *Respicio Civitatem exultassionis meae.* Leva esta figura roupas encarnadas, com fitaria cor de fogo, insentivo de guerra; na cabeça murriaõ de ferro com plumagem branca, e encarnada; no peito hú de aso dourado, montado em hú briozo cavalo. Na maõ direita leva hú Estandarte encarnado, e nelle exculpidas as suas Armas, q saõ hú home' a cavallo vestido de Armas brancas, elle, e o cavallo, cubertos dos Escudos, e Armas do Rno. Abayxo desta pintura, como aos pez leva todos os instromentos belicos. Na orla desta pintura leva a ja ingsinuada letra: *Respisio Civitatem exultasssionis meae. Izai.C. 33.* Em o braço no lado esquerdo hu escudo e nelle pintado o Santo no habito em que se exercitou na Sé de Lix.ª de minino do choro fazendo cõ o dedo polegar da maõ direita húa Crux nas Escadas do mesmo choro.

«A Primr.ª figura q' vay apé e comq' Elvas festeja ao S.to he a do Valor qualidade taõ propria, e inseparavel dos habitadores desta Cidade. Vay vestida de

---

(1) «Sabe pouco de Dysticos», diz uma nota à margem do ms., da mesma letra da antecedente.

roupas encarnadas cõ todo o aseio posivel; na cabeça hua coroa de louro, e na maõ direita húa palma que tudo se deve a suas fortalezas, e a suas vitorias. No braço Esquerdo hú escudo, e nelle pintada húa coluna com esta letra: *Mea est fortitudo. Proverb. cap. 8.*

«A Segunda figura apé he a da Nobreza, q' vem vestida com toda a modestia. No braço esquerdo leva hú escudo, e nelle pintado hú Platano, geroglifico proprio da Nobreza.

«Vay a figura das Letras em 3.º lugar vestida de todas as cores, porq todas asistem nas universidades; leva na cabeça hú barrete cõ borla branca, insignia dos Doutores em Theologia, Rainha e S.ª de todas as siencias. Leva na maõ direita hú molho de penas. Leva no braço esquerdo hú escudo, e nelle leva esculpida húa caza formada sobre sete colunas p.ª mostrar q as siencias que na Athenas de Portugal se insinaõ saõ sete: Theologia, Canones, direito Civil, filosofia, Medicina Musica e Mathematica e a letra: *Sapientia edificavit sibi domum. P. 9º.*

«Em 4.º Lugar o Fogo. Vem vestido com roupas de côr de fogo pª que mostre no vestido o mesmo abrazado affecto. tras na maõ hua tocha aseza. Leva no braço esquerdo hú escudo, e nelle pintada a ave pheniz, q' sobre hú incendio se abraza.

«Como a Liberidade he a virtude q' mais acredita a grandeza, se segue em quinto lugar. Vay esta figura, ornada, e vestida com toda a grandeza, leva na cabeça húa coroa de prata, na maõ direita, por insignia, hú vaso de prata, de boca larga, p.ª que se conheça, quam facilmente dispende o que dentro enserra, que saõ quantidade de moedas de ouro, e prata. no braço esquerdo pintadas duas bolças abertas, lançando de húa montes de ouro, e de outra potozis de prata; com a letra *omne aurum in comparatione illius arena est exigua et tamquam lutu' existimetur argentum in conspectu illius. Sap. 5.*

«Vai em 6.° lugar a figura do Obzequio; veste de primavera de flores, pois a sua fragancia obzequia a potencia mais dilatada co' seos profumos. Leva na maõ direita hú cachorrinho taõ infitado e branco e enfeitado, que parece hú brinco; no lado esquerdo, leva hú escudo, e nelle pintado hú elefante, com a letra seguinte: *rationabile obzequium vestrum.*

«Rematace esta 1.ª fileira, em setimo lugar a figura do aplauzo galhardamente vistido de azul Celeste. Leva na maõ direita húa trombeta, servindolhe de emblema o mesmo instrom.^to^ da fama. No braço esquerdo leva hú escudo, e nelle pintados varios instromentos muzicos e a letra: *Omnes gentes plaudite manibus. Psalm. 46.*

2.ª *FILEIRA*

«Dá principio a esta fileira a cidade de Lix.ª inclita e regia cabeça da Monarchia Portugueza. Vai vestida de verde e o cavalo em que vai montada adereçado da mesma côr. turbante de plumas em o alto delle coroa imperial, de prata, como Emperatriz de todas as cidades da Europa. Leva na maõ direita hú estandarte verde, e nelle gravadas as armas co' q' blazona q' he húa Nao com dous corvos, hú na popa, e outro na proa e a letra: *ex hoc Beatam me dicent omnes generationes: Luc. cap I.* No braço esquerdo se ve hú escudo e nelle o S.to pintado em habito de Conego Regrante de S.to Agostinho com os olhos, fitos em húa Lus do ceo, e as mãos ambas com q' quer abrir os lemites do peito, e a letra, *in vita sua fecit monstra et mirabilia operatus est. Ecclez. cap. 48.*

«A p.ª figura que a pé segue a cidade de Lx.ª he a fée. Leva os olhos vendados, traja de branco, leva na maõ direita húa Costodia dourada, no braço esquerdo leva hú escudo, e nelle pintado o mesmo S.° e o minino Jesus dandose as maõs direitas, como despozados,

e o P.e Eterno em sima deitando-lhe a bençaõ nos despozorios e M.a S.ma como Madrinha dos despozados pondo húa capella de flores, na cabeça ao S.o com a letra: *dispensabo te mihi in fide. Oz. cap. 2.*

«Em 2.o lugar a esperança vestida da sua propria cor, q' he verde. Leva na maõ direita hua ancora e no braço esquerdo hu escudo e nelle pintada hua amendoeira chea de suas flores e a letra: *reposita est hic spes mea in sinu meo. Job. cap. 27.*

«Segue em 3.º lugar a Charidade vestida de encarnado, na maõ direita por insignia de sua charidade fervoroza, um coraçaõ entre chamas de fogo com azas p.a voar ao Ceo, a empreza q' leva no escudo do braço esquerdo he húa pomba com as azas abertas. A letra comq' blazona a empreza: *ordinavit in me charitatem. Cant. 2.*

«No 4.º lugar a figura da obediencia: vai vestida esta figura de toda a variedade de seda, q' na virtude da obediencia diz m.to bem qualquer gala. Leva na maõ hú Jugo dourado. No braço esquerdo leva hu escudo e nelle por emblema hú girasol, todo inclinado ao seu Planeta, com a letra *factus obediens usq' ad mortem. Ad Philip. cap 2.*

«Atraz da obediencia seguece a virtude da pobreza, leva vestido honesto habito de pobreza m.to proprio, leva na maõ direita, hu pucaro d agua, e hum paõ que he o alimento de q' esta virtude quotidianam.te. se sustenta. no escudo leva pintado hú habito de burel atado c'húa corda e a letra, *nihil habentes.*

«Em 6.º lugar segue a Fig.a da oraçaõ, leva por insignia na maõ hua Escada de prata. No escudo q. leva no braço, vai pintado hu turibolo, lançando cheirozo fumo, a letra q leva ao pee he a seguinte: *dirigatur Dne oratio mea sicut insensum in conspetu tuo. Psalm 140.*

«Em 7.º lugar fecha esta 2.a fileira a virtude da Castidade, a sua figura vai adornada com toda a riqueza

asim no conserto como na gala q toda he branca. Leva na cabeça húa coroa de prata, e na maõ direita otra do mesmo metal por insignia. No escudo leva pintado hú ramo de asucenas, e por baixo m.[tos] espinhos, e por letra: *germinavit sicut lilium deploretur in eternum ante Dominum.*

3.ª e ULTIMA FILEIRA

«Capitanea a esta ultima fileira duas vezes famoza cidade de Padua(1). Vay esta figura a cavalo ornada em o vestido com todo o alinho na cabeça coroa de prata naõ Imperial, porque só se deve a Lix.ª como emperatriz das mais famosas Cidades de Europa.

«Leva na maõ direita um estandarte azul celeste e nelle esculpidas as armas da Relligiaõ serafica e na orla esta letra: *si volvere gloriari novero insipiens. Ad Corint. cap. 12.* No braço esquerdo hú escudo, e nelle e S.[to] abraçado co' húa crux exalando o espiritu todo cheo de resplandores, com os olhos em húa q vem do ceo e nella o minino Jesus seu fiel companheiro. Vese o escudo com a letra: *moituum piofetavit corpus ejus. Ecclez. cap. 48.*

« Em esta 3.ª Fileira toda se ocupa em demostrarvos dotes da Bem aventurança, q S.[to] Ant.º na gloria logra.

«Vai no p.º lugar a figura do merecim.[to]. Vai vestida de encarnado a todo o custo porq tudo he devido ao Merecimento. Leva na cabeça húa coroa de prata, na maõ direita hú setro; no braço esquerdo hú escudo e nelle pintada húa coroa toda esmaltada a pedras

---

(1) Por ser a pátria do historiador Tito Lívio e a cidade onde viveu e faleceu S. António.

presiozas. Letra: *Non coronabitur nisi qui legitmie certaverit. Ad Th. cap.*

« Em 2.º lugar o premio q traja todo azul, leva na maõ direita hum globo azul semeado de estrellas, e nelle levantado hu' sol. No escudo devizaõ Maria S.ma com o Minino Jesus em os braços e S.to An.º todo metido na gloria. a S.ª dando ao S.º na maõ hua palma pois como ella floreceo na vida, e o minino Jesus pondo-lhe hua coroa Imperial na cabeça de ouro. A letra: *reposita est mihi corona iustitiæ Ad. Th. cap. I.º*

«Em 3.º lugar a Bemaventurança. O vestido q a adorna he da mesma cor do ceo. Leva sobre a dourada cabeleira q' toda vai semeada de flores de seda hua Diadema de prata ornada de prisioza pedraria. Leva na maõ direita hu brandaõ de q saem tres luzes asezas. No escudo vai pintado o mesmo S.to todo adornado de resplandores, posto sobre húa aguia real q ha de levar os olhos fitos em os resplandores do mesmo S.to com a letra ao pée do Psalm. 103. *amictus lumine sicut vistimento.*

«No 4.º lugar vai a fig.ª da Charidade. Vai vestida cõ toda a Lindeza. Leva na maõ hum vazo de finisimo Cristal. No braço esquerdo leva escudo com dois sois pintados, a letra he da sabedoria: *dedit illi claritatem eternam.*

«Segue em 5.º lugar o da gelidade, [1] vai esta figura vistida de encarnado cor de fogo. Na maõ direita húa seta posta no seu arco symbolo da agelid.e. No escudo vai pintado o S.to entre dois anjos q o levaõ p.los ares voando, a letra: *ite Angeli veloces. Iz. cap. 17.*

«Em 6.º lugar vai o dom da sutileza vistido com toda a Lindeza, por sima da gala volilhos de prata. Letra da sabedoria: *vi sine impedim.* to. leva na maõ

---

(1) Agilidade.

hu espelho cristalino. No escudo tras pintado hú luzido raio, q p.[la] violencia co' q rasga as nuvens, asola as rochas, e sem resistencia penetra os montes he simbolo da sutileza.

«Em 7.º lugar o dote da impacebilidade: Leva na maõ direita por insignia o arco iris. No escudo leva esculpida a ave Phenix entre chamas. A letra q o anima he a seg.: *Jam n' moritur mors illi ultra dominal. bitur. ad Rom. cap. 6.*

«Por ultimo complim.[to] de taõ magnifico triunpho e festival jubilo leva a retaguarda, o Anjo da guarda, de S.[to] Antonio. Vay montado em hú brioso e alentado cavallo, e vestido de encarnado, leva húa cabeleira na cabeça lindam.[te] adereçada e sobre ella húa diadema de prata. Leva lançada no hombro direito húa banda verde co' seu espadachim dourado. Na maõ direita leva hú estandarte branco e nelle hua Tarja g.º emq vai pintada húa palma co' tres coroas, hua verde, otra branca, e a 3.ª encarnada. diz a letra: *Assipiet Coronom Vitæ quam repromisit Deus diligentibus se. Epist. Jacob cap. 1.º* No escudo leva esculpido hú braço co' húa aza e na maõ hua espada, de fogo, diz a letra: *Custodivit me Angelus ejus. Judit cap. 13.*

«Continua o S.[to] Antonio no seu andor com todo o custo, e aseio composto, aos hombros dos seos devotos. Leva nos braços ao Minino Jesus declarando hua letra: *Delectus meus intr. ubera mea commorabitur. Cant. 1º.*

«A todo este aparato, e concurso luminozo vai seguindo por sua ordem hum Rellig.º Congresso. Em prº. lugar a comonidade do Esclarecido Patriarcha S. Joaõ de Deus, que sendo de hú S.[to] portugues a festa, outro Portugues S.[to] co' a sua familia sagrada, tambem o acompanha, mostrando neste obzequio o empenho em q. estaõ ao d.[to] S.[to] Ant.º pois procurando e dezeiando esta Relligiaõ sagrada, por tantos annos

a Canonizaçaõ do seu S.to Patriarcha, no dia do mesmo S.to 13 de Junho de 1679 a san.de de Innocencio de sempre gloriosa memoria passou o Decreto p.a ser solemnemente Canonizado.

«Em 2.º Lugar vai a familia dos Relligiozos de S. Paullo, p.ro herimitaõ.

«Em 3.º Lugar, vai a sagrada, e esclarecida familia dos pregadores acompanhando a hú S.to m.to de sua caza.

«Finalm.te vai por coroa inmortal das glorias do nosso S.to e Suprema Mag.de do Divinisso sacram.to com lustroza lhe serve de dosel a taõ suprema Mag.de hú rico palio de tela branca, co'franjoens de ouro, cujas varas de prata, levaõ seis sacerdotes com capas de Damasco branco. Ao pé do Palio, vaõ dous Anjos, ministrando o insenço nos Turibulos.

«Tambem leva por remate, ou blazaõ das maiores glorias a Imagem de Minino Jesus. como Juiz desta festa, q por isso leva na maõ hua vara de prata. Vai em hú sirculo composto, com todo o alinho tanto nas flores de seda, de q se compoem como nas pessas de ouro, q o adornaõ; Sustentaõ nos hombros, 4 cherobins.

A. Pacheco de Carvalho

---

(3) Na descriçaõ das figuras de cada fileira omitimos as explicações do autor, mais ou menos longas, alusivas aos dotes espirituais do Santo e às virtudes religiosas das cidades representadas, para não fatigar o leitor.

UM EMBAIXADOR DO REI DE MEQUINEZ

Nos primeiros dias de Fevereiro de 1706, chegou a Lisboa, num navio de guerra inglês, acompanhado de um seu secretário, o embaixador do rei de Mequinez à rainha Ana de Inglaterra. Chamava-se o moiro, Muley Ismael.

Antes de desembarcar, mandou uma carta a ElRey, avisando-o da chegada e manifestando o desejo de vir a terra ver a cidade e de ser recebido em audiência pelo soberano.

Tremendíssima complicação!

Então El-Rey havia de receber um muçulmano? E a etiqueta? E a religião? D. Pedro 2.º, irresoluto, reüniu quantos conselhos havia, consultaram-se clérigos e juntas, cortesãos e antigos combatentes de África e, afinal, vencidos os mais gordurosos escrúpulos e consertadas as mais difíceis pragmáticas festivas, resolveu que Muley Ismael desembarcaria no dia 12.

D. Pedro 2.º estava então no Paço de Alcântara e ainda por cima já atacado da doença que no final do ano o havia de matar; mas o Conselho de Estado decidira que o soberano lhe desse a audiência pedida, mais por atenção à Raínha de Inglaterra do que ao moiro embaixador e ao seu avariado soberano. Não havia outro remédio.

Muley Ismael desembarcou e foi hospedar-se na «Quinta do Abreu», a Nossa Senhora da Estrêla, que o paço teve de alugar ou obter de empréstimo para tal residência.

Dias depois, o moiro foi recebido no Paço. Armaram-se salas com panos de arrás, alcatifaram-se galerias com tapetes persas. O rei, o príncipe D. João e tôda a côrte puderam então ver o embaixador, vestido de brocado côr de fogo, camisa e ceroulas de cambraia e o largo e repolhudo turbante a envolver-lhe a trunfa. O coche que o levou da Estrêla ao Calvário era o do embaixador de Inglaterra. Foi um acontecimento em Lisboa.

Quantos dias cá se demorou Muley Ismael, não consta do manuscrito intitulado *Stilos do Paço*, que o acaso me trouxe um dia à mão e onde esta visita vem referida.

O que é de prever é que no dia seguinte se rezasse na capela do Paço uma missa de desagravo.

Matos Sequeira
da Academia das Ciências de Lisboa

AINDA "O DEMONIO DO OURO"

Ao sr. J. J. de Vilhena.

Os livros do nosso Camilo, além de tudo, possuem muitas páginas de história verdadeira ou real.

Tencionamos publicar, até o fim do ano corrente, uma série de documentos inéditos brasileirò-lusò-africanos, relativos à chamada *Inconfidência Mineira* de 1789.

Como sabem, alguns dos conspiradores, que tomaram parte nesta tentativa da independência do Brasil, vieram desterrados, em 1792, para vários presídios aqui de Angola.

O nosso Camilo, no referido volume I de *O Demonio do Ouro*, 5.ª edição da Parceria, em páginas 179-196, refere-se ao inglês Jorge Sackville, último crisma de Johnson Fowler, o guarda-livros falsificador e ladrão.

Como lá se diz, Johnson era mesmo um... velhaco de muita sorte!!!

Manuel Vieira acerta-lhe um fortíssimo pontapé lusitano nos... "países-baixos" e o homem não ficou... aleijado de uma vez para sempre!

Lá nos sertões do Amazonas, um soldado desfecha-lhe a espingarda contra a testa e... não o mata.

A sentinela diz que jogou o cadáver na corrente do rio, mas é mentira...

O então sr. Josuah O'Neill só tinha um pequeno ferimento.

Como as cobras mudam de pele, muda de nome mais outra vez para Jorge Sackville, que se faz passar por «um estadista que estuda as confederações, rèpúblicas e impérios americanos»...

Numa viagem, trava relações com o fanático agitador «Tiradentes», que logo o apresenta aos colegas conspiradores.

Verdade ou fantasia lá do nosso Camilo, podemos informar que nos papéis da *Inconfidência Mineira*, que estão guardados na secção ultramarina da Biblioteca Nacional de Lisboa, no 4.° maço, existe uma carta do Visconde de Barbacena, governador da capitania de Minas-Gerais, com a data de 2 de Junho de 1789, onde consta a prisão dum inglês que usava o nome de Nicolau Jorge.

ANGOLA.

Vila de Muxima.

Junho de 1931.

MANUEL RUELA.

RESCALDO DOS CONVENTOS

o *Arquivo dos Feitos Findos* há algumas dezenas de pastas com papéis vários sôbre os antigos conventos que o decreto de 28 de Maio de 1834, da autoria de Joaquim A. de Aguiar, mandou encerrar, para tapar a bôca aos liberais, indignados com a amnistia geral concedida por D. Pedro 4.º, depois de desembarcar em Lisboa.

A maior parte dêsses papéis consiste em requerimentos de mulheres que queriam entrar na clausura, em informações com que as Madres Superioras e os Padres Provinciais os fundamentavam e em relações das propriedades pertencentes a êsses conventos.

Há documentos muito importantes para o estudo da organização e administração dêles e outros há bem interessantes para se conhecer a vida claustral, que em muitos não era de rosas; e se havia alguns que nadavam em riquezas, outros havia em que a pobreza, o rigorismo e a penitência, eram os únicos cilícios empregados em apurar as almas para o máximo grau de perfeição.

J. de V.

SOROR EUGENIA MARIA DE S. JOSÉ, Prior.za do Mostr.º do SS.mo Sacramento de Alcantara.

Attesto que neste Mostr.º se ácha há quasi oito mezes D. Maria do Ládo de Jesus natural desta cidade Filha legitima de Sebastião Rodrigues já Deffunto, e de D. Maria da Penha de França, a qual, conservando a mais constante vocação p.a o Estado Relligioso desde os seos prim.os annos já p.a o fim de ser recebida neste Mosteiro aprendeo a Cantochão, e na qualid.e de Educanda serve no coro, e tem todo o prestimo p.a o Culto Divino; unindo-se igualm.te a todo o rigor de Vida, privações, e macerações que nesta Caza se praticão; e q' não podem m.mo deixar de ser praticados em rezão de hum votto particular q' toda a Communid.e faz e renova cada anno na prez.a do SS.mo Sacram.to de conservar a primitiva observancia do seo Instituto e Fundação sem já mais poderem pedir despença alguma da austerid.e primitiva da sua Regra. Attesto pois q' a d.ta Educanda tudo isto abraça com o maior prazer, e se mostra decididam.te affeiçoada ao modo de vida q' ha experimentado e bem; servindo nos ministerios mais trabalhosos, e abatidos, como o fazem todas as Relligiosas, o que lhes cumpre sem excepção de pessôa, por que não tem creadas, nem as podem admitir e como a sobred.ta Educanda seja m.to robusta, saudavel, e de m.to Espirito, hé por todos os principios util p.a esta Caza; por que das Relligiosas do Coro estão dés tão impossibilitadas, humas por m.to idosas, outras por graviss.mas Enfermid.es q' ja não podem absolutam.te cousa alguma; nem p.a o Coro, nem p.a o rigor, nem p.a outros empregos; e de algumas daquellas se receia todos os dias o ultimo fim; ficando assim unicam.te treze em as quaes recahe todo o pezo do trabalho e rigor q' devera ser repartido por trinta, por ser este o numero da sua Instituicão, o qual desde então se julgou necessario p.a se conservar

a regularid.e e observancia, com huma Vida tão penitente e austera q' he m.tas vezes de necessid.e revezar-se p.la fraqueza das saudes.

Attesto outro sim, que neste Mosteiro se conserva a Vida commum, e por tanto a communid.e contribue á d.ta Educanda com tudo o necessario como o pratica com as Relligiosas assim no Refeitorio, como Vestiaria, Enfermaria e outras providencias particulares. Vem a ser no Refeitorio todos os dias tres Pratos, q' o ordinario são, legumes, Arroz, e Peixe, ou Sôpas, Ervas e Bacalháo, ou ovos, mas sempre tres Pratos destinctos, e hum pão: á noite nos sete mezes que tem de jejum, hum Prato de Ervas, ou Nabos, ou cousa sem.e com outro pão: nos dias de ceya Peixe, ou Bacalháo de molho, outras vezes seg.do o tempo Feijões verdes, Abobra com seo ovo escalfado; ou cousas equivalentes. Ás que estão despençadas (por doentes) do rigor, todos os dias se dá Váca, Arroz, e Caldo, e o m.mo pão. Pello que pertence à Vestiaria. Dá a communid.e Abitos, e ainda há mais de dozentos annos q' o Mostr.o se Fundou, e ainda digo, e Attesto q' não foi necessario a alguma Rellig.a o cuidar de Abito p.a Vestir nem Calçado: por q' do Abito cuidão em fazer de novo ou concertar as madres Roupeiras, e a Rellig.a o acha na sua Cella prompto p.a o vestir sem nisso ter outro cuid.o; e q.to ao Calçado tem som.te o trabalho de pedir licença p.a o mandar fazer, e logo q' á Prelada se pede, a Rellig.a m.ma dá recado à Rodr.a q' m.de o avizo e medida necessaria ao Çapateiro da Caza, sem dispendio algum da Rellig.a em particular, e sem q' nestes pontos tenha havido athe agora falha em circunst.as algumas q' hajão ocorrido. Assim m.mo dá a communid.e lavadeira tanto de roupa branca, como dos Abitos. Dá igualm.te na Enfermaria toda a roupa necess.a por mais prolixa e emfadonha q' seja a molestia, todos os remedios sejão quaes for os necessarios,

sempre Galinha athe a doente dizer q' a não quer; e o trato mais delicado e mimoso, ainda q não haja fastio, emq.to doentes, e convalescentes: ainda que a molestia por cronica dure annos. A mais destas ordinarias providencias há outras extraordinarias seg.do a necessid.e particular de alguma Rellig.a e algumas vezes no anno se reparte a todas o Assucar, Choculate, Cafe, e Cha. No fim de cada triennio se provê a todas as Rellig.as de linhas finas e grossas, de papel p.a escrever, de Alfinetes, Agulhas, e outras miudezas q' se omitem por não fazer mais diffuza a narração, mas tudo couzas uteis e necessarias. Em nenhuma das couzas d.tas tem havido athe agora falha assim o Attesto (e sendo necess.o) o juro p.lo S.to Abito q' professo. Outro sim debaixo do m.mo Attestado afirmo q' esta Communid.e todo o seo emp.o não excede sinco mil cruzados; e que vai amortisando este por consigna ões ja estipuladas ao m.mo tempo que o Mosteiro hé Credor a m.tos contos de Reis, de juros Reaes, e particulares. Hé por tanto, que o ser Rellig.a a Educanda aqui mencionada não poem onus algum de mais à Communid.e antes pode interessar pellos seos prestimos e qualid.es E por tudo ser assim Verd.es mandei passar o prez.te Attestado p.la Escrivãa do Conv.to q' a fez e Comigo assignou juntam.te com as Madres do Conselho.

Mosteiro do SS.mo Sacram.to de Alcantara 1 de Novembro de *1819*.

Soror Eugenia M.a de São Joze — Prior.ssa [1]
Soror Maria Candida de S. Jozé — Expr.ssa
Soror Francisca de Jezus Maria — Expr.ssa
Soror Maria do Carmo do SS.mo Sacram.to — Escrivãa [2]

---

(1) Lat. *priorissa* (prioreza); e, mais abaixo, *ex-priorissa*.
(2) Seguem-se mais assinaturas de freiras.

UM JANTAR NO SÉCULO XVII

relato de grandes comezainas com que por vezes deparamos em certas publicações e manuscritos, realizadas em tempos idos, para satisfazer os apetites gastronómicos de algumas pessoas, tem sempre o seu quê de interessante, despertando mesmo a curiosidade.

A pretexto de qualquer coisa, há sempre forma de se organizarem grandes jantaradas, etc. Mas, sem se ir vasculhar o passado, também as vamos encontrar na actualidade...

Nós não queremos tratar da actualidade, mas sim do passado; por isso, uma simples notícia, por exemplo, dum jantar palaciano, realizado em 1647, não deixa de não ter alguma oportunidade, pelo momento que passa, fazendo o paralelo dos preços e iguarias de então; isto é, saber-se quanto se gastava num jantar aí para trinta e quatro a trinta e cinco pessoas, no meio

do século XVII, deixando que o leitor tire as suas judiciosas conclusões, e faça os seus comentários, em presença da lista abaixo transcrita.

O mês de Dezembro do ano de 1647, como todos os que o leitor tem passado, deveria ser frígido. O dia 15, naquêle ano, caíu a um domingo. Para êste dia, estava marcado um auto da Fé, que teria lugar na Praça da Ribeira, em frente ao Real Paço, por ser mais ampla e comportar avultado número de povo, sempre ávido de presenciar os grandes dramas emocionantes.

Para assistirem ao referido auto da Fé, convidou a Raínha D. Luisa de Gusmão as damas da sua côrte, a quem ofereceu um jantar.

Êste auto da Fé não vem mencionado na lista que o senhor dr. Mendes dos Remédios publicou na revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coímbra, *Biblos*, nem tão pouco temos conhecimento se o dito auto teve sermão, —é natural que tivesse—nem quem fôsse o orador.

A relação dos gastos que se fizeram com o jantar oferecido às damas da Raínha, na sua simples análise, torna-se curiosa e cheia de interêsse, só por si; mas no entanto, vamos destacar mais algumas notícias acompanhadas de pequenos comentários.

Os documentos não nos dizem ao certo o número de damas que assistiram ao auto da Fé e saborearam o jantar, mas podemos depreender da leitura da relação dos gastos, que não deveriam ser menos de trinta e quatro, visto que o número de facas para a mesa, que mandaram amolar, foi de trinta e quatro, cujo trabalho custou 102 reis.

No ano de 1641 a Casa da Raínha tinha trinta e três damas ao seu serviço, com os respectivos ordenados, o que não quere dizer que em 1647 não tivesse trinta e quatro.

Assim, muito sumàriamente, podemos fazer a se-

guinte enumeração das iguarias compradas para o o jantar oferecido às ditas damas da Raínha, agrupando algumas verbas dispersas, para melhor se poder avaliar o conjunto, como vamos vêr.

Por exemplo: seis perus custaram a módica quantia de 2$400 reis; galinhas foram trinta, regulando à razão de 120 reis cada peça. O que dirão a isto certas vendedeiras generosas da Praça da Figueira?

Depois, entre outras coisas, veem mais dezasseis arrateis de toucinho; doze lombos; vinte e quatro pombos; cinqüenta e dois pães; seis canadas de leite; trezentos ovos; e trinta e cinco quilos e meio de açúcar.

E, para fechar esta série de coisas necessárias para um grande jantar, diremos que também se gastaram trinta palmos de lingüiça, caso interessante, pois que não era vendida a pêso, como se vê, mas sim a palmo, custando cada um trinta e três reais e o mais que o leitor poderá apreciar da leitura da relação dos gastos, que se segue:

«15. Dz.º 647»

Pág. 47

«Despeza q' se fez cõ o jantar q' a Raynha nossa Sr.ª mandou dar as Donnas que vieraõ ao paço ver o Autto da feé que se fes em domingo 15 dias de desembro de 647.

seis perus assados p' dous mil ecoatrosentos rs. — a 400 — cada peru 2U400
hu' aratal de manteiga p.ª se untarem p' sincoenta 0U050
sento ev.te rs. de os assarem em ho forno. 0U120
. Doze galinhas de gigotte p' mil coatrosentos ecoarenta rs. — a 120 rs. — cada huã. 1U440
oitto arr.tes dett.º p' duz.tos seçenta ecoatro rs. — a 33 rs. o arattal. 0U264

trinta palmos de lingoiça p' trez.tos eseçenta rs.—a 33 rs. o palmo. 0U360

4U634

vinte ouos atorrejas p' oitenta rs. 0U080

seis pais p' seçenta rs. 0U060

Doze lombos de porqo sem osso assados que pesaraõ corenta e sinco arr.tes p' mil e coatro sentos e oitenta e sinco rs.—33 rs. o aratal. 1U485

seis pais p' secenta rs. 0U060

seis tortas folhadas aellas, desaçeis arr.tes de Carn.ro p' quinhentos corenta ecoatro rs.—a 34 rs. oaratal. 0U544

desaceis arr.tes de porqo p' coatro sentos e seçenta e coatro rs.—a 29 rs. oarratal— . . . 0U464

7U327

aellas seis galinhas p' sette sentos ev.te rs. 0U720

corenta e oitto ouos p' sento nouenta e dous rs. 0U192

dez arr.tes de manteiga p' quinhentos rs. . 0U500

vinte e coatro pombos cazeiros enredados p' mil coatro sentos corenta rs.—a 60 rs.— . . 1U440

oitto arr.tes de tt.° p' duz.tos seçenta e coatro rs. 0U264

seis arr.tes de manteiga p' tres.tos rs. . . . 0U300

10U743

Pág. 47 v.

Doze galinhas Rechiadas p' mil coatrosentos coarenta rs. 1U440

aellas doze arr.tes de carn.ro p' coatrosentos e oitto rs. 0U408

doze arr.tes de porqo p' trez.tos corenta e

oitto rs. 0U348

setenta edous ouos p' duz.tos e oittenta e oitto rs. 0U288

doze arr.tes de lacaõ p' sette sentos ev.te —a 60 rs. 0U720

seis pais p' seçenta rs. 0U060

3U264

. setenta e dous fortelejos Rechiados de mangar branco aelles, tres galinhas p' trez.tos esecenta rs. 0U360

trez arr.tes de arroz p' nouenta e seis rs.— a 32 rs. 0U096

coatro arr.tes e meo de asuquar fino p' coatro sentos e simcoenta rs. 0U450

seis canadas de leite p' duz.tos e corenta rs. 0U240

dezoitto arr.tes de manteiga de vaqas p.a se frigirem p' mil sento setenta—a 65 rs.— 1U170

doze arr.tes de asuqar p.a se paçarem os farteleios p' mil e oitenta rs. 1U080

meo arratal de confeitos de rosa p.a se lhes lamcarem por sima p' seçenta rs. 1U060

6U720

vinte ecoatro Bolos de rodilha, aelles desaceis arr.tes de manteiga de vaqas p' mil ecorenta rs. 1U040

desoito arr.tes de asuqar p' mil seis sentos ev.te 1U620

sento seçenta ouos p' seis sentos ecorenta. 0U640

meo aRatal de confeitos de rosa p' secenta rs. 0U060

corenta pais a meza p' trez.tos rs. 0U300

10U380

Coatro frascos de vinho q' leuaraõ doze canadas e hu' coartilho p' coatro centos e seçenta rs. 0U460

custaraõ os frascos do vidro oitto sentos rs. 0U800

— des melois p' quinhentos rs. 0U500

—sinco duzias de limois doses p' coatro sentos. 0U400
—coatro arr.^{tes} de paças do algarue p.^{a} seladas p' sem rs. 0U100
—Coatro arr.^{tes} de amendoas de casca p' coatro sentos rs. 0U400
13U040

Pág. 48.

—hu aratal de asuqar refinado p' duz.^{tos} rs. 0U200
—tres queiios de alentejo p' coatro sentos e secenta rs. 0U460
—huã coarta de azeitonas deluas p' oitenta rs. 0U080
coatro duzias de camoezas p' duz.^{tos} e corenta rs. 0U240
coatro duzias de peras p' duz.^{tos} rs. 0U200
coarenta rs. de sal p' os saleiros. 0U040
huã coarta de pimenta p' sincoenta rs. . . . 0U050
trez duzias de pucaros p' sento eoitto rs. . 0U108
1U378

des coartas grandes e pequenas p' agoa p' duz.^{tos} e trinta eoitto rs. 0U238
—hu coartilho de azeite agalhêtas p' v.^{te} rs. 0U020
—hu coartilho de vinagre p' sette—meo—rs. 0U007
oitto arr.^{tes} de diacedraõ p' mil e coatrosentos coarenta rs.—a 180— 1U440
—oitto arr.^{tes} de peros cubertos p' noue sentos e seçenta rs.—a 120— 0U960
4U043

—oitto arr.^{tes} de cidrada p' noue sentos e seçenta rs. 0U960
—oitto arr.^{tes} de confeites de roza p' noue sentos e seçenta rs. 0U960

— hu sento de palitos de dentes p' corenta rs. 0U040
— de amolare *34* facas da meza sento e duos rs. 0U102
— sem rs. Limois azedos a cozinha eucharia 0U100
— sette sidras p.ª acopa p' corenta rs. 0U040

6U245

— oitto alqueires de farinha p.ª este comer p' dois mil oitto sentos e oitenta rs. — a 360 —. 2U880
— v.te rs. decheiros acuzinha. 0U020
— duas canadas de Vinagre, por secenta rs. 0U060
— nouenta rs. de louça de Barro. 0U090
— de trazere' e leuare' aprata as casas do ducado sento ev.te rs. 0U120

9U415^{2}

Soma ogasto deste gentar trinta tres mil sento nouenta eoitto rs. e meio.»

Tem a nota de lançado a fl. 324 e é assinado por *Rui de Moura*.

O documento que acabamos de transcrever encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, *Secção de Manuscritos do Fundo Geral*, códice 4173, páginas 47 e seguintes, com o título *Do Governo de Portugal, papeis da Casa das Rainhas*, etc., pelo qual ficamos sabendo, que um jantar oferecido por uma Rainha de Portugal às damas da sua côrte nos começos do ano de 1647, custou a importante quantia de 33$198,5 reis.

JOSÉ DA CUNHA SARAIVA.

AINDA JUNQUEIRO

uerra Junqueiro confessava uma absoluta falta de bossa para as matemáticas. Quando foi fazer *exame de madureza*, umas provas tremendas cujo cujo eco me chegou ainda na minha mocidade, preguntaram-lhe o que era um *cosêno.*

—Um cosêno ? respondeu Junqueiro arregalando os olhos ao ouvir pela primeira vez palavra tão arrevezada. Um cosêno ?

—Sim, um cosêno! Então você vem fazer prova de matemática e não sabe o que é um cosêno ?
Pousou o giz e foi-se embora.

—Fugi e só parei na minha terra!

—Mas olhe que um cosêno é uma coisa muito simples, digo-lho eu. Explica-se em dois minutos. Oiça.

—Não quero saber ! Não quero saber !acudiu aflito.

Afirmava também uma grande ausência de senso musical:

—Confundo Beethoven com a Maria Cachucha, costumava dizer.

Isto é estranho; talvez uma *boutade*, porque é vibrante a música dos seus versos e foi precisamente no *Clair-de-lune*, de Beethoven, que êle dizia ter-se inspirado quando escreveu o maravilhoso *Campo Santo* de «Os Simples».

— Um dia, contava, era eu ainda estudante e encon-

trava-me numa sala onde uma senhora, com imenso interêsse, me passava em revista todo o seu reportório de piano. Não acertei com o título de uma só peça: era tudo igual para o meu ouvido. Ela por fim, já admirada da minha ignorância, disse-me com um sorriso:

— Bem; vou tocar-lhe uma coisa que com certeza o Snr. Guerra Junqueiro conhece.

Aproximei-me do piano, fingi tôda a atenção e quando ela acabou e me fitou continuando a sorrir, respondi-lhe, sorrindo também com certa superioridade:

— Ah, isso conheço. Pois não havia de conhecer!...

— Então diga lá, o que é?

— E' *O Trovador.*

Ela deu uma gargalhada. Era o *Hino académico.*

Mas a inhabilidade para o desenho é que Junqueiro confessava ser nele radical, não conseguindo reproduzir a forma do mais simples objecto, sôbretudo da figura humana.

— A única coisa que sei fazer é o perfil do Dante. Deixe ver papel e lapis.

Rasguei da minha carteira um bocado de papel, dei-lho com um lápis e êle, parando numa daquelas conversas peripatéticas que tínhamos na Praça Nova, no Pôrto, desenhou sôbre a palma da mão, ràpidamente, os riscos que damos em gravura. E mostrou-mos, triunfante. É um curioso apontamento caricatural do grande poeta do século XIII por um grande poeta do século XIX.

João Barreira

REPAROS E ADVERTÊNCIAS DO LICENCIADO JOÃO DE ALMEIDA SOARES,

ADVOGADO NA CORTE E CASA DA SUPLICAÇÃO

NFORMA o nosso Barbosa Machado nas páginas severas, e por via de regra acreditadas, da sua *Bibliotheca Lusitana*, que o licenciado João de Almeida Soares foi natural de Coimbra, filho décimo e póstumo de Manuel de Almeida Soares, ao que eu nada tenho a opôr.

Devia ter nascido em 1614, se é certo haver morrido "em Lisboa a 8 de Março de 1664 quando contava 50 anos de idade", como acrescenta o mesmo informador que tanta vida alheia esquadrinhou para regalo e comodidade de nós todos.

Recebido o grau de bacharel em Leis, achou pequeno o horizonte de Coimbra e fêz rumo a Lisboa, onde «exercitou com aplauso da sua sciência o ofício de patrono de causas forenses, sendo advogado da Casa da Suplicação».

Isso, porém, não bastava ao seu espírito necessàriamente inquieto, ou os afazeres na Casa da Suplicação lhe dariam folgas avultadas, visto que, diz ainda Barbosa Machado, «cultivou as Musas com felicidade, os preceitos da Oratória com elegância, merecendo grandes elogios dos colegas da Academia *dos Singulares*, da qual foi aluno, pelo génio jocoso e festivo das suas composições».

Deixou impressa a substanciosa oração recitada na mesma Academia dos Singulares em 23 de Dezembro de 1663, e em manuscrito várias obras que de lastimar é não terem chegado até nós, a ajuizar por êstes títulos que o leitor vai saborear:

— *Vida e morte do Bispo Conde D. Afonso de Castelo Branco.*
— *Láurea Conimbricense.*
— *Advertências e documentos políticos a um seu sobrinho.*
— *Penhasco confuso. Obra trágica.*
— *Vida do Autor escrita por êle. Obra jocosa.*

Não faço *blague* lastimando o desaparecimento do *Penhasco confuso*, da *Láurea conimbricense*, nem das restantes composições, e a razão já o leitor verá qual é.

O Licenciado tinha na verdade espírito e era observador; da estirpe intelectual a que pertenceria mais tarde o Cavaleiro de Oliveira, de quem o podemos considerar precursor, as suas memórias deviam ser obra de grande curiosidade; respondem por isso uns *Reparos e advertencias do licenciado Joam de Almeida Soares advogado nesta Corte e Caza da Suplicassam*, que se encontram no códice 512 da Biblioteca da Universidade de Coimbra e que vêm agora a público como aditamento a anotar a *Bibliotheca Lusitana.*

Aprecie-se a ironia feliz que êles encerram e a justeza da observação.

«*Rep. 1.º* — No ano de 1656 veio um clérigo ao meu escritório lançando raios pelos olhos, muito colérico, e me disse: «Snr. Dr., o mundo está acabado e há-de vir um raio sôbre esta cidade pelas injustiças que nela se fazem sem temor de Deus, como se não fôramos cristãos». Preguntando-lhe eu «porquê? o que fizeram a v. m.?» «É possivel, respondeu o clérigo, que me metam na visitação(1) dizendo que tenho três filhos, não tendo eu mais que dois!?» Não soube se me risse se chorasse, mas estava tal que aprovei o seu sentimento.

2.º — Simão de Sousa e Cristóvão de Sousa, irmãos gêmeos, que se vê neles terem a semelhança dos mesmos rostos, tanto que a mulher de um chegou a abraçar o cunhado cuidando era seu marido, e o mesmo Simão de Sousa olhando para a vidraça de um coche, vendo o seu rôsto, olhou para traz crendo estar ali seu irmão; nos livros da Alfândega ou juros assinávam um pelo outro sem os oficiais conhecerem qual dêles era; e eu conversando-os ambos, como amigos, nunca soube com qual falava, se êles se não nomeavam. Mas êste não é o maior reparo, senão que, estando ambos sãos, em ambos deu o mal de asma e vivendo em duas quintas distantes, quando em um dava o mal apertadamente, dava em o outro com o mesmo rigor no mesmo instante; assim o afirmaram com juramento; sem que entre êles houvesse uma diferença, vendendo fazendas e tendo tratos e contratos; ainda que

---

(1) A *visitação* era a inspecção que os Prelados mandavam fazer ao estado das paróquias e ao procedimento e conduta dos párocos; *meter na visitação*, portanto, equivale a denunciar ao Bispo as irregularidades encontradas.

(Nota da actualidade)

um dispusesse da fazenda do outro sem lho fazer saber.

Viuvaram ambos em uma semana, sendo as mulheres moças. Na vila da Batalha há dois irmãos, José da Costa e Manuel da Costa, na mesma forma.

Digam agora os sábios da Escritura que segredos são êstes da Natureza.

3.º — Tenho quinhentos mil reis de renda, não jogo, não tenho mulher nem filhos, visto baeta e como vaca, no cabo do ano mal posso pagar as casas; um Dezembargador com cento e quarenta mil rs. de ordenado paga casas de sessenta mil reis, mula, liteira, pagens, lacaios; digno é de reparo, se não é que, por mais bem ganhado, abrange mais.

4.º — Sou muito afeiçoado aos padres da Companhia pelo exemplo com que vivem e perfeição com que celebram o culto divino; mas não sei que propósito tem chamarem ao seu prelado prepósito, às suas celas cubículos, aos dormitórios trânsitos e aos confrades congregados, epítetos que me cheiram a invenção, como é pouco louvável terem o Santíssimo Nome de Jesus nas pipas da adega.

5.º — Vivendo eu na rua dos Escudeiros no ano de 1642, me ficava visinho pela parte da Caldeiraria António Lopes Soares, homem de negócio, o qual tinha duas filhas. Acaso veio a sua casa um estrangeiro e, tomando a mão à mais velha e levantando-lhe figura[1], lhe disse que não casasse, porque havia de morrer de parto. Zombaram os pais e casaram-na com António da Fonseca Menza; aos nove meses morreu de parto; causou admiração a lembrança do que disse o estrangeiro; passando êle outra vez pela rua o chamaram e

(1) *Levantar figura* era o que hoje dizemos traçar o horoscopo, ou, mais vulgarmente ainda, *ler a sina*.

(*Nota da actualidade*).

vendo a mão da segunda filha, levantando-lhe também figura, lhe disse que não casasse, como tinha dito à mais velha, porque havia de morrer também de parto. Ficaram o pai e ela confusos; aqui entra o reparo, porque saindo-lhe para casar com ela Nuno Dias de Castro, também homem de negócios, repararam os pais e repetindo o que o estrangeiro tinha dito e a experiência mostrado, respondeu a filha, dizendo: «Senhor, essa morte há-de ser depois de eu estar nove meses casada „? Disseram: «Sim.» «Pois casem-me»; e não houve remédio senão casá-la; emprenhou e morreu; não é admiração na certeza do dito, senão na deliberação do gôsto, ou apetite.

6.º—Um moço, a S. Paulo, matou a Francisco Veloso, escrivão das propriedades; sendo prêso no ano de 1642 foi sentenciado à morte; nisto veio com grande pressa um padre da Companhia, por nome Diogo Cardim e lhe disse, estando o moço notificado: «Alvíçaras, filho». «Quê, Padre, respondeu o miserável, não morro?» «Morre, disse o Padre; mas não esquartejado.»

7.º—Prendia-se muita gente nesta cidade pelo pecado nefando; disse em uma roda no adro de S. Domingos um estudante a outro: «Quando vi prender tantos, temi-vos.» Respondeu o outro: «Porquê, sou Inquisidor?» E dêste modo com agudeza lhe veio a chamar o que o outro a êle.

8.º—Na côrte de Madride, preguntou o Conde-Duque, que era o maior privado de El-Rei Felipe 4.º, a D. Afonso, Marquês do Pôrto Seguro, filho do Duque de Aveiro, qual era o maior fidalgo de Portugal. Respondeu: «Aquêle que melhor guarda a lei de Deus»; tornou o Duque, que não dizia senão de telhas abaixo; respondeu: «Eu.» Em ambas falou discreto e verdadeiro; porque a primeira é verdade infalivel e a segunda, certeza conhecida, por ser neto do grande e perfeito Rei D. João o 2.º; com licença dos fidalgos, que cada um

se tem por mais que o mesmo Rei, mas isso não basta, basta sabermo-lo nós.

9.º — Estácio de Sá de Miranda, natural da cidade de Coimbra e fidalgo filhado [1] por si, seu pai e avós, tirou por divisa no escudo em os torneios que se fizeram nas festas da Canonização da Rainha Santa Isabel, a roda da fortuna entre nuvens, com esta letra: «Nõ puede la obscura suerte eclipsar con sus nublados a los que nacen honrados» e na mesma cidade o vi depois açoutar pelas ruas públicas no ano de 1629 e marcar por ladrão e ir degredado por tôda a vida para Angola.

10.º — Simão da Fonseca, de Montemor-o-Velho, sendo meu condiscípulo em Coimbra, deu ao algoz 200 reis por dar uns açoites grandes nos judeus que saíram no auto de fé afogueados. Eu o vi a êle depois açoutar por judeu e sair no auto da fé e ir para as galés, aonde andará, sendo cristão velho e fidalgo filhado. O caso foi por aquela conjuração que houve, de que foi cabeca Diogo Rabêlo, o *Chachar* de alcunha, que, descoberta ela, foi queimado em Lisboa; e 32 testemunhas açoitadas, encarochadas [2] e galés; advertência grande, em dois casos, para que cada um se não tenha por seguro do mais desmaginado perigo.

---

(1) Isto é, tomado para o serviço do Rei e das pessoas reais, escrevendo-se-lhe o nome no livro dos filhamentos com menção do foro, moradia, ou acostamento concedido.

(Nota da actualidade).

(2) Obrigadas a cumprir a sentença de *carocha* na cabeça. *Carocha* era uma espécie de mitra de papelão, com chamas e outras estravagâncias pintadas, imposta a certos reus que saíam nos autos da fé.

(Idem.)

11.º — Amador de Sousa, advogado em Tôrres Vedras, teve uma filha única muito bem dotada da natureza e fortuna. Engeitou muitos casamentos; e aceitou por marido a Manuel da Costa, criado de Manuel de Sousa, que então servia de Aposentador-mór. Veio para esta cidade com autoridade e cabedal; persuadiu-a o marido que fôsse ver a mulher de seu amo; por lhe fazer a vontade, foi. E chegada à casa do estrado, lhe disse a Senhora: «Venhais embora»; em continente lhe deu um acidente de que logo caiu. Levaram-na para casa, em poucos dias morreu; o apetite a fêz casar, o desprezo a fêz morrer, o gôsto lhe elegeu marido e o brio lhe tirou a vida».

*
* *

Então não parece ao leitor que o Licenciado João de Almeida Soares nos deixou nos seus *Reparos e Advertências* uma crítica subtilíssima à Sociedade do seu tempo, e que grande pena é ignorar-se o paradeiro das suas restantes memórias? Eu creio bem que sim.

Coimbra 1931.

A. G. da Rocha Madahil.

A URNA DA CÂMARA DE TÔRRES VEDRAS

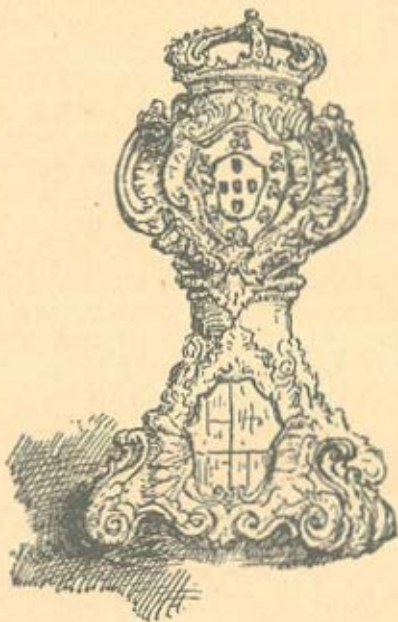
STA famosa peça de talha dourada e policromada, medindo 0,m70 de alto por 0,m2 50 de base, é certamente, no género, peça única no país.

O capitão-mór Francisco Mendo Trigoso, [1] da nobre casa da Quinta Nova da Ordasqueira, limite de Matacães, hoje pertença da opulenta casa do Mòrgado do Juncal, cuja estirpe representa, ofereceu à Câmara de Tôrres Vedras, para os seus sorteios, uma urna sem igual no país, riquíssima na sua suntuosa talha D. João 5.º

A coroa, levantando-se, deixa ver um globo de la-

(1) Francisco Mendo Trigoso Pereira Homem de Magalhães, de nobilissima estirpe, foi pai do Dr. Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, bacharel em Filosofia, fidalgo da C. Real, censor régio da Mesa do Desembargo do Paço, sócio e secretário da Acad. Real das Ciências, sábio latinista e escritor de larga erudição (1773-1821).

tão, encaixado na parte superior, ovoide, da urna, com duas faces, e o escudo real enquadrado no concheado alto e simétrico.

Um trôço curto de coluna, liso, liga êste corpo à base quadrada, que ostenta nas duas faces, inferior aos es-

DESENHO DE JOSÉ MUCHARREIRA

cudos, o brazão dos Trigosos da Casa da Quinta Nova: "escudo partido em três bastões; no segundo, em cima três espigas atadas com um fio e em baixo cinco estrêlas em santor; no terceiro, em cima, seis crescentes

em pala e faxa e em baixo uma cruz aberta e floreteada».(1)

Assim o descreve o desembargador Manuel Agostinho Madeira Tôrres, torreense ilustre, inspector que foi das Egrejas Invadidas a seguir à Guerra da Península, presidente das côrtes de 1821 e sócio da Academia das Ciências. Foi também pároco da freguezia antiquíssima de Santa Maria do Castelo, cujo pórtico românico olha sobranceiro o poente, onde morre o sol, que a viu próspera, respeitada e rica, e que a vê hoje triste e abandonada, naquela solidão que precede a ruína dos seus muros sagrados, que em 46 obrigaram o destemido Mousinho, ferido de morte na batalha sangrenta e fratricida de Tôrres Vedras, em que Saldanha venceu Bomfim pela falta do Conde das Antas.

Madeira Tôrres, autor erudito da *Descripção Historica e Economica da Villa e Termo de Torres Vedras*,(2) assim nos descreve o brasão, quási imperceptível hoje, que como um sêlo orgulhoso, indicava a proveniência

---

(1) Esta descrição, não condiz inteiramente com o brazão de Sebastião Trigoso, que se vê no seu exlibris, e é como segue:

Escudo partido de dois traços e cortado de um.

No 1.º quartel *Vasconcelos:* em campo negro três faxas veiradas, contravimdos de prata e vermelho. No 2.º, *Trigosos:* em campo de prata três espigas de trigo atadas com um torçal. No 3.º, *Homens:* emcampo azul seis crescentes de oiro, dois, dois e dois. No 4.º *Magalhães*: em campo de prata, três faxas xadrezadas de vermelho e prata, de três tiras. No 5.º *Coutinhos* ou (*Fonsecas?*) em campo de oiro, cinco estrêlas de vermelho, de cinco raios cada uma, postas em sautor; No 6.º, *Pereiras*, em campo vermelho uma cruz de prata florenciada e vasia.

(2) Saiu impressa no t. 6.º, parte 1.ª, das *Memorias da Acad. R. das Scienc. de Lisboa* (1819). Pinho Leal, apezar de achar o livro «sobremaneira confuso e atrapalhado. . . pouco explicito em alguns pontos e noutros excessivamente prolixo», confessa ser obra de grande merecimento e ter-lhe servido de muito para a confecção do artigo do seu *Diccionario* referente a Tôrres Vedras.

da urna camarária, oferta gentil de Francisco Mendes Trigoso, e hoje sem dúvida uma das peças mais ricas do pequeno museu municipal de Tôrres, encontrando-se ali em frente ao guarda-vento da sala formosíssima da Irmandade dos Clérigos Pobres, onde o museu está instalado.

Tôrres Vedras, Julho.

R. Salinas Calado.

DOIS CASAMENTOS PRINCIPESCOS

ORRIA brandamente o anno de 1728, reinando em Portugal o magnânimo Rei e Senhor D. João V, cujas festas, pela sua grandiosidade, ainda hoje sobrevivem na imponência dos seus monumentos.

A capella de S. Roque, na refulgência multicolor das suas pedras e os célebres carrilhões de Mafra, que se ouvem a quilómetros no dobrar sonoro dos seus sinos bizarros, são para nós, dois séculos passados, o espelho refulgente do requinte estilizado das festas do começo do século XVIII, onde os arminhos e as sedas ricas serviram de fundo às pedrarias reluzentes rematado o conjunto ao alto pelas cabeleiras empoadas dos fidalgos ou pelos toucados monumentais das donas, de epidermes setinosas e, porventura, de olhares brèjeiros. Pois foi exactamente nesse ano que o mais elegante dos monarcas portugueses comunicou aos seus vassalos o casamento celebrado no dia 27 de Dezembro de 1727 da Infanta D. Maria Bárbara e o próximo casamento do Príncipe D. José,

que depois foi Rei de Portugal.

«Juiz, Vereadores, e Procurador da Villa de Alemquer. Eu El-Rey vos envio muito saudar. Por carta de 2 de Outubro do anno de 1725 vos mandei avisar haverem ajustado os cazamentos do Principe meu sobre todos muito amado e prezado filho e o da Infanta D. Maria minha muito amada e prezada filha, e porque no dia 27 do mez passado se recebeo o Principe meu filho na corte de Madrid com a Serenissima Infanta de Espanha D. Maria Anna Victoria, e no dia 11 do prezente mez se ha-de receber nesta corte a Infanta, minha filha, com o serenissimo Principe das Asturias, por serem estas noticias de tanto contentamento para todos os meus vassalos, volas não quiz dillatar, para que façaes nessa villa aquellas demonstrações de alegria, que ellas pedem, e são devidas em semelhantes occaziões. Escritta em Lisboa occidental a 8 de Janeiro de 1728.

REY.

Para a Camara da Villa de Alemquer».

Certamente que os povos da villa de Alemquer não devem ter deixado os seus créditos por mãos alheias, ante o régio *desejo !*

LUCIANO RIBEIRO.

SÔBRE UMA GRAVURA QUINHENTISTA DE LISBOA

ENDO *A Feira da Ladra* publicado a pág. 75 do presente volume, um artigo da autoria do D.r Pedro Vitorino, ilustre conservador do Museu Municipal do Pôrto, propus-me vêr se era possível autenticar como sendo de Lisboa, a vista representada na gravura que acompanha o referido artigo.

A obra donde a gravura é reproduzida existe na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, faltando apenas o volume XIII da parte que trata da América. Ahi está registada no catálogo da *Biblioteca dos Frades* (do Convento de Jesus), com o título latino transcrito no citado artigo.

Cada uma das partes de esta colectânea de narrações de viagens e de descrições de usos e de objectos que surpreenderam os viajantes no século XVI, tanto na América como nas Indias Orientais, tem seu titulo

próprio, muito extenso, e que resume os diferentes assuntos de que trata.

A 3.ª parte da obra tem por título:

Historiae antipodvm, / siue / Novi orbis, Qvi vul- / go Americae, & Indiae Occidenta- / lis Nomine vsurpatur, Pars tertia / . . . . Jo. Lvdovici Gottofridi. — Sumptibus Matthaei Meriani — Francofurti — Anno M. DC. XXX.

Esta 3.ª parte contém a narração de 3 viagens. Em primeiro lugar a de Johannes Stadius (de Hesse), que em 1547 chegou a Setúbal, veio para Lisboa, e daqui partiu para o Brasil. A estampa está na página 1, mas não tem título nem legenda; a que se transcreve na página 75 desta publicação, fica por cima da estampa, e é o título do primeiro dos capítulos em que a narração é dividida.

A mesma estampa se reproduz a pág. 102, sem ligação alguma com o texto.

Na mesma 3.ª parte da obra acha-se, em terceiro lugar, a narração da viagem de Johanne Lerio (de Burgonha), que partiu de Juliobona (actualmente Lillebonne) para a América, sem ter tocado em Lisboa. Esta narração tem por título: *Navigatio/ in/ Brasiliam A-/ mericae, qva av-/ ctoris navigatio, quae/ memoriae prodenda in mare vide-/ rit. . . . . a Johanne Lerio Bvrgvndo.*

A citada estampa vem reproduzida na pág. 146, que é a primeira da narrativa.

A 7.ª parte da obra tem por título:

Americae pars VII-/ Vera et ivcvnda / descriptio praecipvarvm / quarvndam Indiae Occidentalis / regionum & Insularum,/ . . . , ... Anno Christi M. DC.XXV; e contém a narração da viagem de Vlricus Faber (de Straubigen), que em 1534 partiu de Cádiz para a América, sem ter vindo a Lisboa.

A mesma citada estampa se repete a pág. 3, intercalada no texto desta 7.ª parte.

O desenho da gravura não tem ponto algum de contacto com as vistas conhecidas da antiga Lisboa; é impossível achar qualquer similhança entre os edifícios, as tôrres das muralhas, e mesmo o aspecto geral, com alguma cousa da nossa velha cidade; não vi no texto referência alguma à estampa; e o facto da sua inserção a propósito das viagens de Johanne Stadius, de Johanne Lerio e de Ulricus Faber, e ainda repetida na primeira daquelas narrações, leva-me a crêr que a estampa é apenas uma vinheta ou gravura decorativa, ou então que quere representar o cais do pôrto de alguma cidade da Alemanha ou da Holanda, mas nunca o de Lisboa.

A. VIEIRA DA SILVA.

OUTRA VEZ CARIA

(CARTA)

Meu caro Cardoso Martha

Vi na página 70 do n.º 2 do vol. 3.º da *Feira* a observação que faz o Snr. António Machado de Faria ao meu *comentário* final, no artigo «O Primeiro Barão de Caria,» a págs. 216 do 2.º volume.

Julga aquêle senhor que eu cometi um êrro corográfico. Embora isso se possa concluir, devo dizer que não, pelo seguinte: —no processo respeitante a José Guedes, fala-se muito no concelho de Caria, comarca de Lamêgo; na *Resenha das Famílias Titulares, etc*, onde fui buscar a data da criação do título de Barão de Caria, lá se diz que José Homem era proprietário na freguesia de Caria, comarca da Covilhã.

Em face desta diferença corográfica, com certeza que não podia haver confusão da minha parte. O que é certo e isso provo com os "linguados" que ainda possuo, é que no primeiro escrito eu dizia o seguinte:— «Mais tarde, em 1864, El-Rei D. Luís concedeu aquêle título a José Homem Machado de Figueiredo Leitão, que nada tinha com aquêle José Guedes, e a nobreza do título de Caria derivou para outra família ilustre." No meu segundo escrito, as duas palavras „do título" foram esquecidas e para a composição foi o que se acha publicado.

É certo que José Guedes nada tinha com José Homem, nem mesmo a conterraneidade, mas se àquele fôsse concedido o título de Barão de Caria e êsse título existisse em 1864, não teria sido concedido a José Homem e é por isso que eu dizia "a nobreza "do título de Caria," ou "a nobreza de Caria", falando genéricamente e considerando "Caria" não como a localidade, mas sim como o apelido de família que, pelo andar dos tempos e ilustração de seus membros, se havia de tornar nobre.

Colega e Amigo

JOÃO DE VILHENA

POEIRA DOS TEMPOS

XVIII — SERRAÇÃO DA VELHA

«O Povo..... se regosijava segundo seu instincto grosseiro, conduzindo processionalmente uma velha pelas ruas para ser serrada em um logar público, e se entregava a excessos de hilaridade ouvindo-lhe fazer a confissão dos seus peccados, e lêr o seu testamento cheio de verbas extravagantes, e immitando o estylo pedantesco, e ridiculo dos tabelliães de notas. .

. . . .

«Um dos principaes adubos deste banquete popular consiste nas peças, e opios pregados a rapazes, a saloios, a quem persuadem que ao serrar-se a velha, derrama grande quantidade de castanhas piladas, amendoas, figos e passas; e assim obrigam esses palermas a dar largas caminhadas, carregando com escadas, bancos, cadeiras, que lhe figuram como indispensaveis para vêr a ceremonia, acabando esta em vaias, surriadas, e ás vezes chicotadas, com que os perseguem dando-lhe assim uma lição de prudencia, que não é necessario repetida, mas que elles se não descuidam

SERRAÇÃO DA VELHA

Litografia de *O Ramalhete*, Jornal de Instrucção, e Recreio (Lisboa, 1842)

de dar para o futuro a outros tão innocentes, ou tão patos como elles».

De *O Ramalhete*, Lisboa 1843. 3.ª série, 6.º ano, pgs. 81.

XIX — A MORTE DA FORCA

«*Auto de Fé* — D'uma correspondencia de Lisboa para o *Commercio do Porto* extraímos os seguintes períodos:

«Queimou-se hoje a forca!

«Já não existe este horrendo instrumento de morte, essa vergonha da sociedade, esse insulto espantoso aos principios da verdadeira caridade christã!

«O sr. Ministro das obras publicas deu ordem para que fossem reduzidos a cinzas esses tristes restos de tão pungentes recordações.

«Parabens a S. Ex.ª

«No pateo da intendencia das obras fez-se a fogueira, que um vento forte atiçava, como se Deus quizesse que bem depressa desapparecessem os vestigios de um crime social, que só o fogo pode fazer desapparecer.

«Algumas pessoas gozaram do prazer de assistir á destruição do infernal instrumento.»

De *A Liberdade*, de Coimbra, 23 de Outubro de 1863.

XX — BARBEIROS

. . . .

"Homens tão benemeritos, tão severos, tão inteiros, e incorruptiveis, que entre as espantosas vicissitudes das cousas humanas, entre as alterações commerciaes de todo o genero. . . . . . . se conservão sempre no antigo, razoavel, e constantissimo preço de vintem, e os de Cacilhas

ainda mais barato, e entre muitas loges do Mal-cozinhado, que tem obra feita por atacado, a dez reis? . . . . . .
. . . .
. . . . . . Contemple-se, e conheça-se bem a figura que hum homem faz, ou o que representa, ou com que se parece hum homem quando se senta na cadeira do Barbeiro, e com quem se pareça o Barbeiro, quando pela parte de traz da cadeira, aperta a toalha, que lançára ao pescoço do homem pela parte de diante! . . . .
. . . . Que figura faz hum homem quando inclinado o toitiço no poste, ou cepo posterior da cadeira, estira o prominente gasnate? E que figura faz o Barbeiro, quando, da parte direita do padecente, lhe encosta a mão esquerda á testa, quasi sempre banhada no frio suor da morte, e levanta a direita armada de ferro verticalmente ao gasnate do homem immovel, taciturno, e tão coberto de huma toalha desde o pescoço e hombros até aos pés, que parece huma perfeitissima, e bem acabada alva? »

José Agostinho de Macedo.

In *Semanario de Instrucção e Recreio*. Lisboa, 1812, pgs. 155 a 157.

XXI — CRIADOS DO PAÇO

«Nas côrtes, que se celebraram em Lisboa em fevereiro de 1498. . . . o mais singular. . . de todos os requerimentos que. . . . dirigiram ao soberano (1) foi para que diminuisse o numero dos seus criados. O pedido era concebido n'estes termos: Que não trouxesse tantos officiaes e moradores, e hos quizesse reduzir a menos conto.»

« El-rei respondeu: «Hos mais dos nossos moradores forão criados del Rei meu senhor e primo (2) hos quais

(1) D. Manuel 1.º
(2) D. João 2.º.

não podemos deixar de agasalhar, porque seria crueza fazermos ho contrario, hos outros são nossa de caza, com outros que nos recrecerão, de que nos não podemos excusar: mas posto que nosso desejo seja fazer a todos mercê: por disso levarmos grande gosto, com tudo daqui por diante folgaremos de continuar na melhor maneira, que podermos."

O Panorama, Lisboa, 1855. Vol. XII, pgs. 183.

XXII — O MUSEU DO SR. ALLEN

. . . .

"Só depois de concluido o prolongado cerco d'esta cidade (Pôrto) é que o Sr. Allen se resolveu a fazer uma casa destinada exclusivamente ao Museu. Teve a fortuna de que os projectis que lançárão os sitiadores não caissem onde estavão guardados os objectos raros e preciosos em que muitos annos tinha ajuntado. O edificio que serve de Museu, é situado no fundo do jardim da casa em que mora o Sr. Allen: consta de tres salões iguaes de 22 palmos e meio de altura, 47 de comprimento, e 26 e meio de largura. A luz entra em todos elles por claraboias bem dispostas no tecto.

"A primeira sala contém uma riquissima collecção de conchas, entre as quaes algumas ha de muitissima estimação e que outros gabinetes publicos não possuem...

"Esta mesma sala contém 126 quadros de diversos authores: entre os quaes merecem ser citados as *Nupcias de Thetis e Peleo*. . . . que se suppoem ser de Rubens . . . . Por baixo d'este painel, á mão direita, ha uma pintura de Tenniers. . . . . Uma cabeça d'um rapaz, do pintor hespanhol Murillo; um S. Sebastião de Guido, uma lindissima paisagem de Rembrand, ... dous quadros a pastel por Pilment, e um quadro obra de Vieira Por-

tuense são as pinturas que mais se distinguem n'esta sala.

«Os visitantes vêem na segunda sala uma collecção de mineraes, de marmores. . . . . . de pedras preciosas em bruto e lapidadas, e outros objectos raros da arte e da natureza. . . . . . Faremos com tudo menção de tres cousas; a primeira o relogio que usou D. Ignez de Castro; a segunda um bocado de renda natural, isto é, casca de arvore convertida em renda finissima, . . . a terceira cousa é um caroço de cereja de tamanho natural, que contém quinze duzias de colheres de prata bem trabalhadas. . .

«Um Christo crucificado, um S. João, e um quadro historico pintados por Vieira o Portuense; . . . . dous retratos de Vandyck. . . . um quadro de Tenniers, um Christo na Cruz por Van Tulden, discipulo de Rubens, duas paisagens a pastel por Pilment, e uma Caravana por Salvador Rosa, são os paineis que chamão mais a attenção entre os 170 que adornão esta salla.

«A ultima tem. . . . dous esbocetos de Dominichino, duas paisagens de Vieira Lusitano, merecem ser citados entre os 140 paineis que contém esta salla.

« . . . Não passaremos em silencio duas obras primorosas d'um esculptor Portuense, João José Braga, que morreu da Cholera-Morbus durante o cerco d'esta cidade. Este habillissimo esculptor era eminente em representar Meninos em differentes attitudes feitos de barro: os dous que se vêem no Museu do sr. Allen estão um d'elles a dormir, e o outro no momento de accordar. . . . . na meza em fronte, um Calix de prata dourada com a sua patena, peças antigas, de gosto gotico, ricamente trabalhadas.

«Na meza que está no meio. . . . n'um livro elegantemente encadernado escrevem seus nomes os Visitantes. . .

O Museu Portuense, Jornal de Historia, Artes, Sciencias Industriaes e Bellas Letras. Porto, 1838, págs. 153 e 154.

CURIOSIDADES E INDICAÇÕES ÚTEIS E PRECIOSAS

EXTRAÍDAS DE PROCESSOS DO «ARQUIVO DOS FEITOS FINDOS»

Em 1807 vivia uma senhora chamada Antónia Joaquina Dinamarca Viena e França, viúva do Sargento-mór Manuel José da França e dêste teve uma filha, que tinha por nome Narcisa Preciosa Dinamarca e França.

*

Em 1789 vivia o capitão António Pereira da Silva, que pintou os Paços Reais das Necessidades.

*

Em 1778 Francisco Horta da Cunha era tesoureiro-mór do Reino e tinha uma filha chamada Benabenuta Turíbia Peregrina Horta da Cunha.

*

Em 19 de Fevereiro de 1796 faleceu em Setúbal o coronel reformado Barão Carlos d'Amon Allensson e Chattillon, de origem alemã (?) e ao serviço de Portugal.

*

O apelido Sinel de Cordes parece ter atravessado os anos sempre da mesma forma, porquanto em 1812 havia um monsenhor da Santa Igreja Patriarcal, Manuel Pedro Sinel de Cordes, filho legítimo de António Luiz Sinel de Cordes, que era tutor de seus sobrinhos José Maria e Ana José, filhos de seu irmão Baltazar António Sinel de Cordes.

*

Em 17 de Janeiro de 1726 casaram-se no Oratório dos Condes da Ribeira Grande, sendo padrinhos o Conde do mesmo título D. José da Câmara e o Conde de Atouguia D. Luís, o Marechal de Campo João Alexandre de Chermont, ao serviço de Portugal e Ana de Saint-Aubin Ligot de Chermont, e tiveram os seguintes filhos: Maria Leonor, Emília Sofrónia, Leonor Sofonisba, Constança Mécia, Pedro Augusto, Aquiles Augusto, Júlio César Augusto, Maximiliano Augusto, Gustavo Adolfo Hércules e Theodósio Constantino.

Êste marechal morreu de uma apoplexia e foi sepultado na igreja de Nossa Senhora das Mercês.

*

El-Rei D. José determinou, ao serem presos e expulsos os padres da Companhia de Jesus, que, àquêles que quisessem despir a roupeta e ficar no reino, lhes mandaria dar 1 tostão por dia.

*

Em 1775 havia em Paço de Arcos uma Real Fábrica de Fundição de Ferro Coado, onde foi feito um fogão por ordem do Marquês de Pombal para o Real Hospital de S. José, de Lisboa, importando na quantia de 283$730.

Foi encarregado da direcção dessa obra o Sargento-mór José Monteiro de Carvalho, um dos arquitectos

da reedificacão de Lisboa. O arquitecto Reinaldo dos tos concorreu também com alguns materiais.

*

Em 1819, apareceu na loja de capelista na rua Nova de El-Rei, n.º 103, um indivíduo que se dizia procuradorda Irmandade do Santíssimo da freguesia de S. Julião, solicitando do Barão de Sobral, que freqüentava muito essa loja, uma esmola para a reedificação daquela egreja, incendiada recentemente. O barão desconfiou e mandou prender o homem. Afinal, veio a saber-se que era o mesmo que havia apresentado a outras pessoas uma petição em nome do administrador da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, pedindo donativos para proteger uma infeliz que existia na mesma Santa Casa, resolvida a ir professar no convento do Coração de Jesus. Essa infeliz era filha de Gomes Freire e chamava-se Maria Leocádia Freire de Andrade. Aquela petição estava assinada pelo administrador António Joaquim dos Santos. Tanto esta assinatura como a de Maria Leocádia estavam reconhecidas por tabelião, mas no fim soube-se que tudo era falso e os falsários gemeram na cadeia uns poucos de meses.

*

Em 1837, Sua Ex.ª o Senhor D. Pascoal Falco Valcarcel Moura Côrte Real Homodei Pacheco, príncipe Pio de Saboia, Marquês de Castelo Rodrigo, Almoracid dos Oteros (?) Barão de Benefais, Conde de Lumiares, grande de Hespanha de 1.ª Classe e sua esposa a Ex.ma Princesa Pio, Marquesa de Castelo Rodrigo, D. Izabel Maria Pio de Saboia Espínola Moura Côrte Real Homodei e Pacheco, deram procuração ao Dr. Francisco Joaquim Tôrres de Oliveira Lima, administrador dos bens e rendas que êles possuiam neste reino de Portugal, para fazer uma penhora ao lavrador Caetano Francisco, que lhes havia arrendado o casal

do Grajal, na freguesia de Belas e que não pagava há muito os alugueis.

*

El-Rei D. João 5.º concedeu à Irmandade do Menino Jesus dos Homens Cegos, sita na Paroquial Igreja de S. Jorge de Lisboa, que ela tomasse por seu conservador o Corregedor do Cível da Cidade mais antigo, que devia cumprir o compromisso da Irmandade, mòrmente no capítulo 20, que diz o seguinte: — "Ordenamos, e queremos que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que seja ou Cego sem ser irmão, ou de vista, em lugar público ou particular, possa vender dentro dêste Patriarcado, Folhinhas, Histórias, Relações, Reportórios, Comédias Portuguesas e Castelhanas, Autos, Livros, dos que são concedidos aos Homens Cegos, por lhes ser só concedido a êles êste exercício, e ministério, não só pela sua antiguidade, mas também por privilégios concedidos pelos senhores Reis dêste Reino á dita Irmandade."

*

Em 1810 havia a Irmandade de S. Benedito, sita no Convento de S. Francisco desta cidade de Lisboa, que era composta sòmente de pretos, os quais eram preferidos para entrar na roda da descarga da Alfândega, intitulada de S. Benedito. Cada preto era obrigado a dar para a Irmandade uma porção do produto do seu trabalho.

*

Em 1775 havia em Setúbal, pertencente ao Mestrado de S. Tiago e Chancelaria de Campo de Ourique a comenda da Pescada e Linguado, que consistia no direito de tomar uma pescada ou um linguado a tôdas as lanchas que atracassem a Setúbal e que os trouxessem. O rendeiro daquele ano era Salustiano Jorge da Trindade; e porque os pescadores se furtavam ao pa-

gamento do direito, êle reclamou redução na renda, e foi atendido.

*

Em 1811, o gravador Teotónio José de Carvalho contratou por intermédio do espanhol D. Paulo Ogena com o general D. Francisco Ballesteros, a gravação das lâminas das batalhas de Albuera e Callera pela quantia de 9 moedas; e porque depois da obra feita, tanto o gravador como o intermediário, tivessem exigido 28 moedas, D. Joaquim de Ascarate, capelão do 2.º Regimento de Cavalaria de León, que viera a Portugal por causa das gravuras, reclamou ás justiças portuguesas contra aquela exigência das 28 moedas e foi satisfeito.

*

Em 1797 havia em Lisboa uma fábrica de garrafas, de que era proprietário João António Pereira e Sousa.

Parece que essas garrafas eram bem fabricadas, porque o inglês Francisco Grian mandou fazer 276 dúzias, que pagou a 20 chelins cada grosa. A encomenda, com diversas alcavalas e direitos de alfândega, importou em 195:280 reis, que o inglês não pagou.

Estas garrafas tinham uma particularidade: na base do gargalo, uma saliência redonda apresentava o nome do fabricante.

Há muitos anos, o Dr. Eugénio de Castro mostrou-nos uma garrafa, que tinha um nome gravado no bojo, dizendo-nos que era uma *raridade preciosa*. Ignoramos se essa garrafa era do mesmo fabricante Pereira e Sousa. O que é certo, é que as garrafas dêste hão de ser hoje muito raras e devem constituir preciosas peças de colecção.

João Jardim de Vilhena

"REGISTO DE SANTO"

(DESENHO DE DOMINGOS DE SEQUEIRA)

DOMINGOS António de Sequeira, o desenhador subtil, cujos desenhos são luminosos, forneceu modelos aos gravadores de "registos de santos". Essa estampa de sentimento religioso despertava as aptidões artísticas.

Os artistas gravadores, que por cá trabalharam, desde que D. João V, como rei artista e protector das artes, fomentou directamente o progresso da gravura, dedicaram-se ao "registo de santo". Bartolozzi, Cardini, Debrie, Le Bouteux, Rochefort.... Entre os nomes portugueses citemos: Aguilar, Camila, Carneiro da Silva, Froes, Godinho, Lúcio da Costa, o "Coxinho", Padrão, Queirós, Quinto, Raimundo da Costa, Salvador, Teodoro de Lima, Ventura da Silva...

Artistas desenhadores e pintores forneciam desenhos, que os gravadores depois passavam à chapa. Nos *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*,(1) incluí

---

(1) Coimbra, Imp. da Universidade, 1927, págs. 169 e ss.

uma lista de pintores e desenhistas, que serviram modelos a gravadores de «registos de santos» em Portugal ou para Portugal e, para a organizar, lancei mão dos dados que colhi nos quatro volumes da colecção de "registos„ que foi de Aníbal Fernandes Tomás, hoje na posse do Museu Etnológico Português do Dr. Leite de Vasconcelos (Belém).

Lá figuram Cirilo Volkmar Machado, Foschini, Sequeira, Vieira Lusitano.

*

O Dr. Xavier da Costa dedicou enorme trabalho de crítica, história e investigação à obra de Sequeira, e tem-o feito com método, saber e arte, as três qualidades fundamentais para erguer uma obra equilibrada e pertinaz. Desde: *A Morte de Camões, Quadro do pintor Domingos Antonio de Sequeira* (Lisboa, 1922); *Domingos Antonio de Sequeira e Vieira Lusitano, Desenhadores de medalhas* (in "Arqueologia e História„, I vol. Lisboa, 1923); *Domingos Antonio de Sequeira, Desenhador de Medalhas* ("Id.„. II vol. Lisboa, 1923); *Camões na obra de Sequeira* ("Id.„, vol. III Lisboa, 1924); *A obra litográfica de Domingos Antonio de Sequeira* ("Id.„ vol. IV, Lisboa, 1925); *Onde nasceu o pintor Sequeira. Quem foram seus pais e onde moraram. Quadros genealógicos referentes ao artista* (in "Brasões e Genealogias„, III—VI, Lisboa, 1927); *O relicário do Pintor Sequeira* (in "Arq. e Hist.„ VI, Lisboa 1928); êstes dois últimos "Materiais para o trabalho em preparação — O pintor Domingos Antonio de Sequeira e sua familia„ — é já por si uma bibliografia sequeireana, que passa.

Falta o trabalho, cujo enunciado o revela: " Sequeira Desenhador„ Neste, que por certo virá mais cêdo ou mais tarde a completar o estudo e lição da obra do artista, cabe o capítulo do "desenhador de estampas„, que não dedigna o compositor de quadros, o retra-

tista, de expressão precisa, o desenhador de imponderáveis.

Dessin hardi et d'un effet saisissant,[1] se Raczynski o admirou assim na alegoria da ***Morte do Marquês de Marialva***, não o é nunca menos em seus desenhos, desde o grande conjunto da ***Sopa de Arrôios*** e da alegoria à ***Chegada de D. João VI***, até aos apontamentos, estudos, esboços e relances.

*

Êste desenho de Sequeira para o "registo" do Bom Jesus do Monte, de Braga, está dentro do âmbito estético do desenhador emérito. Seduziu-o a ideia e deu-lhe a forma. A imagem do Salvador, cujo eflúvio sentiu em altos vôos na ***Adoração dos Magos***, no ***Calvário***, na ***Ascensão***, no ***Juízo Final*** e depois no ***Baptismo*** e na ***Crucifixão***, na ***Santa-Verónica***, no ***Caminho da Cruz*** e no ***Salvador***, quadros espalhados por meia Europa,— essa imagem, ora doce, ora trágica, dulcíssimo rabi e severíssimo juíz, cristalizou na arte sequeireana em clarões luminosos, como convém à representação corpórea de Deus.

Na ***Milagrosa Imagem do Senhor Bom Jesus do Monte***, enche o campo o corpo do Crucificado. Do fundo escuro sobressai em relêvo de luz o corpo, iluminado de mistério, como o vêmos no ***Calvário*** e na ***Ascensão***, apoteose de luz do Além, nebulosa em forma humana. A cruz de sôbro encortiçado tem aspecto rude, que contrasta com a subtileza imponderável do corpo que se desfaz. A fisionomia exprime a um tempo tanta dor e tanta humildade nessa mesma dor, que é bem a máscara de Cristo mártir. Os pés assentam num ***suppe-***

---

(1) Raczynski, *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*. Paris, 1847, págs. 269.

MILAGROSA IMAGEM DO SENHOR BOM JESUS DO MONTE.
Venera-se no Santuario de Braga.

daneum, que tem largas tradições na iconografia do Crucifixo desde o século IV.[1]

O Calvário, escalvado como cumpre à justificação do nome, está representado por um monte de chão ingrato, onde ossos branquejam ali e acolá. O pêso e côr plúmbea do fundo, que faz avultar o corpo do Crucificado, é a atmosfera carregada daquelas trevas do Evangelho de S. Mateus: desde a hora sexta até à nona, difundiram-se trevas por tôda a terra (XVII, 45). Parece ouvir-se Jesus bradar dolorosamente: *Eli, Eli, lamma sabachtani?* Deus meu, Deus meu, porque me abandonaste?

À esquerda, avistam-se em relêvo de claro-escuro os torreões das portas de Jerusalém. Delas sai e prolonga-se a estrada, que árvores iguais ladeiam e uma faixa de luz desenha; por essa estrada, assim descrita num rasto de cometa, caminhou Jesus para o sacrifício.

A segurança e a maleabilidade com que o desenho está feito, e sobretudo o corpo de Cristo, a composição simples e rítmica, elegantíssima, fazem dêste "registo„ um encanto. Está assinado o desenho: *Sequeira, des.* O gravador siglou o seu trabalho, que não desmerece o desenho: *João José dos Santos fecit 1864.*[2]

Êste desenho foi sendo sucessivamente copiado. As cópias podem agrupar-se em três fases: na 1.ª, os exemplares estão assinados pelo desenhador e pelo gravador; na 2.ª, apenas aparece o nome do gravador copista; na 3.ª, os artistas são anónimos. A cópia vai piorando até à última fase, de arte bárbara.

Luís Chaves.

---

(1) Louis Bréhier, *Les origines du Crucifix dans l'art chrétien*, Paris, 1904, págs. 35.

(2) A assinatura está em monograma—J. J. S. entrelaçados.

A FEIRA DOS LIVROS

M dos trechos mais belos de Madrid é aquela suave encosta, que desce da *calle* Alfonso XII até ao passeio do Prado, limitada na parte mais alta pela *calle* Felipe IV e a leste pela de Cláudio Moyano. Tem tudo êsse formoso rectângulo: côr, harmonia, perspectiva, tranquilidade, um grato ambiente de cultura, velhas árvores, sombras meditativas e todo um mundo de recordações históricas. Mas o «touriste» estrangeiro fixa a sua atenção no coração do bairro, a pinacoteca, deita olhos apressados para os Jerónimos, para a Academia, para o Museu de Artilharia, mas já não penetra no Jardim Botânico—que também se defende o melhor que pode com as suas grades e suas longas férias — e menos ainda sobe a ladeirita dos livreiros, a «bouquiner» durante alguma hora.

«Bouquiner»? Como se há-de traduzir isto em espanhol? Visto que em Madrid se pode fazer a mesma coisa que nas margens do Sena, pelas caixas zincadas, soldadas no rebôrdo do cais de Orsay, visto que existe a coisa, deve existir a palavra. Em português, eu permiti-me um neologismo, mais um de tantos que tenho ousado sem grande escândalo dos filólogos: «alfarrabiar», de «alfarrábio», livro grande e velho, poeirento e esquecido, do nome próprio do sábio arabe. Mas em espanhol não há a mesma liberdade. Há uma academia severa que guarda o tesouro linguístico e que se mostra pouco alvoroçada em acrescê-lo com novidades apressadas. Não temos essa guardiã severa nos países de língua portuguesa: a única academia portuguesa é principalmente um centro de investigação, não um templo consagrador, nem dragão vigilante da gramática e do dicionário; e a única academia brasileira tem de se curvar ao inegável enriquecimento da língua, como reflexo do viver americano e tambem à sua adulteração por milhões de gargantas estrangeiras. Mesmo nos nossos países a ética literária permite uma maior diferenciação linguística de autor para autor.

De modo que uso de um direito, que o nacionalismo anti-individualista e estatista ainda não coarctou, o de buscar novos meios de expressão. E o "alfarrabiar» poderá passar por „bouquiner".

Nas manhãs frescas, depois duma excursão pedestre por esse lindo bairro, onde o verde das frondes, o vermelho do ladrilho e o recolhimento hermético das ruas me recorda certos rincões de Londres, é um prazer guardar um pouco de atenção disponível e concluir o passeio na feira do livro.

É uma feira civilizada. Eu ainda a conheci temporária e ambulante. O seu período de esplendor era o do estacionamento em frente do Jardim Botânico. Agora perdeu o seu caracter eventual e picaresco, abur-

guesou-se num domicílio permanente e seguro. Tudo tem seu termo, até a boémia. Lembram-se, que também o estúrdio Marcelo, de Murger, o clássico da boémia, acaba por tomar o passado só para recordações risonhas, refestelado numa boa poltrona e saboreando bom vinho?

Também os livros se cansaram dos seus andrajos míseros e da perseguição ao comprador fugidio. Agora estão instalados e apenas se deixam cortejar pelos curiosos que sobem a ladeirinha. Mas o confôrto não impede a hierarquia. E os livros arrumaram-se em três categorias, paralelas às três classes de público: em taboleiros na rua, em montões a real e a menos, as novelitas das costureirinha e dos que diariamente fazem aquelas grandes viagens e aventuras em tranvias trôpegos. Já no mostrador, num relêvo de primeiro plano, os autores da moda, os de venda segura, para as gentes de cultura moderna: e dentro, ordenados pelas estantes, os livros de erudição e bibliografia, que é preciso procurar e rebuscar, um a um.

É uma leitura instrutiva a da fisionomia da feira do livro, instrutiva sôbre o gôsto do público, denunciadora das curiosidades de cada freqüentador, por mais calculadamente que as dissimule, reveladora de de folhetitos e espécies esquecidas ou ignoradas dum estrangeiro. As sete academias de Madrid fornecem montões de discursos; e, como alguns são peças importantes para certos sectores de estudo, os lojistas estendem a todo o género a valorização de algumas espécies e vendem-nos sempre caros.

Livros dedicados, ainda por abrir, vendidos intactos pelo «insigne escritor» que os recebeu e agradeceu com louvor; exemplares que pertenceram a vários donos, cuja probidade foi registando os endossos; peças de esquecidas polémicas, que nenhum contendor deseja ver lembradas; escritos velhos, que atestam as con-

tradições dum espírito; tanta, tanta coisa curiosa, que se encontra nesse grato desporto de «alfarrabiar»!

Se o visitante não é um homem cortês e de tacto, pode perturbar a paz da república das letras só com as munições ali adquiridas. E quantas amizades cessaram, que ali aparecem sólidamente documentadas! Quantas profecias contraditadas pelo tempo! Quantas equivocações da crítica!

E quando se sopesa a grande massa da literatura e da sciência esquecidas, e, ao contrário, se mede o pequeno volume da cultura viva, uma grande desconsolação do nosso ofício nos invade, pois a maior parte dos trabalhadores da pena, ainda os mais sinceros, mais identificados com a sua época e mais preocupado em decifrar o fluir dos tempos, só aumentam essas montanhas de livros esquecidos, que ninguém procura nem lê, jazigos de ideias mais mortas que as múmias egípcias, que sempre aguardam as curiosidades dos escavadores milionarios.

E em ficamos? «Alfarrabiar» poderá passar por «bouquiner»?

Madrid.

Fidelino de Figueiredo.
da Academia das Sciências de Lisboa

PROBLEMAS BIBLIOGRÁFICOS

OMEÇO hoje, com a benévola aquiescência do director desta Revista, a dar a lume uma série de apontamentos bibliográficos, que tenho reünido no meu freqüente manusear com livros no decurso de bom número de anos. E satisfeito ficarei se outros mais competentes os puderem aproveitar em seu benefício para trabalho de maior vulto.

Não tenho a pretenção, nem de bem traduzir o meu pensamento, porque não estou treinado nas lides literárias, nem de dizer a última palavra sôbre os assuntos que tratar. Venho apenas dar notícia do que nas minhas horas vagas, que infelizmente não são muitas, tenho colhido, como disse, do fruto das minhas leitùras, fazendo comparações entre os diversos exemplares consultados e notando as sensíveis diferenças que existem entre mui-

tos dêles, deixando depois aos estudiosos e aos mais felizes do que eu a resolução dêstes problemas.

I. — «*A SEMANA*»

Em Janeiro de 1850 teve comêço em Lisboa uma publicação com êste título, jornal recreativo dirigido pelo aplaudido poeta João de Lemos Seixas Castelo Branco e dado a lume na Imprensa Nacional.

Êste semanário, completo, compõe-se de três volumes, tendo o primeiro 52 n.os, o segundo 48 e o terceiro, ou segunda série, 6 n.os. Todos sabem que está assim completo o texto da revista; a dúvida subsiste quanto às estampas, ou figurinos.

Em todos os exemplares que consultei, descritos em diversos catálogos, os figurinos impressos à parte *(hors texte)*, em colorido ou sim plesmente a preto (sendo os primeiros em papel cartão), não vão além de 19.

O exemplar, porém, que me serviu para êste ligeiro apontamento, continha 21 figurinos. Ora não indo os conhecidos até agora além de 19 (porque alguns há ainda com menos), poder-se-ia supor que os dois figurinos a mais não pertencem a *A Semana*. Pois pertencem, porque ambos trazem a indicação do n.º de que fazem parte.

Fica pois assente, que os exemplares mais completos de *A Semana*, até agora conhecidos, teem 21 estampas, o que não quere dizer que os não haja com número superior.

Lisboa, 2 de Agôsto de 1931.

MENDES MADEIRA

EPISTOLÁRIO

Está na moda a coscuvilhice miüdinha das figuras notáveis. Ninguém se contenta em conhecer os traços gerais da vida, da obra ou do caracter de A ou B; não basta. Esquadrinha-se-lhe qual era o corte e o tecido de que usava no trajo; que cigarros fumava; inquire-se-lhe das inclinações cupidíneas e assente, por exemplo, que procurava o trato das loiras, se as queria escorridas ou bem fornidas de carnes. Entra-se-lhe na sala de jantar para saber se preferia a lagosta aos bifes de cebolada e visita-se-lhe as malas e as gavetas do guarda-fato para ver a côr das piúgas. Por fim, chega outro investigador, insaciável também, e proclama triunfante que o seu predecessor se esquecera de apurar se a vitima sonhava alto ou ressonava, e se estampilhava os sobrescritos pela frente ou pela trazeira. E averiguadas estas coisas consideráveis, os indefessos exploradores da vida alheia dormem o bom sono dum dia bem ganho.

Pois se até em Franca teve um editor que entregar à voracidade dos zolálatras, entre outras intimidades, a análise úrica do criador dos Rougon-Macquart!

Entre nós, alguns escritores foram mártires (póstumos, felizmente para êles) dêste escabichar de doentias curiosidades. O último da série foi Camilo, de quem o autor destas regras, levado na corrente da sua admiração, foi um dos «recoveiros» — e disso se penitenceia...

Convenhamos pois, que um dos pezadelos do século, foi a epistolomania. Esta, porém, encaminhada para um fim superior, qual o de ajuntar dados que projectem mais luz sôbre a obra ou sôbre a personalidade da figura que se enfrenta, longe de ser condenável, é proveitosa e digna de aplauso. Não contando (se é um escritor), as páginas de prosa inédita que ficam divulgadas com a publicidade das cartas...

Pois a «Feira», à semelhança doutras revistas, inaugura com o presente n.º o seu «Epistolário». Já num jornal de Lisboa, o director desta Revista manteve por largo espaço uma secção com êste título, que acendeu certo interêsse, comprovado pelos numerosos aplausos recebidos, cartas notáveis ou curiosas, antigas e modernas, que lhe eram dirigidas para que lhes desse publicidade e reparos ou esclarecimentos a que a sua estampa dava origem. Fêz-se agora uma selecção dessas cartas, condenadas à vida efêmera do diário que as ressuscitou; juntas a outras inéditas, formarão um corpo epistolar, que constituirá a matéria da nova secção.

I

INSTRUÇOES E DECRETOS POMBALINOS

(CARTA DO MARQUÊS DE POMBAL)

Apezar do muito que há publicado àcêrca do ministro de D. José, desde o panegírico mais lamecha à crítica mais severa, grande parte dos documentos directa ou indirectamente a êle respeitantes conservam-se ainda inéditos, embora que reünidos e arquivados.

A riquíssima colecção pombalina, que foi comprada pelo govêrno português para a Biblioteca Nacional de Lisbôa em 1888, possue grande número de códices que conteem cartas e minutas de cartas autógrafas e que são de um interêsse enorme para aquêles que se dedicam a estudar a figura de Pombal, como também recurso indispensável para a completa compreensão da época em que se promulgaram as reformas pombalinas.

Seria de grande utilidade para todos quantos aos estudos históricos se dedicam ou lhe consagram carinhoso interêsse, que a Biblioteca publicasse todos aquêles documentos que, compilados por pessoa idónea, fôssem de mais interêsse e de mais necessária consulta na colecção pombalina. Aí se acha, sem dúvida, a parte mais valiosa da correspondência do ministro.

A carta que a seguir se publica, confesso, em nada vem alterar ou esclarecer qualquer problema. O seu valor está apenas naquilo que confirma, isto é, que todos os assuntos, os menos importantes mesmo, passavam pela vista de Pombal, que, numa predilecção burocrática pela papelada, acumulava sôbre a sua mesa, semanas e meses, cartas, ofícios, requerimentos, memoriais, relatórios, memórias, etc, etc. Isto atrazava notavelmente o expediente das secretarias; e as reclamações, as queixas, avolumavam. Êle, porém, queria saber tudo, tratar de tudo e não largava da mão papel que não tivesse examinado, assunto que não houvesse estudado.

A carta é dirigida a Martinho de Melo e Castro, seu colega de gabinete, que tão hábil se manifestou depois, no reinado de D. Maria I, na reforma dos serviços navais portugueses, promulgando medidas tão inteligentes como arrojadas e profícuas. Foi êle quem conseguiu criar uma esquadra, que foi uma das cobiças de Napoleão. Trata do resultado da experiência do cultivo do arroz na capitania do Pará e de vários assuntos de expediente ministerial, o pouco que poude «expedir nestes poucos dias de retiro», passados em Oeiras. Refere-se incidentalmente a José de Seabra, com um ar de censura por seu desleixo, do qual — quem sabe? talvez

êle não fôsse o culpado. José de Seabra fôra até 1773 íntimo e confidente de Pombal. Sôbre este ponto diz o notável historiador, snr. J. Lúcio de Azevedo no seu trabalho *O Marquês de Pombal e a sua época*: "Outro enigma foi a sorte de José de Seabra, confidente íntimo, ajudante de Pombal na secretaria do reino. Tendo exercido três anos êste cargo, em Janeiro de 1774 foi, por ordem do Rei, desterrado da côrte, preso em seguida no castelo de S. João, do Pôrto, e transferido depois para as Pedras Negras, naquele tempo o mais inhóspito presídio de Angola. Para merecer isso, que fizera? Preguntado sôbre o facto, o marquês alheou de si tôda a responsabilidade. Seabra era para êle como um filho adoptivo e meditava fazê-lo seu sucessor. Foi o cardeal da Cunha quem, sabendo isso, por inveja lhe preparou a ruína, intrigando-o com o monarca, por meio de *anecdotas indecentes e criminosas*." (Obr. cit. pág. 378, na 2.ª ed.).

A carta está escrita numa fôlha de papel com traços verticais, um escudo e as letras D. W. C. Blann a água e medindo 0.34 1/2 de altura e 0,22 de largura. Só foi utilizada a 1.ª página.

Pertence à minha pequena colecção de autógrafos.

Castelo Branco Chaves.

Ill.^mo^ e Ex.^mo^ Sr.

Remetto a V. Ex.ª as Cartas, que ultimamente chegaram de Pernambuco, e do Pará, com o gosto de ter visto, que na Segunda das ditas duas capitanias se principia já a cultivar com aproveitamento o importante fructo do Arroz.

Juntamente passo ás maõs de V. Ex.ª os Decretos, para aproveitamento dos Officios da Caza da Moeda, para a ampliaçaõ da Provedoria de Alcobaca, que Joseph de Seabra deixou no esquecimento depois de haver sido ordenado; o Alvará, e o Decreto a beneficio da Casa pia das convertidas; e o mais que aqui tenho podido expedir nestes poucos dias de retiro; onde recebi as cartas da Posta ordinaria, que tambem acompanharam esta.

Fico para servir a V. Ex.ª com a mais obsequioza, e mais prompta vontade.

Deos guarde a V. Ex.ª m.s an.s. Oeyras em *23* de Abril de *1775*.

Ill.mo e Ex.mo Sr. Martinho de Mello e Castro

Mayor

Mayor am.º e mais fiel crd.º

Marquez de Pombal

II

DOS ANJOS, OU DE N. S.ª DOS ANJOS ?

(CARTA DE JÚLIO DE CASTILHO)

De entre os manuscritos que possuo, na maior parte muito interessantes, do falecido, muito erudito e meu amigo P.de Santos Farinha, há uma carta de Júlio de Castilho evidentemente agradecendo-lhe a remessa do folheto *O Orago da Egreja dos Anjos-1908*.

A opinião de Castilho é mais um argumento a favor da tese do P.de Farinha, de que a freguesia é dos Anjos e não de N. S.ª dos Anjos.

Segue a carta que, a-pezar-de pequena, é um modêlo de erudição e a fotografia das altas qualidades morais do Mestre.

Meu caro prior, e excellente amigo.

«Recebi esta manhan o amabilissimo brinde do seu estudo sobre *O Orago da egreja dos Anjos*. O obscuro rabiscador da modesta *Lisboa Antiga* vibra sempre ao ver tratar por pessoas competentes estes assumptos de antiguidade patria; agarrou-se pois com o maior interesse ao erudito folheto, e devorou-o. Sim, devorou-o, como quem saboreia um delicioso pitéo.

A questão fica morta ; as duvidas desvaneceram-se, graças ás buscas de V. Ex.ª A parochia é, e foi dos Anjos, nunca de N. S. dos Anjos. A memoria louva-

da do virtuoso Prior Dr. Antonio Gaspar Borges, que ainda conheci de vista, mantem-se pura e incolume. Bem haja o seu zeloso defensor.

Os Sousas Calharizes, a quem V. Ex.ª allude, quando trata de D. Francisco de Sousa, antigo padroeiro da Capella mór, eram fregueses. Nos fins do seculo XVII, e nos principios do XVIII moravam em casas suas no Forno do Tijolo, avaliadas então em 7 contos e seiscentos mil reis; e para ahi vieram da rua da Pelada, freguesia dos Martyres, onde se achavam no meio do seculo XVI.

Pelo mencionado Sargento-mór de batalha Domingos Teixeira de Andrade (cujas Armas ainda estão no palacio dos Linhares na calçada de Arroyos) é que D. José de Sousa Coutinho, um de seus netos, reclama a propriedade da dita capella mór.

Só tenho que louval'o, meu caro Snr. Prior, pela sua obra. Varreu a feira.

Se um dia quizesse tomar um pouco de ar de campo, e lhe apetecesse uma viajata até ao Lumiar, bem sabe o prazer e a honra que dará a este ermitão.

Disponha sempre de quem se assigna com muita estima

De V. Ex.ª adm.or e am.o
m.o obd.o
Julio de Castilho

Lumiar, 1 de Fevereiro de 1908.

Nota. —No citado folheto do P.e Farinha, a pág. 12, 3.a e 4a linha, transcrevendo um periodo da "Corografia Portugueza" do P.e Carvalho da Costa, diz: *A Capella he da evocação dos Anjos,* etc; quando o que está escrito na referida obra é: *A Capella-mór he da invocação dos Anjos,* etc, o que valoriza ainda mais a opinião do Pe Farinha. Seria êrro de imprensa, ou distracção do autor?

Dr. Carlos Santos

"O SERÃO PORTOENSE"

ANCEI-ME inutilmente em tirar a limpo quem fôsse o autor do folheto in-16.º *O Serão Portoense. Dedicado ás meninas do Porto por Hum Curioso.* Lisboa. Imp. de Candido Antonio da Silva Carvalho, Travessa do Monturo do Collegio n.º 13. 1843.

Abrindo as suas 40 páginas de quadras em redondilha, o improvisado vate (devia de ser improvisado, pela incorrecção do metro e ingenuïdade do exprimir) dirigindo-se a uma menina Marília, expõe:

> Agora, que completas
> Os doze annos d'idade,
> Quero contar-te, Marilia,
> O Cerco desta Cidade.

Ao portuense arrepiava-se-lhe ainda o pêlo, ao

lembrar o cêrco que dez anos antes flagelara o burgo tripeiro. E vai daí, o nosso homem propõe-se cantar a façanha.

Antes, porém, resolve recuar vinte anos e sumariar a história do país, para melhor entendimento da menina, condenada a aturar a estopada.

A botifarra inglesa sucedera à pata dos corceis napoleónicos. E em todo o reino oprimia os peitos «um desgosto geral»...Porquê?

Eram varios os motivos
D'este desgosto geral,
Mas o maior era a ausencia
Do Rei, e Familia Real.

Crescêo tanto o sofrimento
N'esta briosa nação,
Que a final se exaurio
Com terrivel explosão.

A vinte e quatro d'Agosto,
Foi aqui n'esta Cidade,
Do anno vinte da era,
Que gritou a Liberdade.

A nação inteira correspondeu «a este encantador grito,» que, não cabendo no país, "em pouco tempo velós passa além do Oceano».

Lá na côrte do Brazil,
O nosso Sexto João,
Solemnemente jurou
A Lu sa Constituição.

Resolve o Sexto João abandonar a terra onde canta o sabiá; embarca; desembarca; é recebido jubilosamente

pelo povo e Congresso;

Porém já a este tempo
A nação se dividia,
Obrigada das reformas
Qu' a revolução fazia.

Uns queriam, qu' o Rei fosse
Sogeito á Constituição;
Outros, qu' elle absoluto
Governasse a nação.

Tinha do Brazil á côrte
A seu pai accompanhado,
O Infante Dom Miguel,
Que do povo era estimado.

Foi neste joven Principe
Qu' a gente da opposição
Pôs os olhos, para chefe
Da contra-revolução.

No silencio d' alta noite
O Regio Paço deixou, etc.

Marcha para a *vilafrancada*. Volta armas contra as Côrtes e contra o pai, que obriga a retomar o poder absoluto. Passa-se um ano: nova bernarda, a *Abrilada*. O monarca é encafuado incomunicável na Bemposta. Vem as represálias. Estava no Tejo uma nau inglesa, a "Windsor-Castle".

Um dia, pois, disfarçado,
O bonançoso João,
Assim como por acaso
N'esta náu entrou então.

Chama o Infante a bordo, descompõe-o, tira-lhe o comando supremo do exército e manda-o sair do reino, que é como quem diz, "corre-lhe co' a sorte".

Mesmo, em dia de seus annos,
O Monarcha justiçoso,
Manda qu' o incauto Filho
Saia lá do Téjo undoso.

A treze do mez de Maio,
Dia dos annos do Pai,
O Infante Dom Miguel
De Lisboa a barra sái.

Vem depois a separação do Brasil, sob mil pretextos, "a meu vêr industriosos», opina o sábio vate.

Seguio-se d'isto uma guerra,
Cruel guerra, e desastrosa!
Em que a final a Mãi Patria
Ficou muito desairosa.

Enjoado da cambada de tôdas as côres políticas que o rodeia, o "bonançoso João» delibera escapulir-se-lhe definitivamente; vai daí, não vendo outra porta de saída,

N'uma breve enfermidade
Seus dias entrega á Parca.

Tão deplorável sucedimento parece ter-se repercutido no estômago do operoso narrador, que resolve dar por concluso o serão desta primeira noite:

Por agora aqui fiquemos,
Pôe de parte a tua meia,
E vamos indo par' a meza,
Que são quasi horas de ceia.

*

Começa o segundo serão. A pequena fingia interessar-se pela história, demais a mais narrada em versos tão sugestivos:

> Gôsto de te vêr, Marilia,
> Nesta historia interessada,
> Assim faz toda a menina,
> Que quer ser bem educada.

E aí vai o instrutivo bardo aproveitando o tempo "com algum engenho, e arte» (que modéstia!) e aqui o temos a desfiar mais *histórias*. Entregues à Parca os dias de D. João 6.º, ficavam-lhe dois filhos: o "incauto» D. Miguel, curtindo o seu castigo na Alemanha; D. Pedro, porém, "no Brazil é que existia», informa o poeta. Mas êsse abdica na filha, com a condição dela casar com o tio expatriado. Vem para o reino a Carta Constitucional; e o desordeiro Infante, já esposado em Viena com a sobrinha, "parte, lá d'Austria famosa", desembarca em Belém, (nesta altura o narrador esqueceu-se do *Rei chegou*) e

> No grão Palacio d'Ajuda
> Occulto, e reconcentrado,
> Não apparece, por dias,
> Ao povo alvoraçado.

Os acontecimentos precipitam-se; depois de jurar a Carta, D. Miguel dissolve as Côrtes Constituintes e reúne os três Estados à moda antiga:

> Tem por unico objecto,
> Esta grande reunião,
> Decidir se a Lusa Corôa
> Lhes *(sic)* pertence, sim, ou não?

Neste profundo "sim ou não», émulo do *to be* shakespeariano, funde-se tôda a política do tempo.

Reunida a junta em côrtes,
Declara-o absoluto Rei:
Interpretando (disse ella)
De Lamego a velha Lei.

Bons tempos, em que ainda tinham fé histórica as côrtes de Lamego! Hoje, de Lamego, só teem crédito os presuntos.

Entra o vate nas lutas civis, que "não se podem exprimir em quatro pequenos versos». Nesta altura a pequena já devia pender com sono e as malhas caídas da meia seriam às dúzias. Mas o narrador não despega.

Desfilam os excessos: denúncias, perseguições, encarceramentos, execuções, cacetaria em barda, em quadras flamejantes de indignação juvenalesca. *Indignatio facit versus*. E, ó gentes, que fazia D. Miguel no meio de todo êste drama? Vai dizer-no-lo o infatigável autor do *Serão*:

Em quanto, nesta anarquia,
Se massacra a lusa gente,
O seu chefe se mostrava
Expectador indifferente!!!

Admiras-te, Marilia,
D'esta barbara confusão?
Tudo isto são effeitos
De qualquer revolução!

. . . .

Tres anos se tem passado
N'esta cruel anciedade,
Quando de repente occorre
Uma grande novidade.

Mas já nem a isca da novidade interessava a infeliz Marilia. A' vista do que, o nosso historiador resolve recolher a viola ao saco:

E' melhor, porém, Marilia,
Que guardemos par' o serão
D' amanhãa, esta instructiva
Interessante narração.

Porque vêjo qu' as dez horas
Quasi qu' estão a dar,
E não poderei, esta historia,
De certo hoje acabar.

Bem conheço o grande empenho
Com que estás, de me ouvir;
Fica certa, que amanhãa,
Eu ta hei-de concluir.

E, com versos errados e tudo, o poeta e a menina enviam-se a Val-de-Lençois.

*

Terceiro e último serão. O historiador diz que principia mais cedo porque a pequena está "mui desejosa e com grande anciedade" (se calhar, não estava) de saber a novidade anunciada na véspera. A qual vinha a ser a renúncia do Imperador do Brasil (D. Pedro I) no "tenro Filho menor" e o regresso dêle à Europa:

Sulca as ondas d' Oceano
Em ligeira Ingleza quilha;
N'outra Corveta Franceza,
A traz delle vêm a Filha.

Não se pode descrever melhor nem mais compendiosamente uma viagem daquêle tômo. Adiante. A situação política engravecia: revolução liberal no Pôrto; fuga dos emigrados para a Terceira; constituïção da regência na Ilha; partida para lá do Duque de Bragança; aprontamento duma expedição a Portugal—tudo isto é

descrito em dúzia e meia de quadras inspiradas. Regale-se o leitor com esta amostrinha do desembarque no Mindelo:

Sete mil, e mais quinhentos
Homens; Dom Pedro commanda;
Com Cabos experimentados
As lusas costas demanda.

Foi nas praias do Mindello,
Não mui longe da cidade,
Qu' apparece de repente
Á fróta da Liberdade.

. . . .

Mal que chega, a terra atrôa
Co' marcio, ferreo canhão;

. . . .

Toda a tropa miguelina
Foge cheia de terror.

Entram no Pôrto. Começa o sítio, porquanto «o intruso Rei» cinge a cidade em "um circulo assás cerrrado" e logo

Este circulo cerrado
Com força aperta então.

Segue-se o descritivo do cêrco, ao qual certamente o poeta assistiria, tão sentidamente o relembra. Estamos vendo daqui os ataques repetidos dos miguelinos; as bombas que estoiram nas ruas e praças; as epidemias alastrantes; e o valor de D. Pedro, que nos fossos da cidade

Trabalha, como trabalha,
Um triste trabalhador.

Come só arrôs cosido,
Com assucar adoçado;
Do mesmo modo qu' o come,
O miseravel Soldado.

Sucedem-se as peripécias, até que

. . . . lá embarca á Fóz
Uma occulta Expedição,
Que ao Duque da Terceira
Leva por seu Capitão.

E' a célebre expedição do Algarve. Sumariemos, para concluir rápido, que o duque desembarca no Algarve, derrota as coortes miguelistas e

Marcha depois apressado,
Com incrivel rapidez,
E á frente de Lisboa
Está só dentro d'um mez.

Avança até Cacilhas, atira-se à gente do "feróz Telles Jordão" e

N'um momento a destroçou
D' um modo tão terminante,
Que é morto a cutiladas
O seu proprio Commandante.

. . . .

E deste modo ficou
A Capital Restaurada.

Não se esquece o liberal cantor da derrota da esquadra miguelista defronte do Cabo de S. Vicente, por Napier, "um Bretão assás valente," e faz-nos regressar ao Pôrto, a assistir ao fim do cêrco. Se os sitiados estão far-

tos dum ano de cêrco, não o estão menos os sitiantes, que deliberam queimar os últimos cartuchos. E' Bourmont, o conquistador de Argel, quem comanda os assaltos furiosos; e o nosso poeta ala-se aqui aos ácumes da epopeia:

> Seus ataques vigorosos,
> Quatro vezes multiplica;
> Porém sempre, em todos elles,
> Repellido e rôto fica.

E porquê?

> Porque quem defende as linhas
> Da cidade, desta vez,
> E' Saldanha, q' em pericia
> Igual-a *(sic)* o célebre francez.

Vai-se abaixo a ortografia, mas atinge-se o sublime. E porque, sabendo da entrada da sua gente em Lisboa, o "Libertador Augusto par' a côrte se embarcou", D. Miguel levanta o cêrco e voa precípite à capital:

> Com um passo accelerado
> Passa campos e estradas,
> E ás abas de Lisboa
> Chegou a marchas forçadas.

Duas vezes acomete a cidade, inutilmente; mas ainda isto foi o menos, porque — ó vilipêndio!

> Após este teve outro
> Inda maior dissabor,
> Da entrada da Rainha
> Foi d' alli expectador.

O resto pouco interessa. Destroçado em Asseiceira, ponto final da luta,

Dom Miguel, e a sua gente
Par' Evora se evadio.

Não vale a pena chamar a polícia para deter o evadido. O poema está a concluir. Convenção de Evora-Monte; embarque de D. Miguel em Sines; passagem "a Roma, onde rezide," tudo isto seriam temas de alegria, se não fôsse o funéreo ponto final: D. Pedro adoece e

Eis que a negra e cruel Parca
Seu fatal golpe lhe vibra!

Não alcança Marília os efeitos desta morte inesperada; mas o bardo explica comovido que ela os sentirá quando chegar a "uma idade mais madura".

E depois de ombrear o cêrco do Pôrto com os mais célebres da antiguidade,

Tal como o cêrco estupendo
Da famigerada Diu,

encerra o Poema o nosso épico de redondilha, depondo, exausto, banhado de glória. . . e de suor, a *tuba canora e belicosa.*

Nesta altura a menina, desagradecida e desatenta ao seu entusiástico professor de história, fazia o mesmo que provàvelmente estará fazendo o leitor: ressonava.

C. M.

A GRADE ROMÂNICA DA SÉ DE LISBOA

O interessantíssimo artigo que, em o n.º 20 (Março-Abril de 1931) da bela revista *Portvcale*, o sr. Emânuel Ribeiro dedicou à preciosa grade românica da Sé de Lisboa — a mais antiga obra de ferro forjado existente em Portugal e uma das mais antigas conhecidas na Península — sugere-me a publicação de alguns apontamentos, que, àcêrca dessa inestimável peça, tenho coligido, para um estudo, em preparação, sôbre aquêle monumento.

Quando, há bastantes anos, publiquei em *O Archeologo Português* o artigo que o sr. E. Ribeiro cita, atribuí essa grade, que fechava uma das capelas da charola, ao século XV, não ousando, todavia, afirmar que datasse dêsse tempo.

Não conhecia ainda então alguns especimes similares, existentes em Espanha e França e considerados românicos (séc. XII ou XIII) por autorizados especialistas. Por isso, e também porque dois mestres consa-

grados—Joaquim de Vasconcelos e Gabriel Pereira—a tinham atribuído, o primeiro ao começo do século XVI [1] e o segundo ao reinado de Afonso IV [2], não ousei eu, obscuro discípulo, afirmar publicamente que considerava essa valiosa grade anterior às capelas afonsinas, como, de facto, considerava.

Havia na Península, sobretudo na região cantábrica, muitas minas de ferro. Cita-as Plínio. E já em tempos anteriores à dominação romana e mesmo à cartaginesa, a indústria do ferro se havia generalizado na Hispânia e atingido elevado grau de esplendor.

No período visigótico, parece ter sido dada a preferência, para tudo quanto pedisse ornamentação, a metais mais ducteis e maleáveis do que o ferro; e, quando era mister empregá-lo, recorria-se a incrustações de oiro e prata, para que a nota artística não faltasse.

Que a arte do ferro foi largamente exercida na Península durante a Idade-Média, provam-no as *ordenanzas* de Sevilha, Toledo e Granada, que revelam uma organização importante.

Se a grade da Sé de Lisboa é, ou não, obra de oficina portuguesa, ninguém, penso, poderá decidi-lo. Se foi, ou não, destinada a êsse edifício, é igualmente ponto de impossível averiguação. O que é incontestável, é que não foi forjada para vedar a capela dos santos Cosme e Damião, ou qualquer outra do deambulatório, não só porque é anterior, mas ainda, como observa o sr. Couto, porque se não adaptava bem, pela forma, a semelhante aplicação.

Registarei aqui a predilecção que o malogrado arquitecto N. Bigaglia tinha, como o notável pintor e escritor espanhol Santiago Rusiñol, pelas obras artísticas

---

(1) *Album da Exposição de Aveiro*, págs. 33. O sr J. de V. classifica essa grade de «belo exemplar de estilo gótico».

(2) *Arte Portuguesa*. Lisboa 1895, págs. 14.

de ferro forjado. Do seu espólio deviam fazer parte alguns exemplares e desenhos. Foi êle quem desenhou a preciosa grade para a *Arte Portuguesa*, cujo director artístico, E. Casanova, possuia também alguns especimes de relativo interêsse, — espelhos de fechadura, sobretudo, se bem me recordo.

Para encerrar estas nótulas, citarei algumas grades espanholas e francesas semelhantes à nossa:

1 — *Porta da Alta Montanha catalã*. Séc. X-XIII. Porta de madeira, cujos batentes são reforçados e ornamentados com barras de ferro torcidas em voluta, ligadas entre si por aneis e fixadas nos batentes por meio de pregos de cabeça redonda. Trabalho peculiar ao Roussillon e à Catalunha.

(Luís Labarta, *Hierros Artisticos*, I, lâm. 1).

2 — *Porta de San Juan de las Abadesas*. Séc. XII. Arte catalã.

(Op. cit. I, lâm. 2).

3 — *Pequena grade* (reja) *existente no Cau Ferrat*. Construída com fragmentos de outra, maior. De sólida e elegante, embora severa, estrutura. Influenciada talvez pela arte árabe contemporânea. Séc. XI ou XII. Arte catalã.

(Op. cit., I, lâm. 3).

4 — *Grade* (verja), que fecha uma das capelas da igreja colegial de Santa Ana, em Barcelona. É obra delicada, de estilo românico, podendo, pelo caracter, atribuir-se ao séc. XIII, embora, pela técnica, pareça datar do século XVI, mas inspirada noutra, francesa, daquele século, da qual Viollet-le-Duc reproduz um fragmento no seu *Dictionnaire raisonné de l' Architecture française du XI.e au XVI e siècle.*

(Op. cit. I, lâm. 95).

5 — *Grade da Abadia de Cluny*, atribuída ao século XII. Vaga semelhança com a nossa.

6 — *Rêde das janelas da abside da antiga catedral*

de Béziers. (Era destinada a proteger os vitrais). Séc. XIII.

(Viollet-le-Duc, *Dict.* tôm. VI, págs. 53).

7 — *Grade da catedral de Puy-en-Vélay.* Atribuída por Viollet-le-Duc ao comêço do século XII.

(Op. e tôm. cit., VI. pág. 56).

8 — *Porta da abadia de Marsebols.* (Pireneus Orientais). Séc. X a XII. Analogia com as citadas sob os n.ºs 1 e 2.

(*Hierros Artisticos*, II, lâm. 1).

9 — *Grade de janela da igreja de N. Senhora «del Mercado»* (León). Séc. XIII (fins).

(Artur Byne e Mildred Stapley, *Spanish Ironwork*, fig. 4.)

Lisboa, Setembro de 1931.

D. José Pessanha.

O ÔLHO DA PROVIDÊNCIA

AQUÊLES calamitosos tempos do reinado do Sr. D. Miguel I deviam trazer a sociedade portuguesa num susto constante por causa das denúncias e devasssas organizadas contra os pedreiros-livres e contra os liberais.

Os processos políticos dêsse reinado são inúmeros e, para os resolver, foi criada uma *Comissão para julgar os crimes cometidos contra a a Real Pessoa de El-Rey Nosso Senhor e contra a Segurança do Estado.*

Essa comissão compunha-se de 10 desembargadores da Casa da Suplicação, sendo um dêles presidente e relator de todos os processos. Os outros eram adjuntos e votavam conforme a sua antiguidade, seguindo a ordem da nomeação para os impedimentos e desempates.

Muitos processos foram julgados contra as partes incriminadas, mandando-as para a prisão do Castelo de S. Jorge, para a Tôrre de S. Julião-da-Barra, para o exílio em terras da província ou para o destêrro das Pe-

dras de Angoche, conforme a culpa testemunhada e provada.

Escusado é dizer, que muitas vezes tôda aquela horda de esbirros e beleguins, para merecer os louvores dos chefes, carregava de côres negras as participações e as testemunhas juradas à fé do Evangelho não duvidavam assegurar as culpas de cada um baseando-as no seu rancor político ou no seu ódio pessoal.

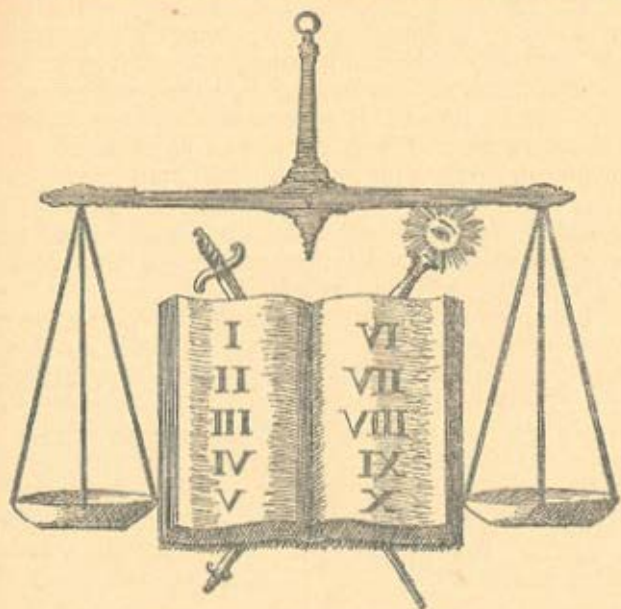
Entre tantos processos arquivados nos *Feitos Findos* escolhemos um que pode mostrar bem, por si só, a inanidade da maior parte das acusações.

O réu é José Claro, pintor, natural de França, filho de Bernardo Claro e de Catarina Bovier. Idade, 58 anos. Remetido de Leiria à ordem da Intendência Geral da Polícia. A acusação promovida pelo Dr. Francisco Arrais de Vilhena, corregedor da comarca de Leiria, é tremenda: mação, constitucional exaltado, hereje insultuoso e desafecto ao govêrno de D. Miguel.

A comissão marca-lhe o praso de 5 dias para apresentar a sua defeza. O réu é pobre e, como não podia constituir advogado, ela designa-lhe o da Casa da Suplicação, Dr. Francisco Jorge Pinto.

Êste Dr. Pinto sabia de leis, porque em 5 fôlhas de papel desenvolveu uma eloquência tão persuasiva, que devia ter impressionado o douto Tribunal. Naturalmente, tinha ordenado certo, e o seu único ofício era ser advogado nomeado para todos os reus que fôssem pobres. E longe de ter, como aquêle advogado de Lisboa já falecido, que tinha para todos os reus o mesmo *nariz de cêra*, Francisco Pinto, em muitos processos, citava o Genuense, o Lobão, o Pêgas, as *Ordenações* e alegava tão profusamente, que parecia um advogado moderno a quem o cliente rico tivesse com generosidade untado as molas da dialectica.

"Senhores Juizes! Qual foi o crime de José Claro? Dizem as testemunhas que o réu era suspeito de pedreiro-

-livre e desafecto à Realeza e que, sendo encarregado do arranjo e pintura para a illuminação pelo regresso do Senhor D. Miguel I a estes Reinos, fizera hum quadro no qual havia um olho pintado que lhe foi mandado borrar por ser *Emblema Maçonico (sic)* o que elle não fez e tapou com hum bocado de papel ou pano, e que

DESENHO Á PENA QUE ACOMPANHA O PROCESSO

se retirava de Leiria na ocasião em que ali forão as tropas.

"O reu confessa-se Catholico Romano, francez de nação, casado com mulher portugueza. Nunca foi ocioso nunca entrou em sociedades secretas, tratando somente, da sua arte, de que dão fé as Egrejas do districto de Leiria. Os parocos de Marinha Grande e de Leiria, dizem

que elle é um catholico praticante, com bom comportamento moral e civil.

"Ora hé certo que os Maçōes não se confessão e que tem havido alguns que á hora da morte tem abjurado a seita e se confessão...

"Quanto ao olho pintado no quadro que a ignorancia disse ser Emblema Maçonico, só estupidos podiam tal dizer. Entre-se na maior parte dos templos e egrejas, e ahi se verá quadros e paineis dedicados ao Divino nos quais se acha hum olho, Emblema da Devindade que tudo vê e tudo alcança. Repare-se nos mesmos sceptros dos Imperadores e Reis; e achar-se-ha na ponta Superior hum olho da Magestade que tudo vê e tudo deve alcançar.

"Nas portas da maior parte dos Sacrarios se vê na escultura hum olho da Providencia, e na Figura do Espirito Santo se pinta o mesmo olho.

"Hum pintor he hum Poeta mudo. O Poeta pode fazer hum grande elogio escrevendo, e hum pintor não pode fazer mais que mostral'o revestido daquelles atributos mais geraes, e outorgados pelos sabios. Quando o Pintor quer representar a Santissima Trindade abreviada na figura de um triangolo cercado de resplandores da Gloria, mais significativo se representa no meio deste Triangolo hum olho, para mostrar que nada se faz nem se pode esconder á sua divina sabedoria. Hum sceptro coroado com hum simbolo destes he hum ponto de exaltação para o monarcha que o impunha, (*sic*) e tal he a grande memoria do Senhor Rei D. José colocada na Praça do Commercio desta capital.

"O quadro pintado por José Claro é allegorico: huma balança, hum livro aberto com os 10 numeros do decalogo das Taboas da lei e pelo inverso delas, huma Espada e hum sceptro com hum resplandor de gloria, e no meio hum olho. E será isto Simbolo ou ***Emblema Maçonico?*** E como a lei 25 ***de Probat.*** manda que as provas

sejão tão claras como a luz do dia he melhor absolver hum culpado do que punir hum innocente — Livro 5.º *de Poenis.*»

Ficou pois evidente a inocência do réu e assim o resolveram os dez desembargadores da Casa da Suplicação.

JOÃO JARDIM DE VILHENA

A FAZER TEJOLO...

EXPLICAÇÃO LÒGICO-HUMORÍSTICA DESTA EXPRESSÃO POPULAR

—Então Fulano morreu ?
—Coitado! Lá está a fazer tejolo. . .

Ão julgue o leitor que pretendo fazer alarde de erudição e que apresento uma tese dogmática com rigidez austera e indiscutível à maneira antipática do *magister dixit*.

A erudição é uma doença que ataca de preferência pessoas de cenho carregado, calva luzidia e óculos rebrilhantes; e eu, a-pezar-da minha calva e dos meus óculos, não tenho o cenho carregado, antes, ao contrário, ostento um ar sorridente e tenho optima predisposição para a *blague*. E nem podia deixar de ser assim, visto que a minha profissão é ser humorista, má-língua de café ou, se assim quiserem . . . pateta-alegre.

A hipótese que apresento, sem ter uma importância capital para estudo da psicologia popular lisboeta é, no

entanto, a prova da bonhomia do nosso povo e a confirmação de que a *piada-do-sol* é um dos atributos do alfacinha.

Esta minha hipótese não levantará discussões da envergadura da conhecida Questão dos Paineis, a que um bom humorista chamou a *Paineleida*. Não levantará discussão nenhuma e ainda bem; pois que, mau grado dizer-se que da discussão nasce a luz, eu prefiro iluminar o meu quarto pelos meios brandos, sem canceiras, sem esbracejar.... apenas com o modestíssimo gesto de dar a volta ao interruptor.

Mas, basta de «palha» e vamos ao trabalho.

*

Os moiros, que habitavam Lisboa antes do terramoto de 1755, viviam confinados na *moiraria*, que se estendia pelas encostas do Castelo de San-Jorge, Monte de San-Gens, até ao limite do oiteiro do Alperche, onde hoje, a-par do santuário da Senhora da Penha-de-França, se ergue aquêle tremendo depósito para água, que parece uma sucursal do gazómetro do Bom-Sucesso.

Tinham os moiros, além de suas hortas de regadio escalonadas pelas ondulações do terreno, um cemitério privativo — o «almocavar» — cuja posição devia ser nos barreiros que formavam o sopé da colina e hoje são ocupados pelas ruas de Heliodoro Salgado, Damasceno Monteiro, Maria da Fonte e outras que, para além da rua do Bemformoso (1), se prolongam até ao largo das Olarias.

Se já hoje ali não há tais barreiros, atestam a sua existência, não só os nomes de ruas (Olarias, travessa do Forno, etc), mas, e principalmente, a fábrica da Viuva Lamego, ao largo do Intendente. Não seria lógico que

---

(1) Corruptela do primitivo nome de *Boi-formoso*.

se fizessem olarias num local onde não houvesse barro.

Até aqui estivemos no campo das verdades positivas; passemos agora para o das hipóteses.

Na azáfama da reconstrução da cidade, arrasada pelo terramoto, os tais barreiros foram explorados fundo e, naturalmente, sem nenhuma consideração para com os soterrados habitantes do «almocavar» moirisco.

Não seria de admirar que, naquela lufa-lufa de desterroar o barro, lá fôsse de mistura um ou outro osso de moiro reduzir-se a pó nas moengas dos empreiteiros.

Um osso não tinha importância; o que era preciso era barro para fabrico de tejoleiros, tejolos e telhas e assim todos os esqueletos passavam pelas mós de conjunto com a argila calcinada. Que importância tinha o facto, se os moiros eram infieis! Quando troasse a trombeta do Juizo Final, nem Deus se lembraria dêles, nem essas ossadas fariam míngoa ao estupendo conjunto da Grande Apoteóse do fim do mundo.

Tanto esqueleto que foi fazer tejolo! Tanto moiro que, *depois de morto*, foi fazer tejolo!..............

....

Daí a fraze bem lisbôeta: "está a fazer tejolo», como sinónimo de "morreu."

*

Repito que isto é uma simples hipótese e não uma afirmação dogmática.

Tem certa lógica, pelo menos; tem mesmo tanta lógica, que o Dr. Teófilo Braga, a quem falei do caso, me disse com o seu sorriso infantil: "Se calhar, o meu amiguinho tem razão"....

O Dr. Teófilo Braga! A propósito, lembra-me outro assunto, que igualmente lhe expus, mas ...o melhor é deixar-mo-lo em paz, tanto mais que êle há muito tempo já que também *está a fazer tejolo*...

TOMAZ DE ALMEIDA.

POEIRA DOS TEMPOS

XXIII — MASCARADAS ALUSIVAS

Estiveram ante hontem muito concorridos todos os bailes de mascaras. Em D. Maria e no Salão da Trindade appareceu a mascarada allusiva ao ministerio transacto. Figuravam menos mal caracterisados os srs. Casal Ribeiro, Fontes, Praia Grande, Martens Ferrão e Rodrigues Sampaio. Estes iam todos de casaca, menos o sr. Casal Ribeiro que vestia á hespanhola, tocava castanholas e explicava o tratado de comercio com a França por ser grande a nossa fabricação de tamancos. O sr. Fontes levava á cabeça o acampamento de Tancos e na mão um cavaquinho. Bradava que salvára a patria. O sr. da Praia grande com a commenda do elephante de Sião e á cabeça a casa de graça e quadras allusivas aos pannos da casa gratuitos. O sr. Martens Ferrão destinguia-se por uma enorme cabeça de asno e em cima uma touca branca. Sampaio ia de grande barriga, bolotas ao peito e á cabeça uma casa e um spectro.

Appareceu tambem outra mascarada allusiva ao sr.

Alves Chaves e Marques Leal quando estes senhores se propozeram ultimamente a vereadores da camara municipal. Destribuiam versos e listas, n'uma das quaes estavam desenhados uns barris de manteiga e na outra duas chaves.

....

O Diario Popular, de Lisboa, 3.ª feira, 25 de Fevereiro de 1868.

XXIV — O PORTO EM 1838.

A Cidade do Porto, depois do seu memoravel cerco de onze mezes, se apresenta aos olhos d'um viajante mui diversa do que era ha oito annos. Muitos novos edificios aformosêão suas ruas; estas, fallando em geral, estão melhor calçadas; algumas d'ellas, d'antes estreitas e tortuosas como as do Cairo ou Argel, tem adquirido maior largura; outras que parecião barrancos abertos pelas aguas, achão-se niveladas: e varias obras de utilidade publica começadas, é de esperar que em breve cheguem ao seu termo. . . Um lindo jardim publico, ainda que de pequenas dimensões, adorna a parte do nascente da cidade, e serve de passeio aos seus habitantes.[1] Talvez chegue o tempo em que a extremidade opposta possua outro; e n'esse caso, abrangendo a vista um horisonte mais dilatado, possa ver desde o mesmo passeio a entrada e a saida dos navios pela foz do Douro.

Conta a cidade do Porto uma biblioteca que d'antes não possuia; e dous Museus, um publico, e outro particular; tem alem disso duas Cazas d' Assemblea; ultimamente tem-se introduzido os Omnibus...; trata-se de fazer uma ponte suspensa sobre o rio Douro, [2]

(1) O jardim de S. Lázaro.
(2) A futura ponte pênsil, que precedeu a actual de D. Luís.

cujas aguas sulcão periodicamente dous barcos de vapor entre este porto e a capital do reino; e finalmente o espirito emprendedor vai cada dia introduzindo alguma cousa nova á imitação do que se vê em outras cidades da Europa. . . . .

. . . . Paris tem o seu *Tivoli*; Madrid tambem o tem; e o Porto, aonde os divertimentos publicos não abundão, oferece n'um local bem escolhido, o meio de passar, agradavelmente e por pouco dinheiro, toda uma tarde. O Empresario tem dado a este sitio o nome de Tívoli.

O Museu Portuense, Jornal de Historia, Artes, Sciencias Industriaes e Bellas Letras. . . . Porto, 1838, pág. 142-143.

XXV — O LATIM DE BOCAGE

Pessoas com quem tratámos por largo tempo intimamente, e que, quasi todas, já de entre nós desappareceram, frequentes vezes nos repetiram: — «que lhes era da maior admiração o como Bocage, de mocidade tão estragada, achava tempo que lhe proporcionasse entranhar-se tanto ao fundo no conhecimento das linguas latina, franceza, e italiana, e com especialidade da latina, que, de menos facil accesso, era porventura a que Bocage possuia cabalmente.» Este testemunho, em que nos estribamos, é de pessoas a quem Bocage deveu não só amisade singular, mas tambem favôr constante, e de sobre modo valioso; faz-nos por tanto força irresistivel.

Correio Portuguez, de 29 de Dezembro de 1841.

XXVI — PENDÃO E CALDEIRA INSÍGNIAS DE NOBREZA

O pendão e a caldeira eram as insignias e distinctivos dos ricos-homens desde o tempo dos godos até o

seculo XV, em que de todo se extinguiu este titulo da antiga nobreza, substituido por outros, que actualmente venerâmos. Pelo pendão se mostrava o poder e auctoridade de alistarem os seus vassallos, para a guerra; pela caldeira, que no mesmo pendão ou estandartes estava pintada, queriam dizer que tinham muitos bens, munições de bôca e dinheiros para lhes pagar e os manter. E d'aqui a phrase *guisar caldeira* por dar mantimento aos soldados. Em as historias de Hespanha e Portugal lemos, que os reis instituiam os ricos-homens dando-lhes o *pendão* e a *caldeira*; o que parece denota não pintura, mas realidade d'esta mysteriosa e honrada insignia. Na celebre igreja, e antiquissima de Santa Maria de Saboroso, que hoje se acha na freguezia de Barcos, para onde o titulo se mudou já nos fins do seculo XIII, se encontram notaveis campas com insignias militares; e algumas nos mostram caldeiras penduradas, e suspensas de lanças, que nas ditas campas se acham esculpidas.

Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, cit. in *O Panorama*, vol. IV, Lisboa, 1855.

CRESCENTINI FALSIFICADOR

O sopranista notável, rival da Catalani, que pelos começos do século XIX deslumbrou Lisboa, foi também—diga-se aqui muito à puridade—um sofrível falsificador. Mas, como tinha bons padrinhos, entre os quais o Principal Sousa, saiu-se, ainda assim, mal ferido da empreza. Tenho diante de mim algumas peças do processo, que elucidam à saciedade o caso.

O Dr. Joaquim José de Sousa Baiana tomara de arrendamento S. Carlos desde a Páscoa de 1801 à quaresma de 1802 e lembrara-se de convidar o Crescentini, pelo que fizeram a leonina escritura de 3 de Março de 1801, na qual o castrado, com suas femininas manhas, ficava com a parte de leão.

O bacharel, que ganhara alguns mil cruzados em demandas e tricas forenses, não percebia nada de teatro, e, por isso, associando o Crescentini, que já pre-

tendera ser emprezário de 1799 a 1800, julgava fazer um bom negócio, dado o prestígio do cantor, o elenco da companhia, o maestro e o scenógrafo.

O cartaz era tentador: *Rosa Fiorini*, prima-dona absoluta, *Agata Bevilaqua*, segunda dama séria e bufa, *Miguel Schira*, primeiro tenor sério, *Paulo Boscoli*, primeiro bufo, todos contratados a um conto por tôda a época.

A *Alexandrina Hutin* e a *Josefa Radaelli Pontigi Schira* ficaram a ganhar respectivamente 2.560$000 e 1.600$000 reis; o *Caetano Nery*, 1.120$000 reis, e a bailarina francesa *Mourois* dois contos; o guarda-roupa *André Gera*, 1.600$000 reis. Os restantes recebiam todos menos de um conto.

Vicente Mazzoneschi, arquitecto e pintor, 400$000 reis, com a obrigação de fazer um mínimo de 12 scenas novas a 80$000 rs. cada; *Marcos Portugal*, compositor e director da orquestra, 739$200 rs. ou sejam 14 moedas por mês; o primeiro violino *João Liberali*, 475$000 reis; o compositor de bailes *Domingos Rossi*, 800$000 rs; a segunda dama, *Maria Ana Savio*, 400$000 reis; o bailarino *Ciafanelli*, 369$000 reis; o *Carlos Nechli*, também bailarino e que mais tarde foi compositor de baile, 384$000 rs, etc. Eram ao todo 58 figuras.

Quero aqui arquivar o nome dos artistas portugueses, nomes quase todos obscuros e modestos.

Entre as mulheres, figurantes e bailarinas: *Joaquina Rosa Pereira*, plausivelmente mulher do *Pedrinho*, que foi auctor, actor, bailarino e rasteiro cortesão de Pombal, 158$000 reis; *Josefa Pia*, o mesmo.

Dos homens: *Mariano Tôrres*, bailarino e figurante 158$40 rs; *João Pedro de Barros*, *José Maria da Conceição*, *Domingos Xavier Silos da Silva*, *Inácio António de Oliveira Lemos*, *António do Nascimento* e *José Carlos Ferreira da Gama*, mais tarde actor e avô do falecido actor Joaquim Carlos da Gama, todos coristas-

-tenores, respectivamente 88$000, 76$800, 153$600, 76$800, 134$400 e 76$800 reis; *Bartolomeu José Gomes de Carvalho Junior, José António Gentil, Isidoro João da Madre de Deus, António José Pereira*, coristas-baixos, respectivamente 115$400, 153$600, 124$800 e 153$600 reis.

Ora convém agora registar as cláusulas da escritura de sociedade e contrato com o Crescentini:

O castrado cantará apenas cinco peças sérias ou semi-sérias, escolhidas por êle, podendo ainda mudar as árias das partes principais, não sendo além disso obrigado a cantar mais de três vezes por semana. Receberá adiantadamente e por mês as quantias correspondentes aos 6.400$000 reis anuais, cobrando além disso mais 120$000 reis para aluguer de casa. Terá um benefício livre de tôdas as despesas, com peça e dia à sua escolha, que será sempre o de anos de pessoas reais. No caso de 30 dias antes de terminar a empreza, dado que se reconheça que esta não terá lucros, terá ainda o direito a novo benefício «e isto em contemplação a ser êle, Crescentini, sócio da mesma empreza!»

Na ausência do Baiana no Pôrto, o Crescentini, que achava pequena esta conezia, começou de fazer mais contratos com comprimárias e figurantes e até a fazê-los em condições diversas com algumas das figuras, falsificando as assinaturas do Baiana.

É claro que a empreza poucos depois falia, como não podia deixar de ser. Pouco antes disso o bacharel, vendo a iminência do risco quis trespassá-la com a perda de mais de 70.000 cruzados, ao libretista e poeta Luis Caravita que dava bons fiadores. Mas o Crescentini teceu a rede torva das suas artimanhas, de modo a ficar êle emprezário, explorando assim os contratados, que, na contigência de ver os seus ordenados muito cerceados, cederiam, à míngua

de nada receber. E conseguiu-o.

Porque a um requerimento feito em nome de todos ao juiz do crime, Francisco Xavier Campos de Carvalho, em Junho de 1801, no qual se negavam a colaborar com Crescentini, aquêle indeferiu nos seguintes termos: «Vão representar as primeiras trez recitas debaixo da certeza de se lhe pagarem pelo ajuste que tinham feito com o emprezario Baiana, e requeirão para ao diante se lhe deferir, *e isto debaixo da pena de prisão*».

É claro que êles, atemorizados pelo receio da prisão, sem dinheiro e longe das suas terras, cederam na maior parte e Crescentini triunfou. O Baiana abandonou a queixa. Nos papeis de Pina Manique, um século depois, foi encontrado o processo e entre as suas fôlhas uma carta do Principal Sousa, pedindo em nome de D. Rodrigo de Sousa Coutinho a protecção para a nova sociedade de Crescentini: «O mano Rodrigo me encarregou de escrever a V. S.ª p.ª lhe pedir com o maior interesse q. queira tomar debaixo da sua protecção a nova sociedade q. fez Jeronimo Crescentini...»

JORGE DE FARIA.

A VÉSTIA DO SARGENTO-MOR

governador do Maranhão no ano de 1762, Joaquim de Melo e Póvoas, recebeu do seu sargento-mor a seguinte petição:

«Ill.mo Snr. Joaquim de Mello e Póvoas.

«Pede a V. S.ª o seu Sargento-Mór Valerio Baptista Baima lhe queira fazer a honrra de lhe mandar na cidade de Lisboa, fazer a sua farda, a qua ha-de servir de modello para o Regimento, pello seu Alfaiatte, e a medida he a mesma por onde se fazem os vestidos de V. S.ª, e preciza que V. S.ª escreva ao seu Procurador aquem mandarey asestir com dinheiro, e pello rol Incluso verá o que se ha-de comprar, e espera meresser a V. S.ª esta graça.

E. R. M.

«Vay a medida de comprimento, e de peitos, e Barriga.»

*

«Receyta para a farda do Sargento Mór Valerio Baptista Baima que se ha de fazer na cidade de Lisboa, na forma seguinte. Maranhaõ 3 de Agosto de 1762.

«Pano branco o que baste para a Cazaque, e se pede bem fino, e os de olanda me parese saõ os milhores, canhaõ de pano cramezim pequeno, e testado, forro para a ditta farda, tafettá cramezim que seja bem emcorpado, acaziada em thé a sentura, e de lam ingleza branca, abotuadura de metal dourada, e liza, e cazas de ambas as bandas.

«Pano cramezim para a vestia, e calsão, aditta vestia asertuada, cazas de ambas as bandas, emthé a sentura, de lam cramezim, e galoins para agoloalla de Sargento-Mór, o qual ha-de ser de ouro, e se na vestia for preciso levar trosal de ouro para a caziar sendo costume nos mais regimentos em essa cidade o faraõ, o forro della tafetta branco.

«Mais hum calsão de meya cramezim de seda, e se quer de alsapão.

«A farda, e a cazaque na golla ha de ter huma pastana da largura de hum dedo com sua caza de huma banda, e da outra hum botão de vestia.

«Tudo o que asima se pede he o milhor, e quem hade dar o dinheiro para esta emcomenda e que for precizo, hade ser Roque Francisco Vieyra Homem de Negocio o qual mora na travessa que está defronte da Ermida asima da Igreja dos Paulistas[1] nas cazas verdes de tres andares e faço este avizo no cauzo que haja algum descuido para se procurar».

---

(1) É a actual travessa da Era.

A ordem do governador do Maranhão foi dirigida a António dos Santos Pinto, que era um dos maiores banqueiros do tempo do Marquês de Pombal.

Director da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, possuïdor de muitos navios que faziam o tráfego Portugal-Brasil, patrão de uma casa de comissões e consignações, correspondente de muitos bancos estrangeiros o seu arquivo era de uma multiplicidade de assuntos que causam admiração[1]. Era sócio de um outro banqueiro dêsse tempo, Feliciano Velho Oldemberg (privado do Marquês), que obtivera o monopólio do comércio para os portos da Ásia e outros monopólios de que o reinado de D. José foi liberal e produtivo.

Afinal, como muitas vezes acontece, *o mar nem sempre dá peixe*, as tempestades e outros motivos ignorados hoje, levaram Santos Pinto, Oldemberg e outros mais à falência e, se Inácio da Costa Quintela, astro financeiro dêsse tempo, fêz alguma fortuna, foi porque administrava os dinheiros alheios e isso dá sempre lucros, ainda mesmo que se seja honesto, como êle o era e assim está provado por uma provisão de El-Rei D. José, publicada algures por nós a propósito da administração da Casa de Alorna.

João Jardim de Vilhena.

---

(1) Arquivam-se nos *Feitos Findos* muitos papeis da sua casa comercial.

EPISTOLÁRIO

III

A FUGA DE D. JOÃO 6.º PARA O BRASIL

Concertara-se aquela diplomática *falperra* que gira na História com o nome pomposo de *Tratado de Fontainebleau* e, passados vinte e tantos dias, já o exército da Gironda, com Junot à frente, calcurriava os fraguedos da Beira em ansiada demanda do vale do Tejo.

Fácil de adivinhar se torna o desassossêgo com que o nada mavórtico «príncipe regente», baldados todos os esforços de conciliação e perdida tôda a esperança nas habilidades políticas de António de Araújo, recebia notícias do avanço constante das tropas napoleónicas. O ilustre diplomata, que já em idênticos lances tentara salvar com inteligência e brilho as inepcias dos govêrnos de Sua Alteza, tinha desta feita criado o dever de aconselhar a D João «que fugisse», coisa que não ia contundir em demasia com os brios do excelso regente.

O lance, que à primeira vista se afigurava uma cobardia, era ainda assim mesmo a maneira mais hábil de sair da situação embaraçosa em que a política europeia tinha colocado o país.

Convencido de que não havia tempo a perder na resolução *heroica*, pitadeando o seu simonte, D. João epistolava a António de Araújo, poucos dias antes da partida, nos termos que damos à

publicidade e em que as regras ortográficas se ressentem bastante do justificado nervosismo com que o lábio prognata do príncipe ditava atabalhoadamente as palavras passadas ao papel! Nem o caso era para menos!

Arquive-se mais êste documento, onde marca em letra redonda a sua grafofobia o «príncipe regente» que dias depois, *si vera est fama*, era transportado do cais de Belém, ao colo dum cabo de polícia, para o galeão que o devia levar a bordo da nau *Príncipe Real*, pronta a zarpar com rumo do Brasil. . .

Vila do Conde.

ARTUR DE ARAÚJO

*

Araujo como me diz q. não ha cousa de novo, parto como lhe participei; quanto a proposta de quem deve ir a Junot me parece muito bem quanto antes deve ir e me parece preferivel Barreto a Brancamp pelo conhecimento q. o d.º Junot tem delle, e igualmente o poder sahir sem dar suspeita; quanto as instruções ontem Araujo me propoz o q. lhe lembrava q. me pareceu m.to bem quanto o q. me diz do que lhe devo dizer quando me falar quero q. me diga o q. julga que lhe diga.

Paço de Ajuda em
14 de Novembro de 1807

J. C.(1)

IV

ACHEGAS GENEALÓGICAS

José Freire de Monterroio Mascarenhas, o signatário desta carta, é um dos mais operosos plumitivos de entre os seus colegas setecentistas.

Filho de Manuel A'lvares Freire de Mascarenhas e de D. Úrsu-

---

(1) Estas iniciais (João e Carlota?) veem no original assinadas em monograma.

la Maria de Monterroio, nascido em Lisboa a 22 de Março de 1670, passou a sua mocidade percorrendo as primeiras nações da Europa e recolhendo assim, não só a cultura geral que dá a sciência de viajar — e digo «sciência» porque nem tôda a gente sabe escolher itinerários nem fixar na retina e no espírito as impressões do que vê e do que ouve, relacionando factos com factos e tirando deles conclusões — não só a cultura geral, dizia, mas a que dá a frequência de bibliotecas e de sábios, de homens de Estado e diplomatas. E com êstes, designadamente, muito aprendeu Monterroio nos dez anos que circulou entre estranhas gentes. Veio a guerra da sucessão de Espanha, o futuro escritor alista-se nas bandeiras que apadrinhavam a causa do arquiduque de Áustria e alcança a patente de capitão de cavalos.

Reentrando em Portugal, rico de conhecimentos e senhor de quatro ou cinco idiomas que falava adestradamente, é-lhe cometida a direcção do jornal oficial da época, a *Gazeta de Lisboa*. Era a continuação dos velhos *Mercurios* e *Gazetas* do século XVII, há muitos anos esquecidos, paralizados. Êstes, porem, tratavam exclusivamente dos sucessos da guerra da Restauração, emquanto a nova publicação, que a princípio (10 de Agôsto de 1715) saia com o título de *Historia annual chronologica e politica do Mundo*, mudando logo depois para *Gazeta de Lisboa*, tinha o caracter de variedade das suas congéneres estrangeiras.

Por espaço de quarenta e cinco anos, José Freire Monterroio redactoriou a *Gazeta*, que suspendeu por alguns anos, logo após o seu falecimento. Foi durante êste longo lapso de tempo, que êle escreveu os 24 fólios que titulou *Genealogias das Familias de Portugal*, infelizmente ainda em manuscrito, e essa formidável série de brochuras que o incorporam entre os maiores polígrafos do século XVIII. Inocêncio recenseia 128, mas eu reputo êste número ainda àquem do verdadeiro. Os escritos de Monterroio abarcam vários ramos — literatura, geografia, história política e religiosa, linhagística, diplomacia, relações numerosas de sucessos temporâneos e até um diário, ainda inédito e, porventura, perdido, do que, durante seis anos, viu e transitou na campanha da Sucessão.

A colecção mais completa dos trabalhos dêste escritor parece ter sido a do erudito Figanière.

A carta que segue é dirigida ao terceiro primo do auctor, Pedro Lopes de Azevedo Pinheiro Pereira de Sá, a quem trata por sobrinho, ao uso da época. Êste indivíduo de tão fidalgos apelidos era 24.º senhor da honra de Azevedo, onde tinha casa solarenga, e filiava-se em Leonardo Lopes de Azevedo, neto de D. Francisco Monteiro de Monterroio, fidalgo da Casa Real, professo da Ordem de Cristo e conselheiro da Fazenda — tio materno do escritor.

E' inútil encarecer a carta. Aí se bacharelam assuntos de genealogia que interessavam de perto a família Azevedo e nos asseguram o cabedal de erudição e profunda notícia que das famílias nobres portuguesas tinha J. F. de Monterroio.

O general Pereira da Silva, a quem se refere a carta, assim como o Bispo do Algarve D. António Pereira da Silva, são antigos membros da família do falecido conde de Bertiandos. Quanto a D. Arnaldo, trata-se do façanhoso cavaleiro medieval D. Arnaldo de Baião, cognominado o «Adão da nobreza peninsular», de tão estendida e bracejada prole, que, escreve o nosso José Freire, «apenas haverá família nobre no reino a quem não pertença o seu sangue». O actual sr. conde de Azevedo, à boa amisade do qual devo a notícia dêste documento epistolar, possue no seu copioso arquivo um manuscrito autógrafo de Monterroio, onde êste declara ser D. Arnaldo oriundo de Itália, filho de Guido, o *Môço*, duque de Espoleto e conde de Toscana.

A casa 3.ª de Azevedo é a descendente da casa solar e couto ou honra de Azevedo, situada em S. João da Pesqueira.

Chamo a atenção do leitor para o final da carta, (tôda ela escrita no legítimo português do tempo antigo e num tom de cativante afabilidade,) onde o autor se refere, sem quebra de verdade, à bastardia de Francisco de Azevedo, confidenciando que guardou segredo quando o frade crúzio D. Fr. João de St.ª Maria andava inquirindo da prosápia do destinatário da carta por linha de Azevedos do Minho.

*

O documento a seguir pertence, como já escrevi, ao riquíssimo arquivo que o actual conde Azevedo, 2.º do título e 31.º senhor da casa, conserva preciosamente com fino critério e invulgar cultura. Como os seus antepassados, S. Ex.ª é tambem um extremado genealogista, e um apaixonado da gloriosa história de Portugal.

Sôbre os manuscritos que possue de Monterroio Mascarenhas, consulte-se a *Revista de «Ex-libris»*, vol. I, págs. 35, e ainda a *Bibliographia Nobiliarchica Portugueza* do sr. dr. Eduardo de Castro Campos e Azevedo Soares, tomo II, págs. 108 e seguintes, sob o n.º DXCIV.

C. M.

Sr. Pedro Lopes de Azevedo

Meu sobrinho Comp.º Am.º e S.r — Com grande gosto recebi a de V. S.ª de 18 de Abril por q. nam ha p.ª

mim festa mais alegre q. ter a honra de me ver conservado na sua memoria; e se eu nam procuro conservala com a diligencia das minhas cartas nam he so pela razam das minhas occupações; mas pela atençam de nam tomarlhe o tempo inutilmente. Estimo q. V. S.ª logre saude perfeita, e nam so lhe desejo Pascoas alegres, e felices, mas toda a sorte de prosperidades. Este desejo he produçam daquelle afecto que dediquei a meu Primo o S.r Leonardo Lopes de Azevedo, e a toda a sua Caza como neto de meu Tio o S.r Francisco Monteiro de Monterroyo; e ainda q. este parentesco seja ja remoto eu faço delle hu grande apreço pelo amor q. tive a minha Mai sem embargo de ter por parte de meu Pae m.tos parentes illustres, e titulares nesta Corte, por meu Avom paterno o S.r D. Nuno Mascarenhas.

Aqui temos hu Parente por Monterroyos q. tem comigo grande trato he Fidalgo da Caza Real Cavalr.º da Ordem de Xpo, e S.r de sete ou oyto Morgados com mais de doze mil crusados de renda, e tratamento nobre, Coche, e paquebote. Este se acha sem f.ºs nem parentes chegados e se chama Fran.co de Novais de Quesada de Faria Cerveira e Monterr.º, e tem hu Morgado instituido por Monteiros Monterroyos. Como sabe que V. S.ª participa do sangue destas familias me preguntou por onde podia escreverlhe de modo q. a Carta lhe chegasse a mam por q. desejava instruirse no antigo destas familias para ver aquem havia de nomear por sucessor delle no seu testamento. Eu lhe apontei Azevedo por via de Barcellos. Nam sei se ja fez esta diligencia por q. se acha presentemente fora da Corte em hu dos seus Morgados.

A duvida q. V. S.ª tem sobre a ascendencia do Gen.al Fran.co Per.ª da Silva se derivar do S.r D. Arnaldo he facil de vencer vendo o Nobiliario do Conde D. Pedro de Barcelos, e as notas de Joam Bautista Lavanha, onde se ve q. o dito S.r teve filho a D. Guido Arnaldes que foi Pae de D. Soeiro Guedes, e este teve a Dom Nuno

Soares o velho q. foi Pae como diz o Livro antigo das Linhages de Joam Nunes q. herdou de seu Pae o senhorio do Couto de Mangoeiro junto a villa nova da Cerveira, e por alli viver se chamou Joam Nunes de Cerveira, e deste procede por Linha de varaõ Fran.co Pereira da Silva, de cuja familia eu tenho hu grande Titulo (1) q. me deu seu Tio o Bispo do Algarve D. Antonio Per.a da Silva q. teve comigo boa amizade, e o mesmo se ve em m.tos Nobiliarios do Reyno. A Familia do S.r D. Arnaldo he tam extendida q. apenas havera familia nobre no Rn.o aquem nam pertença o seu sangue. Pela varonia o tinham ou tem ainda os Velhos, os Barretos, os Taveiras, os Bayoens, os Rezendes. V. S.a tem a singularidade de q. ninguem lha duvida, e estar vivendo no seu mesmo Solar sem ter o senhorio delle por merce Real. A Caza 3.a de Azevedo q. ha pouco se descobriu procede de Fran.co de Azevedo f.o do S.r Diogo de Azevedo mas Bastardo porq. elle e seu irmaõ Lopo q. casou na Ilha da Madeira se filharam ambos no anno de 1504 com 1625 réis de moradia, e nesta quebra da 3.a p.e da moradia do Pae se mostra a sua bastardia; porem eu nam quis descobrir este segredo ao P.e D. Joam de S. Maria q. tirou por Certidam o seu filham.to. Veja V. S.a se tem mais em q. o sirva, e disponha da minha vontade e da minha obediencia. D.s g.de a V. S.a m.tos an.s. Lx.a 5 de Mayo de 1753.

De V. S.a.

Tio, Comp.e m.to am.o e fiel ven.or e Criado

José Freire de Monterr.o Masc.as

(1) Ou tombo genealógico

Escrevi ao R.^{mo} D.^{os} de S. M.^{a} de Azevedo em direitura a Villar de Frades naõ tive resposta sua. Nam sei se a Carta devia ser mandada por outro caminho. V. S.^{a} me fara m.^{ce} de dizerme por onde se lhe costuma escrever de Lx.^{a}

O SENHOR DOS MILAGRES EM MACHICO

ONÇALVES Zarco, Tristão Vaz e seus companheiros, criados do senhor Infante D. Henrique, a maior parte nados no Algarve, ficaram verdadeiramente fascinados, quando naquela manhã dum dos primeiros dias do mês de Julho de 1419, presenciaram essa região, à vista tão verdejante, com seus montes, que lhes faziam lembrar as serras de Monchique; olharam para essa soberba baía, protegida por uma das melhores encostas que até então seus olhos haviam visto e, na linha mais profunda de seus vales, a caudalosa Ribeira, a escoar-se num pedregulhar constante.

Chamaram-lhe «Monchiquo» para, em pouco, passar a Machico, nome que chegou até nossos tempos.

Machico, com seus densos arvoredos, sua praia de banhos e suas esplêndidas águas medicinais, é hoje uma das mais aprazíveis estâncias balneares da Ma-

deira, para onde no verão abalam bastantes famílias, fugidas aos calores citadinos e talvez,—quem sabe! para fazer reviver essa lenda, do tempo dos nossos avós e contada aos serões, dos amores de Roberto Machim, (de quem derivavam o nome de Machico), que para ali veio viver, com o amor enorme da sua Ana de Arfet,

CAPELA PRIMITIVA DE MACHIM

ou Capela de Cristo, cópia duma tela do pintor inglês Andrew Picken. Construída em 1450 à custa da ordem de Cristo, é hoje a Capela dos Milagres.

com êle fugida da Escócia.

É em Machico onde se realiza o arraial mais popular de tôda a Ilha: o Senhor Bom Jesus dos Milagres, na sua actual capela à margem esquerda da Ribeira.

Esta capela, primitivamente, e pouco depois da descoberta, foi levantada no próprio local onde se celebrou a primeira missa em acção de graças e, segundo

um manuscrito antigo, «foi arrastada para o mar pelo dilúvio de 1803, pois nesse tempo passava-lhe pela porta a Ribeira que a levou, deixando-lhe o altar-mór e a parte trazeira».

Foi reconstruído em 1878, por subscrição pública e da iniciativa do vigário de então, P.e Fernando Augusto de Pontes.

Junto a esta primitiva capela existe a extinta Misericórdia de Machico, que tão relevantes serviços prestou à sua população, sendo então a invocação da capela a de S.ta Izabel, e esta milagrosa imagem do Senhor acha-se então colocada «no altar lateral à esquerda da capela primitiva, onde foram celebrados pela primeira vez os santos mistérios no dia da própria descoberta».

Segundo uma gravura hoje bastante rara, d'm quadro do pintor inglês Andrew Picken, vê-se que a capela «havia sido construída por 1450»; tendo sido totalmente «demolida em 1862 por fácil de alagar no inverno, isto é, a parte que ficou do dilúvio».

A cruz e imagem do Senhor dos Milagres, que haviam sido arrastadas pelas águas da terrível aluvião, foram três dias depois encontradas, nos mares dos Açores, por uma galera da América, sendo recolhidas a bordo pela sua tripulação, «não tendo, nem os escombros daquele edifício em ruínas nem a torrente impetuosa das águas causado o mais pequeno dano».

Esta imagem, depois de recolhida, foi transportada a esta Ilha por «seus tripulantes não poderem continuar sua viagem, devido à tormenta; porém quando voltaram rumo à Madeira, o mar ficou tão chão que parecia azeite, mas tão depressa voltavam de rumo se punha mau, por a Imagem querer voltar à sua capela», ficando na Sé Catedral do Funchal enquanto duraram as obras de reedificação da actual capela, que «foi benzida em 8 de Out.º de 1883 às 9 horas comparecendo

o Bispo Barreto[1] e 3 eclesiásticos. O Senhor dos Milagres regressou da Sé à sua capela, que acabara de ser reconstruída pouco tempo antes».

Imagem do Senhor dos Milagres como foi recebida pelo Navio Americano no Diluvio de 1803.

REGISTO POPULAR
Gravura em madeira

A festividade do Senhor dos Milagres, que se reali-

(1) O então bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto, um dos ornamentos do clero português e orador sagrado de merecimento, que ainda hoje é lembrado com saudade.

za nos dias 8 e 9 de Outubro de cada ano, é revestida de especial característica pela procissão comemorativa da aluvião, sendo a imagem transportada solenemente e à luz flamejante dos archotes, pouco depois das Avè-Marias, à igreja paroquial, para no dia seguinte, depois de imponentíssima festa, voltar novamente em triunfo à sua casa, donde só sairá no próximo ano.

Em seguida começa a debandada dos «romeiros» de todas as freguezias da Ilha, que lá acorreram com seus raminhos de manjericão e cravos atados com juncos e que, depois de tocados na imagem, servirão para queimar em ocasião de tempestade. Depois dum dia e uma noite de folguedo, voltam aos lares, tocando alegremente em suas gaitas de foles, seus machetes e rajões, de chapeus ornados com a imagem do Senhor e trovando ao desafio com as raparigas que os acompanham.

Funchal, 9 de Outubro de 1931.

FERNANDO DE AGUIAR.

CURIOSIDADES E INDICAÇÕES ÚTEIS E PRECIOSAS

EXTRAÍDA DE PROCESSOS DO «ARQUIVO DOS FEITOS FINDOS»

o dia 14 de Fevereiro de 1809 houve em Coimbra uma grande desordem entre estudantes e milicianos.

O vice-reitor da Universidade, Manuel Pais de Aragão Trigoso, informando o Govêrno, diz que a rixa começou por um estudante ter jogado uma laranja (era carnaval) a um soldado miliciano. Êste atirara uma pedra, ferindo um outro estudante. O primeiro, para vingar o seu companheiro, desceu à rua e agrediu o soldado. Foi prêso; e tudo serenaria, se Joaquim Marques, negociante e capitão de uma companhia de negociantes, não tivesse mandado tocar a rebate num tambor que tirou à guarda. Ao toque, juntaram-se os milicianos e muitos futricas, insultando os académicos que se achavam na Calçada, envolvendo-se todos em desordem.

Ficaram feridos alguns estudantes e um dêles mortalmente. Acudiram a apaziguar o tumulto o Marechal

Nuno Freire de Andrade, os oficiais maiores do corpo académico e os oficiais do regimento de milicianos.

Parecia tudo acabado. Mas os escolares reünidos no Largo do Museu, armaram-se com duas peças de artilharia, ainda que sem munições e dispunham-se a descer á Baixa para tirar uma desforra. Neste momento apareceu o Vice-Reitor, que, mandando-os «formar em circulo», os convenceu a desistir dos seus propósitos. Depois organizou «a academia em patrulhas e mandou-a rondar a cidade».

E à data desta informação, 1 de Março, a tranquilidade estava assegurada na cidade de Coimbra, sem prejuizo da devassa que o Vice-Reitor mandou instaurar.

O processo foi remetido ao chanceler da Casa da Suplicação para êle sentenciar, propondo o Vice-Reitor apenas o castigo do estudante que agredira o soldado e que o capitão Joaquim Marques, depois de dissolvida a companhia dos negociantes, (*) fôsse desterrado da cidade, «para evitar as consequências que a sua presença poderia causar».

*

O dezembargador e conservador da Universidade, Manuel Lopes de Figueiredo, participou em 22 de Dezembro de 1823 ao ministro da justiça Manuel Marinho Falcão de Castro que, de acôrdo com o reitor, havia mandado sair de Coimbra uma companhia italiana de cómicos e variada bicharia.

A razão do seu procedimento era fundada no facto de que em 1817 «andaram em Portugal e em Hespanha emissários de sociedades secretas trazendo por disfarce bichos com que organizavam divertimentos».

(*) À semelhança do que já fizera D. João 4.º, mandando dissolver a Companhia dos Advogados, Escrivães e Oficiais de Coimbra.

Aquêle conservador mandava, sempre que podia, as suas «contas» ao Ministro da Justiça, relatando tudo quanto se fazia em Coimbra e concluindo-as sempre com a declaração de que tudo estava em sossêgo, *sed latet anguis in herbis.*

*

Em Novembro de 1837, Jacques Orcel, alegando ser crèdor do Estado da quantia de 2:425:688 reis, proveniente de livros que mandou vir de Franca para a Biblioteca Pública de Lisboa, pediu para seu pagamento algumas obras teológicas dos Santos Padres, de que havia grande número de exemplares nas livrarias dos extintos conventos de Coimbra.

*

Domingos de Basto Viana e António dos Santos Pinto pediram licença e privilégio ao Marquês de Pombal para estabelecerem uma fábrica de pentes de marfim, dos vulgarmente chamados «de derrubar», tanto por não haver neste país quem trabalhe em semelhante manufactura, como por produzirem as Conquistas Portuguesas tão grande quantidade de dentes de elefante, que as fábricas estrangeiras não davam vasão a tanta matéria prima.

*

Em 1768 foi prêso Nicolau José, proprietário de um local de bebidas por baixo dos palanques da praça de touros do Campo de Sant'Ana porque, tendo êle interêsse em que se despejassem todos os outros locais, para que o seu fôsse mais freqüentado, «se vestia de fantasma e andava berrando por noite velha em tom de profecia».

A Relação condenou-o a que fôsse levado à mesma praça de touros, onde ouviria o pregão da sua sentença e dali à Calceta, onde serviria nas obras públicas por tempo de seis anos.

*

Em 1808, vivia Vicente Ferreira Nheco (ou Gnheco?), que era mestre fundidor do ouro e prata da Casa da Moeda.

Êste Vicente era filho de Felipe Gnecco, italiano, e foi baptizado na igreja do Loreto.

*

Em 1830, vivia Ana Emília Vasques, que era casada com Eduardo Meuron, cônsul da Prússia e da Suíça em Lisboa e cidadão de Neuchatel; e tiveram um filho, Eduardo Henrique Meuron.

*

Em 1806 viveu Lopo Xavier Bustorff, Sargento-Mor graduado da companhia de artelharia do Pé-do-Castelo da cidade de Lagos.

Era filho do capitão Modesto Henriques Bustorff.

Quando morreu deixou 3 filhos: António, João e José.

Descenderão do primeiro, o falecido propangandista operário Azedo Gnecco? Dos segundos, os actuais Meuron de Araújo? E dos últimos, o culto advogado dr. Bustorff da Silva?

*

Em 1781, vivia em Lisboa o súbdito inglês Guilherme Hudson, grande negociante de fazendas e fornecedor do almoxarifado dos Armazens.

Deixou uma única filha, Inês Francisca, que, à data da morte do pai, era casada com Ricardo Lohkyer, também súbdito inglês.

Lohkyer, quando morreu, era coronel do exército britânico e a sua viuva casou depois com Cipriano Ribeiro Freire, que foi presidente da Junta do Comércio e tinha sido nosso representante em várias côrtes estrangeiras.

O actual Conde de Valenças, sobrinho em 3.º grau de Ribeiro Freire, possue em rica moldura da época o retrato-miniatura daquela senhora, quando ela tinha vinte anos e nessa moldura também está encaixilhada uma madeixa de cabelos de uma linda côr castanha.

Hudson morava em Pedrouços e possuia uma magnífica galeria de quadros, alguns dos quais estão hoje na colecção Valenças, destacando-se dentre êles um que foi pintado por Huges Bassen ou Barren em Lisboa, no ano de 1772, como nele se diz.

Êste quadro (segundo tradição de família) representa o negociante Hudson, sua mulher, sua filha e outra pessoa de família.

No testamento de Hudson, cujo traslado está junto ao processo de habilitação de Inês Francisca, fala-se de um quadro representando a *Virgem Maria com o Menino Jesus sob a invocação de Nossa Senhora da Graça, pintado por Vieira* e que foi legado a D. Inês Antónia da Câmara.

*

O decreto de 16 de Abril de 1823, referendado por José da Silva Carvalho, suprimiu o mosteiro de S. Bento da Saúde e o colégio da Estrêla e mandou que os monges fossem transferidos para o mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia de Laveiras, extinto pelo decreto de 15 do mesmo mês; os monges de S. Bento levariam todos os móveis comuns e particulares, os do colégio sòmente os objectos do seu uso individual; logo que entrassem em Laveiras elegeriam o prelado que os devia governar, ainda que os abades dos dois mosteiros não tivessem concluído o tempo do seu govêrno; o prelado eleito iria com procuração de todos os monges prestar obediência ao ordinário: a comunidade de S. Bento abriria uma aula de priras letras com mestre hábil, debaixo da vigilância e responsabilidade do juiz de fora de Oeiras e daria gui-

samentos para a capela de Nossa Senhora das Dores de Laveiras como era obrigacão dos monges de S. Bruno; em compensação ficava a comunidade dispensada da prestação de 200 mil reis que pagavam aquêles monges; ficava obrigada a pagar todos os socorros espirituais que os monges de Laveiras e os religiosos das comunidades da Província de Santa Maria da Arrábida, *situadas nas praias*, costumavam prestar; os monges de S. Bento administrariam os seus bens(que não fôssem edifícios, cêrcas e móveis); e ficava a comunidade obrigada ao pagamento das contribuições e colectas que competiam aos monges de S. Bruno de Évora.

*

A Casa da Suplicacão foi criada por El-Rei D. João 1.º .Governava-se por um Regedor, que presidia debaixo de docel em cadeira de espaldar, e na qual se assentavam os Reis quando lá iam.

*

O Conselho de Guerra foi criada por El-Rei D. João 4.º para direcção de tudo o que pertencesse à milicíia e à defeza do Reino.

O Rei, que era o presidente, assentava-se em uma cadeira com o *assento para a parede* (?), debaixo de um docel.

João Jardim de Vilhena.

TESTAMENTO DA DUQUESA DE ABRANTES

duquesa de Abrantes, marquesa de Fontes, condessa de Penaguião, Dona Margarida de Melo e Lorena de Sá Almeida e Menezes, filha de D. Rodrigo de Melo e de D. Ana de Lorena de Sá Almeida e Menezes, neta paterna dos duques de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo e de sua terceira mulher a princesa Margarida Armanda de Lorena, neta materna do marquês de Abrantes, D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Menezes e de sua mulher D. Izabel de Lorena, marquesa de Fontes, casou em primeiras núpcias com o marquês de Abrantes, D. Joaquim Francisco de Sá Almeida e Menezes e em segundas com o infante D. João, filho do infante D. Francisco.

Por não ter tido filhos de ambos os matrimónios, dispôs dos seus bens como quis, deixando a maior parte dêles vinculada em morgadio a José António Xavier da Serra, filho de D. Catarina Teresa e enteada do Dr. Florindo António de Sousa, deputado do Conselho da Universidade de Coimbra, em razão de «o

haver creado, e o trazer nos meus braços, e do amor que lhe tenho». E, como era muito religiosa, mandou instituir uma capela na igreja da Madre de-Deus, sob a invocação da Sagrada Família; e para servir nas festas, que se celebrassem no dito altar, deixou uma custódia de prata dourada com tôdas as suas melhores joias e um resplendor de diamantes, brilhantes e rubis.

Para ornamento do mesmo altar, deixou:

«Hum Pratto de agoa ás maõs de Pratta dourada, obra de bastiões com suas carroças tiradas por animais, e 7 Escudos das Armas da Casa em róda, e no meio guarnecido as principais Armas, outros 7 Escudos sobrepostos, e seu Gomil alto irmaõ no lavor e no remate da áza 2 cobrinhas enlaçadas.................»

«Huma Salva de Prata dourada de pé alto de bastioens com as Armas da Casa no meio............»

«Outra salva irmam da ditta acima declarada em tudo semelhante............................»

«Dois Pratinhos de Prata dourada que hum hé para as galhetas, e outro tem huma tegelinha tambem de Prata dourada com sua tampa que hé para purificar os dedos, e huma campainha piquena de prata dourada...»

«Huma urna de Prata ornada com 4 garras de Leom em lugar de péz com sua tampa levantada com áza em cima.................................»

«Dois vazos com seus cordões gomados, e por péz 4 unhas de Boy, e suas tampas altas que tem por remate huma Alcaxofra .... »

«Quatro Vazos redondos com suas ázas com bojo, e bordos gomádos e com as Armas da Casa ....»

«Vinte e oito castiçaes de Prata com os assentos sextavados, e gomádos..........................»

"Dois vazos pequenos altos com suas tampas. Hum Caliz de Prata dourádo e lavrádo, e huma caixa redon-

da para hostias de Prata lavrada ao Buril, e dourada, e hum vazo para Particulas ...."

"Huma Alampada de Prata á Romana lavráda com as minhas Armas ...."

"Huma caldeira de Prata lavrada com seu hyssope tambem de prata, e huma caixa de christal guarnecida de Prata dourada para servir para hostias nas festas as quais péças conservem sempre com as mesmas Armas que tem, e no mesmo estado que se acham sem que se possam desmanchar por qualquer motivo.

"Deixo mais para ornato da mesma Capela as armaçoens seguintes:

"Duas Porteiras de Veludo carmezim bordadas de ouro, e recortadas, com Escudos das Armas da Casa bordadas em sobrepostos.

"Hum Docél de veludo lavrado carmezim guarnecido de Franjas de caxinha da mesma cor.

"Outro Docél de Damasco carmezim com Franjas de retróz da mesma côr, e huma quartina (1) de Damasco com 10 pannos, e mais 2 quartinas tambem do mesmo Damasco de 5 pannos cada huma.

"Quero e hé minha vontade que o retabolo para a boca do vaõ da Capela do sobredito Altar seja o mesmo da Sacra Familia que esta na Ermida de Sam Joaquim por ser feito pela propria maõ de minha amablissima May, e quando o dito Altar senaõ acabe em minha Vida de sorte que nelle possa colocar-se o sobredito retábolo, mando que este se tire da dita Ermida aonde está pondo-se outro em seu lugar, e depois se conserve com todo o resguardo athé se concluir o Altar onde se háde pôr como tambem a Imágem do Santo Christo que está na dita Ermida defronte do Pulpito com sua peanha resplandor e titulo de Prata......"

---

(1) Cortina. Cfr. *quaderno, quatorze*, etc.

"Mando que a referida Custodia peças de Prata e Armaçõens que deixo para ornato do mesmo Altar, exceptuando aquellas que forem precizas para o uso quotidiano estejam sempre em bom resguardo sem que possam emprestar para outra alguma parte, e tanto a Custodia como as peças de Prata naõ se poderem vender trocar nem escambar por qualquer motivo que houver posto que seja urgente, e de muita necessidade, e ahinda que haja licença Regia ou Pontificia por ser a minha vontade que huma, e outra couza se conserve no mesmo estádo emquanto o Mundo durar e para resguardo e deposito da sobredita Custodia peças de Prata, e Armaçõens se fará hum cofre com toda a segurança o qual estará dentro do Mosteiro, e delle terá a cháve a reverenda Madre Abbadeça................

«E se por algum acontecimento (o que Deus não permitta) perecer ou se extinguir o sobredito Mosteiro, e consequentemente o dito Altar de forma que nelle se naõ possam fazer as ditas festas nem dizer as missas, em tal caso, mando que se vendam a referida Custodia, peças de Prata, e armações que existirem e que o seu produto se empregue em bens de raiz livres e rendozos cujo rendimento, e juntamente a importancia da despeza que costumava fazer com as ditas festas e Missas, e officios se dispenda em dotes de Orfans pobres, e honradas a honra e louvor da Sacra Familia pella minha Alma e pella do meu amabilissimo Pay e pella do Excellentissimo Marquez e pessoas a quem sou mais obrigada.»

Enquanto o mundo durar! mas ainda existirão tantas preciosidades, ou terão desaparecido com o tempo, com a cubiça dos homens ou com o desprezo pela ultima vontade de Alguem que na vida foi um modelo de virtudes e na morte um protector das coisas Santas! . . .

João de Coimbra.

"REGISTO DE SANTO„

(*Comentários a um artigo da* Feira)

página 198 dêste tômo da *Feira* o distinto iconógrafo Snr. Luís Chaves, reproduz em fotogravura uma estampa representando um desenho de Sequeira, a qual serviu para a gravura do Senhor Bom Jesus do Monte aberta pelo gravador João José dos Santos em 1864.

Como do artigo do Snr. Luís Chaves parece depreender-se que teria sido o gravador Santos o primeiro que se teria aproveitado do desenho do Mestre, o que não é exacto, como veremos, vou dar aos leitores da *Feira* a história dêsse belíssimo desenho, que tantas vezes serviu a gravadores portugueses de modêlo às suas manifestações artísticas.

A gravura de Santos de 1864 é a pior de tôdas as que conheço, das subscritas por gravadores. As restantes estampas anónimas são tão grosseiras, que nem merecem referência.

O desenho deve ter sido executado por Sequeira entre 1807 e 1812 e, muito possivelmente, a pedido de Francisco Bartolozzi, para servir a uma chapa encomendada por qualquer entidade que desconheço. Numa pequena monografia, que publiquei sôbre Francisco Bartolozzi, deixei descrita a pág. 35, sob o n.º 24, uma estampa, que é a mesma que serviu a João José dos Santos, apenas com a mudança na inscrição.

Senhor Jesus dos Prodígios—Em uma paìsagem, ao fundo da qual se vê, à esquerda, um castelo, ergue-se no primeiro plano e abrangendo quási tôda a altura da mancha, uma cruz, sôbre a qual está crucificado Jesus, coroado de espinhos. No altar, a tabuleta com as letras I. N. R. I.

INS. O SENHOR JESUS DOS PRODIGIOS *que se venera no coro debaixo das Religiosas Carm.tas desçalcas do Convento de S.to Alberto de Lisboa* (seguem seis linhas com indicação das indulgências).

SUBS. *D. A. de Sequeira A. R. inv.—F. Bartolozzi A. L. e Abridor de S. A. R. O. P. R. de Portugal sculp. em Lisboa.*

Dimens., (da mancha), 185×119; (da chapa), 380×203.

A chapa aberta por Bartolozzi ainda hoje se conserva arquivada no Conselho de Arte e Arqueologia sob o n.º 17.

Na colecção de Guimarães (S. M. S.) existe uma màgnífica prova sôbre China.

Em tempos informaram-me (e, se não estou em êrro, eu próprio cheguei a vê-la) duma bela prova dum primeiro estado ainda sem o tracejado do claro-escuro, mas perdi o rasto da estampa e não sei onde foi parar. O que é certo é ter ainda hoje uma impressão muito acentuada de ser êsse estado perfeitíssimo no trabalho da água-forte.

A prova da S. M. S. permitiu-me um exame pelo qual se mostra a beleza do desenho, correctíssimo nas suas linhas picturais, soberbo no claro-escuro e tratado

por Bartolozzi com uma elevada concepção artística. Estou mesmo em afirmar que é uma das mais delicadas e formosas estampas do florentino, abertas em Lisboa.

Poucos anos passados, aparece uma nova estampa com o mesmo desenho e de não inferior merecimento, aberta por Gregório Francisco de Queirós. Nada desmerece em valor à de Bartolozzi e, creio bem, que se não foram as subscrições, nem os mais hábeis poderiam distinguir os buris dos dois artistas.

Queirós alterou a inscrição, aproveitando apenas o o desenho tirado da gravura de Bartolozzi.

Nos meus apontamentos sôbre gravadores tenho descrita essa estampa da seguinte maneira:

Senhor Jesus do Monte. Pregado na cruz, de frente. A cabeça cercada de resplendor abrangendo a cruz tôda a altura ao centro da estampa e vendo-se ao fundo uma paìsagem, à esquerda da qual se ergue um castelo.

INS. MILAGROSA IMAGEM DO SENHOR BOM JESUS DO MONTE. *Que se venera no Sanctuariode Braga. Os Summos Pontifices Clemente XIII, e Pio VI tem concedido innumeraveis Graças, Indulgencias, e Remissões a todos os que venerarem esta Imagem, como consta das Authenticas existentes no Cartorio do dito Sanctuario.*

SUBS. *D. A. de Sequeira 1.º Pintor da Cam.ra de S. Mag. inv.—G. F. de Queiroz sculp. em 1818.*

Dimens., 280×156.

Dêste formosíssimo talho-doce possuem provas o Sr. Barros e Sá e a Bibl. Nac. de Lisboa.

Só muito mais tarde, em 1864, João José dos Santos, que fôra discípulo de Queirós, abriu a gravura reproduzida a pág. 198. Também desta estampa existem dois estados na preciosa coleção de registos do ilustre bibliógrafo Sr. Henrique de Campos Ferreira Lima.

A estampa reproduzida, tanto quanto posso avaliar pela fotogravura, é a do primeiro estado.

ERNESTO SOARES

AINDA O BARÃO DE CATÂNIA

o artigo que a êste célebre curandeiro consagrámos, num dos últimos números desta revista, dissemos ignorar qual o livro em que Camilo, segundo afirmou Luís Augusto Palmeirim n-*Os excentricos do meu tempo*, se lhe referira.

Graças, porém, à informação do nosso amigo o sr. Gastão de Matos, erudito investigador, podemos hoje indicar o título dêsse romance camiliano: *O demonio do ouro* (1873-1874) e dêle extrair algumas curiosas referências ao nobre barão.

Eis a passagem a êle relativa, copiada do cap. XXXI do 1.º volume:

"Pormenores da vida aventurosa desta americana debalde os investigámos, desde aquela época. Soubemos apenas que acabou seus dias em avançada idade na rossa do Pará, e que era seu filho um homem de mui-

tíssimo boa alma, valedor de negros infermos e de bichos, grande pacificador de distúrbios, mediante uma proclamação escrita em tabuleta, que eu lhe vi na rua do Arsenal, em Lisboa, há bons vinte anos, inculcando aos portugueses os benefícios da paz e concórdia.

"Chamavam-lhe zombeteiramente o *Barão de Catânia*. Era um velho precoce, de casaca no fio, chapeu de castor branco, derreado e contemplativo sôbre o pescoço de um cavalo branco cheio de anos e fome. O «barão», levado de sentimentos pundonorosos, nunca se assinou com apelidos paternos. Gastou a herança de sua mãe em liberalidades caritativas com os pobres negros que se acolhiam à hospitalidade de tão mal compreendido bemfeitor. Morreu ridículo, tendo vivido honrado».

Neste magnífico necrológio há pormenores biográficos que concordam com os reünidos no nosso anterior artigo; há, porém, outros, como os relativos à filiação do personagem, que nos parecem frutos da riquíssima imaginação do autor. Em todo o caso, aqui os consignamos, resumindo o que se lê no romance.

Camilo foi às curiosas *Memorias de Fr. João de S. Joseph Queiroz bispo do Grão-Pará*, que, com uma extensa introdução e notas ilustrativas, publicou em 1868, e nelas encontrou a notícia de que o bispo, numa das suas visitas pastorais em 1762, fôra a uma roça, da povoação de S. Miguel de Guamá, pertencente a D. Clemência (noutro lugar do livro dá-lhe o nome de Vicência, facto vulgar na obra camiliana) de Catânia, que ali vivia com duas filhas, muito formosas, de origem índica, a quem o bispo chamou Lauriana e Nize; honrada pseudonimia, observa Camilo, que alude aos hábitos dissolutos desta família.

A filha Lauriana, aliás Laurentina, foi amante de um dos personagens do romance, Johnson Fowler, antigo guarda-livros da opulenta casa Bearsley, que, por meio de burlas, arruinara em seu proveito e com êle casou.

mais tarde, no Maranhão. (1) Dêsse consórcio é que, segundo pretende Camilo, nasceu o famoso barão de Catânia.

Johnson Fowler suicidou-se, após a fuga de sua mulher para os braços de um oficial de marinha português, que dela teve um filho.

Na *Gazeta de Lisboa* da época, vem a notícia da morte de Jorge Sackville, pseudónimo que aquêle adoptára, tudo isto ainda segundo Camilo.

HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA

DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

---

(1) Sôbre J. Fowler, vejam-se as págs. 155-156 do presente volume.

NOTAS DE JÚLIO DE CASTILHO A UM LIVRO CAMILO

exemplar do romance camiliano *Aventuras de Bazilio Fernandes Enxertado*, oferecido ao velho Castilho pelo editor António Maria Pereira, foi por mim adquirida no leilão da livraria do erudito autor da *Lisboa antiga*.

Folheando o livro, encontrei nêle duas notas a lápis, escritas por Júlio de Castilho.

A primeira encontra-se na pág. 103, no princípio do cap. IX.

Camilo escreveu: «Em dezembro de 1849 vi Bazilio Fernandes Enxertado em Lisboa n'uma janella do

hotel de Italia, que defrontava com o Marrare».

Júlio de Castilho anotou à margem: «Nunca defrontou».

Logo a seguir, na pág. 104, aparece a segunda nota, junto a estas palavras que o autor pôi na bôca de Basílio: «Gosta d'este chambre? Vi isto, n'uma loja de alfaiate da rua do Alecrim quando vinha de bordo, e comprei-o".

Sublinhado o nome da rua, lançou o anotador esta emenda marginal:"Nunca houve».

São curiosas estas notas, não pelo seu valor, mas por bem próprias e características do feitio de quem as escreveu.

Êle, o escrupuloso investigador de cousas de Lisboa, não podia deixar passar sem reparo a fantasia do romancista que localizava o hotel de Itália em frente do Marrare e estabelecia, por sua conta e risco, um alfaiate numa loja da rua do Alecrim.

Todavia, nas *Memorias dos vinte annos*, livro publicado em 1866, escreveu, a pág. 234: "Assistir a todo o movimento diurno e nocturno do Chiado é presencear uma serie de scenas, que muito á farta dariam inspirações a um Janin, a um Camillo Castello Branco....».

E mais tarde, em 1902, na segunda edição da *Lisboa antiga* (II, 217), disse pouco mais ou menos, o mesmo:" Os mysterios d'este concorrido, d'este fallador, d'este agitadissimo Chiado, dariam volumes scintillantes a um Paulo de Kock, a um Balzac, a um Camillo Castello Branco ... ».

É de crer que, ao escrever estas passagens, Júlio de Castilho, lembrado ainda das *Aventuras de Bazilio*, o fizesse com uma certa reserva mental.

Camilo poderia escrever sôbre as cenas e os mistérios do Chiado, mas—estaria pensando o meticuloso esquadrinhador das miudezas topográficas de Lisboa—com a condição de *não instalar o hotel de Itália em*

frente do Marrare . . .

Aquela das *miudezas topográficas* é de Camilo. Empregou essas palavras justamente a propósito da *Lisboa antiga*, no artigo em que apreciou o primreio volume da grande obra de Castilho, artigo publicado na revista *A Arte*, em Dezembro de 79, e integrado depois nos *Narcoticos*, II, 289 e seg.

Agora façamos a Camilo a justiça que, quanto ao ponto, lhe é devida.

O romancista nem sempre cometeu a feia acção de pôr aquele hotel a defrontar com o Marrare.

No romance *Onde está a felicidade?*, a pág. 343, Guilherme do Amaral diz que vai hospedar-se no hotel de Itália, rua de S. Francisco. No *Esqueleto*, pág. 159, há uma referência ao mesmo hotel, situado na mesma rua. Ora a rua de S. Francisco era, ninguém o ignora, a que tem hoje o nome do explorador Ivens e o Marrare era no Chiado, na casa onde depois esteve uma chapelaria, mais tarde uma alfaiataria de nome inglês, a seguir uma livraria e hoje está um café.

Camilo, portanto, só uma vez se enganou quanto à situação topogràfica de tal hotel, mas logo por infelicidade foi precisamente o livro em que se deu o êrro que foi cair sob as vistas do implacável Júlio de Castilho.

Um outro *êrro grave* existe no romance camiliano mas êsse não buliu com os nervos do anotador, certamente por não se prender com as *miudezas topográficas* da sua querida cidade.

É na pág. 215, onde se lê: «. . .Henrique Pestana vivo, alegre, estimado, preciso á organisação social, e . . . conselheiro, como affirma o *Diario do Governo* de 16 de Julho de 1854!»

Não afirmou, digo eu, com a mesma secura de Júlio de Castilho, já que êle o não disse.

A gazeta oficial não afirmou nem negou cousa ne-

nhuma em 16 de Julho de 1854 porque êsse dia foi um domingo e aos domingos os poderes do Estado já naquele tempo não deliciavam com a sua prosa os amantes das belas letras.

JÚLIO DIAS DA COSTA.

(Do livro *Novas palestras camilianas*, em preparação)

UM PESCADOR DE ENTREMÊS

ALAVRAS puxam palavras, ideias acordam ideias, ou, como o Povo melhormente exprime, «são as palavras como as cerejas, veem umas atraz das outras.»

Em três números sucessivos da *Gazeta da Figueira* publicou há muitos anos R. S. T., que ainda hoje não sei quem seja, um manuscrito inédito do século XVII, *Contenda entre aves e peixes*. Encontrei e reli ontem os recortes dêsse divertido dize-tu-direi-eu, tão interessante mesmo como documento literário, pois reflete o lusitano exprimir do período de transição em que o pretencioso trocadilho gongorista é pouco a pouco abandonado dos prosistas e versejadores e vai começar o frascado papudo das Academias; e essa leitura lembrou-me que recortasse a uma «farça entremezada» do 18.º século um trecho aparentado pelo assunto, de natureza piscoso, com o que R. S. T. publicou naquele jornal.

Li-o no meu cancioneiro manuscrito daquêle século, recipiente de versalhada vária dos metrificadores de então.

Intitula-se *Farça Entremezada de doze Figuras*, assim especificadas: *Hu medico — Hu Boticario — Hu Cirurgião — Hu Musico — Hu Astrologo — Hu Fogueteiro — Hu Pescador — Hu Alfayate — Hu Espadeiro — Hu Sapateiro — Hua Cristaleira* [1] e *Hu Taverneiro*.

Cada uma das figuras da farça — algumas representando misteres há muito desaparecidos — vem à scena despejar um arrazoado mais ou menos extenso e conceituoso (melhor diria pretencioso) àcêrca do seu ofício, de envolta com motejos e alusões ao do vizinho; até que, entrando, diz o

PESCADOR

Eu agora,
visto ser Pescador, entro,
q. quero, pois temos fogo,
aproveitar o candeio.
O Fogueteiro sem my
talvez q. luzisse menos,
q. eu sou o q. trago a isca
se o lume he do fogueteiro.
Elle no fogo, e eu na agoa
temos grandes previlegios,
q. naõ podem excomungarnos,
pois já mais em nenhu tempo
diraõ de nós ambos, que
nem fogo, nem lodo temos.

---

(1) *Cristaleira* ou *cristeleira* — mulher que aplicava clisteres (*cristeis*, como diz o vulgo, e daí *cristeleira*). A sua ridícula profissão seringadeira foi várias vezes aproveitada como tema chistoso, notadamente na chamada literatura *de cordel*.

Emfim, pois por camaradas
bem q. em diverço elemento,
se elle vem ao fogo do ar,
eu ao lume da agoa venho.
P.ª divirtir hum pouco
ninguem como eu terá preço,
q. estou co a caninha nagoa [1]
sempre já mais de gracejo.
Sou gram velhaco! inda que
algu pexote travesso
me trinca a sedella; [2] mas
se eu a fraqueza lhe pesco
vé elle o peixe, q. pilha,
e o peixe q. pilho vejo.
As vezes vejo eu alguns
dos q. se estaõ espremendo
p.ª o equivoco, e mais
naõ vem Boya do Conçeito.
Eu naõ engano ninguem,
q. destas drogas q. vendo,
nado gabo de salgado,
antes comumente he fresco.
Paresseme q. aqui trago
p.ª a festa alguns pitrechos,
q. hua rede barrideira
estendi p.ª colhelos.
Onte foi home na lancha;
aquagi, quagi,[3] q. o perro

---

(1) Ou melhor, "*como* a caninha na água." O povo diz comumente „com a carinha na água", significando que se está a brincar ou a troçar, muito à vontade, de quem nos fala.

(2) Fio que prende o anzol à cana. *Trincar a sedela* toma-se figuradamente no sentido de iludir alguém, comer a isca e . . . deixar o anzol.

(3) Quási.

nos dá caça aqui no cabo
de Pichel. [1] Vinhamos dentro
o Tripa, o Solha, e tambem
a gente, que tambem semos
homes nas inquagiães[2].
O Tripa atirou cum sexo,
q. lhe passou res por res
da guadelha a hu Mouro crespo,
q. naõ parece senaõ
q. o guardou algu Anjo bento.
Outro vinha cum alfange
era asim hu Moiro piqueno,
asim moreno do rosto.
Venho eu, q. faço? Comesso
a gritar (Virgem do Cabo)
quando incontinente o vento
comessou pla bolina.
Senhores, com que viemos
cantando a muliana [3]
eu, o Tripa, e os amegos[4].
A pesca naõ foi grã coiza;
mas, Senhora [5], eu aqui venho.
Entende você agora?
Cada qual traz o folguedo,[6]
o que pode cada hum.
Ali vem huns pexes pregos
q. servem para armaçaõ,

---

(1) Espichel. Pode também admitir-se um jôgo de palavras, querendo dizer que o pêrro lhe deu caça a um *pichel* (de vinho)..

(2) Ocasiões.

(3) Canção coreográfica de origem espanhola.

(4) Amigos.

(5) Nossa Senhora do Cabo, em cuja romaria se representava esta farça.

(6) Deve ser: „cada qual traz *ao* folguedo„, i. é, cada um traz à festa o que pode.

a Lamprea, q. tem geito
p.ª gaita. O Tamboril
sempre he na dança o prim.ro
e para a do Carapao
tambem carapaos trazemos.
Se ouver Toiros, ahi traz home
xoupas; e p.ª o tirreiro
o peixe pao p.ª o mastro.
Tambem p. o Caualeiro
ahi vem humas Cauallas
q. Cauallos naõ si pescaõ.
Se ouver Patos, ahi vem
peixe gallo, q. he o mesmo,
p.ª pindurar na corda.
E p.ª estar tudo lesto
hu peixe espada tambem
se faltar hu endereço.
E emfim de razaõ. Senhora,
perdoai, q. vos ofireço
Arenques, p.ª mulatos,
e Cabrinhas para Servos:
Porq. o senhor Cappilaõ
os venda, e faça em dinheiro
p.ª comprarem galhetas
e castiçais, donde istejaõ
cirios de arratili sempre
em vosso louvor ardendo.
E com isto, Virge pura
mais enfadarvos naõ quero,
q. em q. seja home do mar,
tambem sou de terra feito.

TODOS

Victor, (1) Pescador do alto!

---

(1) Antiga exclamação de entusiasmo e de aplauso. Daqui *vitoriar*

PESCADOR

Revictor, meus Caualheiros!
Viua Alfama!

TODOS

Viua, viua!

PESCADOR

Viua Lisboa, por Christo!
....
....

Como se vê, o farcista, quem quer que seja êle, imita o falar das gentes ribeirinhas, que costeavam na pesca e palmilhavam Lisboa e seus aros na venda do peixe, assentando penates nas abas de Alfama e Madragoa. Dá certo pitoresco à fala de pescador, jogando com nomes de peixes e aplicando-os a indivíduos e coisas da vida corrente.

A farça é anónima; mas não errarei muito adscrevendo-lhe a autoria de Fr. Lucas de S^ta^ Caterina, pelo entrecho, disposição dos interlocutores e técnica do verso. O autor do *Anatomico Jocoso* escrevia assim.

C. M.

Fim do Tomo Terceiro

ÍNDICE

Os artigos precedidos de asterisco, são acompanhados de gravuras.

Feyra da Ladra

Os Volumes 1 a 3

desta revista encerram, além da do director e editor, colaboração de:

Francisco de Albuquerque Cabral Maldonado
Leite Bastos
Pinheiro Chagas

E dos Exm.os Senhores:

A. G. da Rocha Madahil
A. J. Flores (Dr.)
Albino Forjaz de Sampaio
Álvaro Maia (Dr.)
Amador (Um) de antiguidades
António Machado de Faria
A. Pacheco de Carvalho
Armando de Matos
Artur de Araújo (Dr.)
Assinante (Um) tripeiro
A. Vieira da Silva
Carlos Abreu
Carlos Santos (Dr.)
Castelo Branco Chaves
Conde de São Payo (D. António)
Emânuel Ribeiro
Ernesto Soares
F. Alves de Azevedo
Fernando de Aguiar
Fernando de Castro Pires de Lima (Dr.)
Fidelino de Figueiredo
Gastão de Melo de Matos

Gomes Monteiro
Henrique de Campos Ferreira Lima
J. M. Cordeiro de Sousa
João Barreira (Dr.)
João Cabral do Nascimento (Dr.)
João de Coimbra
João Jardim de Vilhena (Dr.)
Jorge de Faria (Dr.)
José Mendes da Cunha Saraiva
José Pessanha (D.)
Julieta Ferrão
Júlio Dias da Costa (Dr.)
Luciano Ribeiro (Dr.)
Luís Chaves (Dr.)
Luís de Oliveira Guimarães (Dr.)
Luís da Soledade (Frei)
Matos Sequeira
Manuel Ruela
Manuel de Sousa Pinto (Dr.)
Martinho da Fonseca
Mendes Madeira
Pedro Vitorino (Dr.)
Policarpo (Frei)
R. Salinas Calado (Dr.)
R. de Serpa Pinto (Dr.)
Tomás de Almeida
Vasco Valente (Dr.)

A todos, o nosso rendido agradecimento.

LIVROS & REVISTAS

O pintor Augusto Roquemont
Cerâmica Portuense.

Não é por menos consideração para com o seu autor, nosso querido amigo e coladorador dr. Pedro Vitorino, que esta Revista se tem calado a respeito do seu penúltimo livro — *O pintor A. Roquemont.*

Nas páginas dêle, escritas com a devoção dum sacerdote da arte e a competência dum espírito culto e bem documentado sôbre o tema do seu trabalho, o dr. Pedro Vitorino arranca muito escalracho e põe no seu lugar muitas notícias, que primavam por falsas ou menos passadas à joeira duma boa crítica.

Um livro sôbre o mesmo tema, assinado por um nome de cotação literária e dado a lume alguns meses antes do que estou noticiando, sai das mãos do dr. P. Vitorino (sem que, na aparência, o volume que noticiamos tenha êsse fim em vista) severa, mas justiçosamente julgado.

Pôsto a tôda a luz, Roquemont aparece-nos com as suas grandes qualidades e perdoáveis defeitos, como um dos maiores artistas com que—apezar de não ser de origem portuguesa—em Portugal conta a época romântica.

Numerosas e nítidas gravuras completam e documentam o texto.

*

Demonstrando a actividade do dr. Pedro Vitorino, abriu a casa Apolino, de Gaia, a sua série de edições de arte com a *Cerâmica Portuense,* daquêle autor.

Em 75 páginas fala-nos das fábricas de louça que laboraram no Pôrto e seus aros até nossos dias, descrevendo a sua fundação, processo do fabrico, artífices pintores e oleiros que nele intervieram, preços da louça, etc.

A substância dêste importante trabalho, que vem acompanhado da reprodução a côres dalgumas das mais notavéis peças das colecções do autor ou de colecções alheias, é obra de seu pai, o ilustre pintor Joaquim Vitorino Ribeiro, que reüniu em sua casa um dos mais ricos museus particulares do país, hoje em poder dos filhos.

Ao trabalho paterno ajuntou o dr. Pedro Vitorino o fruto das suas próprias investigações, dando assim o excelente volume que estou noticiando.

Encerra-o um capítulo onde são reproduzidas 80 e tantas marcas de fábricas e oleiros portuenses.

Prémios da Sociedade Promotora das Bellas Artes em Portugal.

Numa brochura de 16 páginas, Ernesto Soares, nosso querido amigo e colaborador, fala-nos sumàriamente, mas com conhecimento de causa, desta notável agremiação, à qual tantos serviços deve a Arte nacional. Esclarece-nos àcerca da instituïção dos prémios e sua atribuição, terminando por um catálogo dêsses prémios, que são descritos com lucidez e precisão e grande cópia de preciosas informações històrico-artísticas.

É um bom serviço que os artistas e os amadores de arte ficam devendo a Ernesto Soares, a par de alguns outros, já prestados. Em matéria de gravura e sua história êste nosso amigo é já hoje, sem favor, um mestre.

Memorias de D. Tomás
de Melo Breyner.

O fidalguíssimo D. Tomás, Conde de Mafra, académico e médico reputado, resolveu-se, finalmente, a divulgar as suas memórias, de que os amigos de maior trato tinham há muito a solene promessa. Vale a pena ler êste 1.º volume (já me boquejaram que está no prelo o 2.º). E vale a pena, porque a sua leitura nos dá umas horas gratas de evocação duma época para sempre sumida na paz dos séculos. Tudo quanto descreve é feito numa prosa leve, pitoresca, familiar, sem torturas de redacção: emfim, o D. Tomás a conversar. É aqui o caso de dizermos que o estilo reflete o homem.

Abrange êste 1.º vol. a mocidade do autor, e nele achará quem o ler copiosíssima informação, já histórica já anedótica, sôbre muitos acontecimentos da segunda metade do século findo, famílias e casas nobres, vida palatina, etc., uns inéditos, outros mal conhecidos, vindo novos pormenores ou uma visão mais justa dar a êstes últimos relêvo e interêsse.

Daqui aplaudimos sem reserva o memorialista, pedindo-lhe que não demore os outros volumes, que certamente hão de sobrelevar o primeiro.

O Soneto Neo-Latino. Revista internacional,
dirigida por Júlio Brandão e Visconde de
Castelões.

Em hora feliz se lembraram êstes dois aplaudidos poetas de trazer a lume tal publicação, dispondo-se a dar guarida nas páginas dela aos bardos latinos que bebem a inspiração no veio sempre corrente de Castália e superiormente a amoldam aos cânones do soneto, quer os seus processos de arte promanem do passado, quer sejam filhos das modernas revoluções

literárias; ponto é que os colaboradores sejam artistas de qualquer país latino.

Já são quatro os n.os publicados, que, dum modo geral, preenchem as intenções dos seus ilustres orientadores, tendo inserido sonetos de poetas portugueses, brasileiros, castelhanos, galaicos, catalães, mexicanos, franceses, belgas, italianos, romenos, etc.

A geral aceitação do público e da crítica tem respondido compensadoramente ao esfôrço, novo entre nós, dos Srs. Visconde de Castelões e Júlio Brandão.

Dois anos de agonia.

Tão miùdamente intende o dr. Júlio Dias da Costa em cousas camilianas, que nos dá a ilusão de que tratou na intimidade o Escritor e dia a dia lhe assistiu aos gemidos dolorosos, aos desdens olímpicos, às cóleras arrebatadas, às noites indormidas, a todo o scenário dramático, que se desenrolou sob os tectos malditos da casa de Seide. Cada novo livro, a respeito de Camilo, que atira às montras, é uma confirmação dêste modo de vêr.

Ainda há pouco saiu o 5.º e último volume dessa obra-monumento que é o *Dispersos de Camilo*, labor que em qualquer outro país que êste mísero torrão não fôsse, teria já o prémio das Academias e o encómio dos Poderes Públicos, e já aqui temos um novo livro do operoso escritor—*Dois anos de agonia.* Sinto que tão pequeno espaço como é o de que disponho nesta revista para noticiar livros, não me dê ensanchas a alargar estas linhas. Direi apenas que a figura de Camilo, em presença desta colectânea de cartas suas e de D. Ana Plácido ao inteligente e culto Freitas Fortuna, não sai diminuída, como alguns pretendem, condenando as publicidades epistolares do Romancista, antes ganha a simpatia do leitor e a admiração dos cérebros

cultos e dos corações onde de todo se não estancou a felicidade das lágrimas. E o dr. Dias da Costa também ganha: ganha o aplauso de tôda a gente, pela enternecida piedade, pela devoção carinhosa com que toca em tudo quanto se reporta à mais dolorosa figura que segue no cortejo secular das nossas grandes sombras literárias.

O brasileiro não é triste.

Confesso que não conhecia, nem sequer de nome, o Sr. Eduardo Frieiro. Pois acabo de ler 70 e tantas paginas dêste seu livro e declaro que o meti logo na linha primeira dos prosadores que no Brasil actual escrevem com ideias assentes e bem raciocinadas, vestindo-as duma linguagem elegante e expressiva.

O Snr. Frieiro sopeza os argumentos e pareceres de vários autores do seu país e dos alheios e conclue, em face de provas e razões sociológicas, filosóficas, e até literárias e folclóricas, que o brasileiro é alegre,—vidè, por exemplo, o sertanejo, que é o mais genuíno, o mais típico representante da raça. E fecha com estas palavras a sua apreciável brochura:

«Não, o Brasileiro não ocupa nenhuma posição singular na geografia dos países cultivadores de pesares. Sua capacidade de tristeza não é maior que a dos outros povos. Há brazileiros tíbios, adinâmicos, melancólicos, agelastos, como há entusiastas, enérgicos, gelastos, hipergelastos, e o humor de cada um é expressão duma fisiologia particular.»

L'histoire d'une statuette célèbre.

Em 19 páginas in-8.º, dá-nos M.me Silva Gouveia, esposa do distinto escultor do mesmo apelido, notícia duma pequena obra-prima de seu marido: uma estatueta de Eça de Queirós, modelada em Paris no ano já remoto de 1900.

A "plaquette", que, como se vê do seu título, vem escrita em francês, materno idioma daquela ilustre senhora, é de atraente leitura, como, afinal, quantas páginas escreve a sua pena. Algumas ilustrações valorizam o livrinho.

Recebemos ainda as seguintes publicações:

Arquivo Histórico da Madeira — Utilíssima publicação documental, que o dr. João Cabral do Nascimento orienta com superior critério.

Boletim do Arquivo Histórico Militar — Saiu o 1.º tômo, referido a 1930, grosso volume de 340 páginas em que o seu director, o nosso amigo coronel Ferreira Lima, reune um número notável de estudos e documentos arquivados naquele importante estabelecimento do Estado.

Gil Vicente — Revista de cultura literária nacionalista, que se publica em Guimarães sob a direcção dos snrs. D. José Ferrão e Manuel Alves de Oliveira.

Lingua Portuguesa — A única revista da especialidade entre nós, sob a proficiente direcção do dr. Rodrigo de Sá Nogueira.

Portucale — Excelente publicação trimestral portuense, dirigida pelos drs. Augusto Martins, Cláudio Basto e Pedro Vitorino.

C. M.

«FEIRA DA LADRA» DARÁ NOTÍCIA DE LIVROS OU DE QUAISQUER OUTRAS PUBLICAÇÕES DE QUE LHE FOREM DIRIGIDOS DOIS EXEMPLARES.

Assinatura:
6 números, 20 esc.

Número avulso
4 escudos

Redacção e Administração:
Rua de Santa Ana, à Lapa, 77